Imperialismo: acontecimentos, factos, documentos

I. Pávlov

EUA: política de anti-humanismo (anos 70-80)

EDIÇÕES PROGRESSO MOSCOVO

Homens honestos da América:
uma manifestação contra a política
de intervencionismo
(Washington, Primavera de 1982).

Imperialismo:
acontecimentos, factos, documentos

I. Pávlov

EUA: política de anti-humanismo (anos 70-80)

EDIÇÕES PROGRESSO
MOSCOVO
1985

Tradução de I. Chaláguina

И. Павлов
США: ПОЛИТИКА АНТИГУМАНИЗМА (70—80 ГОДЫ)
на португальском языке

© Политиздат, 1981

© Tradução para o português com alterações
Edições Progresso, 1984

Impresso na URSS

П $\frac{1206000000—437}{014(01)—84}$ 211—85

NOTA DO AUTOR

Este livro não é anti-americano. Todos conhecem o nível material atingido pelo povo dos Estados Unidos. O povo trabalhador, o povo criador. A ciência e a técnica notáveis, as descobertas brilhantes em muitos domínios do conhecimento, a exploração do continente norte-americano, a envergadura da produção económica, tudo o que há de melhor na cultura e nas artes — tal América provoca a admiração e o orgulho do homem.

Sem dúvida, também na resolução dos problemas mundiais muito depende dos EUA. Este país poderia contribuir consideravelmente para a criação e desenvolvimento das relações de cooperação frutífera entre os povos. Poderia...

Sobre tudo isto, falando francamente, gostaria de escrever o autor. No entanto, as realidades da política interna e externa dos EUA obrigam a falar de outras coisas: do capitalismo e do indivíduo, dos prejuízos que o capitalismo norte-americano traz aos homens. Um mar de arbitrariedades, de indiferença e de anti-humanismo. Eis do que se fala no livro.

Uma vaga de insegurança crescente tem abalado a América dos anos 70 e 80. Três crises económicas num decénio — nunca houve coisa igual. São batidos todos os recordes da inflação. O desemprego atingiu proporções não conhecidas nos EUA durante

quase meio século. A agressão de muitos anos contra o Vietname foi um choque violento para a América do Norte. Nos últimos anos, evidenciou-se, nos EUA, a crise de uma série de ideias económicas e sociais que durante decénios determinaram a política do poder estatal. Assiste-se também à crise do próprio poder: «Watergate: — a paralisia do governo presidencial, a corrupção e as torrentes intermináveis de sujeira política. A crise de confiança da população na Washington oficial». A explosão de chauvinismo e militarismo, o agudo pessimismo social. As trevas da reacção política e a subida ao poder dos grupos mais belicosos que no seu ódio ao socialismo perdem o bom senso. A «reaganómica», como o roubo apressado e convulso da América trabalhadora.

As crises que os EUA actualmente atravessam atingem invariavelmente os trabalhadores. As vítimas da insegurança crítica da América são sempre os homens simples, os homens de pele branca e negra, de diferentes raças e nacionalidades, homens no começo e no fim do caminho da vida, homens que não se conformaram com a arbitrariedade e homens que perderam a esperança. O homem num mar de arbitrariedades — eis a essência do «modo de vida norte-americano». E esta situação não mudou durante mais de dois séculos de existência dos Estados Unidos. Mudaram apenas as formas de anti-humanismo.

Mas não são só os americanos que sofrem com o peso da política anti-humanista da élite governante dos EUA. Depois de um vislumbre de realismo e participação no desanuviamento, Washington ficou novamente cega. O desejo de hegemonia, os programas militares de triliões de dólares, a caça ao fantasma da superioridade militar, a falta de vontade de ver os limites das possibilidades dos EUA — tudo isto também é a América dos últimos anos. E que pode ser mais perigoso do que isto na política da principal potência do Ocidente na actualidade, quando a cada habitante da Terra correspondem várias toneladas do explosivo? Esta política transformou a América no epicentro de um enorme perigo para a civilização. A ameaça ao direito do homem à vida é a maior manifestação de anti-humanismo na política dos Estados Unidos.

Hoje, na política mundial não há tarefa mais importante que travar o perigo da guerra. Este perigo é o inimigo comum dos soviéticos e dos americanos, dos povos de todos os países. Quanto antes os EUA aderirem à luta contra a morte nuclear, mais depressa poderão dar a sua contribuição para o fortalecimento da paz e da amizade entre os povos. Contribuição digna do povo dum grande país.

Na América capitalista, a situação é sempre intranquila. E actualmente, o que se passa? Porque caèm os EUA com tanta rapidez na voragem da crise do sistema imperialista?

No presente livro analisam-se numerosos acontecimentos, factos e documentos que o autor obteve, no fundamental, de fontes norte-americanas e que dão respostas às questões colocadas.

Os factos falam por si mesmos: o agravamento da crise é inseparável do anti-humanismo do regime e da política interna e externa dos EUA.

Capítulo I

ANOS 70: «DÉCADA DE CRISES»

Nos fins dos anos 70, o leme da política dos EUA virou bruscamente à direita. A história contemporânea dos EUA talvez não conheça outro período, à excepção da difícil década de 30, que fosse tão abundante em problemas internos agudíssimos. Não se trata apenas do carácter crónico da insegurança interna — isso nunca faltou —, mas também da envergadura, da interligação e da profundidade das crises. Os próprios critérios da insegurança mudaram. Por exemplo, na campanha eleitoral de 1968, os americanos consideravam a criminalidade como o principal problema nacional. Dez anos mais tarde, a criminalidade não só aumentou, como duplicou, mas deixou de ocupar o primeiro lugar na extensa lista de desordens, cedendo-o a outros problemas, mais vitais e dolorosos. Uma espécie de «acumulação de crises» tornou-se a linha axial do desenvolvimento sócio-económico e político dos EUA nos anos 70.

Naqueles anos tornou-se evidente o fracasso das tentativas de «sanear» o capitalismo norte-americano através dos métodos reformistas burgueses, tão activamente utilizados na década de 60. Com ironia e amargura os trabalhadores recordavam as promessas demagógicas totalmente esquecidas por Washington: «guerra à miséria», «a grande sociedade», «sociedade de bem-estar geral», etc. As perturbações internas apagaram os vaticínios dos ideólogos burgueses acerca da chegada de uma «era de desenvolvimento sem crises» e provaram o absurdo de palavras de ordem, tais como «plena ocupação», «prosperidade estável sem inflação», etc., lançadas pela administração dos EUA nos anos 60. A anestesia do reformismo burguês já não podia atenuar, como no passado, os «pontos dolorosos» do capitalismo americano.

Além do mais, na vida interna do país, sobretudo nos fins da década, activizaram-se visivelmente os círculos conservadores de direita, refreando as tentativas de atenuar os problemas agudíssimos da sociedade americana por meio do reformismo liberal moderado. As forças de direita empenharam-se em fazer tudo para desvalorizar as conquistas económicas e sociais alcançadas na luta de classe dos anos passados pelos trabalhadores, pelos cidadãos negros e por outras minorias nacionais dos EUA. «Acabamos de sair daquela etapa de desenvolvimento do capitalismo nos EUA, em que aos períodos de ofensiva contra a classe operária se sucediam longos períodos de concessões. Entrámos no período de encurtamento mais consequente das concessões e, portanto, do agravamento da luta de classes»[1] — constatou o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA Gus Hall em Dezembro de 1978.

O agravamento da insegurança social verificado no capitalismo norte-americano preocupava o mundo capitalista. Assim, por iniciativa dos Rockefeller, em 1973, no Ocidente, foi fundada a «comissão tríplice», uma espécie de «parlamento» internacional que integrava personalidades destacadas dos países capitalistas da América do Norte, da Europa Ocidental e do Japão. Esta comissão era praticamente dirigida por Z. Brzesinski, antes de este ser nomeado conselheiro do Presidente dos EUA para os problemas da segurança nacional. Em «A crise da

democracia», estudo fundamental dos processos internos do Ocidente publicado em 1975, a comissão constatou que a insatisfação para com a actividade das instituições democráticas e a crise de confiança no poder abrangem todas as esferas da sociedade burguesa. A comissão insistia em tomar medidas urgentes para melhorar a «dirigibilidade» dos diversos sistemas do mecanismo sócio-económico e político do Estado imperialista e sobretudo dos EUA.

Também as confissões cada vez mais frequentes da élite governante dos EUA confirmavam a perda da antiga confiança em si própria face à intensificação dos processos desfavoráveis ao imperialismo. Entre outros dirigentes do país, Kissinger, secretário de Estado, foi talvez o primeiro a mostrar-se preocupado com este facto. Na véspera do encontro multilateral dos dirigentes das principais potências ocidentais, realizado em 1975 em Rambouillet, declarou: «A consequência mais grave da crise em curso (tem-se em vista a crise económica de 1974-1975. *Nota do Autor*) nao são os problemas económicos, mas sim a crise de confiança das amplas massas no futuro da sua sociedade. Esta crise do processo democrático, que se estendeu a todo o mundo, (ocidental. — *Nota do Autor*) é um desafio muito sério aos seus líderes...»[2].

Em meados de 1978 foi publicado um diálogo, lembrando uma consulta política, entre o mesmo Kissinger e o senador P. Moynihan. Ambos concordaram no diagnóstico: «Após a grandiosa derrota no Vietname, a hierarquia que dirigia a política externa dos EUA depois da Segunda Guerra Mundial revelou uma espécie de perda da presença de espírito»[3]. Um fenómeno análogo verificou D. Bell, um dos destacados ideólogos burgueses norte-americanos. No seu livro «As contradições do capitalismo no domínio da cultura» (1976), escreveu que nos EUA se assiste «à perda de sangue-frio por

parte da élite no poder". Segundo D. Bell, nos próximos 10-20 anos pode-se esperar «o agravamento da crise do regime político e a desagregação do sistema partidário inerente ao Ocidente»[4].

O Presidente democrata J. Carter, ao fazer o balanço preliminar dos anos 70 e pondo as opiniões citadas na conta dos seus antecessores republicanos, disse em Dezembro de 1978: «Vivemos uma década dura: guerra trágica no estrangeiro e divisão profunda em casa, milhões de desempregados e a mais elevada taxa de inflação desde os tempos da guerra civil, irrupções em casas e escutas ilegítimas, o desgaste da confiança dos cidadãos no governo do Estado». Em Julho de 1979, J. Carter reconheceu: «A maioria dos americanos não acredita que os cinco anos seguintes serão melhores do que o quinquénio anterior. Dois terços do nosso povo já, nem votam. A produtividade do trabalho dos operários americanos diminui. Aumenta o desrespeito pelo poder de Estado. A distância entre os cidadãos dos EUA e o governo nunca foi tão grande como é agora»[5].

Tudo isto reflectia, se bem que muito incompletamente, as realidades incontestáveis do capitalismo americano contemporâneo. A crise interna, que a sociedade americana viveu nos anos 70, agravou-se com a diminuição relativa do papel e das possibilidades dos EUA como principal força do imperialismo contemporâneo. Por isso, em Washington observavam com crescente inquietação a dinâmica do confronto dos sistemas sociais opostos e reagiam com um nervosismo cada vez maior às tendências do desenvolvimento mundial e sobretudo aos êxitos da URSS e da comunidade socialista. Por isso, os círculos governamentais dos EUA preocupavam-se cada vez mais com o que se passava na sua retaguarda.

UMA AVALANCHA DE INSEGURANÇA ECONÓMICA E SOCIAL

Nos anos 70, o imperialismo norte-americano atravessou o limiar difícil da crise económica de 1969-1971. Só em 1972, a depressão que se seguiu à crise cedeu lugar à reanimação. Depois, no fim de 1973, eclodiu uma nova crise económica, a mais profunda após a «grande depressão» dos anos 30. De Junho de 1974 a Março de 1975 a produção industrial diminuiu mais de 11% e a taxa de inflação atingiu 12%. Desta crise a economia dos EUA saiu mais ou menos no começo de 1977. Mas já em 1979 apareceram sintomas de uma nova recessão: no segundo semestre o índice da produção industrial já estava num nível crítico. Foi neste contexto económico que se agravaram os outros problemas sócio-económicos nos EUA.

O revezamento das crises e recessões económicas e as fases curtas de reanimação revelaram com clareza que o apoio dos meios governantes na regulação estatal da economia era precário. Se anteriormente as administrações governantes, variando os métodos desta regulação para garantir o crescimento económico, procuravam escolher de dois males o menor conforme a situação: o aumento do desemprego ou o aumento da inflação, nos anos 70 fracassaram. Entretanto, Washington experimentou praticamente todas as receitas existentes e em doses diferentes: política de impostos, política de créditos, política de preços, regulação da procura mediante as despesas estatais, incluindo as despesas militares. O agravamento das contradições cíclicas do capitalismo norte-americano acarretou a diminuição considerável dos ritmos de crescimento da produção industrial. Em comparação, por exemplo, com o período de 1951-1973, esta taxa diminuiu quase para metade entre 1974 e 1978, constituindo 2,3%.

Durante a década de 70, a taxa de inflação era três vezes maior que nos anos 60. E mais do que isso, no início de 1980 a taxa de crescimento da inflação atingiu 13%, e muita gente nos EUA pensava ser o limite, mas em breve os piores prognósticos foram refutados. Em Março-Abril, a subida dos preços, ultrapassando os 18%, atingiu o nível mais elevado na história do pós-guerra dos EUA. A inflação levantou na sociedade norte-americana o descontentamento em massa, agravou a instabilidade política, conduziu ao agravamento das relações entre as amplas camadas do povo trabalhador e a burguesia monopolista.

O desemprego que, nos anos 60, tinha a taxa média anual de 4,8%, nos anos 70 atingiu a de 6,2%. O défice do orçamento de Estado que, no período de 1946-1970 apenas três vezes excedeu 10 biliões de dólares, nos anos 70 constituiu no total mais de 320 biliões de dólares[6]. Nos EUA revelou-se mais um novo processo que provoca a crescente preocupação dos meios governamentais do país: uma diminuição brusca da taxa de crescimento da produtividade do trabalho na economia. Em 1973-1978, o aumento da produtividade do trabalho foi quase 3 vezes menor do que em relação ao período de 1960-1973.

A taxa de inflação foi agravada pela súbita subida de preço do petróleo importado, a chamada «crise energética». Se em 1972 o petróleo importado custava aos EUA 4,7 mil milhões de dólares, já em 1979 o seu preço aproximava-se dos 60 mil milhões de dólares. O aumento do preço dos derivados do petróleo foi lançado pelos monopólios sobre as costas dos trabalhadores. Reduziram premeditadamente mais de uma vez a extracção e a transformação do petróleo nos EUA, provocando artificialmente a falta de derivados do petróleo. Em Julho de 1979 soube-se que os monopólios do petróleo utilizavam as capacidades produtivas

apenas a 82%. Mas quando os preços dos derivados do petróleo atingiram o nível desejado pelos monopólios, as refinarias de petróleo dos EUA começaram de novo a trabalhar a toda a força. Só de Janeiro a Setembro de 1979, os lucros da «Mobil Oil» (descontados os impostos) aumentaram 81%, os da «Texaco» — 119% e da «Standard Oil of Ohio» — 157%. Em média, os lucros dos monopólios do petróleo dos EUA eram então mais de três vezes superiores aos de outras companhias. O enriquecimento inaudito do *business* era pago, claro, pelos trabalhadores do país. Os norte-americanos olhavam então para os preços da gasolina da mesma maneira que para o boletim meteorológico.

Tornou-se particularmente agudo, nos Estados Unidos, o problema dos impostos. Se em 1966-1976, o total dos impostos arrecadados aos americanos aumentou cerca de duas vezes, na segunda metade dos anos 70 o seu aumento foi ainda mais impetuoso. Em Julho de 1978, a chamada «revolta dos contribuintes» na Califórnia alvoroçou todo o país. A maioria absoluta da população desse estado, indignada com o ónus, votou pela sua redução para mais de metade. Esta medida tinha dois gumes: a isenção dos impostos era acompanhada de uma brusca redução das despesas com os serviços públicos e do despedimento de milhares de empregados dos organismos municipais. Em todo o caso, o número de cidadãos convencidos de que o sistema fiscal dos EUA só dá vantagens aos ricos, aumentou várias vezes, constituindo 80-85% da população.

Nos anos 60, como se sabe, nos EUA foi adoptada uma série de leis sobre os direitos civis que formalmente proclamavam a igualdade de oportunidades, em muitas esferas da vida interna, para os negros, para as outras minorias nacionais e para as mulheres. Naturalmente, eram grandes as esperanças desses americanos e americanas, que constituem a

maioria da população, de que melhorassem as suas condições de vida. Mas ocorreu o contrário. No fim dos anos 70, mais de metade dos cidadãos negros dos EUA, segundo sondagens, estavam convencidos de que a discriminação racial existiria sempre. «Os últimos dez anos podem ser considerados como a batalha perdida contra o racismo e a discriminação»[7] — concluía o sociólogo americano N. Glazer em 1975 no seu livro «A discriminação de facto: a desigualdade racial e a política de Estado».

No que diz respeito às mulheres, evidenciou-se o carácter formal de muitas interdições na discriminação por razões de sexo. Em meados dos anos 70, a Comissão para a garantia da igualdade de oportunidades no domínio da contratação verificou que nenhuma das 500 maiores companhias dos EUA concorda com as disposições das leis antidiscriminatórias. Cerca de 90% das trabalhadoras americanas continuavam afastadas do trabalho que requer alto nível profissional. Foi triste o cinquentenário que celebraram em 1973 os partidários da emenda à Constituição sobre a igualdade de direitos para as mulheres. Até hoje não foi ratificada.

A desigualdade e a discriminação revelaram-se em plena medida no ensino superior. Por mais que a propaganda burguesa se esforçasse por deformar a situação real, esta praticamente não mudou: a dependência do nível e da qualidade da instrução em relação à situação económica do indivíduo continuou a ser o principal regulador do acesso a umas ou outras profissões. De 1970 a 1977 o preço do ensino nas escolas superiores aumentou 77%. Em 1978, o preço de um ano de ensino nas escolas e universidades privadas atingiu em média 3 mil dólares e nas universidades de maior prestígio, 5 mil dólares.

Agravava-se cada vez mais a situação no domínio da saúde pública. Em 1978, cerca de 40% dos doentes não podiam receber a devida assistência

médica. Continuava difícil a situação com a saúde dos negros e de outras minorias nacionais. O americano branco ia aos médicos cerca de 6 vezes por ano, o negro — menos de 4 vezes, o americano de origem mexicana — não mais de 2 vezes.

Apesar de certas melhorias, conseguidas sob a pressão dos trabalhadores, o sistema estatal de previdência social nos anos 70 correspondia muito menos que anteriormente ao nível de desenvolvimento económico dos EUA. Continuava praticamente inexistente o seguro estatal em caso de incapacidade provisória, de gravidez e de parto. Cerca de 22 milhões de pessoas não eram abrangidas pelo seguro médico e 15 milhões de pessoas pelo seguro em caso de traumatismo no trabalho ou de doenças profissionais.

A insegurança estendia-se cada vez mais às diversas esferas da vida interna do país, reflectindo-se na cultura, na moral e em todo o «modo de vida americano». Em proporções nunca vistas, ondas de violência e amoralismo abateram-se sobre os norte-americanos nos anos 70. Em 1974, os sociólogos revelaram a opinião da esmagadora maioria dos americanos: o nível moral no país é baixo e continua a baixar. Que moral pode haver se o valor do produto bruto da indústria pornográfica, segundo cálculos da imprensa, ultrapassava 4 biliões de dólares por ano? O orçamento anual de dezenas de países em vias de desenvolvimento era menor.

No cinema americano, tornou-se mais lucrativo produzir «filmes de terror». E a televisão conseguiu uma vez a transmissão directa de uma execução capital. A imprensa publicou várias vezes casos de desmaio entre os espectadores em filmes como «O exorcista», «O tubarão», «Race with a devil», etc. «Para que os espectadores não despreguem os olhos do écran, é preciso fazê-los crer na naturalidade do terror e fundir-se com a personagem» — explicava um dos dirigentes da companhia cinematográfica «Universal». Que personagens? No filme «The Omen», cortam com vidro a cabeça de um homem; noutro filme, torturam incessantemente um paciente com a broca de dentista; no filme «Carrie» matam-se de diversas maneiras mais de 30 pessoas. Os realizadores dizem não pretender transformar estes filmes em exemplos a seguir. Mas a realidade é outra. Em Setembro de 1974, a companhia de televisão NBC, num programa para a Califórnia, exibiu o filme «Nascida inocente» com um episódio onde se mostra a violação de uma criança. Três dias mais tarde, a mesma cena repetiu-se numa praia californiana. No processo confirmou-se a influência directa do filme nos acusados.

Outro exemplo. No início de 1979, nos cinemas dos EUA estreava-se o filme de muitas séries «Os guerreiros» sobre as aventuras de uma quadrilha. Pouco tempo depois, sob a influência directa da violência mostrada no filme, em muitas cidades, logo após a sessão, deram-se brigas, houve assassínios. A companhia «Paramount», produtora do filme, chegou ao ponto de propor o reforço, à sua custa, da guarda em todos os 670 cinemas em que se exibia o filme só para não perder os lucros. Os sociólogos, criminalistas e psiquiatras referiam-se com particular preocupação aos filmes em que se mostrava a preparação técnico-organizativa do crime e os actos de violência praticados por doentes mentais.

A crise de confiança no modo de vida americano agravou-se com o aumento incessante da criminalidade. Já em 1969, a Comissão nacional para o estudo dos problemas da violência e a sua prevenção chegou à conclusão de que os EUA são o «líder mundial» em matéria de criminalidade em massa. Nos anos 70, a «liderança» tornou-se inatingível. A imprensa americana estava cheia de materiais sobre crimes individuais e de bandos organizados, com ou sem homicídio, nas cidades e no campo.

Os subúrbios foram considerados muito tempo como zonas relativamente seguras. Actualmente, a criminalidade atingiu-os também. Nos subúrbios de Washington, Chicago e Nova Iorque tornaram-se frequentes os roubos em pleno dia, na ausência dos donos de casa. Os criminosos utilizam aparelhos de observação modernos, os seus emissores estão sintonizados com os da polícia, causando interferências, etc. Não só os bairros residenciais são terrorizados. As instituições, lojas, bancos e aeroportos vêem-se obrigados a tomar todas as medidas de segurança. No planeamento de novas obras urbanas e suburbanas tornou-se obrigatório prever dispositivos que dificultassem a penetração dos criminosos.

Os criminalistas de um dos bancos de Detroit editaram em 1978 um prontuário muito popular com centenas de recomendações de como proceder no caso de se defrontar com um criminoso: «Como resguardar a sua casa dos ladrões», «As medidas de defesa quando conduz carro», «Que fazer à face tentativa de violação», etc. Os autores aconselhavam: «Andem sempre com duas carteiras, uma com alguns dólares, para entregar imediatamente ao ladrão. Esperem sempre o elevador, pois as escadas são o lugar preferido dos ladrões. Ao deparar com o bandido, é melhor gritar «Incêndio!» e não «Socorro!» E assim por diante.

Parecia que as autoridades americanas não poupavam esforços. No entanto, no período de 1960 a 1975, o número de crimes com o emprego da violência aumentou 3 vezes[8]. Segundo dados do FBI, em 1975, no país registou-se quase 30% mais assassínios e 47,5% mais roubos que cinco anos atrás. Em 1970-1975, foram perpetrados mais de 5,5 milhões de crimes graves (homicídios, violações, assaltos armados). O número destes crimes por habitante nos EUA é muito mais elevado que na maioria dos outros países. A sociedade burguesa americana demonstrou claramente a sua incapacidade de garantir ao homem o direito elementar à segurança pessoal.

Nos anos 70 intensificou-se o processo de «legalização» do *business* criminoso que, com uma frequência cada vez maior, preferia investir abertamente o dinheiro nos ramos que proporcionavam o lucro máximo: indústria petrolífera, propriedade da terra, televisão, construção, produção de discos. No total, os americanos são forçados a pagar aos *gangsters* mais de 20 mil milhões de dólares por ano[9] — escreviam W. Moquin e Ch. Van Doren numa monografia «O carácter da criminalidade americana». No país existiam pelo menos 26 «famílias» da máfia. O Ministério da Justiça dos EUA confirmou estar o *business* criminoso ligado a dezenas de milhares de empresas comerciais.

Um aspecto menos conhecido, mas bem real do problema da violência nos Estados Unidos, é o aumento da violência física na família. Anualmente, cerca de 6,5 milhões de crianças são espancadas pelos pais ou outros membros da família — comunicava o Instituto nacional de psiquiatria no início de 1977. Anualmente, cerca de 50 milhões de pessoas são vítimas da violência no seio da família. No relatório do Centro nacional de combate à violência sobre as crianças, acentuava-se: «Os factores perigosos que levam os pais a espancarem os filhos são o *stress* económico e o desemprego; outra causa é o abuso da droga entre os adultos». Nos EUA estão em rápida expansão os asilos para as crianças vítimas de espancamentos.

Mais de metade dos crimes verificados nas ruas das cidades dos EUA foram cometidos por toxicómanos. «A toxicomania tornou-se uma tragédia nacional» — reconheceu o Presidente G. Ford em 1976 numa mensagem especial ao Congresso. «Abrange os cidadãos de todas as idades e de todas as camadas da sociedade: desde donas de casa a pro-

fessores das escolas superiores». «E funcionários da Casa Branca» — acrescentaria a imprensa depois da chegada ao poder do novo Presidente. Em Julho de 1978, demitiu-se P. Bourne, conselheiro do Presidente para os problemas da saúde e combate à toxicomania. É difícil imaginar motivo mais escandaloso para uma demissão: Bourne foi denunciado de estar implicado em operações ilegais de aquisição de drogas. Para se justificar disse que tal como os outros funcionários da Casa Branca, utilizava por vezes drogas e que muitos fazem o mesmo. L. Greenspoon, uma das maiores autoridades americanas em matéria de toxicomania, confirmou: «Seria uma anomalia se jovens da mesma origem social e com o nível de instrução inerente aos funcionários da Casa Branca não consumissem marijuana».

Segundo dados do Instituto nacional de Estado para os problemas do abuso de drogas, no período entre 1971 e 1978, aumentou até 44% o número de americanos entre 26 e 34 anos que uma ou mais vezes utilizaram marijuana ou haxixe. Uma situação sem precedentes atingiu as crianças de 10-12 anos de idade: em cada quatro uma consome drogas.

O aspecto mais perigoso deste problema é a toxicomania nas forças armadas dos EUA. No decurso de uma investigação oficial, realizada por incumbência da Casa Branca, foi revelado que, em 1977, o número de óbitos causados pelo consumo de drogas nas tropas americanas instaladas na Europa Ocidental, era três vezes superior à média de casos idênticos nas cidades norte-americanas. As autoridades procuraram abafar as informações sobre a toxicomania entre os militares, pois compreende-se qual a diferença entre um toxicómano nas ruas da cidade e um toxicómano nas tropas equipadas com meios de extermínio em massa. No entanto, no fim de 1978, a subcomissão da Câmara dos Representantes dos EUA tornou públicos novos materiais sobre a toxicomania no exército norte-americano, e mostrou um quadro muito mais preocupante do que o tentavam apresentar a Casa Branca e o Pentágono. Cerca de 20% dos militares americanos instalados na Europa utilizavam as drogas fortes e cerca de 90% as chamadas drogas leves.

O agravamento da situação quanto à saúde psíquica da população tornou-se, nos anos 70, um problema cada vez mais doloroso para a sociedade norte-americana. De 1957 a 1977, as despesas com o tratamento das doenças mentais decuplicaram. Segundo dados oficiais, cerca de 32 milhões de americanos, ou seja, 15% da população, necessitam de assistência psiquiátrica pelo menos uma vez por ano. Nem todas as manifestações da psicopatologia, claro, são consequências do «modo de vida americano». No entanto, muitos sociólogos e psiquiatras norte-americanos não negam a interligação entre um imenso aumento desta patologia e a influência das condições sócio-psicológicas.

O processo de «acumulação de crises» na vida interna dos EUA influiu de forma cada vez mais deprimente na vida do homem. A perda de confiança no futuro e a insatisfação das grandes massas trabalhadoras com a sua situação são o denominador comum do desenvolvimento interno dos EUA nos anos 70, anos que se tornaram para o país uma verdadeira «década de crises».

A CRISE POLÍTICO-IDEOLÓGICA: DIMENSÕES E CONSEQUÊNCIAS

A manifestação mais importante da insegurança na vida interna dos EUA foi nos anos 70 a crise político-ideológica crónica. A crise afectou as instituições do poder e os partidos políticos burgueses,

abalou as regras morais elementares do comportamento humano.

Não cessaram as denúncias escandalosas das maquinações políticas, a corrupção, a fraude e as violações grosseiras da legalidade por parte dos altos funcionários. Contudo, não foi esta a causa principal das desilusões dos americanos em relação aos detentores do poder.

Mesmo as pessoas mais ingénuas e alheias à política não puderam deixar de notar a incapacidade flagrante das classes dirigentes para dominar os mecanismos da crise, a sua grande vontade de superar numerosas dificuldades através da deterioração das condições de vida da população e a distância enorme entre as palavras e os actos de «Washington oficial». Foi este o terreno social que fomentou a crise de confiança dos americanos no poder de Estado, crise que em alguns períodos dos anos 70 atingiu extraordinária agudeza.

Os últimos anos da década de 60 e o começo da década de 70 foram marcados, nos EUA, pelo aumento do descontentamento social, acelerado pela guerra agressiva no Vietname. Em numerosas manifestações e comícios, as massas exigiam que se pusesse fim à aventura vietnamita. As autoridades respondiam à sua maneira. Em 1969, quando se realizava a «marcha da paz», a maior da história do movimento antibelicista, centenas de milhares de manifestantes chegaram a Washington acompanhados pelas tropas. Em 1970, as tropas «recebiam» de novo a marcha contra a intervenção no Camboja. Esta marcha foi precedida por uma carga da polícia contra a manifestação dos estudantes na Universidade de Kent, estado de Ohio. Em Maio de 1971, durante as manifestações antibelicistas em Washington, foram presas mais de 7 mil pessoas.

Tal prática política nunca vista entrava em conflito com os ideais democráticos do americano comum. O historiador H. Morgenthau escreveu:

«O simples facto de a administração continuar a guerra durante muito tempo, depois do povo ter claramente manifestado a vontade de lhe pôr fim, já comprometeu seriamente o sistema político americano. Os americanos não podem deixar de perguntar a si próprios: que democracia é essa, na qual os seus desejos, assim como os desejos das pessoas por eles eleitas, têm tão pouca importância?...»[10].

Uma das orientações-chave da política interna da administração de R. Nixon traduziu-se na seguinte tese: quanto mais direitos e liberdades políticas têm os cidadãos, mais vulnerável se torna a segurança estatal e pessoal. No final de contas era a isto que se reduzia a palavra de ordem «lei e ordem» proclamada pela Casa Branca. Os observadores perspicazes já então notaram que, além da luta contra a criminalidade, a ideia da «lei e ordem» trazia em si uma forte carga antidemocrática. Com efeito, os acontecimentos confirmaram os piores prognósticos. Em meados de 1972, nos EUA apareceu a obra do professor K. Friedrich «A patologia da vida política: violência, traição, corrupção, segredo e propaganda» que atraiu a atenção. O autor demonstrou que os fenómenos enumerados no título são inseparáveis do processo político americano. Por isso, dizia, pode-se esperar que o futuro trará novos modelos de «patologia política».

Falando com rigor, o que aconteceu no hotel «Watergate» foi uma operação abortada do programa «Jamestown» que tinha sido examinado no fim de Janeiro de 1972 na reunião do comité do partido republicano para as eleições presidenciais. A direcção do partido no poder e, particularmente, a Casa Branca receava que as organizações antibelicistas promovessem uma manifestação gigantesca durante o congresso nacional dos republicanos dedicado à promoção da candidatura de Nixon ao segundo mandato presidencial. Na reunião pro-

punha-se tomar amplas medidas preventivas para impedir a manifestação de protesto, indo até ao rapto de alguns dirigentes do movimento antibélico, a fim de os levar para o México e de os manter lá até terminar o congresso. A segunda parte do programa «Jamestown» previa a penetração nas sedes dos principais candidatos democratas à presidência dos EUA.

É assombroso, mas a reunião em que tudo isto foi discutido foi dirigida exactamente por J. Mitchel, Ministro da Justiça e ao mesmo tempo presidente do comité republicano para a reeleição do presidente.

No dia 17 de Junho de 1972, de madrugada, um grupo de polícias, quase por casualidade, prendeu cinco pessoas no momento em que estas arrombavam a sede do comité nacional do Partido Democrático no hotel «Watergate».

O escândalo sem precedentes ainda não tinha atingido o seu apogeu e já outros escândalos se revelavam, pondo a descoberto toda a patologia do processo político do país. No Outono de 1973, soube-se que o vice-presidente dos Estados Unidos, S. Agnew, tinha praticado concussões e subornos. Agnew conseguiu escapar: demitiu-se e, como resultado de manipulações jurídicas, foi submetido a «passar exames sem estar sob vigilância». Noutras palavras, ficou impunemente em liberdade. No mesmo ano foi condenado por cometer fraude Otto Kerner que tinha sido duas vezes eleito governador de Ilinóis. O ex-governador de Texas, J. Connelly, foi acusado de suborno. Em 1975, foi processado N. Mandel que, quando governador do estado de Marilândia, fazia tráfico da sua influência.

Foi parar à cadeia o próprio ministro da justiça dos EUA, J. Mitchell, acusado de acções criminosas ligadas ao «caso Watergate», assim como outros altos funcionários da Casa Branca. O ponto culminante do escândalo «Watergate», que manteve cerca

de dois anos em tensão todo o país, foi a demissão do presidente R. Nixon, em Agosto de 1974. As denúncias relacionadas com o «caso Watergate» contribuíram imensamente para o agravamento da crise político-ideológica nos EUA. O conhecido jurista americano, J. Auerbach, concluiu: «As palavras de ordem 'lei e ordem' serviram apenas de cobertura para mascarar as repressões e aqueles que deviam defender a lei estavam profundamente implicados na arbitrariedade... As prevaricações dos altos funcionários públicos deram uma lição a toda uma geração de norte-americanos»[11].

A envergadura das denúncias na cúpula do poder de Estado afrouxou involuntariamente a atenção da sociedade para os abusos dos funcionários de categoria inferior. Entretanto, ali também as tendências eram evidentes. Segundo dados do Ministério da Justiça, em 1967-1970, mais de 170 funcionários públicos foram chamados ao tribunal. Nos anos 70, as dimensões da criminalidade no aparelho de Estado já eram outras: só em 1976 foram chamados ao tribunal 337 funcionários. O Ministério da Justiça viu-se obrigado a criar um novo grande departamento para o combate à corrupção entre os funcionários públicos.

A investigação do «caso Watergate» deu início a uma série de escândalos relacionados com a actividade política do *business* americano. Verificou-se que, com todo o «liberalismo» da legislação que permitia às companhias financiar as campanhas eleitorais, os monopólios americanos de forma mais brutal violaram a lei. No entanto, os dirigentes do grande *business* foram condenados pelos tribunais a multas insignificantes e, o principal, continuavam a exercer os seus cargos.

A onda de grandes denúncias atingiu o Congresso. Em 1972-1978, 21 legisladores foram chamados ao tribunal, mas nenhum deles foi posto na cadeia. No Capitólio não se esgotavam as fontes de imun-

dície moral. Por exemplo, em 1975 fez muito barulho a ligação escandalosa de W. Mills, um dos graúdos do Capitólio, com uma bailarina de *strip-tease*. O colega dele, o congressista W. Hays, incluiu a sua amante na folha de pagamento da sua comissão (para os assuntos da ética do comportamento) estimando os seus serviços em 14 mil dólares por ano. O crítico rigoroso de Hays foi o congressista A. Howe. Passou-se pouco tempo e Howe, quando ia recorrer aos serviços de uma mulher de «má vida», caiu por casualidade numa rusga armada pela polícia. Por motivo análogo esteve na polícia o congressista J. Waggoner.

Há muito que não se dava no Congresso dos EUA um escândalo tão grandioso como aquele que se deu em 1976. Verificou-se que os *lobby* da Coreia do Sul em Washington pagavam sistematicamente a dezenas de membros do Congresso, consolidando no Capitólio «o clima favorável» para o regime apodrecido de Seul. A investigação da causa era peculiar: em cada nova fase, o número de culpados diminuía e no fim de contas não ficou quase ninguém. Inicialmente examinava-se a questão de entregar ao tribunal os autos respeitantes a mais de 50 congressistas. O inquérito efectuou-se já em relação a menos de 30 legisladores. E o bode expiatório foi só um congressista, que foi posto na cadeia. Mas também ele foi libertado pouco tempo depois. O motivo — «a sinceridade do acusado». Pela consonância fonética e, principalmente, pela repercussão política do «Watergate», a imprensa americana apelidou o caso do suborno dos congressistas pelos *lobby* de Seul de «Coreiagate».

A impunidade da corrupção entre os legisladores que assumia um carácter quase maciço só aumentava as tentações. Ainda não tinha terminado a investigação do caso «Coreiagate» e já se efectuava a toda a marcha a maior, durante os últimos vinte e cinco anos, operação do FBI para a revelação

da corrupção nos órgãos electivos dos EUA sob o nome «Arab scam» («Dinheiro árabe»). Um «xeque árabe» — na realidade um agente do FBI — a torto e a direito, comprava os congressistas solicitando ao mesmo tempo a sua «ajuda» num grande comércio. Estes aceitavam de boa vontade. Entretanto, os números das notas — até ao último dólar — foram fixados, assim como toda a documentação relacionada com o empenho dos legisladores que faziam avançar os negócios do «xeque» no Congresso. Na operação participaram centenas de agentes do FBI. Cada encontro do «xeque» com os senadores e congressistas examinava-se, ouvia-se, conservava-se em videogravação. Os concussionários foram denunciados por completo. Ao todo, na operação «Arab scam», da qual o público tomou conhecimento em Fevereiro de 1980, foram citados mais de 30 nomes de congressistas.

A operação «Arab scam» transformou-se manifestamente num ajustamento de contas com o congresso por parte do FBI. Esta foi iniciada logo após a comissão especial do Senado dos EUA terminar os trabalhos relacionados com o estudo das medidas governamentais no domínio dos serviços secretos. O relatório da comissão, publicado em 1976, informou os cidadãos das proporções que tomou a violação dos seus direitos pelo FBI, a CIA e outros órgãos estatais, proporções que os americanos nem podiam imaginar. «O governo acumulou um grande volume de informações sobre a vida particular, concepções e relações dos cidadãos americanos, agindo principalmente através de agentes secretos, da escuta das conversas telefónicas, censura secreta da correspondência, da penetração em casas, etc.»[12] — sublinhava-se no relatório.

O desmascaramento da polícia e dos serviços secretos dos EUA no Congresso revelou que durante muitos anos foram empregues os métodos mais

sujos e violações maciças das normas legislativas elementares. Mas desta vez «as represálias» do FBI como que igualavam os órgãos do poder executivo e legislativo com a mesma medida de venalidade. Revelou-se o avesso ignominioso do poder executivo e legislativo, convencendo de um facto evidente: os círculos dirigentes não utilizam simplesmente a sua influência política para o seu próprio enriquecimento em detrimento da legalidade, como aplicam em larga medida os métodos ilegais para conservar a própria influência política.

A envergadura que atingiram, nos anos 70, a corrupção, as prevaricações e as violações da legalidade em todos, sem excepção, níveis da hierarquia estatal dos EUA transformava involuntariamente a élite governante aos olhos dos milhões de norte-americanos numa fonte de temas criminais infinitos. Mas não é o carácter criminal dessas histórias nem o desenrolar cativante do enredo que durante os anos 70 mantinham em constante tensão os americanos comuns. O que se passa na cúpula do poder, porque é que este poder de forma tão grosseira ignora os direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos, porque é que, enfim, «Washington oficial» é tão indiferente para com os interesses e as necessidades do americano comum? Na busca de respostas tudo se tornava cada vez mais claro e isto provocou a crise de confiança no poder de Estado e noutras instituições da sociedade americana, crise nunca vista na vida política e ideológica dos Estados Unidos. «Uma torrente de desmascaramentos seguidos ao «Watergate» demonstrou a milhões de norte-americanos, que viam na Constituição dos EUA a garantia das suas liberdades, ser o próprio poder governamental o centro da ofensiva contra os direitos civis»[13] — foi assim que resumiram os acontecimentos P. Cowan, N. Egleson e N. Hentoff no seu livro «Segredos de Estado. Vigilância policial na América».

O agravamento da crise de confiança no «Washington oficial» no contexto da crescente instabilidade interna condicionou bruscas mudanças na psicologia social das massas. Um novo carácter qualitativo adquiriam a insatisfação dos trabalhadores americanos com as suas condições de vida, a sua desilusão em relação a muitas instituições da sociedade capitalista e do modo de vida americano em geral.

Já em 1973 — pela primeira vez na história das sondagens à opinião pública — o número dos descontentes com a situação interna nos EUA ultrapassou 50% dos interrogados. Na Primavera de 1976, isto é, nas vésperas do 200° aniversário do país, as mesmas ideias partilhavam já 61% dos americanos. O Instituto de opinião pública Harris constatou que, em 1966-1976, aumentou 4 vezes o número dos americanos que se sentiam «afastados de tudo o que se passava ao redor»[14]. Em 1976, cerca de dois terços dos americanos achavam que «as pessoas que possuem o poder, utilizam-no nos seus interesses». Segundo dados de outros inquéritos, apenas 11% dos cidadãos dos EUA exprimiram, no mesmo ano, o alto grau de confiança no poder executivo, e 9% no Congresso. E em Janeiro de 1974, «The New York Times» descobriu: na lista das profissões de prestígio, os congressistas estão no último lugar; no penúltimo estão os lixeiros.

O 200° aniversário do país, acontecimento importante, passou sem alegria. O optimismo da propaganda oficial não modificou, como se entende, o clima político-ideológico geral nos EUA. Dois séculos de desenvolvimento dos EUA, tendo transformado radicalmente as condições materiais de vida da sociedade, não alteraram nada no essencial: a vida do indivíduo nessa sociedade continuava a caracterizar-se pela desigualdade extraordinária e pela discriminação de milhões de trabalhadores.

«A igualdade, proclamada na Declaração da Independência e pela qual se lutou durante a revolução e a guerra civil, até agora não foi alcançada... As riquezas e o poder continuam a concentrar-se nas mãos de um grupo cada vez mais reduzido de pessoas, enquanto aos milhões de cidadãos americanos é negada a parte justa das riquezas nacionais»[15] — disse a este respeito a Federação Americana do Trabalho — Congresso dos sindicatos de produção (AFL-CIO).

O professor da Califórnia D. Dawd, autor do livro «Sonho deformado. O desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos», editado no ano do jubileu deu eco às palavras dos sindicalistas. «A desigualdade económica que alimenta todas as outras formas de desigualdade, foi sempre o traço característico do modo de vida americano. Durante os últimos 25 anos, a desigualdade na distribuição do rendimento nacional não diminuiu, antes aumentou»[16]. Com efeito, apenas 4% dos americanos adultos possuem propriedade no valor de mais de 60 mil dólares, incluindo bens imóveis e dinheiro. O valor conjunto da sua propriedade excede 1 trilião de dólares, o que é superior ao produto nacional conjunto de dezenas de países da África e Ásia. É um desmentido evidente das afirmações da propaganda americana.

Tinha razão, portanto, o observador italiano D. Corsini quando escreveu: «Dois séculos depois da assinatura da Declaração da Independência, que declarou todas as pessoas iguais e proclamou a era da liberdade e do progresso, os americanos procuram ajustar contas com o passado e encaram o presente e o futuro com preocupação. Ao optimismo burocrático do governo respondem com profundo cepticismo, carregando nas suas costas o peso da crise que envolveu a sociedade norte-americana»[17].

Na medida em que os americanos, esperançados pelos novos donos da Casa Branca, perdiam as ilusões quanto à sua capacidade de refrear a intensificação da instabilidade interna, o barómetro do clima político-ideológico indicava cada vez mais claramente o crescimento do pessimismo e da decepção. Nessas condições, a direcção política dos EUA viu-se forçada a desistir de afectar coragem e, reconhecendo a realidade, qualificar a doença existente na vida político-ideológica do país como importantíssimo problema nacional. Quando o Presidente Carter pronunciou o seu famoso discurso (Julho de 1979) sobre a crise de confiança, cerca de 80% dos cidadãos apoiaram esta sua tese principal.

Entretanto, o Presidente não poupou dramatismo para caracterizar o grau de instabilidade interna: «É a crise de confiança, crise que atinge o coração, a alma e o espírito da nossa vontade nacional. Podemos ver como esta crise se manifesta nas dúvidas crescentes acerca do sentido da nossa vida, na perda da unidade de objectivos do nosso povo. O desgastar da nossa confiança no futuro comporta o perigo de liquidação do próprio regime social e político da América».

Os observadores notaram que a última vez que na história americana se ouviu entoação tão alarmante foi nas intervenções do Presidente F. Roosevelt, proferidas no auge da crise económica dos anos 30, a mais dura para os EUA.

A «crise de confiança» tornou-se um dos principais temas de muitas intervenções de Carter na segunda metade de 1979. No entanto, segundo assinalou o notável jornalista W. Pfaff, «a própria ideia da crise moral, reconhecida pela administração dos democratas, pode talvez ser utilizada para encobrir o fracasso da política prática...» Comentando as revelações do Presidente, o observador J. Saidi suspirava: «De novo palavras sem o entendimento mútuo, promessas sem meios para a sua realização». O entrelaçamento real das crises em

diferentes domínios da vida, a negação do governo em contribuir para o melhoramento das condições de vida do indivíduo — tudo isto estava interligado e completava-se mutuamente. É precisamente a «política prática» dos círculos governantes dos EUA que conduziu o país à situação em que ele se encontrou no fim dos anos 70 e começo dos anos 80.

NO FINAL DA DÉCADA

Fazia frio e vento em Washington no dia 20 de Janeiro de 1977. O céu escuro e o vento que soprava do Potomac não ensombravam, porém, a alegria dos vencedores — nesse dia prestava juramento o Presidente democrata J. Carter. Depois de ter jurado sobre a Bíblia fidelidade à América, o novo Presidente, no seu discurso pronunciado junto ao Capitólio, definiu o principal: «O nosso país só será devidamente forte nos assuntos mundiais quando for forte em casa. O melhor meio de fortalecer a liberdade no estrangeiro é mostrar a todos a força vital da nossa democracia»[18]. O apelo enérgico para a acção foi do agrado daqueles a quem o endereçou em primeiro lugar o Presidente: a élite governante do país. Foram as suas tendências que o acentuado optimismo de J. Carter traduziu.

Ao reflectir as concepções que predominavam nos círculos governantes nos meados dos anos 70, a administração de Carter estava a início, seriamente convencida de que, à medida que ia sendo superado o período prolongado de dificuldades (a guerra no Vietname, a crise económica dos meados dos anos 70, a crise de confiança no poder de Estado, outras manifestações de insegurança na vida interna, o enfraquecimento das posições dos EUA no estrangeiro), a marcha dos acontecimentos tomaria novamente a via favorável aos EUA. Isto era considerado uma condição importante para o retorno à política ofensiva no campo externo e interno, característica do imperialismo americano. Os que estavam na cúpula do poder de Estado olhavam com optimismo para o futuro: agora é que se limpa o caminho para a consolidação rápida das posições internas e externas dos EUA.

O caminho não foi limpo como se pensava. Em «Washington oficial» subestimaram as dimensões e a agudeza dos problemas que ameaçavam o imperialismo norte-americano. É verdade que em 1977-1980 nos EUA não houve um catalisador dos numerosos fenómenos de crise tão evidente como a guerra de agressão no Vietname. Também é verdade que, apesar de ser mais que suficiente o número de escândalos políticos relacionados com a corrupção na élite governante, nenhum deles atingiu tão de perto o coração do poder de Estado, a Casa Branca, como o caso «Watergate». No que respeita à vida económica, aí também, como podia parecer, esboçava-se uma certa animação. Todavia, a insegurança interna não diminuía nada. Tornava-se cada vez mais claro que o final da década decorreria da mesma maneira que toda ela em geral, isto é, com o entrelaçamento dos problemas complicadíssimos, cuja solução não chegou a ser encontrada.

Depois das eleições de 1976, a vida interna dos EUA concentrou-se principalmente nos problemas relacionados com o aumento acelerado do custo de vida, a elevada taxa de desemprego, o crescimento dos impostos, o agravamento do problema energético, a situação crítica das grandes cidades, a crise habitacional, os defeitos na previdência social, na instrução e na assistência médica, o crescimento da criminalidade e da toxicomania. O descontentamento voltava-se cada vez mais para o poder de Estado, tanto mais que a deterioração da situação do americano comum contrastava for-

temente com as numerosas promessas feitas à população pelos vencedores nas eleições de 1976.

A experiência há muito ensinou os americanos a não alimentar ilusões a respeito das promessas que com generosidade fazem os democratas ou os republicanos na busca dos votos dos eleitores e também depois, quando a Casa Branca precisa mobilizar a opinião pública para o apoio da sua política. No entanto, em 1976, os trabalhadores americanos queriam acreditar muito que os democratas com Carter à frente se empenhariam em, pelo menos, travar a intensificação dos processos de crise em muitos domínios da vida do país e que o fariam sem aumentar a tensão internacional, antes pelo contrário, contribuindo para o desenvolvimento do desanuviamento e a limitação da corrida aos armamentos. A maioria dos americanos recebia com esperança as garantias de Carter de que seriam rejeitados os apelos belicosos daqueles que gostariam de fazer voltar os Estados Unidos para os tempos da «guerra fria» contra a URSS. Não menos importante parecia às massas o *leitmotiv* das promessas dos democratas em 1976: restabelecer o respeito pelo poder de Estado para que «Washington oficial» deixasse de ser, por pouco que seja, sinónimo de indiferença fria às necessidades do homem trabalhador nos EUA. Tudo isto prometeram fazer os democratas chefiados por Carter.

Depois das eleições de 1976, o jornal sindical «The Dispatcher» escrevia: «Esperamos a correcção do clima anti-operário que hoje domina todo o país; a revogação na lei Taft-Hartley das disposições sobre o 'direito ao trabalho'; a inadmissão do controlo sobre os salários. Todos nós que assegurámos a subida ao poder de Carter e W. Mondale esperamos quatro anos livres de aventuras militares para além do oceano e o fortalecimento da política de desanuviamento; esperamos a reforma do sistema fiscal que alivie dos encargos aqueles que não tenham condições de os suportar; esperamos a garantia da igualdade de direitos, a introdução de um programa nacional de saúde pública, uma atitude construtiva para com os problemas das grandes cidades ... É o mínimo para o povo norte-americano»[19].

Já em 1972, o notável historiador e ideólogo americano A. Schlesinger, ao indicar os sintomas da desestabilização no sistema político dos EUA, predisse «a chegada de uma nova era política». Durante essa era, segundo ele, será necessário antes de mais restaurar a unidade da nação e criar um sentimento unificador da comunidade nacional. Seis anos depois, o mesmo A. Schlesinger explicou correctamente o curso do pensamento dos círculos governantes dos EUA. «Na busca de meios, capazes de dar à política externa dos EUA um conteúdo moral, a administração de Carter escolheu a ideia dos direitos do homem como princípio unificador. Isto prometia restabelecer as posições morais dos EUA no estrangeiro, tão gravemente abaladas pelo Vietname, «Watergate», o apoio aos regimes ditatoriais, as conspirações da CIA com o objectivo de assassinar personalidades estrangeiras, etc. Isto prometia igualmente restabelecer a concórdia interna nos próprios Estados Unidos no apoio da política externa do governo»[20].

Washington pôs-se a restaurar a «unidade da nação» por meios experimentados de campanhas político-ideológicas estrondosas, procurando simultaneamente realizar os seus objectivos de classe na luta ideológica contra o socialismo. Começaram as expedições «em defesa dos direitos do homem» no estrangeiro. Simultaneamente tornou-se muito mais activa a propaganda da «superioridade moral americana», a «missão moral americana» nos próprios Estados Unidos. Na ideologia política oficial aumentou visivelmente a dose de apologia do regime existente. Aumentou consideravelmente o número

de diversas invenções sobre uma mítica «ameaça militar soviética». A partir da segunda metade dos anos 70, as intensivas campanhas anti-soviéticas tornaram-se crónicas.

Entretanto, era com as relações soviético-americanas que os trabalhadores antes de tudo relacionavam os seus anseios de consolidação da paz. O Tratado sobre a limitação das armas estratégicas, assinado entre a URSS e os EUA em Junho de 1979 em Viena, foi recebído pelos americanos como um acto de alcance histórico. No entanto, a política prática da Casa Branca nem sempre correspondia às suas declarações acerca da necessidade de um desenvolvimento positivo das relações entre os EUA e a URSS. Sob a pressão das forças militaristas conservadoras internas e da reacção internacional na Casa Branca aumentaram as vacilações e os ziguezagues anti-soviéticos. Os círculos de direita dos EUA exigiam de Washington, com uma insistência cada vez maior, uma viragem brusca à direita: a confrontação com os países socialistas e a ingerência aberta nos assuntos internos dos povos e Estados estrangeiros.

As coisas iam mal dentro do país. Com o correr do tempo — e cada vez mais — revelava-se o contraste surpreendente e, talvez, sem precedentes na história americana, entre as promessas e declarações dos dirigentes do Estado e os seus actos práticos, as realidades da situação interna.

«A inflação causa um enorme prejuízo económico e social»[21] — assim começava, em 1976, a parte do programa eleitoral dos democratas dedicada às medidas de combate à inflação. Resultado: no começo de 1980, a inflação aumentou mais de duas vezes em relação ao momento da chegada de Carter ao poder. No mesmo programa, os democratas faziam promessas altissonantes de reduzir a 3% o desemprego. Resultado: no começo de 1980, o número de desempregados era 2 vezes superior ao

prometido pelo Presidente. Em 1979, pela primeira vez depois da crise económica anterior, o exército de desempregados, além dos jovens acabados de entrar no mercado do trabalho, começou a engrossar também com os operários profissionais. Neste período, o governo reduziu em mais de duas vezes os programas federais para os trabalhos públicos.

Os democratas chefiados por Carter juravam fazer tudo para que "os cidadãos, independentemente da sua raça, cor da pele, sexo, religião, idade, língua ou origem nacional, participassem plenamente nos processos económicos, sociais e políticos do país». Mas eis a opinião, segundo inquéritos, de 75% dos americanos negros: «Washington oficial» não está interessado em melhorar a sua situação e muito menos em lhes garantir a igualdade real de direitos com os brancos.

Mesmo os observadores mais versados na política americana não sabiam o que dizer ao ver como se desvalorizava a palavra na política de Washington, quando da administração de Carter. Em vez das promessas de realizar «a reforma completa do sistema fiscal» — o crescimento acelerado dos impostos que tiravam aos trabalhadores cerca de 40% dos seus salários. Em vez da ajuda prometida aos pobres — a mesma miséria, por exemplo no Sul americano, onde 40% dos americanos não têm o mínimo necessário para viver. Em vez das promessas de um «sistema nacional de seguro médico» — 18 milhões de americanos não têm nenhuma assistência social de Estado em caso de doença. Em vez das promessas de contribuir para melhorar a situação habitacional de certas categorias de cidadãos — cerca de 34 milhões de americanos, cujas condições habitacionais não respondem às exigências mínimas.

A política energética da administração também nada tinha a ver com os interesses dos americanos simples. Numa situação em que o aumento das

despesas com a importação do petróleo e dos derivados minava a balança de pagamentos dos EUA e acelerava a taxa de inflação, o governo de Carter anunciou várias vezes a intenção de reduzir a importação do combustível negro e tomar «medidas drásticas» contra os monopólios do petróleo e do gás. Mas no programa energético da Casa Branca, aprovado no fundamental pelo congresso na Primavera de 1980, em vez do controlo sobre os preços que os monopólios constantemente aumentam, tratava-se, na realidade, da anulação deste controlo.

Os democratas com Carter à frente seguiam, na sua política interna, o caminho conservador. A administração dos EUA reduzia gradualmente as despesas praticamente em todos os programas importantes relacionados com o melhoramento, mesmo que limitado, da situação económico-social dos trabalhadores. Especial importância foi dada ao combate à inflação à custa do americano comum. Reduziam-se consideravelmente as despesas com a assistência médica, os subsídios para algumas categorias de previdência social e para a instrução superior, para a reciclagem dos desempregados, etc. O Presidente renunciou praticamente ao programa de ajuda às cidades, programa esse muito elogiado por ele. No projecto de orçamento federal para 1981, a Casa Branca previu de novo a redução drástica das despesas para fins económicos e sociais.

Não é de estranhar que as sondagens à opinião pública acusem o agravamento contínuo da crise de confiança na Casa Branca. Em Julho de 1979, menos de 25-30% da população exprimiu a sua confiança na administração. A insatisfação dos trabalhadores com certos aspectos da política interna do governo atingiu proporções sem precedentes nos EUA. Assim, nos meados do mesmo ano, 82% dos interrogados apreciaram negativamente o programa anti-inflacionista, 83% — a política energética e 80% — a política económica geral. Na Primavera de 1980, depois de passar a primeira onda de tendências chauvinistas, inspiradas pela histeria belicista desencadeada pela Casa Branca em torno dos acontecimentos no Próximo Oriente, o índice de confiança no governo caiu novamente para 30%, o que já se tornava quase habitual.

Muitos americanos encaravam agora o carácter habitual das irregularidades como um mal inevitável, quase uma norma, o que provocava o desânimo, o pessimismo, a desconfiança na possibilidade do melhoramento da sua situação. Nesse campo desenvolviam-se tendências de indiferença para com o que se passava, o egoísmo acentuado, o não querer saber se uma outra administração com um novo presidente seria melhor que o governo de Carter.

O aumento da escala dos problemas não resolvidos combinado com a incapacidade real de Washington para conseguir, pelo menos, a sua atenuação faziam com que a situação interna permanecesse instável e, como escreviam os jornalistas, «dificilmente dirigível» para os democratas durante toda a sua estadia no poder depois de 1976. Na Casa Branca compreendiam isto. Segundo notava, por exemplo, o conselheiro do Presidente para os problemas de política interna, S. Eizenstat, «dirigir efectivamente o país é agora mais difícil do que nunca na história norte-americana»[22].

O objectivo interno mais importante da administração — recuperar a confiança no poder de Estado — de tal forma não correspondia ao que se passava no país, que nenhumas campanhas «em defesa dos direitos do homem» poderiam desviar a atenção dos americanos das irregularidades internas. A única coisa que talvez pudesse competir com o grau de insatisfação da população com a situação no final da «década de crises» era o grande desejo da administração dos democratas em manter-se no poder nas eleições de 1980. «Washington

oficial» tinha em reserva um meio, várias vezes experimentado pelos círculos governamentais. Para o emprego desse meio desde há muito que os poderosos grupos militaristas conservadores, o complexo industrial-militar, os sionistas e as outras forças reaccionárias empurravam Carter. Além do mais, a própria Casa Branca não se mostrava alheia à tentação de o experimentar e o usar em plena medida.

A receita foi elaborada há muito, mas aplicou-se amplamente sobretudo nos anos da «guerra fria»: provocar uma crise ou um conflito internacional e, melhor ainda, toda uma série de crises, excitar o americano comum para que incitado pelo chauvinismo e pelo militarismo desenfreado, fechasse os olhos à insegurança em casa e confiasse cegamente na administração. Para tudo isto era necessário antes de mais tocar na tecla do anti-sovietismo.

O conselheiro do Presidente para os assuntos políticos internos, P. Caddell, numa das suas entrevistas, em Fevereiro de 1980, desenvolvia claramente a seguinte tese: maior vantagem para a consolidação das posições de um político no poder traz a criação de situações conflituosas ou até uma «pequena guerra» no estrangeiro. «Uma pequena guerra aumentará extraordinariamente as oportunidades nas eleições... — franqueava-se P. Caddell. Qualquer presidente pode obrigar o país a unir-se em torno dele com acções decididas e belicosas»[23]. Na administração dos EUA havia bastantes partidários das acções deste género, a começar pelo conselheiro do Presidente para os problemas de segurança nacional, Z. Brzezinski, nti-soviético patológico.

Por isso, quando no limiar do ano de 1980, Washington, perdendo o equilíbrio, virou bruscamente à direita o leme da política externa, isto além de revelar a falta de vontade dos círculos governantes do país em tomar em conta as realidades do mundo contemporâneo e o processo irreversível de sua renovação, revelou também o grau de nervosismo, vacilações e incerteza da élite governamental nas condições de «acumulação de crises» nos próprios Estados Unidos. «Obrigar os americanos a concordarem tácita e passivamente com o agravamento brusco das condições de vida» — assim caracterizou as raízes internas da famigerada «doutrina de Carter» o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA, Gus Hall.

* * *

Em 1968, os republicanos vencedores nas eleições constataram no seu programa eleitoral as realidades, atirando toda a responsabilidade para cima dos seus antecessores: «Vivemos um período de confusão. Dezenas de milhares de jovens deram a sua vida ou foram feridos no Vietname. Muitos jovens perdem a confiança na nossa sociedade. As nossas cidades tornaram-se centros de desespero. Milhões de americanos caíram num círculo vicioso de miséria e estão condenados à instrução deficiente, ao desemprego ou à ocupação incompleta... A inflação abala a confiança no dólar tanto no nosso país como no estrangeiro, reduzindo seriamente os rendimentos das famílias, dos desempregados, dos granjeiros e de todos aqueles que vivem de rendimentos fixos e de reformas. Hoje em dia os americanos não têm confiança no seu futuro e estão desenganados do passado recente»[24]. Tirando-se o Vietname, tudo o resto podia ser inteiramente aplicado às realidades americanas dez anos depois. O imperialismo dos EUA entrou nos anos 80 com uma abundância de problemas internos sem precedentes na sua história do após-guerra.

Capítulo II

O INDIVÍDUO NO SISTEMA SÓCIO-ECONÓMICO DOS EUA

«UM DESEJO PIEDOSO, MESQUINHO»

Os estadistas não poupam esforços na guerra verbal contra o desemprego. «A sociedade americana perdeu 1 bilião de dias de trabalho em 1962, pois os que queriam trabalhar não podiam encontrar emprego com o dia completo de trabalho — afirmava, por exemplo, J. Kennedy. Isto equivale a que todos os trabalhadores dos Estados Unidos ficassem sem salários durante três semanas». Também em 1976 o Partido Democrático fustigava o desemprego no seu programa eleitoral: «Milhões de pessoas não têm hoje emprego. O desemprego significa constante tensão nervosa, medo das contas não pagas, tempo perdido em vão, perda da dignidade pessoal, prejuízo nas relações familiares, alcoolismo, toxicomania e criminalidade... O trabalho é o critério do lugar que o homem ocupa na sociedade, é o meio de luta contra a miséria e a fome, é o modo de satisfazer outras necessidades dos trabalhadores e das suas famílias»[1].

Verdades incontestáveis. Mas no mesmo ano de 1976 os dois principais partidos políticos dos EUA propunham aos trabalhadores americanos, nos seus programas eleitorais, uma perspectiva bem diferente. Os republicanos — uma conjuntura económica em que o desemprego, no período de 1976 a 1980, se mantivesse ao nível de 7,5-7,7% da mão-de-obra; os democratas propunham manter o desemprego ao

nível de 4,5%. Noutras palavras, a existência de 4-7 milhões de desempregados satisfazia tanto uns como os outros. Os vencedores nas eleições com Carter à frente frisavam com orgulho que os seus cálculos a respeito do desemprego aproximariam o país bem perto da realização da chamada concepção do «pleno emprego».

Esta concepção é o exemplo da hipocrisia dos meios governamentais dos EUA. É natural supor, a julgar pelo nome, que se trata do direito ao trabalho para toda a população activa. Na realidade, tem-se em vista a regulação e planificação do desemprego. A economia política americana moderna afirma que o «pleno emprego» se atinge no caso de a taxa de desemprego não ultrapassar 4-4,5%, o que equivale aproximadamente a 4 milhões de desempregados. A ciência económica burguesa dos EUA costuma considerar a taxa de 4% como ideal para o desenvolvimento da economia capitalista. É calculado que esta taxa corresponde à utilização das capacidades produtivas em cerca de 92%, que a sua utilização mais completa elevaria o nível de emprego, os operários reivindicariam mais energicamente aumento dos salários e resistiriam à intensificação do trabalho. Por outro lado, quando a taxa oficial de desemprego ultrapassa 5%, os meios governamentais, partindo da experiência da luta de classes, começam a recear sérias complicações político-sociais e, em primeiro lugar, as lutas dos desempregados[2]. Por isso o objectivo da concepção do «pleno emprego» é manter o desemprego nos limites reguláveis.

Em Outubro de 1978, a concepção do «pleno emprego» pela primeira vez foi consolidada através da via legislativa. O congresso aprovou o projecto de lei Humphrey-Hawkins sobre o «pleno emprego», de acordo com o qual para 1983 o desemprego deveria ser mantido a nível de 4%.

Chamar «pleno emprego» à falta de trabalho

para milhões de pessoas é contradizer radicalmente todas as divagações acerca da defesa dos direitos do homem e o senso comum. São, porém, estas as realidades da sociedade capitalista americana.

Nos últimos decénios, o exército de desempregados americanos diminui pouco mesmo nos períodos de ascensão económica. É de notar que nos EUA não se incluem no número de desempregados os que trabalham pelo menos uma hora por semana, os que perdem a esperança em encontrar emprego e deixam de se registar na bolsa do trabalho. Tão-pouco se fixam formas de desemprego oculto, como a reforma forçada (3-5 anos antes do prazo), o trabalho sem qualificação que são obrigados a cumprir os especialistas com alto nível profissional, etc. Tendo-se em conta o desemprego «oculto», as suas verdadeires proporções, como pensam muitos economistas americanos, são 1,5-2 vezes superiores às estatísticas oficiais. A imprensa americana assinalou repetidas vezes que nos meados dos anos 70, além do desemprego registado, pelo menos 20% dos trabalhadores não tinham emprego em diferentes períodos do ano.

A AFL-CIO apresentou em 1976, na sua «Plataforma de propostas e reivindicações», uma característica detalhada da discriminação do indivíduo na vida económica dos EUA na primeira metade dos anos 70. Neste documento sublinhava-se: «Nos últimos sete anos a política económica catastrófica do governo conduziu à eliminação de milhões de postos de trabalho, destruiu as esperanças de milhões de famílias de melhorar as suas condições habitacionais e a educação dos seus filhos. Esta política conduziu a uma baixa do nível de vida no país, fez retroceder o melhoramento das condições dos trabalhadores pertencentes às minorias nacionais e das mulheres que aspiravam a ser membros da sociedade iguais em direitos ... O desemprego planificado era parte integrante da política económica da administração federal»[3].

As mulheres americanas, muito mais frequentemente que os homens, são vítimas do desemprego devido ao nível mais baixo da sua instrução profissional e à ocupação de postos de trabalho sem futuro. A taxa média de desemprego entre as mulheres é muito mais alta: por exemplo, em 1973 as mulheres perdiam o emprego uma vez e meia mais frequentemente que os homens.

Os cidadãos mais desfavorecidos nos EUA são os operários agrícolas, aos quais até agora quase não se estenderam as leis fundamentais do país sobre as normas sociais e de trabalho.

Até há bem pouco tempo não eram abrangidos pela legislação federal sobre a idade mínima para trabalhar e sobre o salário mínimo. Actualmente esses operários têm o direito ao salário mínimo que é, porém, muito inferior ao dos operários industriais. Só cinco estados do país têm leis sobre o seguro obrigatório em caso de desemprego para os operários agrícolas. A maioria dos estados exclui-os por completo da assistência social ou prevê apenas um seguro parcial.

A agricultura dos EUA continua a ser uma arena de violação dos direitos do homem numa das formas mais brutais — o trabalho infantil. A primeira lei sobre a utilização limitada do trabalho infantil, aprovada em 1938, não se estendia aos filhos dos operários agrícolas. Só em 1947 foi aprovada a legislação que proibia contratar jovens com menos de 12 anos de idade. Mas também estas limitações são sistematicamente violadas. No início de 1977, o presidente do Sindicato Unificado dos Operários Agrícolas, C. Chavez, escrevia: «Centenas de milhares de filhos dos operários agrícolas do nosso país com menos de 16 anos são obrigados a trabalhar constantemente nos campos... Se há quem pense que 'o trabalho na quinta é útil para

as crianças', esta ideia ingénua destruir-se-á ao tomar conhecimento da seguinte estatística trágica: a taxa de mortalidade infantil nas famílias de granjeiros é 125% e de tuberculose 260% superior à taxa nacional»[4].

Uma enorme esfera de violações dos direitos do homem nos EUA é a discriminação dos funcionários públicos nas relações de trabalho. Os Estados Unidos são praticamente o único país capitalista desenvolvido que até agora, salvo poucas excepções, priva os funcionários públicos do direito aos contratos colectivos. «Não podemos conseguir a aprovação da lei que permita aos nossos funcionários públicos travar negociações colectivas. Não podemos conseguir que se aprove a lei sobre a assistência médica. Não podemos conseguir a aprovação de leis dignas sobre a previdência social. Não podemos conseguir a aprovação da lei sobre o pleno emprego que garanta o direito ao trabalho ao nosso povo»[5], — assinalava o presidente da federação americana dos funcionários dos estados, distritos e municipalidades, D. Werf, numa das suas intervenções em 1976. O semanário sindical «Notícias da AFL-CIO» escrevia em Junho de 1976: «O funcionário federal é um trabalhador esquecido na política dos Estados Unidos no domínio das relações de trabalho»[6].

Um dos relatórios da Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis, publicado em 1977, revela o quadro geral da violação dos direitos do homem no domínio sócio-económico, sobretudo em relação aos negros, outras minorias nacionais, à juventude e às mulheres. Neste documento dá-se uma característica detalhada das diferentes categorias de desempregados. Destaca-se o grupo dos chamados desempregados «desesperados» que perderam toda a esperança de encontrar emprego. Em 1974-1975, eram cerca de 1 milhão, constituindo 85% deste número as mulheres, os jovens e as pessoas

de idade. O maior grupo de desempregados é constituído por pessoas que perderam o emprego em consequência dos despedimentos em massa. A percentagem dos trabalhadores negros era extraordinariamente elevada — cerca de 18%, apesar dos negros constituírem, em 1975, 11% da população activa. «Os últimos a serem admitidos e os primeiros a serem despedidos» — é uma regra em relação às minorias nacionais, às mulheres e à juventude. Assim fazem praticamente todos os empresários norte-americanos.

A discriminação económica das minorias nacionais, das mulheres e da juventude existiu nos EUA sempre, mas agrava-se particularmente nos períodos de crises. Assim, em 1921, aos operários negros pagava-se, em Detroit, 5 vezes menos que aos brancos. Durante a Segunda Guerra Mundial, só um operário negro entre 22 tinha profissão, enquanto entre os brancos, um entre sete. A situação não melhorou também nos meados dos anos 50: o rendimento da família dos americanos não brancos constituía em média 54% do rendimento da família dos brancos. As mulheres ganhavam quase duas vezes menos que os homens, independentemente dos estádios cíclicos da economia dos EUA. A relação entre os brancos e os não brancos no exército de desempregados não sofreu grandes alterações. Em 1973, assim como em 1954, os americanos não brancos constituíam 8,8-9% e os brancos 4,3-4,4% dos desempregados. No que respeita a salários da população não branca, era quase 2 vezes menor do salário dos brancos, tanto em 1954 como em 1973. No fim dos anos 70, a relação entre o rendimento da família negra e a família branca correspondia a 57%. O desemprego entre os negros era 2,5 vezes maior que entre os brancos[7].

É tradicionalmente dura a situação dos jovens negros com a idade entre 16 e 19 anos. Em 1968-1976, o desemprego entre esta categoria de ameri-

canos era cerca de 2 vezes maior do que entre a juventude branca. Em geral, os jovens com a idade até 19 anos, que representam 10% da população activa, constituem 25% do número total de desempregados.

Apesar da legislação sobre «a igualdade de direito ao trabalho» aprovada nos anos 60, estes direitos «permanecem não realizados para muitos representantes das minorias nacionais e as mulheres dos EUA» — constatou a Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis. Na carta ao Presidente dos EUA e aos dirigentes do congresso, adjunta ao relatório, a comissão assinalava: «A perspectiva da manutenção da elevada taxa de desemprego e de crises económicas no futuro ameaça não só as minorias nacionais muito vulneráveis e as mulheres com pouco tempo de trabalho na produção, como também muitos operários brancos, especialmente jovens. O preço social desse desemprego, incluindo os que perderam o emprego e a esperança de o encontrar, é uma verdadeira tragédia nacional»[8].

A legislação sobre os subsídios de desemprego, aprovada, no fundamental, há vários decénios, não corresponde nada às dimensões actuais do desemprego nem ao custo de vida. Mesmo o subsídio máximo é, em 37 estados, inferior ao «nível de pobreza»*.

Com que meios pensam na América combater o desemprego? É claro que não se trata da sua liquidação completa. Contudo, os economistas burgueses buscam meios para reduzir o desemprego até um certo ponto. O mesmo relatório da Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis contém

* Como índice do «nível de pobreza» utiliza-se nos EUA o cálculo do preço mínimo da ração de uma família pobre, aumentado 3 vezes, supondo-se que as despesas das famílias pobres com a alimentação constituem um terço das despesas totais. As estimativas oficiais do «nível de pobreza» são rebaixadas consideravelmente.

a resenha de algumas receitas para a diminuição do desemprego. Em primeiro lugar, a diminuição do tempo de trabalho, inclusive através da interrupção temporária do funcionamento da empresa ou instituição, o despedimento temporário «por turno», etc. Em segundo lugar, o «apelo» aos trabalhadores para aceitarem voluntariamente as férias não pagas ou a reforma antes do prazo estabelecido. Em terceiro lugar, procurar que os trabalhadores consintam, «voluntariamente» é claro, a redução dos salários, recusem-se os aumentos, etc. O quarto grupo de meios pressupõe o «consentimento» dos trabalhadores na redução das regalias sociais quando da incapacidade de trabalho e os seguros, a diminuição das quotas para os fundos sindicais da previdência social e o aumento destas quotas para as caixas do empresário, a recusa ao ensino profissional, etc.

Estes meios de garantia capitalista do direito ao trabalho nada têm de voluntário. Todos eles de um modo ou de outro praticam-se no sistema económico dos EUA sem qualquer consentimento dos cidadãos. O comum deles é pretender «superar» o desemprego à custa dos trabalhadores, limitando o seu direito ao trabalho ou reduzindo artificialmente a produção. Cada um destes meios visa afectar o indivíduo, confirmando inteiramente a ideia de Marx de que na sociedade burguesa o direito ao trabalho é um «contra-senso, um desejo piedoso, mesquinho»[9].

A CRUELDADE DA SAÚDE PÚBLICA AMERICANA

A saúde pública dos EUA encontra-se numa situação paradoxal. Por um lado, os Estados Unidos ocupam o último lugar, entre os países capitalistas desenvolvidos, no número de leitos hospi-

talares para 100 mil habitantes. Mais do que isso, no período entre 1960 e 1975 o número de leitos nos hospitais americanos reduziu-se sensivelmente. Por outro lado, a carestia da hospitalização deixa diariamente desocupados cerca de 200 mil leitos.

As alegações à inflação como causa «natural» do encarecimento, com que nos EUA pretendem justificar a situação, são absolutamente inconsistentes, pois o tratamento no hospital encareceu nos últimos decénios 7 vezes mais rápido que os preços ao consumidor. O tratamento num hospital americano custa hoje 500 dólares em média. No Congresso foi uma vez citado o caso de um paciente que por dez dias de estadia no hospital devia pagar 23 mil dólares. Só os remédios custavam 3,5 mil dólares.

Durante o ano de 1977, por exemplo, os americanos pagaram 65,6 mil milhões de dólares pelo tratamento no hospital e 42 mil milhões de dólares pelas visitas ao médico, incluindo 12 mil milhões de dólares pelos serviços. (Pode-se notar de passagem que a indústria farmacêutica desde há muito tem a taxa de lucro mais elevada no país). Em 1980, as despesas dos cidadãos dos EUA com a protecção da saúde constituíram perto de 229 mil milhões de dólares e nos meados dos anos 80 esta soma duplicará[10]. «Fazemos comércio» — confessa francamente M. Barch, administrador do centro médico da Universidade J. Washington. «O nosso sistema de saúde pública não é sistema nenhum» — diz um dos dirigentes do Ministério da Saúde, Educação e Previdência Social, L. Schaeffer. Não é exacto. O sistema existe e funciona com bastante eficácia, mas o seu supremo objectivo não é a protecção da saúde do homem. O mesmo Schaeffer cita um exemplo: «Em 1979, os funcionários públicos descobriram que quanto menos leitos há num lugar mais elevada é a percentagem da sua utilização e maior o custo do tratamento por paciente. Quanto menos médicos há num lugar, mais elevados são os seus honorários»[11].

A indignação da população pela situação no domínio da protecção à saúde obriga as autoridades federais a procurarem a aprovação da legislação que limite a 9% o aumento anual dos preços da assistência médica. As associações profissionais dos médicos são categoricamente contra, apesar de que todos os médicos americanos, ao receber o diploma, prestam o juramento de Hipócrates e prometem ajudar as pessoas sem poupar forças.

O sistema de iniciativa privada, que é a base da assistência médica nos EUA, frequentemente dá resultados surpreendentes. Acontece que os médicos estão objectivamente interessados não no restabelecimento mais rápido do doente, mas no seu tratamento mais prolongado e mais caro. Uma vez os médicos de Los Angeles, em sinal de protesto contra as maquinações das companhias de seguro, afrouxaram o ritmo de trabalho. O número de operações cirúrgicas não urgentes diminuiu duas vezes. Mas ao mesmo tempo diminuiu consideravelmente a taxa de mortalidade. Segundo o Dr. M. Roemer da Universidade da Saúde Pública da Califórnia, «estas descobertas confirmam que o povo só ganharia se se fizesse menos operações cirúrgicas desnecessárias»[12].

Se nos hospitais americanos faltam doentes por causa da carestia, nos asilos para velhos, ao contrário, faltam lugares. Em 1978, nos EUA, havia cerca de 22 milhões de pessoas com mais de 65 anos de idade, encontrando-se cerca de 1 milhão nos asilos para velhos. Entre estes asilos há estabelecimentos com condições dignas, mas a quota de entrada é de 15-20 mil dólares e mais, e o pagamento mensal é de mais de 400 dólares[13].

O sistema de internatos para velhos assenta exclusivamente no princípio da rentabilidade: o seu lucro anual é de 4%. Não é por acaso que na

imprensa dos EUA aparecem notícias de que por este negócio lucrativo se interessou o crime organizado. Os jornalistas americanos chamam «ghetto de velhos» à vida dos cidadãos idosos do seu país.

Nos meados dos anos 70, cerca de 22 milhões de pessoas não eram abrangidos por nenhumas formas de assistência social em casos de perda de capacidade de trabalho na produção. Segundo estatísticas oficiais, anualmente 14 mil americanos morrem em acidentes de trabalho, mais de 2 milhões ficam estropiados e cerca de 400 mil atingidos por doenças profissionais. As estatísticas sindicais apresentam um quadro mais grave: em cada dez operários americanos um é vítima de um ou outro acidente de trabalho ou doença profissional. De acordo com os cálculos dos sindicatos, anualmente de doenças profissionais morrem 100 mil pessoas. Segundo as estimativas de R. Nader, destacado homem público dos EUA, em 1970 registaram-se 8-9 milhões de acidentes de trabalho, dos quais resultaram cerca de 2,75 milhões de casos de incapacidade temporária para trabalhar. Nader considera que os casos mortais em consequência de crimes na rua não atingem nem sequer metade dos acidentes mortais na produção. A percentagem dos acidentes mortais na indústria de construção dos EUA é muito mais elevada que na polícia.

Como se protege, nos EUA, a saúde dos inválidos? No começo dos anos 70 havia no país mais de 17 milhões de inválidos, incluindo cerca de 6 milhões completamente inválidos com a idade entre 18 e 64 anos. Segundo dados oficiais, 40% das famílias dos inválidos com filhos vivem abaixo do «nível de pobreza».

No que diz respeito ao problema da protecção à saúde dos negros, esta é determinada em grande parte pelo facto da sua idade média ser, no país, 6 anos menor do que a dos brancos. Por exemplo, no Harlém de Nova Iorque, onde vive mais de

300 mil negros, o número de médicos por mil habitantes é duas vezes inferior ao dos outros bairros da cidade. Também é muito inferior a qualidade da assistência médica. A taxa de incidência das doenças como hipertensão, anemia, pneumonia, diabetes é bastante mais elevada que em toda a cidade. A mortalidade infantil em Harlém é 2 vezes superior aos índices médios na cidade.

É calculado que a idade média dos representantes das camadas pobres da população cessa precisamente ao começar a idade de aposentação. Para eles, de facto não existe o problema das pensões. De forma mais cruel ainda o capitalismo norte-americano «resolveu» o problema das pensões para os índios: os aborígenes da América em média não chegam à idade de aposentação e morrem pouco mais ou menos 20 anos antes de atingir esta idade.

A INSTRUÇÃO COMO MERCADORIA

A instrução é nos EUA uma mercadoria cara. Em 1979, nas melhores escolas superiores (Universidades de Harvard, de Stanford e outras) o custo anual do ensino ultrapassou 7 mil dólares e, acrescentando o que se paga pela residência dos estudantes, mais de 10 mil dólares[14]. Por outras palavras, uma família americana de quatro pessoas que vive no «nível de pobreza», para manter o seu filho ou filha na escola superior privada, deve gastar tudo até ao último centavo e mesmo assim pode não chegar. O custo do ensino nas escolas superiores privadas dos EUA corresponde ao preço de três-quatro automóveis. Em 1970-1977, o custo do ensino nos colégios americanos aumentou 77%.

A dependência da qualidade e conteúdo da instrução em relação à situação económica do indivíduo é o terreno em que florescem as mais variadas formas de discriminação que regulariza o acesso

a umas ou outras profissões conforme os interesses da classe governante. A profissão de advogado é um dos exemplos. J. Auerbach, destacada autoridade americana em matéria da jurisprudência, publicou em 1976 um estudo dedicado aos problemas da formação dos advogados profissionais desde o século XIX até hoje e intitulado «A justiça inadequada». No livro desmente-se de uma forma convincente o mito de que nos EUA a profissão de advogado é acessível a todos. Para os «estranhos», os oriundos das famílias de granjeiros e imigrantes, os representantes das minorias nacionais, «a carreira numa firma de Wall Street é a escalada de muro abrupto». Segundo Auerbach, até à década de 70, os negros e outras minorias nacionais, assim como as mulheres eram de facto «outsiders» na profissão de advogados[15]. Nos anos 70 a situação praticamente não mudou. Os estudantes negros constituíam, em 1976, nas escolas superiores dos EUA pouco mais de 4% do número total de estudantes.

Com especial cuidado impedem nos EUA o acesso dos «indivíduos indesejáveis» ao corpo docente. A Universidade californiana de Berkeley é uma das melhores nos EUA e ao mesmo tempo uma das mais racistas. Na crónica local abundam casos de despedimentos dos professores por motivos raciais e políticos. Assim, sob diferentes pretextos, foram expulsos de Berkeley William Du Bois, Angela Davis, J. Red, prémio nacional de literatura de 1973, e outros. O professor de sociologia G. Edwards, despedido da Universidade de Califórnia pelas suas convicções progressistas, testemunha: «Durante os sete anos de trabalho em Berkeley, eu deparava constantemente com a discriminação racial dos negros e de outras minorias nacionais. Basta dizer que entre 4600 professores da nossa Universidade há só 24 negros»[16]. Situação análoga existe também noutros grandes centros de ensino dos EUA.

E quando, por fim, se recebe a instrução ou,

melhor, se compra, surge a questão: e depois? O jovem especialista não tem certeza de que receberá emprego, tanto mais emprego segundo a profissão. A revista «U.S. News and World Report» escrevia em Março de 1977: «Pode-se encontrar jovens especialistas diplomados em criminalística, zoologia, arte entre os carregadores em depósitos, mecânicos de aparelhos automáticos, balconistas. Por exemplo, K. Andersen, graduado em inglês da Universidade de Florida, é vendedor de vinho numa loja. Robin Reid graduada da Universidade de Georgetown em relações internacionais vê-se obrigada a dançar nos restaurantes nocturnos... Exemplos como estes há muitos».

Segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a instrução superior nos EUA torna-se cada vez mais um «bilhete para parte nenhuma» quando se trata da possibilidade de obter um emprego depois de terminada a escola superior. De acordo com as estimativas da OIT, no período de 1974 a 1985, 950 mil pessoas formadas nas escolas superiores americanas não terão postos de trabalho garantidos segundo a sua profissão. O desemprego entre as jovens engenheiras e cientistas é actualmente 4 vezes maior do que entre os homens das mesmas profissões.

A tarefa elementar de qualquer escola é ensinar a ler e a escrever. No entanto, até hoje, no terceiro século da existência do Estado americano, o analfabetismo é um facto real. L. Matthias, sociólogo alemão, assinala no seu livro «A outra face dos EUA» que «mesmo excluindo a população negra, a percentagem de analfabetos nos Estados Unidos é mais elevada que em qualquer outro país civilizado do mundo»[17]. Segundo o recenseamento de 1969, nos EUA havia mais de um milhão de pessoas totalmente analfabetas com mais de 14 anos de idade. Além disso, muitos investigadores americanos e estrangeiros põem seriamente em dúvida os boletins ofi-

ciais sobre o analfabetismo. Nos recenseamentos aplica-se um critério extraordinariamente simplificado: basta saber escrever o seu nome.

A contradição entre as estatísticas e a realidade foi revelada nos EUA já durante a Primeira Guerra Mundial, quando do exame dos recrutas. Os resultados obtidos levaram o então Ministro do Interior, F. Lane, a escrever: «Que se pode dizer de uma democracia que envia para a Europa a fim de propagar a democracia um exército, no qual entre os primeiros 2 milhões de recrutas cerca de 200 mil não podiam ler as ordens escritas? ... Que se pode dizer de uma democracia que apela os seus cidadãos para criarem a Sociedade das Nações... se 18% dos futuros cidadãos desta democracia não frequentam a escola? ... Que se pode dizer de uma democracia que anualmente gasta na produção de chiclets duas vezes mais que na edição dos manuais para as escolas?..»[18]

Mais tarde a situação também não mudou. Em 1943, o Congresso constatou que o número de recrutas totalmente analfabetos atingia já 12%. A causa não era a incapacidade dos recrutas. Os legisladores verificaram que cerca de 8% da população americana era insuficientemente alfabetizada.

Resultados surpreendentes deram os inquéritos realizados, nos meados da década de 60, pelo jornal «The New York Times» e pelo colégio nova-iorquino Queens. Os jovens que acabaram a terminar a escola secundária não sabiam calcular 10 por cento de uma soma determinada. Só 6% deles conheciam os nomes de todos os 13 estados que tinham formado os EUA. Só 16% conheciam os méritos históricos de Tomás Jefferson. Cerca de 41% nunca ouviram falar do grande poeta americano Walt Whitman. Só 2,8% tinham uma ideia sobre a população do Canadá, país vizinho (alguns pensavam ser superior a 100 milhões de habitantes). Poucos sabiam onde se encontra o México, etc,[19]

A situação continua a não melhorar. Em 1970, o Ministério da Saúde, Educação e Segurança Social revelou: cerca de 5% dos jovens americanos de idades entre 12 e 17 anos (cerca de um milhão) não sabiam ler nem escrever a nível do 4 ano escolar, ou seja, eram praticamente analfabetos. No mesmo ano, o Instituto de sondagem à opinião pública Harris informou que pelo menos 12,5 milhões de americanos maiores de 16 anos são funcionalmente analfabetos, pois não podem fazer operações elementares que exigem o nível mínimo de conhecimentos. Em Março de 1979, «The New York Times» informou, por exemplo, que 40% dos finalistas estavam convencidos de que Israel é um Estado árabe e 17% deles — que nos EUA há mais habitantes do que na China. A este propósito o jornal recordou a investigação realizada no âmbito da UNESCO para revelar o que conhecem os estudantes de vários Estados da cultura estrangeira. Os escolares dos EUA estavam no último lugar da lista.

C. Hunter e D. Harman, autores do relatório «O analfabetismo dos adultos nos Estados Unidos», preparado em 1979 para a Fundação Ford, assinalavam que em cada cinco americanos um, ao exercer as suas numerosas tarefas diárias, tem dificuldades relacionadas com o nível de educação escolar insuficiente. Nos meados dos anos 70, cerca de 38% da população adulta dos EUA com 16 anos e mais não tinham instrução secundária e não eram estudantes. O analfabetismo acompanha habitualmente a pobreza, a discriminação racial, o desemprego e as más condições habitacionais. A percentagem das pessoas com baixo nível de instrução é particularmente elevada no Sul dos EUA. Quanto às medidas que o governo toma para o ensino da população adulta e em particular para a liquidação do analfabetismo, elas não correspondem de forma alguma às proporções do problema. Só 2-4% dos americanos com 16 e mais anos que não terminaram

a escola secundária estudam segundo os programas de ensino secundário para os adultos, financiados pelo governo dos EUA[20].

Os vícios do sistema de instrução americana são inseparáveis do racismo — a lesão mais vergonhosa dos direitos do homem. Durante longo tempo, a partir do fim do século passado, nos EUA seguiam abertamente o princípio racista do ensino «igual mas separado». Um certo abandono deste princípio verificou-se apenas em 1954, quando o Supremo Tribunal dos EUA tomou a deliberação sobre a causa «Brown contra o Conselho da Educação» que até hoje se apresenta nos EUA como uma etapa histórica na contribuição para «a harmonia racial» na educação. Mas esta deliberação tinha carácter limitado, pois referia-se apenas às escolas já segregadas. O racismo encontrou sem dificuldade caminhos de rodeio. A discriminação continou. Além disso, a deliberação só se referiam às leis que admitiam a segregação aberta e não se estendia às numerosas manifestações indirectas do racismo que precisamente representavam a mais ampla esfera da discriminação.

Nos últimos anos, as tentativas de Washington em amortecer o problema racial na educação apresentam-se cada vez mais quase como que o processo de «extirpação do racismo» nas escolas. A situação real é outra. Num relatório especial da Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis, publicado no começo de 1977, foi documentalmente demonstrado que «os filhos das minorias nacionais nas cidades do país aproximaram-se menos que todos da promessa de ter a defesa igual das leis proclamada na Constituição e nas conhecidas deliberações do Supremo Tribunal»[21]. Assim, em cada três crianças negras duas frequentam escolas onde a maior parte dos alunos são oriundos das minorias nacionais. Situação análoga vivem os filhos dos americanos de origem espanhola.

A discriminação racial na educação aumenta principalmente nas grandes cidades. Pouco melhor é a situação no Sul do país que é considerado nos EUA como «sala de exposição» da dessegregação. Nas sete maiores cidades de Texas estuda menos de metade de todas as crianças negras do estado, 80% delas frequentam escolas altamente segregadas. No estado natal do ex-presidente Carter — Geórgia — só 22,6% dos alunos negros vivem nos bairros urbanos, mas cerca de metade deles estudam nas escolas segregadas. No relatório da Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis confirma-se por completo o facto da transformação do racismo no domínio da educação em sistema arraigado e que a camuflagem demagógica dos últimos anos não altera. «As crianças dos bairros urbanos continuam a estudar nas escolas racialmente isoladas e a viver nos bairros racialmente isolados. O responsável disso é antes de mais o poder estatal»[22].

A desigualdade continua a limitar, nos EUA, a possibilidade de receber boa instrução. Isto perturba toda a vida do indivíduo, violando brutalmente os direitos do homem de escolher a profissão, o género de actividade e o trabalho de acordo com a sua vocação e aptidões. E de forma alguma responde às esperanças de Tomás Jefferson a respeito da escola americana, destinada a «descobrir e chamar para a acção um mar de talentos que vivem na miséria».

A SEGURANÇA SOCIAL: «TARDE DEMAIS E POUCO DEMAIS»

A plataforma eleitoral do Partido Republicano dos EUA de 1972 continha uma declaração surprendente a respeito da segurança social de Estado: «Rejeitamos como desonesta a ideia de que todos os cidadãos têm o direito ao apoio do Estado in-

dependentemente da sua capacidade ou vontade de se abastecer a si e às suas famílias»[23]. Não foi uma declaração casual, mas uma posição de princípio dos republicanos que estiveram no poder na altura. Os democratas repetem mais ou menos a mesma coisa, chamando-lhe de «auto-abastecimento».

O funcionário destacado do Partido Comunista dos EUA, G. Green, sublinha que «no domínio das reformas, os EUA até hoje estão muito atrasados em relação a muitos outros países capitalistas»[24]. Esta conclusão com plena razão pode ser alargada a todo o sistema de segurança social americana.

Qualquer que seja o partido no poder, a segurança social dos trabalhadores depara sempre com imensas dificuldades. Mesmo na Europa capitalista, a segurança social já existia antes que nos EUA começassem a pensar neste problema. Na Alemanha, os germes da segurança social apareceram já em 1883, na Áustria em 1888, na Suíça e na Dinamarca em 1891. Quanto aos EUA, a primeira lei americana de previdência social, não federal e que só pressupunha o seguro limitado contra os acidentes, apareceu apenas em 1902. No período das grandes reformas sociais do «new deal» de F. Roosevelt, o atraso dos EUA em relação a outros países capitalistas que tinham aprovado as leis respectivas, era de 46 anos na esfera das reformas por velhice, de 28 anos no seguro em caso de perda do amparo da família, de 26 anos no seguro por desemprego.

Nos meados dos anos 30, as pensões eram miseráveis. No estado de Dacota do Norte, por exemplo, o reformado recebia 69 centavos por mês. Além disso, o seguro social por velhice só abrangia os empregados federais. A primeira lei das pensões para os operários e empregados do sector privado, que constituem a esmagadora maioria dos trabalhadores americanos, foi aprovada em 1934 e só dizia respeito aos ferroviários.

A segurança social nos EUA estava muito atrasada em relação às necessidades da população também nos meados dos anos 60, quando no país foram feitos os maiores esforços, depois da década de 30, no domínio do reformismo social. O estado das coisas naquele período foi caracterizado com bastante exactidão por L. Mathias: «Se se excluir o seguro de que beneficiam os grupos relativamente pequenos de pessoas (viúvas e viúvos, idosos), o seguro limitado por desemprego e por velhice são duas formas de seguro geral que se estendem nos EUA às categorias consideráveis de trabalhadores. No entanto, os prémios que se pagam são muito baixos para as condições americanas...»[25]

A segurança social nos EUA nos meados da década de 70

Formas de seguro e subsídios	Característica
Por incapacidade temporária	Não existe
Por gravidez e parto	Quase não existe
Seguro médico	Não abrange cerca de 22 milhões de pessoas
Por velhice	Não garante o nível mínimo de vida («nível de pobreza»)
Por perda do amparo da família	Não assegura o nível mínimo de vida
Por invalidez (resultante da doença ou acidente não relacionado com o trabalho)	Não abrange dois terços dos inválidos permanentes e absolutos; a pensão dos que a recebem não assegura o nível mínimo de vida
Em casos de acidentes de trabalho ou doenças profissionais	Não têm direito mais de 15 milhões de pessoas
Por desemprego	Não têm direito mais de 12 milhões de pessoas; em 37 estados o subsídio máximo não assegura o nível mínimo de vida
Subsídios aos idosos, inválidos absolutos e permanentes, cegos	Mais de duas vezes inferior ao nível mínimo de vida

O seguro social de Estado nos anos 70, apesar de certas mudanças para melhor alcançadas devido a muitos anos de luta reivindicativa dos trabalhadores, continuava a não corresponder à garantia satisfatória dos seus direitos nem muito menos ao nível actual de desenvolvimento económico dos EUA.

O que se considera nos EUA como pensão «suficiente»? A definição foi feita em 1965 pelo Ministério da Saúde, Educação e Segurança Social: a pensão mínima deve ser suficiente para que os pensionistas satisfaçam as suas necessidades vitais sem recorrer aos órgãos de previdência. Na realidade, as pensões, mesmo em termos médios, eram, nos meados dos anos 70, inferiores ao nível mínimo de vida. De acordo com as estatísticas oficiais, mais de 3 milhões de americanos com 65 anos e mais de idade têm os rendimentos abaixo do «nível de pobreza». Entre a população negra dos EUA os pobres constituem mais de 30%. É péssima a situação das negras velhas e solitárias.

A luta do homem que envelhece pela subsistência torna-se cada vez mais difícil nas condições da inflação que durante o último decénio cresce sem parar. «O sistema de segurança social era inadequado desde o início — assinala G. Green. Mas a inflação crónica no pós-guerra causou-lhe um prejuízo que a nada pode ser comparado. Os pagamentos no domínio da segurança social baseiam-se no salário médio de há 15 anos... É calculado que em 1971 a pensão do operário constituía menos de 25% do seu salário máximo ou do seu salário anterior à sua reforma»[26].

É sabido que no capitalismo a segurança social é em grande parte o auto-abastecimento dos trabalhadores em forma de descontos directos do salário para os fundos da segurança social ou através dos impostos. Os trabalhadores americanos dão ao Estado em forma de impostos directos e indirectos

muito mais do que dele recebem em forma de vários pagamentos e serviços sociais. Segundo alguns dados, o excesso de descontos dos salários dos trabalhadores sobre as despesas do Estado no domínio da segurança social constitui mais ou menos 25--50%.

Durante os quarenta anos de acção da lei da segurança social as quotas dos trabalhadores americanos aumentaram em relação aos salários quase 7 vezes e em termos absolutos em 156 vezes, atingindo 31,2 mil milhões de dólares em 1972[27]. De acordo com os dados oficiais, em 1974 o operário americano com o salário semanal médio de 170 dólares pagava ao fundo da segurança social 610 dólares, o que era duas vezes superior à quota do seu patrão. Quanto à participação do Estado na formação deste fundo, nos anos 70 a sua parte real diminuiu. Em 1972-1974, as despesas do Estado com o seguro de desemprego diminuiu cerca de 25%. Depois da chegada ao poder, em 1977, da administração dos democratas, a situação piorou ainda mais.

Brutal discriminação no sistema de segurança social pratica-se em relação às mulheres, em particular, ao contar-se os anos de seguro necessários para a pensão. Situação assombrosa existe nos EUA em relação à segurança social na gravidez e no parto: até hoje vigora a doutrina jurídica, segundo a qual a gravidez nada tem a ver com a segurança social. Em 1977, o Supremo Tribunal dos EUA confirmou a completa «legalidade» desta prática.

A POBREZA «CLÁSSICA» E MODERNA

O escritor americano W. Channing não exagerava ao descrever a América dos meados do século XIX: «As fábricas convertem-se em bordéis; as rendas de casa transformam-se em testemunhas de miséria; os caminhos-de-ferro prendem com grilhões podero-

sos a indústria que se encontra nas teias inextricáveis do feudalismo; de sob as roupas vistosas do sucesso saltam à vista os andrajos indecorosos da crescente miséria; das habitações luxuosas olham fantasmas macabros da miséria desesperada»[28].

O recenseamento nacional de 1900 constatou: quase um quarto da população activa não tinha emprego. A miséria era tanta que em cada dez defuntos em Nova Iorque um era enterrado no cemitério para pobres por conta social.

O capitalismo americano assinalou o começo dos anos 30 com recordes em miséria e ausência de direitos económicos. Em 1933, quando chegou ao poder F. Roosevelt, o número de desempregados atingiu 16 milhões. Só em Chicago, os desempregados constituíam 40% da mão-de-obra. As companhias preocupadas com a perspectiva de revoltas dos famintos tentavam «salvar» o centro da indústria automobilística, a cidade de Detroit. Concederam à municipalidade um empréstimo com a condição de que cada pessoa receberia não mais de sete centavos e meio por dia para a comida. Segundo reconhecia o Presidente H. C. Hoover, nos EUA havia na altura no mínimo 10 milhões de crianças doentes, às quais a miséria impedia o tratamento. Os professores davam de comer às crianças nas escolas.

«A miséria é vivaz como um gato» — escreve S. Lens, autor de um estudo especial «Pobreza: paradoxo estável da América», que fez uma lista das diversas formas de pobreza: a pobreza do granjeiro sem terra ou indigente; a pobreza daqueles que completa ou parcialmente necessitam da ajuda de outrem; a pobreza dos oprimidos — peles-vermelhas, brancos ou negros; a pobreza provocada pelas causas políticas; a pobreza dos indigentes, por exemplo, a pobreza do operário de baixa remuneração; a pobreza em consequência do desemprego causado pela depressão económica ou pelo progresso técnico; a pobreza dos explorados em virtude do racismo, os negros por exemplo; a pobreza dos que ficaram fora da esfera da caridade social, por exemplo, os brancos pobres do Sul, os índios americanos, etc.[29]

Também hoje a miséria não desapareceu, modificaram-se apenas as suas formas. Com justeza escrevia sobre a pobreza nos EUA o professor alemão Matthias: «Cada pessoa que vem aos Estados Unidos tem a impressão que lá não há nem pode haver miséria... No início realmente parece absurdo supor que nas cidades americanas exista miséria: ninguém anda esfarrapado e ninguém pede esmola; os supermercados e grandes lojas estão cheios de mercadorias; cada pessoa, até lavador de vidraça, parece, tem um carro próprio... Onde então está a miséria? Sem dúvida, nos bairros de negros, em Harlém, onde até mesmo os brancos amontoam-se em barracas. Mas isso **lá** são 'fenómenos dos arrabaldes' existentes em qualquer país. Assim falam mais ou menos os estrangeiros, e os americanos também, da miséria nos Estados Unidos...

«A miséria de facto não se vê — continua Matthias. Mas só não se vê porque a gente não aprendeu a vê-la. Algumas pessoas simplesmente são incapazes de se desembaraçar dos clichés da miséria, de acordo com os quais o pobre deve andar esfarrapado, mendigar, recolher as pontas de cigarro... No entanto, a miséria do século XX já não é como o era cem anos atrás.

«A miséria nos Estados Unidos é grande. É maior que em França ou Grã-Bretanha, na RFA ou Bélgica... Nos EUA é invisível porque as pessoas se envergonham da sua pobreza. Diferentemente da maioria dos países europeus, a miséria considera-se nos Estados Unidos como vergonha e até mais que vergonha. É considerada como um testemunho da total incapacidade do homem de resistir na luta pela subsistência...»[30]

Não falta também nos EUA a «miséria clássica», a mendicidade e a pedinchiche. No começo de 1977, a revista de Washington «Parade» publicou um esboço que foi considerado como um caso curioso: em Nova Iorque funcionavam com êxito os cursos para a preparação de mendigos. Frequentavam-nos jovens americanos (muitas vezes os que terminaram os colégios) que perderam a esperança em encontrar emprego e forçados a ganhar o seu pão pedinchando. Organizavam-se lições, seminários e exames. Ensinavam várias maneiras de pedinchar: estendendo simplesmente a mão; fingir ser vítima dos *gangsters* pondo uma ligadura manchada de pasta de tomate («manchas de sangue»), etc. Ensinava-se cerca de 50 métodos da profissão. Havia muitos que desejavam fazer a «escola de mendicidade»; num ano pelos cursos passavam vários milhares de pessoas. Previa-se abrir tais cursos também em outras cidades. Em São Francisco já funcionavam.

O estudo da mendicidade como profissão é um extremo. Muito mais grave é a situação de milhões de pessoas que vivem abaixo do «nível de pobreza». De acordo com os dados do Bureau de recenseamento, o número de pessoas que em 1977 viviam na pobreza constituía mais de 24 milhões, o que equivale a 11,6% da população dos EUA. 13% deste número eram pessoas com 65 e mais anos; 41% eram americanos com menos de 18 anos. Cerca de 40% dos pobres eram famílias cujo amparo principal era a mulher solteira. Segundo a opinião de alguns economistas americanos, as estatísticas oficiais escondem as verdadeiras proporções do problema da pobreza. No seu livro «O mito sobre a classe média», R. Parker demonstra que cerca de um terço da população dos EUA vive na pobreza[31]. Além do «exército de pobres» permanente, mais 50 milhões de pessoas, como mínimo, engrossam periodicamente esta categoria da população em certos períodos do ano.

A causa directa da pobreza é, na maioria dos casos, o desemprego do chefe de família. É ainda pior a situação das famílias em que o seu chefe é a mulher desempregada. Entre a população pobre estão invariavelmente os cidadãos idosos, as pessoas sem instrução suficiente, etc. A pobreza revela-se fortemente entre os trabalhadores dos serviços públicos, os operários agrícolas, os operários não sindicalizados. Os representantes das famílias pobres mais frequentemente têm um emprego mal remunerado. Os pobres passam fome, não têm a possibilidade de assistência médica nos hospitais e clínicas. Miséria significa também a ausência de direitos políticos. A vida na pobreza engendra a miséria e os vícios com ela ligados. A pobreza transmite-se de geração em geração.

O problema da pobreza é mais agudo no Sul dos EUA. Se no país, em média há um médico para 700 habitantes, nos estados do Sul, para 1000 e nas regiões agrícolas do Sul, — para 5 000. Segundo os dados de 1972, metade da população negra entre 20 e 67 anos não tinha instrução secundária completa. No total, no Sul 10 milhões de cidadãos vivem abaixo do «nível oficial de pobreza»[32].

A miséria como grave fenómeno económico-social foi pela primeira vez mencionada na plataforma eleitoral do Partido Democrático dos EUA em 1960. No período da administração de J. Kennedy foi elaborada uma série de projectos de combate à miséria. Em 1964, a administração de L. Johnson avançou um programa de medidas conhecido como o plano de «guerra contra a miséria». A Casa Branca asseverava então estar próxima da «vitória completa sobre a miséria». Mas a escalada da guerra no Vietname fez reduzir bruscamente os meios destinados à «guerra contra a miséria», e os primeiros anos da estadia de Nixon no poder foram assinalados pela suspensão de muitos programas económico-

-sociais. Após 1972 quase deixaram de dar atenção à ideia do "combate à miséria".

A pobreza à maneira norte-americana não é um problema isolado, mas antes um conjunto de problemas económico-sociais do país que atingem o indivíduo. Daí a diversidade dos factores que provocam a pobreza: o desemprego e a instrução insuficiente, o racismo e a discriminação por razões de nacionalidade, etc. Qualquer período da história americana é saturado de miséria e ausência de direitos económicos. A pobreza é nos EUA o indicador quase mais tangível da desigualdade e das desproporções colossais na distribuição dos bens materiais.

Capítulo III

O INDIVÍDUO NO SISTEMA POLÍTICO DOS EUA

Se nos EUA se reconhece, ainda que pouco, que no domínio económico-social «nem tudo é ideal», as liberdades políticas formais apresentam-se como o bastião indestrutível da democracia americana. As violações destas liberdades apresentam-se como casualidades e mais frequentemente, silenciam-se. As violações maciças dos direitos políticos do indivíduo é a esfera onde os meios governamentais dos EUA empreendem as tentativas mais enérgicas para deturpar a realidade.

É significativo a esse respeito o caso de Andrew Young, ex-representante americano na ONU e membro do gabinete governamental que em Julho de 1978 disse haver nos EUA centenas ou talvez milhares de presos políticos. A. Young, é claro, não disse nada de novo, enganando-se apenas nos números. Nas prisões dos Estados Unidos encontram-se muito mais pessoas isoladas pelas suas convicções políticas, pela cor da pele e origem nacional, embora a sua prisão se justifique juridicamente pelos artigos do código penal. Mas a constatação deste facto ordinário fez sensação: apareceram muitos artigos reprovatórios, ficaram indignados os políticos. No congresso tencionaram julgar Young mediante «impeachment». Já por si mesmo tudo isto revelava a vulnerabilidade dos meios governamentais face à verdade. «The New York Times» resumiu:

Young pôs no ridículo o Presidente e o país aos olhos de todo o mundo, atrapalhou os nossos amigos. A sua recente declaração na entrevista a um jornal francês de que nas prisões americanas estão «centenas ou talvez até milhares de presos políticos» foi feita justamente no momento em que Carter tentava exercer pressão máxima sobre Moscovo. Durante a entrevista, Young pensava, talvez, mais sobre si próprio e sobre a sua experiência pessoal no movimento pelos direitos civis[1].

Que tinha em vista o jornal?

Nos anos 60, o jovem Andrew Young participou no movimento pelos direitos civis no Sul dos EUA e por isso não podia não saber como as autoridades perseguiam os lutadores pela igualdade de direitos. Uma vez, o FBI, para desacreditar Martin Luther King, deixou-lhe uma gravação fabricada. A direcção do movimento qualificou este acto como uma tentativa de levar King ao suicídio. Posteriormente, foi precisamente Young que contou este episódio nas audiências do Senado. A experiência pessoal de Young desacreditava por completo as tentativas da administração dos democratas em ditar a moral aos povos do mundo. Mas o problema não estava apenas nele.

Decidiu-se não organizar o julgamento do representante permanente dos EUA na ONU. A todos era claro que Young tocou no ponto neurálgico.

«Desafio qualquer membro da Câmara: que saia e diga que o senhor Young não tem razão» — declarou o congressista W. Clay. O seu colega L. Stockes frisou: «... Ninguém, estando em seu pleno juízo, ousará negar... que na América as prisões estão cheias de pobres, na sua maioria, negros». E o congressista J. Conyers acertou no alvo: «Os homens que vivem numa casa de vidro não devem ceder à tentação de atirar pedras a outrem. Muito frequentemente, como o acontece com a campanha da administração de Carter pelos direitos do homem..,

as pedras por ela atiradas batem em nós próprios pondo a nu os modelos gritantes da hipocrisia»

Young várias vezes ainda se deu ao luxo de fazer declarações francas a respeito de uns ou outros problemas existentes nos EUA. E cada vez recordavam-lhe a sua declaração sobre os presos políticos. No fim de contas, a paciência da Casa Branca esgotou-se e Joung foi demitido.

CARÁCTER FICTÍCIO DO PODER DO POVO NO PROCESSO POLÍTICO

Na ideologia política americana reina a apologia desenfreada do processo político dos EUA. A sentença de A. Lincoln acerca da democracia americana como «a última e a melhor esperança na Terra» tornou-se nos EUA um chavão que se inculca desde a escola primária. O próprio conceito de democracia é considerado como sinónimo do «modo de vida americano». Os meios governantes do país não se envergonham em apresentar como axioma as afirmações de que os cidadãos se subordinam com alegria ao poder, que a garantia da sociedade democrática seria o acesso de cada americano à esfera da actividade política, que o indivíduo teria todos os direitos garantidos à manifestação das suas concepções políticas e à participação na direcção do Estado. Que argumentos se usam para demonstrar tudo isto?

Nos seus ataques, os apologistas do sistema político dos EUA partem desde há muito da ideia da soberania do povo: «o governo obtém os seus direitos com o consentimento daqueles que ele dirige». Proclamada pela primeira vez na prática estatal na Declaração da Independência, esta ideia figura no preâmbulo da Constituição de todos os estados americanos. Muitas gerações de especialistas em direito civil dos EUA consideram como básica a

concepção da soberania popular. Por exemplo, R. Dahl escreve no seu livro «A democracia nos Estados Unidos: promessas e realidade» que se os homens são obrigados a obedecer a normas não aceites por eles, já não podem considerar-se livres. «O governo sem o consentimento do povo é uma afronta à dignidade humana»[2].

Verdades incontestáveis.

A Constituição dos EUA começa com as seguintes palavras: «Nós, o povo dos Estados Unidos... estabelecemos e introduzimos esta Constituição para os Estados Unidos da América». No entanto, os historiadores americanos revelaram: a esmagadora maioria da população das 13 colónias que formaram os EUA não tinha nada a ver com estas palavras pelo simples facto dos membros da Convenção Constitucional, que aprovaram a Constituição em nome de todo o povo americano, representarem não mais de 10% da população[3]. Em todas as colónias inglesas da América do Norte, o direito de voto era condicionado pelo elevado censo de propriedade. Era ainda mais caro o direito de ocupar postos electivos. Era necessário possuir 300 dólares — soma muito grande para aquela época — para participar nas eleições no estado de Massachusetts, cerca de mil dólares para apresentar a sua candidatura à câmara dos representantes do Congresso e cerca de 3 mil dólares para o Senado dos EUA. Em 1790, só um homem adulto entre dez podia eleger o governador de Nova Iorque. A grande maioria da população masculina não tinha direitos eleitorais. As mulheres também não os tinham, já sem falar dos negros escravos.

Os autores da Constituição americana deixaram bem claro o sentido que davam ao conceito «povo». J. Madison, quarto Presidente dos EUA, dizia: «Não se pode, talvez, negar que cada homem tenha direitos iguais; mas dêem a todos os homens ... os direitos eleitorais iguais, e isso desencadeará uma revolução como consequência inevitável...». J. Monróe, quinto Presidente dos EUA, escrevia «Se conceder o direito eleitoral a toda a população sem qualquer censo de propriedade, surge o perigo das massas pobres — a mais numerosa categoria da população — elegerem homens que, por sua vez, serão um instrumento nas mãos daqueles que pretenderão derrubar o governo...»[4]. O presidente da Convenção Constitucional, o primeiro Presidente dos EUA G. Washington nunca incluiu no conceito «povo» os escravos, tanto mais os seus próprios.

Os estereótipos ideológicos americanos, segundo os quais a vantagem principal do sistema político dos EUA é a mais ampla participação do povo no processo político, não se conciliam, por exemplo, com o seguinte facto: como mostra um cálculo simples, dos 200 e tanto anos da história dos EUA 53 anos governavam o país Presidentes que não tiveram nas eleições o apoio da maioria da população. Quinze Presidentes dos EUA não foram eleitos pela maioria da população. Três deles — J. Adams, R. Hayes, B. Harrison — foram eleitos apesar de a maioria dos eleitores apoiarem os seus principais adversários.

Alguns «presidentes da minoria» americanos

Ano	Presidente eleito	Votos dos eleitores (em %)	Adversários que obtiveram o maior número de votos (em %)	
1824	J. Adams	30,54	E. Jackson	43,13
1856	J. Buchanan	45,63	J. Fremont	33,27
1876	R. Hayes	48,04	S. Tilden	50,99
1888	B. Harrison	47,86	G. Cleveland	48,66
1892	G. Cleveland	46,04	B. Harrison	43,01
1912	W. Wilson	41,85	T. Roosevelt	27,42
1948	H. Truman	49,51	T. Dewey	45,13
1960	J. Kennedy	49,71	R. Nixon	49,55
1968	R. Nixon	43,16	H. Humphrey	42,73

Em 1971, nos EUA, apareceu «A história das eleições presidenciais americanas. 1789-1968» em quatro volumes sob a direcção geral de A. Schlesinger[5]. Na introdução, Schlesinger diz que no século XX em nenhuma campanha eleitoral participou mais de 65% dos eleitores. Estas conclusões podem ser completadas. Por exemplo, na campanha eleitoral de 1920, em que, facto notável, pela primeira vez foi permitida a participação das mulheres, na votação participaram apenas 42% dos eleitores. Considerando que em virtude do censo de idade mais 9 milhões de cidadãos com a idade de 18 a 21 anos não tinham o direito de voto, resulta que dois terços da população com 18 e mais anos não participaram no exercício da «soberania do povo».

Posteriormente pouca coisa mudou. Após a Segunda Guerra Mundial, nas eleições presidenciais não participaram de 37% dos eleitores (em 1948) a 48,9% (em 1964). Em 1976, 46% dos americanos com o direito de votar recusaram-se a participar nas eleições presidenciais.

Nas eleições para o Congresso em 1978, 96 milhões de americanos não foram às urnas eleitorais, tendo estabelecido assim o recorde da «liberdade de expressão» no processo político dos EUA. No que respeita àqueles que votaram, a sua atitude para com as eleições revelaram em certa parte os resultados do inquérito realizado pela companhia «National Broadcasting» e a agência «Associated Press» logo após a votação. A cerca de metade dos interrogados não interessava quem seria eleito. As eleições de 1978 mais uma vez trouxeram testemunhos curiosos do conteúdo real da «soberania do povo» americana, da «vontade decisiva da maioria». Por exemplo, o senador J. Tower de Texas foi reeleito com os votos de cerca de 8% dos habitantes deste estado, o governador de Nova Iorque E. Koch com 12% dos eleitores. «É impossível

negar — frisava o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA, Gus Hall — que a maioria das personalidades que venceram nessas eleições recebeu os votos de 15-25% dos eleitores registados... O número das pessoas que não se ligam a nenhum dos dois velhos partidos e não apoiam nenhum deles, hoje é grande como nunca na história»[6].

«Temos o mandato dos eleitores» — assim explica também a sua política a actual administração dos EUA. Como estão as coisas na realidade, explica o investigador americano A. Rowse. Cita cálculos simples: nas eleições presidenciais de 1980, no republicano R. Reagan votou 51% dos eleitores, o que constitui apenas 27% da população com direito a voto. 76 milhões de americanos não foram às urnas. A sondagem à opinião pública revelou, além disso, que só 23% dos americanos consideram os republicanos possuidores do «mandato» para promover a política externa de agressão e a política interna conservadora. 63% dos interrogados estão convencidos de que R. Reagan venceu porque os eleitores rejeitaram J. Carter. A sondagem da organização Gallup revelou que só 10% dos americanos explicam a eleição de R. Reagan pelo seu programa militarista conservador. «Onde está então o famigerado 'mandato', do qual fala a Casa Branca?» — pergunta A. Rowse[7].

O politólogo J. Pomper estudou 1399 promessas pré-eleitorais de cada partido. Só 10% delas eram propostas alternativas[8]. Segundo outros dados, antes do começo dos anos 60, só 18-36% dos eleitores podiam distinguir as posições dos partidos em relação a uns ou outros problemas sociais importantes[9].

É particularmente o Partido Democrático dos EUA que de há muito não tem poupado esforços para demonstrar a existência dos plenos direitos do indivíduo no sistema político americano. Os seus ideólogos há tempos cultivam o mito de que

os democratas são «o partido do homem simples». O historiador G. Domhoff decidiu ver se é assim. No seu livro «Gatos gordos e democratas. O papel dos ricos no partido do homem simples», o autor escreve: «Tentarei demonstrar que neste partido, de facto, dominam várias camarilhas de 'gatos gordos' que se apoiam na rede nacional de relações sociais e de negócios». A parte dos «gatos gordos», o grande negócio, no financiamento das despesas do partido democrático constitui de 40 a 60%; o resto oferecem os sindicatos (20-25%), os adeptos comuns do partido (cerca de 15%) a até os *gangsters* (10-15%). Portanto, constata G. Domhoff, o partido democrático não se distingue nada do partido republicano, embora estejam ligados a diferentes grupos financeiro-industriais[10].

Nos anos 70, diminuíam cada vez mais as diferenças nas atitudes dos dois principais partidos dos EUA para com muitos problemas importantes da vida do país. Actualmente, estas diferenças, se revelam, determinam-se pela posição que prometa o maior efeito político conjuntural.

Os sociólogos americanos J. Brown e Ph. Seib, nos seu livro «A arte da política. A estratégia eleitoral e a direcção das campanhas eleitorais», analisaram detalhadamente o mecanismo interno da realização das eleições nos EUA. Durante toda a história do país, a composição dos eleitores americanos sofreu limitações por razões de idade, sexo, raça e situação económica. Só nos meados dos anos 60, algumas restrições foram formalmente suprimidas, o que não anula as restrições reais. Entretanto, significado determinante têm hoje precisamente as restrições reais ou a criação de condições onde o direito de participar no processo político se limita realmente[11].

O sociólogo L. Salamon contou cerca de 60 razões para explicar a apatia política dos americanos. A principal delas é a compreensão pelos cidadãos

do absurdo da participação no processo político do país. Mas existem causas ocultas, sobretudo em relação à passividade política das minorias nacionais e raciais. Assim, L. Salamon analisou os motivos da recusa à votação no estado de Mississípi depois de aprovada, em 1965, a lei sobre os direitos eleitorais dos negros, lei que se apresentou como «o florescimento sem precedentes» da democracia no Sul dos EUA. Eis o que ali aconteceu após 1965. Cinco anos depois, nas eleições participaram, em média, menos de 50% dos eleitores negros. Dos 85 distritos eleitorais, onde os negros constituíam a maioria da população, apenas em quatro os negros entraram nos órgãos do poder local. E em Mississípi nenhum negro foi eleito para cargo nenhum. «Alguma outra coisa, além das barreiras legais removidas pela nova legislação sobre os direitos dos negros, impede a sua verdadeira participação no processo político»[12] — conclui L. Salamon.

«Outra coisa» é o medo. A sua fonte é o receio de repressões e, principalmente, a situação económica dos negros. Do patrão — mais frequentemente branco — depende o posto de trabalho do negro, e não só o trabalho. A Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis já em 1965 constatou que o medo de perder emprego é a principal causa pela qual, por exemplo, os professores negros no estado de Mississípi recusaram a registar-se para a votação. «A dependência económica dos negros no Sul tira-lhes a possibilidade de participar livremente na actividade política e na votação nos candidatos à sua escolha»[13] — confirmou a Comissão noutro relatório de 1965. Nos bancos de Mississípi aos negros dizem habitualmente: «Se tens possibilidade de votar, passarás sem crédito»[14].

Baseando-se nos vastos dados sociológicos concretos, L. Salamon calculou: se a apatia política «tradicional» fez diminuir a participação da popu-

lação negra no processo político em mais ou menos 25%, os receios de possíveis repressões económicas e políticas explicam cerca de 70% do abstencionismo dos negros[15]. Segundo dados citados no relatório da Liga urbana nacional «A situação da América negra em 1979», nas eleições intercalares de 1978 participaram apenas 34% dos negros com o direito de votar[16].

Mesmo nos trabalhos dos historiadores e politólogos americanos, que insistem na «perfeição» do sistema político dos EUA, é apontado o factor principal que assegura realmente os direitos políticos do indivíduo nos EUA. No capítulo final da obra em quatro volumes «A história das eleições presidenciais», G. Alexander sublinha: «A campanha presidencial é actualmente um vasto e variado trabalho que custa muitos milhões de dólares». No que respeita ao Congresso, em cada quatro senadores americanos um é milionário. «Quem paga as contas» é a questão-chave para o processo político dos EUA[17].

PERSEGUIÇÕES EM MASSA: VIAS LEGAIS

A 1° emenda à Constituição dos EUA adverte: «O Congresso não deve promulgar leis... que limitem a liberdade de palavra ou de imprensa, ou o direito de se reunir pacificamente e dirigir ao governo petições sobre a cessação de abusos». Mas os legisladores fazem frequentemente o contrário. Apesar das formas, a envergadura e os objectos de aplicação da legislação antidemocrática mudarem, alguns dos seus traços continuam invariáveis. Em primeiro lugar, qualquer lei americana de conteúdo antidemocrático, por estranho que pareça, pretende defender a democracia. Em segundo lugar, procura-se sempre «conciliar» o antidemocratismo de uma ou outra disposição jurídica em relação às forças

progressistas com as disposições formalmente universais da legalidade democrática burguesa.

Quanto ao primeiro aspecto, pode servir de ilustração a «Lei da segurança interna de 1950», conhecida como a lei McCarran. No seu preâmbulo proclamava-se: «Neste acto nada deve ser interpretado como sendo a autorização ou o estabelecimento da censura militar ou civil, ou como uma restrição da liberdade de palavra, de imprensa e de organizações políticas». Mais adiante, na lei esclarecia-se a necessidade de limitar os direitos políticos dos comunistas e seus simpatizantes porque eles «atentam contra as autênticas liberdades»[18]. Os autores desta lei não podiam não ver o carácter contraditório dessa surpreendente «norma» jurídica e tiveram cuidado ao formular a cláusula: «... o reconhecimento de um ou outro artigo como inconstitucionais não deve afectar outras disposições da lei»[19]. No fundo, a «Lei da segurança interna de 1950» liquidou para o Partido Comunista dos EUA e muitas outras organizações político-sociais progressistas, incluídas na categoria de «subversivas», as liberdades constitucionais de palavra, de imprensa, de opinião e de organização política. Liquidaram-se também as garantias processuais do indivíduo, incluindo o direito de «julgamento legal», o direito de não testemunhar contra si e, enfim, a presunção de inocência.

Para justificar a arbitrariedade em relação às forças progressistas, a justiça americana recorre a meios provados. Habitualmente procuram-se meios ou, melhor, pretextos, para pôr a actividade dessas forças fora da legalidade burguesa, abolindo o seu estatuto de sujeitos do direito. O objectivo é privar os movimentos sociais progressistas e os seus representantes da defesa das normas constitucionais existentes, embora declarativas. A essência do mecanismo de arbitrariedade jurídica foi claramente formulada pelo senador do estado de Minesota e

futuro vice-presidente dos EUA H. Humphrey que, durante toda a sua carreira política, divagou sem cessar sobre as vantagens da democracia americana. Ao demonstrar a necessidade de aprovar a lei McCarran, H. Humphrey dizia em 1949: «Devemos ter uma lei que não esteja ligada por nenhumas formalidades do nosso direito»[20]. Tal declaração não parecia então vergonhosa. Havia piores ainda.

No que respeita às razões formais para privar as organizações progressistas do estatuto de sujeito do direito, mais frequentemente procura-se qualificar a sua actividade como «subversiva» e relacioná-la caluniosamente com os conceitos de «alta traição» e «defesa dos interesses de uma potência estrangeira».

Durante muito tempo, o conteúdo de «actividade subversiva» identificava-se na prática jurídica dos EUA principalmente com o conceito de «antiamericanismo», sinónimo de tudo o que é indesejável às autoridades. Os tempos do «macartismo» comprometeram bastante este conceito. Mas já então se utilizava activamente um outro critério para as perseguições: «a actividade a favor ou no interesse de uma potência estrangeira». Nos meados dos anos 60, este critério foi completado pelas «considerações sobre a segurança nacional». Nos últimos 10-15 anos, o aparelho policial dos EUA tem travado uma luta oculta contra o movimento antimilitarista e outros movimentos democráticos, apoiando-se principalmente na «doutrina da segurança nacional», prejudicada supostamente pela actividade das forças progressistas.

De modo mais directo procuravam, nos EUA, identificar a deslealdade à política dos meios governamentais com a actividade de carácter criminoso durante a Primeira Guerra Mundial. Assim, a «Lei da espionagem» de 1917, formalmente dirigida contra a alta traição, na realidade aplicava-se mais frequentemente contra os que se manifestavam descontentes com a situação no país. Em 1918, o congresso dos EUA e muitos estados aprovaram a «Lei contra a incitação às desordens». A pessoa que tomasse a liberdade de declarar, escrever ou publicar algo desleal em relação à forma de governo ou à Constituição dos EUA podia ser condenada a 20 anos de prisão. «Ninguém deve publicamente ou perante uma reunião com 10 e mais pessoas presentes, intervir em qualquer língua em defesa de quaisquer medidas, doutrina, proposta ou propaganda que tenham por objectivo causar dano ao governo dos Estados Unidos ou ao estado de Connecticut» — resava a lei do estado de Connecticut. Que significava esta fórmula? Podia ser interpretada de qualquer maneira.

Após a Segunda Guerra Mundial, foi a Comissão da Câmara dos representantes para a investigação das actividades antiamericanas que encabeçou a ofensiva contra os direitos políticos dos cidadãos dos EUA. A sua competência era muito ampla: a investigação e a revelação do carácter e das fontes de actividade antiamericana nos EUA, cujos inspiradores são um Estado estrangeiro ou os círculos locais. Como é costume, ao conceito «antiamericanismo» dava-se o sentido necessário para esmagar a democracia.

Organismo não jurídico, a Comissão foi investida com uma série de poderes de um órgão judicial com plenos direitos, inclusive para realizar a investigação, chamar testemunhas e até ordenar buscas. No decurso da «investigação» da actividade das organizações progressistas ou pessoas conhecidas pelas suas convicções democráticas, os membros da Comissão procuravam por todos os meios provocar as vítimas a acções ou declarações que poderiam ser qualificadas como «o desrespeito pelo Congresso». Bastava negar-se a responder a perguntas premeditadamente provocatórias para que

logo se fixasse «o desrespeito pelo Congresso» e aparecesse a razão jurídica procurada para chamar ao tribunal.

No período de 1945 a 1957, a Comissão realizou ao todo 230 investigações. 135 pessoas foram culpadas de «desrespeito pelo Congresso», o que oferecia motivos para perseguições judiciais, cuja causa real era política. Depois da Segunda Guerra Mundial, uma das primeiras vítimas dessa arbitrariedade foi o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA E. Dennis. Ao todo, nesse período foram examinados os «depoimentos» de mais de 3 mil cidadãos.

O objectivo da Comissão era não só provocar processo judicial, como também desacreditar a vítima. No livro «O que se passa nos sindicatos norte-americanos», G. Green põe a nu os métodos de perseguição: «A Comissão da Câmara dos representantes para as actividades antinorte-americanas exigia que os informadores pagos citassem o maior número possível de nomes concretos que depois eram incluídos nas actas das audiências. Semelhante prática dava à comissão motivo para perseguir milhares de cidadãos. Alguns destacados homens públicos americanos, que tinham relações com a ajuda aos emigrantes antifascistas espanhóis, incluindo dez grandes cineastas, foram parar à cadeia só por se recusarem a participar na 'caça às bruxas' ... Muitos operários foram despedidos por se recusarem a responder às perguntas sobre a sua filiação no Partido Comunista...»[21].

Depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, o objectivo principal dos círculos governamentais dos EUA tornou-se a elaboração da base legal para a luta contra o movimento operário organizado. Em Junho de 1947, foi aprovada a lei Taft-Hartley que tinha por objectivo acabar com o direito dos operários à greve, estabelecia um sistema de obstáculos jurídicos para impedir a extensão do movimento sindical a ramos e regiões geográficas onde ainda não existia. Foi proibida a prática das chamadas «oficinas fechadas», de acordo com a qual recebiam emprego somente os membros dos sindicatos. De acordo com a lei Taft-Hartley, os tribunais receberam o direito de proibir gréves e os empresários de perseguir os sindicatos por «prática laboral incorrecta». No sentido amplo, esta lei destinava-se a desarraigar a consciência de classe das massas proletárias e, em primeiro lugar, a influência dos comunistas no movimento sindical. Exigia-se que cada funcionário sindical apresentasse a declaração por escrito de que não era membro do partido comunista ou que não simpatiza com suas concepções. Desta forma, segundo G. Green «o poder estatal dos EUA... praticamente equiparou ao crime o trabalho dos comunistas ou dos 'supostos comunistas' na qualidade de funcionários dos sindicatos»[22].

Tendo conseguido estender as normas antidemocráticas ao movimento operário, os meios governamentais dos EUA continuaram em larga escala as perseguições por convicções políticas. Os esforços da Comissão da Câmara dos representantes para a investigação da actividade antiamericana já eram considerados insuficientes. Precisava-se de uma base jurídica para a total discriminação política em relação às forças progressistas do país.

Inicialmente, tentou-se utilizar como base, para actuar contra os comunistas, outras organizações progressistas e homens públicos, a «Lei do registo dos estrangeiros de 1940», conhecida como lei Smith (formalmente a lei foi aprovada com o objectivo de lutar contra os agentes pró-fascistas nos EUA). Esta lei foi escolhida antes de mais porque qualificava como casos sujeitos à perseguição jurídica praticamente todas as formas de actividade com um indício mínimo de deslealdade em relação ao sistema político dos EUA. Os advogados progressis-

tas americanos indicaram logo: o primeiro pretendente a ser julgado pela lei Smith deveria ser T. Jefferson. No seu tempo, o autor da Declaração de Independência escrevia que se uma ou outra forma de governo não corresponder aos objectivos da garantia ao indivíduo da vida, da liberdade e da aspiração à felicidade, o povo tem o direito de a mudar ou a abolir.

A tendência para a interpretação ilimitada do corpo «de delito» de acordo com a lei Smith revelou-se já no primeiro processo político contra os dirigentes do Partido Comunista dos EUA que sempre foi o primeiro alvo das perseguições por parte dos governantes norte-americanos. Em Julho de 1948, o Ministério Público dos EUA apresentou ao tribunal a acusação contra 12 membros do Comité Nacional do partido, entre os quais estavam W. Foster, E. Dennis, H. Winston, G. Hall, G. Green e outros. Os dirigentes do partido eram acusados absurdamente de «conspiração organizada com o objectivo da propaganda do derrubamento do governo americano pela força». Não houve nem podia haver o corpo «de delito». Neste caso, assim como nos processos posteriores baseados na lei Smith, a acusação só podia conseguir o reconhecimento da culpabilidade com uma única condição: a presença de falsas testemunhas. Foram encontradas. Em 1949--1955, pela lei Smith foram processados 119 membros do Partido Comunista dos EUA.

Apesar de todas as suas vantagens na organização das perseguições políticas, a lei Smith era vulnerável nas provas da culpabilidade dos réus, o que incomodava as autoridades. O então ministro da justiça dos EUA Clark até se queixou de que em cada vez devia arranjar falsas testemunhas para confirmarem que o Partido Comunista dos EUA actua no país como agente de uma potência estrangeira. Além disso, saltava demasiado à vista o carácter antidemocrático da aplicação dessa lei. As

medidas repressivas previstas na lei Smith pareciam já insuficientes aos meios governantes dos EUA. Precisava-se de uma legislação que permitisse afastar os comunistas da vida política em geral e, mais que isso, estender as perseguições políticas a todas as forças progressistas do país.

A legislação procurada entrou em vigor em Setembro de 1950 sob a denominação de «Lei da segurança interna de 1950» (Lei McCarran-Wood). As vantagens da nova lei consistiam em que, primeiro, não tinha a indicação directa do Partido Comunista. De forma propositadamente vaga o objecto da perseguição definia-se como «a organização de acção comunista». Esta definição mascarava o carácter anticonstitucional da lei, permitindo aumentar a amplitude de busca de novas vítimas políticas nos movimentos democráticos. Segundo, a lei eliminava «os pontos fracos» da lei Smith, isentando as autoridades da dependência dos falsos testemunhos e, praticamente, da necessidade de apresentar provas de culpabilidade.

Parte importante da nova legislação tornou-se o projecto de lei anteriormente apresentado sobre a criação dos campos de concentração «no estado de emergência». Esta tese serviu de base para a criação das «listas negras» em que se incluíam milhares de personalidades progressistas dos EUA.

Pouco tempo depois da entrada em vigor da lei McCarran, as suas teses fundamentais foram repetidas na legislação de mais de 30 estados, em muitos casos com orientação antidemocrática mais acentuada. O estado de Nova Iorque, por exemplo, foi o iniciador na perseguição dos comunistas no domínio da educação. Os professores deviam provar que não pertenciam a nenhuma das «organizações comunistas». Contaram cerca de 100 organizações desse tipo, incluindo na lista tudo o que parecia minimamente digno de ser perseguido. Na Califór-

nia de todos os empregados públicos exigiu-se o juramento por escrito de que nos 5 anos anteriores não tinham sido membros do Partido Comunista e que nunca aceitarão ser comunistas. Só depois de 900 professores da Universidade de Califórnia se recusarem colectivamente a prestar juramento à violência sobre a Constituição do país, o Supremo Tribunal do estado reconheceu o juramento como anticonstitucional. No estado de Jorgia exigiu-se de todos os funcionários públicos que apresentassem informações obrigatórias não só sobre a filiação no Partido Comunista, como também sobre todas as organizações sociais, sem excepção, a que pertenceram desde a infância. Alguns estados tinham leis que limitavam ou proibiam a participação dos comunistas nas campanhas eleitorais; proibiam-se os subsídios de desemprego para os comunistas, etc.

As coisas foram levadas ao fim lógico. Em 1951-1952, em Massachusetts e Michigão, o Partido Comunista dos EUA foi posto fora da lei. O estado de Pensilvânia declarou a filiação no partido acto punível com a morte.

Tudo andava segundo o plano traçado: legalmente esmagar, contra a Constituição dos EUA, a oposição democrática à política dos meios governamentais. Na lista das organizações qualificadas como «subversivas», já em 1951, foram incluídos cerca de 100 grupos e associações. Entre eles associações democráticas conhecidas, como o Congresso dos direitos civis, as Brigadas Abraham Lincoln, o Comité unificado de ajuda aos refugiados antifascistas, a «Marcha dos americanos pela paz», etc.

A lei McCarran foi reforçada com a «Lei do controlo sobre os comunistas de 1954», de acordo com a qual surgiu mais um critério para seleccionar as vítimas políticas — «organizações em que penetraram os comunistas». Agora bastava que pelo menos um comunista tomasse parte na actividade de qualquer organização ou associação para que a lei McCarran se abatesse sobre estas organizações. Nesse caso as autoridades recebiam o direito legal de privar os membros das «organizações subversivas» da possibilidade de obter emprego, do direito de dispor dos seus meios, do direito de livre movimentação, etc.

Simultaneamente, trabalhava intensamente a Comissão para a investigação da actividade antiamericana. Até 1954, tinha na lista 829 organizações «contagiadas com a propaganda comunista». No meio desta histeria, influência política excepcional adquiriu o senador reaccionário J. McCarthy. O senador, porém, apenas levou ao extremo o que foi feito antes dele e sem a sua participação, apoiando-se na base legislativa existente de violação dos direitos e liberdades políticos do indivíduo. Por isso, nem só a personalidade de J. McCarthy determinava o conceito «macartismo» com que qualificavam a arbitrariedade praticada.

Na primeira metade dos anos 60, nas perseguições aos comunistas e outras organizações progressistas, as autoridades dos EUA apoiavam-se principalmente na Lei McCarran. Até meados de 1965, foram realizados 43 processos políticos contra os membros do Partido Comunista que se recusaram a registar-se como membros de uma «organização subversiva». Em 1960, o governo lançou um processo contra todo o Partido Comunista dos EUA. O partido foi considerado culpado. Em resposta à apelação do Partido Comunista marcaram-se várias vezes novos processos. Só em 1967, sob a pressão das forças democráticas do país, Washington desistiu de continuar as perseguições.

Apenas em 1974, a lei McCarran deixou de existir. Foi uma grande vitória das forças progressistas do país. No entanto, a legislação antidemocrática dos Estados, surgida à base desta lei, continuava, no fundamental, a vigorar. Como reserva para as perseguições políticas legais continuava também em

vigor a lei Smith. Além disso, as autoridades têm sempre ao seu serviço outros meios.

As farsas judiciais políticas organizadas como processos criminais são uma forma antiga de violação dos direitos políticos do indivíduo nos EUA, se bem que a causa política real desses processos sempre se negue categoricamente. Mais frequentemente a este método recorrem quando é necessário reprimir não tanto a organização política como alguns cidadãos ou grupo de cidadãos.

O processo «político criminal» desenvolve-se nos EUA nos últimos tempos segundo o seguinte esquema. Entre os lutadores pelos direitos civis, as organizações juvenis ou antimilitaristas, as autoridades escolhem uma ou várias figuras activas, de preferência jovens. No início, a caça efectua-se com «métodos dissimulados»: tentativas para privar do emprego, torrentes de cartas e telefonemas a ameaçar, boatos sujos espelhados na imprensa, etc. Se isto não dá resultado, procuram-se pretextos legais para prejudicar ou impedir a actividade político-social da pessoa. Toma-se a decisão de ligar o objecto de perseguição com uma causa criminal. Encontra-se um caso oportuno (roubo, incêndio, assassínio), aproveita-se o facto de a vítima estar fisicamente próxima do lugar do acontecimento. Depois arranjam-se falsas testemunhas, frequentemente entre os criminosos. Por último, apresenta-se a acusação que formalmente não tem nada a ver com a actividade e concepções políticas da vítima.

O mecanismo de utilização do sistema judicial dos EUA para a perseguição política funcionou de modo bastante típico durante. por exemplo, a «investigação» do conhecido caso dos «dez de Wilmington». Os membros deste grupo, encabeçados pelo reverendo Benjamin Chavis, eram conhecidos como lutadores activos pelos direitos civis. Desde há muito que andavam à caça do próprio Chavis. Já desde os anos de escola que participava na actividade social dirigida contra o racismo e a guerra no Vietname, foi o primeiro negro a terminar a faculdade de ciências naturais da Universidade do estado da Carolina do Norte. Tinha um papel de destaque na actividade sindical e na luta grevista no Sul dos EUA. Tentaram muitas vezes metê-lo na cadeia. Só no período entre 1969 e 1972, as autoridades apresentaram-lhe cerca de 80 acusações diversas.

Conseguiu-se, enfim, organizar a farsa judicial. Na cidade de Wilmington, estado da Carolina do Norte, uma multidão de racistas atacou uma manifestação pacífica de estudantes negros. Um grupo de manifestantes, para se salvar, abrigou-se numa igreja. Com eles estava B. Chavis que exigia da polícia que cessasse a violência. O cerco da igreja durou três dias. Dez pessoas foram presas. Pouco tempo depois, as autoridades arranjaram uma falsa testemunha que concordou depor que Chavis, oito estudantes negros e uma mulher branca tinham incendiado uma mercearia perto da igreja. Posteriormente, a «testemunha» arrependida contou como tinha sido fabricado o «caso»: «Ameaçaram-me com 50 anos de prisão pelo incêndio... Depois ensinaram-me o quê e como dizer no tribunal. Em vez disso pedi uma pistola para matar Chavis. Mas o *sheriff* disse-me: 'Não, é melhor acabar com ele com a ajuda da lei'. Concordei...»[23]. Na base de um testemunho notoriamente falso, o tribunal condenou Chavis a 34 anos de prisão, três estudantes a 31 anos de prisão cada um, cinco estudantes a 29 anos de prisão cada um e a mulher a 10 anos de prisão. A «testemunha» confessou posteriormente a autoria do incêndio.

Só em 1979 Ben Chavis e os seus camaradas foram libertados. Foi uma grande vitória das forças democráticas dos EUA e da opinião pública mundial.

VIGILÂNCIA TOTAL E A DITADURA DOS DOSSIERS

Os métodos «dissimulados» do antidemocratismo já são habituais para o aparelho policial repressivo norte-americano. A escuta das conversas telefónicas começou, nos EUA, já no século XIX, quase logo após a invenção do telefone. Todas as administrações americanas dos últimos decénios sancionaram as entradas ilegais da polícia em casas dos cidadãos e sedes de organizações políticas, a instalação do equipamento para a escuta, a espreita secreta, etc. Em 1975, só no aparelho central do FBI juntaram-se mais de 500 mil dossiers individuais de carácter puramente político, isto sem contar os documentos das secções locais. Até 1969, o FBI elaborou os ficheiros de 7,5 milhões de pessoas, contra as quais foram intentados processos criminais ou «administrativos». Entre eles, contra 1,3 milhões de pessoas não foram apresentadas acusações[24]. No que respeita à CIA, esta realiza operações «ocultas» contra os cidadãos americanos praticamente desde o dia de sua criação em 1947. Só no decurso da realização do chamado «programa CHAOS», que visava principalmente desorganizar os movimentos progressistas, na CIA foram fabricados dossiers de 300 mil americanos e cerca de mil dossiers de determinadas organizações. Viola-se sistematicamente a correspondência dos cidadãos americanos. A CIA realizou cerca de 150 projectos de «controlo sobre o modo de pensar» que incluíam o emprego de drogas, a hipnose e choques eléctricos. As vítimas das experiências eram doentes mentais, presos ou simplesmente pessoas escolhidas ao acaso na rua que não suspeitavam de nada[25].

Segundo foi assinalado no relatório da Comissão especial do congresso dos EUA, «os departamentos de inteligência recolhiam grandes quantidades de informação sobre os detalhes íntimos da vida dos cidadãos, a sua participação na actividade política legal e pacífica... As investigações estavam orientadas contra os participantes activos nos movimentos relacionados com o problema racial e os direitos das mulheres, os adeptos destacados de acções não violentas e da harmonia racial, os políticos leais, as organizações religiosas, os partidários de novas normas de vida»[26].

Cerca de 3 mil funcionários ocupam-se, no FBI, dos casos puramente políticos. O FBI é o centro que organiza a vigilância policial e coordena a respectiva actividade de outros serviços, em primeiro lugar dos órgãos policiais locais, em que 4,5 mil empregados são especialmente encarregados deste trabalho, assim como da contra-espionagem militar. Como cobertura utilizam-se largamente os estabelecimentos de medicina, de seguros, de crédito e outros. Por exemplo, o FBI pode utilizar 323 milhões de histórias de doença ou mais de 100 milhões de fichas dos estabelecimentos de crédito que contêm informações sobre a situação financeira dos americanos[27]. Funções de vigilância policial sobre as organizações de esquerda são também exercidas pela CIA, pelo Bureau de narcóticos e medicamentos perigosos, pelo Serviço Fiscal do Ministério das Finanças, pelo Serviço de Imigração e não menos por outras dez instituições governamentais dos EUA. Com os mesmos fins utilizam-se as companhias telefónicas, os bancos, as companhias de seguros, etc.

O programa antidemocrático do FBI, mais conhecido por «COINTELPRO» e que se realizou no período de 1956 a 1971, foi uma ofensiva maciça contra o Partido Comunista dos EUA, as organizações de esquerda, os movimentos antibelicista, dos negros, estudantil e outros movimentos democráticos. Ao todo foram realizadas cerca de 2,4 mil operações. Além da espreita e da infiltração de agentes e provocadores, realizavam-se as mais di-

versas acções com o objectivo de minar e desintegrar as organizações democráticas. O fim das operações incluídas no programa «COINTELPRO» consistia em comprometer a reputação social das pessoas de concepções democráticas, desacreditar ao máximo a vítima, obrigar a pessoa a tornar-se um completo conformista em relação ao sistema político burguês.

Nos anos de 1956 a 1960, o programa «COINTELPRO» dirigia-se principalmente contra o Partido Comunista dos EUA. A partir de 1960 as secções locais do FBI receberam a instrução de não admitir a «penetração» dos comunistas em outras organizações sociais, incluindo as que faziam parte do movimento dos lutadores pelos direitos civis. Após os comunistas, o aparelho policial passou a espiar os que estavam «sob a influência dos comunistas» e os que «seguiam as ideias dos comunistas». Entre os objectos de descrédito estava, por exemplo, uma organização com a participação de alguns comunistas que lutava pelo aumento dos postos de trabalho para os representantes das minorias nacionais e também uma organização sem a participação dos comunistas que censurava a actividade da Comissão para a investigação da actividade antiamericana.

Na segunda metade da década de 60, no «COINTELPRO» foi incluída uma série de programas suplementares, dos quais os mais importantes eram «A organização do nacionalismo negro e do ódio racial», «Novas esquerdas», «Hoodwink» (com a utilização dos *gangsters* contra o Partido Comunista dos EUA). Em 1970 começou o trabalho sistemático para revelar «os objectivos, as tarefas e os activistas de cada organização estudantil dos negros».

Em 1967, o FBI começou a realizar activamente o programa de criação de «postos de informação» nos ghettos urbanos. Em 1972, o número de delatores atingiu 7 mil. No livro de P. Cowan, N. Engleson e N. Hentoff «Os segredos de Estado. A vigilância policial nos EUA», editado em 1974, escrevia-se que as instruções dadas à polícia em relação às minorias nacionais e raciais preveniam: «Qualquer morador do ghetto pode ser perigoso». A polícia deve «vigiar as empresas de alimentação e de espectáculos, os estabelecimentos de ensino, as livrarias, os estabelecimentos de diversão e outros lugares em que podem ser servidos ou reunir-se 'homens de cor'»[28].

No começo dos anos 70 aumentou bruscamente o papel dos órgãos das forças armadas no volume total dos esforços do aparelho policial repressivo. A viragem dos serviços secretos do exército dos EUA para «as frentes internas» dava-se na medida em que os serviços especiais do comando continental das forças terrestres passavam para a luta contra o movimento pelos direitos civis. Na Primavera de 1968, os órgãos da contra-espionagem militar receberam directivas tão amplas para espiar as forças democráticas que praticamente libertaram o Pentágono de quaisquer restrições. No Outono de 1968, nas operações internas dos serviços secretos das forças terrestres participaram mais agentes que em qualquer operação de contra-espionagem do exército dos EUA no estrangeiro. O serviço secreto militar incumbia-se da recolha de informações sobre todos os participantes activos dos movimentos democráticos, principalmente de carácter antimilitarista, sobre dirigentes, planos, objectivos e fontes de financiamento das organizações antimilitaristas.

A mania da espionagem no aparelho policial repressivo chegava ao absurdo. Uma vez os agentes foram enviados a uma escola primária em Washington, em que se esperava o aparecimento de um «dissidente»; em Milwaukee, formou-se o dossier detalhado das intervenções críticas das mulheres-mães que recebiam subsídios da previdência social; os serviços secretos militares penetraram na associação das organizações religiosas da juventude no

estado do Colorado; agentes especiais assistiram à conferência dos sacerdotes em Washington, em que se discutiam as medidas de controlo da natalidade[29].

A Agência de segurança nacional espiava activamente os cidadãos com a ajuda de aparelhos electrónicos. Escutavam-se sistematicamente as conversas telefónicas internacionais. A partir de 1967, o FBI, a CIA e outros serviços secretos entregavam à ASN as listas dos americanos a serem vigiados. Nestas listas figuravam os participantes no movimento antimilitarista, dos negros e de outros movimentos democráticos — ao todo cerca de 1200 organizações sociais e cidadãos determinados dos EUA[30].

Na primeira metade dos anos 70, nas operações de «espionagem interna» participava com muita frequência o serviço fiscal que devia, por exemplo, encontrar materiais comprometedores sobre os negócios financeiros de pessoas das relações do candidato a Presidente dos EUA do partido democrático G. McGovern, dos dirigentes do Comité Nacional dos democratas, etc. Como assinou D. Wise no livro «O Estado Policial Norte-americano», foi criado um departamento especial que acumulou a informação política sobre 8,5 mil pessoas e 2,6 mil organizações consideradas suspeitas[31]. Além disso, na Casa Branca renovava-se constantemente a chamada «lista dos inimigos políticos» dos republicanos — uma pasta «com várias polegadas de grossura». Todas as pessoas cujo nome se encontrava na lista eram submetidas pelo serviço fiscal a um controlo minucioso para determinar se não se esquivavam a pagar os impostos.

Apesar da grande envergadura de todas estas «operações ocultas», a sua razão formal — «revelar a influência estrangeira subversiva sobre os cidadãos americanos» — era completamente infundada. Fazendo o balanço das investigações de espionagem interna, o Senado dos EUA reconheceu em 1975: «Não há nenhum facto que comprove que os dissidentes nos EUA recebem o apoio estrangeiro ou estarem sob o controlo estrangeiro»[32].

A vigilância total estabelecida sobre os cidadãos dos EUA não se limitava apenas aos esforços dos órgãos policiais. Os jornalistas A. Lemond e R. Fry, no livro «Não há onde se esconder», publicado em 1976, demonstravam facilmente que os americanos «há muito que ofereceram toda a informação de que podia necessitar o bufo»; na ordem do dia está agora a «fixação dos pensamentos»[33]. O mesmo escrevia o politólogo B. Severn em 1973: «Os americanos foram examinados, medidos, investigados, calculados, interrogados e distribuídos por listas como ninguém e nunca na história da humanidade»[34].

Nos EUA tornaram-se públicos números surpreendentes: nos meados da década de 70, os diversos departamentos do governo reuniram 6723 sistemas de dossiers de cidadãos americanos que contavam em soma 3,9 mil milhões de dossiers individuais, o que correspondia a 18 dossiers por habitante, incluindo os recém-nascidos. Finalmente, verificou-se que os dossiers da famigerada Comissão para a investigação da actividade antiamericana (os chamados «arquivos McCarthy») não foram destruídos, mas entregues a uma agência de detectives privados.

O crescente papel da «espionagem interna» na luta contra a democracia reflecte uma importante tendência no desenvolvimento do sistema político da sociedade americana dos anos 60-70. No passado, nos EUA não se olhavam muito a meios para reprimir um progressista. A ofensiva contra a democracia era aberta, predominavam os métodos directos: prisões, incursões, perseguição aberta, dispersões sangrentas das manifestações e greves, legislação declaradamente reaccionária, etc. No entanto, se bem que os meios tradicionais de reprimir a democracia de forma alguma desapareçam da ordem

do dia, o aparelho repressivo do Estado burguês hoje já não se arrisca a proceder como procedia nos anos 20-30 ou nos anos da «guerra fria». Actualmente, põem-se cada vez mais em primeiro plano os órgãos «silenciosos» de espionagem: os mestres em descrédito político que dominam a técnica moderna de espionagem electrónica, adestrados para minar os movimentos progressistas por dentro.

Quanto à observação da legalidade, falam por si mesmos os factos citados no relatório da Comissão especial do congresso «A actividade de inteligência e os direitos dos norte-americanos». É evidente que nenhum dos dirigentes do FBI nunca se perguntou: não contradizem a legalidade em geral, a legislação concreta, a ética ou a moral os seus actos?

A utilização activa dos métodos legais e «dissimulados» de luta contra a democracia não desvaloriza para as autoridades americanas a sua arma tradicional. A violência e as repressões policiais, as formas evidentes de esmagamento do protesto social, tudo isso continua a ser uma realidade na vida interna dos EUA. Até hoje parecem boletins de operações militares as informações sobre as repressões praticadas pelo aparelho policial dos EUA contra os combatentes pela democracia e os direitos do homem. Assim, pouco tempo após o assassínio de Martin Luther King em 1968, as agitações tiveram lugar em mais de 100 cidades dos EUA. Os esforços da polícia não eram suficientes, entraram em acção as tropas. Só na capital dos EUA foram mortas e feridas mais de mil pessoas e presas mais de 7 mil. A tensão das «desordens civis» era tão grande que a Casa Branca incumbiu o Ministério da Defesa de começar a planear acções para os «casos de emergência». Agora é conhecido que os planos operativos do Pentágono visavam instalar unidades de 10 mil homens simultaneamente em 25 cidades[35].

Os acontecimentos que tiveram lugar durante o Congresso do Partido Democrático em Chicago em 1968 ficam gravados na memória dos americanos como a manifestação da arbitrariedade sem precedentes. Reprimindo fisicamente as manifestações antimilitaristas, a polícia não poupava ninguém, nem mesmo os funcionários mais próximos do quartel-general do candidato a presidente pelos democratas E. McCarthy. A cidade foi invadida pela polícia: estavam prontos para actuar cerca de 15 mil militares das tropas e da guarda nacional, cerca de um mil agentes do FBI, numerosos grupos da CIA, dos serviços secretos do exército e da Agência de Segurança Nacional. Inundaram a cidade com informadores, interceptavam conversas telefónicas, desinformavam os manifestantes chegados a Chicago, introduziam provocadores nas suas fileiras, dispersavam comícios. Dezenas de milhões de americanos puderam ver pela televisão cenas de violência. O senador A. Ribikoff, destacado funcionário do Partido Democrático, chamando as coisas pelos seus nomes, qualificou os actos das autoridades como a «táctica da Gestapo».

O aparelho repressivo dos EUA utilizou praticamente todos os métodos «encobertos» e «abertos» na luta contra o movimento pelos direitos civis, inclusive contra o seu dirigente Martin Luther King. «Desde o fim de 1963 até ao seu assassínio em 1968, Martin Luther King foi objecto de uma intensa campanha por parte do FBI...» — constata-se no relatório da Comissão especial do Congresso «A actividade da inteligência e os direitos dos americanos». Coordenando as suas «operações» contra King, o FBI assegurava a participação nesta campanha de personalidades importantes das administrações governamentais e dos dirigentes do Congresso, representantes dos círculos científicos e da igreja e até mesmo os embaixadores dos EUA no estrangeiro.

O dia do funeral de Martin Luther King, vítima de um assassínio, num ambiente de crescentes perseguições, foi declarado nos EUA dia de luto nacional. As bandeiras foram semi-hasteadas nos edifícios governamentais de Washington, assim como nos do FBI, do Ministério da Justiça e do Pentágono que fizeram muito para acabar com o destacado líder dos negros. Tendo regressado ao poder em 1977, o Partido Democrático dos EUA procurou consolidar esta rara hipocrisia: o dia de nascimento de King foi declarado festa nacional. Agora o FBI todos os anos presta homenagem à sua atormentada vítima com as bandeiras da «democracia» norte-americana.

E nas regiões, em que nos anos 60 tiveram início as célebres marchas dos combatentes pelos direitos civis, hoje marcha abertamente pelas ruas o Ku-Klux-Klan. Em 14 de Abril de 1980, em Selma (Alabama), realizou-se uma grande manifestação de racistas sob a direcção do chefe do Klan W. Wilkinson. Os seus cartazes impregnados de ódio aos negros os racistas levavam pendurados em lanças e machados.

Capítulo IV

A DUPLA DISCRIMINAÇÃO DAS MINORIAS NACIONAIS

A Associação dos advogados americanos reconheceu como o melhor discurso pronunciado no ano do 200° aniversário dos EUA o do presidente do Sindicato unificado dos operários da indústria automobilística e da indústria aeronáutica e espacial L. Woodcock. «Entre aqueles que ao longo dos 200 anos, não tiveram direito à liberdade estão os americanos negros que lembram os séculos da escravidão; os índios americanos com esperanças desfeitas; os americanos de origem japonesa que nos anos da Segunda Guerra Mundial foram expulsos das suas habitações e encerrados em campos de concentração... os americanos de origem latino-americana que vivem e trabalham em condições vergonhosas»[1] — dizia o orador. Tratava-se principalmente das minorias nacionais. Estas são sujeitas à dupla discriminação por razões raciais e nacionais.

Segundo dados do começo de 1977, nos EUA havia cerca de 25 milhões de negros, mais de 11 milhões de habitantes de origem latino-americana, sendo cerca de 7 milhões deles de origem mexicana e cerca de 2 milhões portorriquenhos, cerca de 800 mil índios[2]. Mais de metade da população do país são mulheres. As minorias nacionais e as mulheres constituem a maioria da população dos Estados Unidos.

OS NEGROS — «A SEGUNDA SOCIEDADE»

Em Março de 1978, a organização para a realização de investigações sociológicas concretas, «Serviço de Yankelovich», publicou dados surpreendentes. Verificou-se que só 36% das crianças negras e brancas com a idade de 6-12 anos aceitam brincar ou estudar com crianças da mesma idade pertencentes a outra raça. A consciência infantil contaminada com o vírus do racismo é um índice da penetração profunda do racismo na sociedade americana. «Nos Estados Unidos, o racismo dirigido contra os negros tem raízes muito profundas e as suas consequências são as mais evidentes, clamorosas e destruidoras.. Outras formas e sistemas monstruosos de racismo e chauvinismo, por exemplo, as manifestações de chauvinismo e da discriminação contra os americanos de origem mexicana, têm a mesma fonte que como uma cloaca propaga essa doença por todo o nosso país»[3] — dizia Gus Hall, o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA.

Os círculos governamentais dos EUA são os responsáveis por um dos maiores crimes do capitalismo contra o homem em toda a história universal — a dupla violência em relação às minorias nacionais do país. A minoria nacional mais numerosa pertencente à raça negra que se viu em território da América do Norte como resultado de uma violência sem precedentes. E os autóctones da América do Norte — os índios — foram sujeitos ao extermínio e encontraram-se em condições de extinção física.

De 1686 a 1786 de África foram levados pela força cerca de 2 milhões de africanos, 250 mil deles para a América do Norte. As guerras entre as tribos provocadas pelos traficantes de escravos, as revoltas dos escravos, as condições de transporte através do oceano — tudo isto fazia com que só sobrevivesse um africano em cada três. A mudança de clima era tão brusca e a exploração tão cruel que quase metade dos negros sobreviventes morria nos primeiros 3-4 anos. Os que tentavam fugir eram severamente castigados. Os negros desesperados recorriam às fugas, revoltas e suicídios. Tornavam-se frequentes os suicídios de famílias inteiras.

Os códigos esclavagistas, aprovados entre 1660--1682 em todas as colónias norte-americanas, determinavam que os negros seriam escravos para toda a vida, e os seus filhos herdariam o estado de escravo dos seus pais. Proibiam-se os casamentos entre brancos e negros, a transferência inter-racial da propriedade, o exercício de certas profissões, etc. Segundo assinala C. Williams num estudo especial «A aliança dos brancos e negros. A luta racial nos EUA», as colónias norte-americanas da Inglaterra ultrapassaram muito as colónias de outros países europeus no que respeita à consolidação jurídica da escravatura. Se nas colónias da Espanha ou de Portugal, os negros conservavam alguns restos de direitos, nas colónias inglesas da América do Norte a ausência de direitos da minoria negra era praticamente absoluta. A cor negra da pele era considerada como um testemunho suficiente de inferioridade. É esta — sublinha C. Williams, — a ironia da revolução americana que proclamou a igualdade e a inalienabilidade dos direitos de todas as pessoas: cerca de 500 mil negros viram-se privados desses direitos[4].

O autor das palavras claras da Declaração da Independência («Todas as pessoas nascem iguais... e todas as pessoas desde o seu nascimento têm direitos iguais inalienáveis»), T. Jefferson não via forma de mudar a situação dos negros na sociedade em que se radicaram profundamente as noções de «inferioridade» e «predisposição natural dos negros para o estado de submissão».

Nos primeiros decénios do século XIX não eram poucos os americanos que, entusiasmados pelas idè-

ias democráticas da revolução, esperavam a «extinção» da escravatura. Na realidade ocorria o contrário. No Sul dos EUA, onde os latifundiáros cultivavam o algodão, a procura de escravos aumentava. Em 1800, os escravos vendiam-se duas vezes mais caro que 10 anos atrás. A proibição, pelo Congresso, da importação de escravos da África após 1807 pouca coisa alterou. No início da guerra civil nos EUA havia 4 milhões de escravos.

O racismo cegava também uma parte considerável do proletariado industrial. «No Norte, o racismo era a principal causa da deterioração da situação económica do operário negro — assinala o historiador do movimento operário americano Ph. Foner no seu livro «O movimento operário organizado e o operário negro, 1619-1973». — Desde o berço até ao túmulo o operário branco, nascido em terra americana ou noutra, foi ensinado a considerar o negro como um ser inferior. Numa sociedade em que os preconceitos raciais eram quase gerais não surpreendia o facto de o branco se recusar a trabalhar ao lado do operário negro...»[5]. No Ocidente americano, aos negros era fechado o acesso às escolas. Em alguns estados, aos negros era proibido aparecerem entre os brancos.

Com o passar do tempo, a burguesia americana, sobretudo no Norte industrial, convenceu-se de que o trabalho escravo forçado é improdutivo e economicamente sem perspectivas. Como resultado da guerra civil (1861-1865) e da subsequente reconstrução (1865-1877), os americanos negros receberam formalmente a possibilidade de participar nas eleições e ser eleitos. Em 1865, o Congresso sancionou a libertação dos escravos, aprovando a 13ª emenda à Constituição dos EUA. Em 1866, a 14ª emenda à Constituição concedeu aos negros o direito de voto. Foi proclamado a igualdade de direitos de todos os cidadãos perante a lei. Tudo isto foi mera ficção. Logo após a retirada das tropas federais

do Sul, a segregação dos negros não só foi restabelecida, como juridicamente consolidada.

Muitos historiadores e sociólogos americanos afirmam que, nos anos 60 do século XX, os EUA entraram no período da «segunda reconstrução», alegando principalmente a actividade reformista burguesa da administração de L. Johnson segundo os marcos do famigerado programa da «Grande sociedade». No entanto, as revoltas no ghetto dos negros em Los Angeles em 1965 e a subsequente activização da luta dos negros pelos direitos civis destroem estes argumentos. No livro «Os direitos humanos à maneira norte-americana» (1978), C. Lightfoot, destacado funcionário do Partido Comunista dos EUA, escreve: «Durante a 'guerra fria' a classe governante, perseguindo os seus objectivos políticos externos e em resposta à luta das massas populares, fez concessões aos negros principalmente no que dizia respeito a certos aspectos sociais da discriminação. Mas não foram feitas nenhumas concessões aos negros no domínio económico. Mais ainda, a situação económica da população negra nos últimos tempos agravou-se»[6].

Os dados publicados no fim de 1964 pela Liga urbana nacional punham a descoberto, por exemplo, os obstáculos criados na integração dos negros na vida económica da sociedade. Verificou-se que cerca de 84% dos negros executava trabalho não qualificado. O número de negros que viviam abaixo do «nível de pobreza» constituíam 27% em Nova Iorque, 30% em Filadélfia, 36% em Pittsburgo. São significativos os dados sobre o número de negros com 25 e mais anos de idade que tiveram de abandonar a escola: 88% em Seattle e 68% em Nova Iorque. A instrução insuficiente e muitas outras consequências da longa segregação deixavam os negros muito atrás na caça aos postos de trabalho melhor remunerados.

Em 1970, os negros constituíam apenas 5,4% de

todos os trabalhadores técnicos e 2,2% dos gerentes. Dos 2225 juristas nas grandes companhias jurídicas dos EUA só 13 eram negros. Nas forças armadas os negros constituíam 0,9% dos oficiais superiores. Mas mesmo nesse fundo o FBI ressaltava: até aos meados da década de 60, entre os funcionários operativos do seu aparelho central não havia negro nenhum; cinco negros trabalhavam como motoristas.

No que diz respeito à situação dos negros nas Assembleias Legislativas dos estados, em 1973, os negros constituíam 1% do Senado norte-americano, 2,3% dos senadores nas Assembleias Legislativas dos estados, 3,5% dos membros da Câmara dos Representantes dos EUA[7]. Depois das eleições de 1978, os negros perderam o único senador e na Câmara dos Representantes o seu número constituía 17 dos 435.

O economista americano V. Perlo escreve: «Não existe nenhum sector, nenhuma grande companhia onde não se pratiquem medidas discriminatórias brutais em relação às minorias nacionais, inclusive naqueles poucos lugares em que lhes é permitido trabalhar. A discriminação é evidente nos salários dos operários e empregados, nas promoções e na conservação dos seus postos de trabalho». Segundo cálculos de Perlo, em 1970 a soma mínima dos superlucros obtidos à custa do racismo no sistema económico capitalista dos EUA, isto é, na realidade, a vantagem económica mínima do racismo constituía 20,2 mil milhões de dólares[8].

Uma importante componente na discriminação económica dos negros é a discriminação em relação aos cargos acessíveis e em relação ao salário. Os salários dos negros pelo mesmo trabalho ou trabalho semelhante é em média muito inferior aos dos brancos, embora formalmente não haja discriminação. Segundo os dados de 1969, os rendimentos dos negros em relação aos rendimentos dos brancos,

em Detroit e arredores, constituíam 63% nos encanadores, 67% nos pintores, 72% nos funcionários públicos, 84% nos motoristas. Pelo trabalho igual, em Detroit, aos negros pagavam 34% menos que aos brancos na construção civil, 30% menos na indústria, 38% menos nos transportes. Em 1976, no país, o salário dos negros com preparação profissional constituía 82% do dos brancos[9].

Segundo os dados de 1977, a mão-de-obra nos EUA contava com mais de 9 milhões de negros. Nos ramos como a metalurgia, o comércio a retalho, a indústria de conservas de carne, o transporte ferroviário e o serviço de comunicações, os negros constituem cerca de metade do número total de trabalhadores. Ph. Foner calculou que na indústria 2 milhões de operários negros são semiqualificados. Os demais são, no fundamental, operários não qualificados. Na indústria automobilística, os negros constituem 13,6% da mão-de-obra, mas em três profissões mal remuneradas cerca de 21%. Na indústria metalúrgica a situação é ainda mais grave: os negros constituem 1,8% da mão-de-obra e 21% das três categorias mais mal pagas[10].

Uma particularidade importante na discriminação económica e social da população negra dos EUA é que as reformas superficiais não eliminam a segregação. Nada altera a existência nos EUA de duas sociedades: a negra e a branca. Em 1967, depois dos motins raciais e das lutas de massa da população negra pelos direitos civis em muitas cidades dos EUA, o Presidente L. Johnson criou a Comissão consultiva nacional para as desordens civis, chefiada pelo governador de Ilinóis O. Kerner. A Comissão viu-se obrigada a reconhecer que as lutas dos negros eram um protesto social contra as condições duras de vida e o racismo. Confirmou-se o que era evidente: assim como no passado, nos EUA continua a existir a «segunda sociedade» segregada, concentrada fundamentalmente nos ghettos.

«Os americanos brancos nunca estiveram conscientes daquilo que os americanos negros nunca esqueceram: a sociedade dos brancos criou o ghetto, a sociedade dos brancos conserva o ghetto e os brancos, além disso, criticam o ghetto»[11].

Por motivo do décimo aniversário do relatório de O. Kerner o «The New York Times» em conjunto com a companhia de rádio e televisão CBS realizou em 1978 uma investigação acerca da situação da população negra. Chegou-se à conclusão de que durante esses dez anos não houve mudanças essenciais na situação da população negra, à excepção de uma camada insignificante da «classe média negra». Em algumas regiões a situação até piorou.

De modo mais convincente que «The New York Times» e a CBS esta verdade foi demonstrada pelos investigados. No começo de 1978, a Liga urbana nacional publicou o relatório anual ordinário «Sobre a situação da América negra». Na introdução, o director executivo da Liga V. Johrdan referindo-se ao relatório da «comissão de Kerner» escrevia: «As recomendações da comissão em grande parte ficaram no papel. Durante os dez anos passados, a situação da maioria dos negros norte-americanos praticamente não mudou, e se mudou foi para o pior»[12]. Em 1977 havia quase duas vezes mais negros desempregados que 10 anos atrás. Numa das partes do relatório «Sobre a situação da América negra», B. Anderson, economista da Comissão governamental para as oportunidades económicas iguais, reconheceu abertamente os defeitos das estatísticas oficiais relativas ao desemprego entre a população negra. A taxa real de desemprego entre os negros em 1977 correspondia a 25,3%[13].

Depois da chegada ao poder, em 1977, da administração dos democratas, a relação entre as taxas de desemprego da população branca e negra mudou substancialmente em prejuízo dos negros. Se no começo dos anos 70, o desemprego entre estes era

1,5 vezes maior que entre os brancos, em 1979 a relação era de 2,5:1. Segundo a estimativa da Liga urbana nacional, nunca houve uma diferença tão grande.

Sintetizando os resultados da análise dos rendimentos da população negra nos meados dos anos 70 os sociólogos S. Levitan, W. Johnston e R. Taggart chegaram à conclusão que 7,7 milhões de negros devem ser incluídos na categoria de pobres. 2 milhões de negros vivem próximo desta situação. Estas duas categorias abrangem mais de 40% da população negra dos EUA. Os autores apresentam mais um cálculo significativo: um terço das famílias negras que recebem subsídios é aproximadamente 3 vezes mais pobre que uma família média branca na mesma situação[14].

A grande diferença existente entre o nível e a qualidade de instrução dos brancos e dos negros não desaparece. O número de reprovações dos alunos negros nos últimos anos da escola é muito maior que o dos alunos brancos. Em 1972, a diferença na duração do estudo nas escolas dos EUA entre os brancos e os negros era de dois anos. Em Washington, as escolas primárias estatais nos bairros negros gastam no ensino de um aluno quase três vezes menos que as escolas privadas onde estudam quase totalmente brancos. Tudo isto contribui para a manutenção da desproporção entre o número dos negros e dos brancos que entram nas escolas superiores.

Quanto ao ensino superior, em 1977 mais de metade dos estudantes negros limitavam-se a estudar um ano nos colégios e não nas escolas superiores de ensino completo de quatro anos[15]. Segundo os dados de B. Watson, autor da parte respeitante ao ensino no relatório da Liga urbana nacional «Sobre a situação da América negra», nas faculdades técnicas e de engenharia das escolas superiores dos EUA, os negros constituíam menos de 2% do total de

estudantes, nas faculdades agrícolas e de geologia não estuda sequer um estudante negro. Em 1977, segundo cálculos de M. Stent, professor da Universidade de Nova Iorque, o número de negros que abandonaram as escolas superiores ultrapassou o dos que ingressaram nos colégios.[16]

Uma das formas mais conhecidas de segregação dos negros nos EUA é a política habitacional racista das autoridades. Os primeiros ghettos americanos surgiram no início do século XX, sendo as autoridades urbanas e federais as suas iniciadoras directas. Nos anos 30-40, o governo americano começou a estimular o aumento da população nos subúrbios: tinha-se em vista criar «bairros raciais homogéneos», ou seja, consolidar a segregação. Em 1946, na petição endereçada à ONU em nome dos cidadãos negros dos EUA, o Congresso Nacional dos Negros apresentou os seguintes dados: «Em 1940, nos Estados Unidos havia 3,3 milhões de casas destinadas aos negros. Mais de 1 milhão precisava de reparação geral, cerca de 2 milhões de habitações não tinham água canalizada... No Sul, a situação é ainda pior. Nesta região, mais de 70% de todas as casas onde vivem negros não tem nem electricidade nem água canalizada»[17]. Entre 1945-1959, apenas 2% das habitações construídas no país nesse período se destinou aos negros.

Nos anos 50-60, o governo americano aprovou programas que «prometiam» a «liquidação dos bairros da lata». Não foi difícil destruí-los, mas quase não se construíram habitações novas.

Segundo os dados do relatório da Comissão dos Estados Unidos para os direitos civis, até 1967 apenas 3% das casas destruídas foram substituídas por novas. Os habitantes dos ghettos até eram privados dos bairros para pobres. Embora nos anos 50 e começo dos anos 60 a política de segregação nas cidades formalmente não avançava, segundo o testemunho da mesma Comissão, «a segregação na construção habitacional estatal mantinha-se e intensificava-se»[18].

Pouca coisa mudou nos anos 70, apesar da legislação sobre «a resolução justa do problema habitacional».

A afirmação: «A população negra prefere conscientemente viver nos ghettos» é um argumento surpreendente dos partidários da concepção do aumento «natural da homogeneidade racial» nas zonas urbanas dos EUA. As investigações sociológicas comprovam o contrário: apenas 20% dos negros gostaria de ficar nos bairros «negros». Nos EUA procura-se frequentemente demonstrar que a população negra por razões económicas não pode abandonar os bairros da lata e mudar para bairros melhores sobretudo para os subúrbios. Mas esta não é causa principal. Segundo os cálculos do demógrafo R. Farley 43% das famílias negras da zona urbana de Nova Iorque não só gostariam de viver fora da cidade, como também estariam dispostas a pagar mais caro a casa só para sair dos bairros da lata. Na realidade, só 17% das famílias negras vive fora da cidade[19]. Os demógrafos calcularam que as razões económicas explicam apenas 25% dos casos da segregação racial nas cidades dos EUA[20]. O racismo é a única razão que explica a segregação racial no que diz respeito ao problema habitacional.

A «segunda sociedade» dos EUA, constituída por 25 milhões de negros e que é submetida a formas diversas de discriminação e de racismo, não aceita a apologia da «igualdade de oportunidades» no seu país. De acordo com as investigações sociológicas, 39% dos negros interrogados em 1968 estavam convencidos de que por razões raciais não podiam obter emprego. Em 1978, o seu número atingiu 49%. Em 1968, 38% dos negros achavam que o racismo os impedia alcançar cargos mais elevados; 10 anos depois a mesma opinião tinham 48% dos negros. Três quartos dos negros não acreditam que a ad-

ministração dos democratas tivesse interesse em melhorar a sua situação. Segundo a sondagem de 1978, mais de metade da população negra está convencida de que os preconceitos raciais e a discriminação racial existirão sempre nos EUA, embora dez anos atrás assim pensassem 46% dos interrogados.

Em fins de 1978, as declarações de T. Marshall, eminente jurista negro, fizeram agitar a opinião pública americana. Membro do Supremo Tribunal dos EUA, subiu alto na hierarquia da justiça americana. A sua opinião sobre o problema racial tinha um grande peso, pois durante mais de dez anos ele, conscientemente, absteve-se de fazer quaisquer declarações a este respeito. «Não acreditem no mito de que o problema da desigualdade racial nos EUA possa ser um dia resolvido ou que este problema já está resolvido — dizia o membro do Supremo Tribunal. — Este problema não está nada resolvido». T. Marshall chamava a especial atenção para o facto de nos Estados Unidos continuarem a funcionar organizações racistas extremistas, como o Ku-Klux-Klan. «O Klan nunca morreu. Simplesmente os seus membros deixaram de usar capuzes — sem eles é mais cómodo e mais barato».

O membro do Supremo Tribunal não exagerava, ao falar do KKK. Já não falando dos estados do Sul, onde a influência da «centúria negra» americana é notória, mesmo em Nova Iorque, até 1975, não se impedia que os membros do Ku-Klux-Klan trabalhassem, por exemplo, como educadores nas prisões. Em 1975, a administração das prisões deste estado tentou pôr fim a semelhante prática. No entanto, em 1979, o tribunal deste estado permitiu novamente aos membros do Klan exercer vigilância sobre os presos, na sua maioria negros.

As declarações de T. Marshall e de outras personalidades de prestígio sobre a vitalidade desarraigável do racismo nos EUA eram, sem dúvida, convincentes. Mais convincentes ainda eram os factos.

Os acontecimentos em Miami, em Maio de 1980, foram uma advertência ameaçadora mostrando que a calmaria relativa nos confrontos raciais, estabelecida depois das explosões nos anos 60, era temporária. Estes acontecimentos mostraram que continuam por resolver os problemas agudíssimos que estavam na base das lutas impetuosas dos negros nos ghettos de Los Angeles, Detroit, Newark e outras cidades norte-americanas nos anos 60. 38% dos cidadãos negros viviam em Miami na situação abaixo do nível oficial de pobreza. A taxa de desemprego entre os negros atingia 17% e entre a juventude negra — duas vezes mais. «O racismo e a pobreza — eis as forças da erupção social em Miami»[21] — sublinhava-se na declaração dos candidatos comunistas nas eleições de 1980, Gus Hall e Angela Davis.

A arbitrariedade policial maciça contra a população negra em luta pelos seus direitos, a participação directa do Ku-Klux-Klan da Florida na organização de incursões armadas contra os negros, a impunidade dos assassinos, as provocações dos agentes da Guarda Nacional — eis o que caracterizava o quadro dos acontecimentos em Miami que, aliás, pouco se diferenciava do das agitações raciais em outras cidades americanas.

OS «CHICANOS» E OS HABITANTES AUTÓCTONES DA AMÉRICA DO NORTE

A outra minoria nacional dos EUA, a segunda pelo seu número, são os americanos de origem mexicana ou os «chicanos» que se concentram, principalmente, no Sudoeste do país. Todos os aspectos da vida desta minoria nacional são penetrados pela discriminação. Só os índios americanos vivem em situação ainda pior que os «chicanos».

Cerca de 90% dos trabalhadores de origem mexicana encontram-se nas fileiras do proletariado. A maioria deles exerce trabalho não qualificado ou pouco qualificado. A taxa de desemprego entre os «chicanos» é em média 2 vezes mais elevado do que entre os brancos. Eles estão ocupados, fundamentalmente, nos trabalhos pesados: trabalhos nas minas, trabalho de carga e descarga no transporte ferroviário, etc. Em muitas minas do Arizona e do Novo México trabalham quase exclusivamente «chicanos». Cerca de 50% dos jovens desta minoria nacional não tem emprego.

A ausência de direitos políticos para milhões de americanos de origem mexicana assenta em todo um sistema de medidas legislativas e administrativas. As autoridades não têm excrúpulos em lançar sobre eles os métodos mais brutais de violência. Na primeira metade da década de 50, dos EUA para o México foram deportados 1,5 milhões de «chicanos» e membros das suas famílias, encontrando-se entre eles milhares de crianças nascidas nos Estados Unidos e, portanto, cidadãos americanos.

Os norte-americanos de origem latino-americana sofrem até hoje arbitrariedades administrativas e policiais. O jornalista americano M. Lione escreve no ensaio «A ausência de direitos sob o Sol» dedicado ao problema da violação dos direitos dos «chicanos»: «É costume dizer-se que aos americanos de origem mexicana cabe sempre o que há de pior no Texas onde em tudo é considerado o maior e o melhor. Tudo, excepto a Justiça. No Texas faltam evidentemente a Justiça e a Igualdade. A tensão, a desconfiança e o medo determinam aqui o cumprimento da legalidade, sendo infractores mais grosseiros desta legalidade precisamente os que pelo cargo que ocupam devem garantir o seu cumprimento»[22]. Ao Texas corresponde mais de um terço dos casos de crueldade praticada pelos órgãos policiais repressivos dos EUA registados no Ministério

Federal da Justiça entre 1970-1979. A maioria absoluta destes casos são actos de violência contra os «chicanos».

J. Carter prometeu várias vezes conseguir a aplicação igual da legislação federal em relação aos americanos de origem latino-americana e defendê-los da arbitrariedade policial. Intervindo em 1978 na conferência dos juristas em Los Angeles, o Presidente prometia: «A minha administração envidará todos os esforços para pôr fim à violência injustificada da polícia contra os norte-americanos de origem mexicana»[23]. Alguns meses depois, Carter teve possibilidade real de envidar aqueles «esforços» de que tinha falado. No encontro com os representantes dos americanos de origem latino-americana em Houston lembraram-lhe o caso gritante do assassínio por um polícia de Santos Rodriguez de 12 anos, habitante do Dallas.

Eis como foi cometido o crime. Em 24 de Julho de 1973, depois da meia-noite, dois polícias fizeram o rapaz levantar-se da cama e começaram a interrogá-lo como suspeito do roubo de um aparelho automático comercial junto de um posto de gasolina. O tempo do roubo era conhecido, e o álibi de Rodriguez era evidente: nesse momento estava em casa. No entanto, os polícias levaram-no ao posto de gasolina e pelo caminho continuaram o interrogatório. Um deles, J. Kane, encostou o revólver à cabeça do rapaz, exigiu a confissão e começou a contar: «um, dois..» Ao dizer «dois», apertou o gatilho.

Mostraram ao Presidente a fotografia do rapaz com o crânio despedaçado e os presentes viram que Carter ficou horrorizado. Os representantes dos «chicanos» pediram-lhe que ajudasse a dar andamento ao processo nas instâncias judiciais federais, porque no Texas, procurando desculpar o «guarda da ordem», protelavam de todas as maneiras a investigação. O Presidente prometeu ajudar. O re-

sultado: três semanas depois da viagem de Carter ao Texas, o Ministro da Justiça dos EUA anunciou que não haveria nenhumas investigações federais sobre o assassínio de Santos Rodríguez[24].

A diferença entre os rendimentos familiares dos «chicanos» e dos brancos constitui em média 30%; aproximadamente uma quarta parte das famílias dos «chicanos» vive abaixo do «nível de pobreza». A duração do ensino escolar é menor que a dos negros. Mais de 55% dos «chicanos» abandonam a escola. Em todas as grandes cidades do Sudoeste americano, nos últimos anos tiveram lugar greves dos americanos de origem mexicana que exigiam o ensino da língua espanhola para os seus filhos. Nas escolas dessa região do país, os «chicanos» constituem cerca de 20% dos alunos e apenas 4% dos professores. A taxa de mortalidade infantil neste grupo nacional é 220% mais elevada que no conjunto do país, a mortalidade causada pela tuberculose e doenças infecciosas é 300-350% mais elevada[25].

Todos estes dados empalidecem, porém, em comparação com a situação da população índia dos EUA. A vida dos habitantes autóctones dos EUA é incomensurável mesmo com os padrões estabelecidos de discriminação na sociedade americana. Em Julho de 1978, os delegados de muitas organizações dos índios americanos entregaram à Casa Branca o «Manifesto dos índios americanos» e a «Declaração aos povos dos Estados Unidos e de todo o mundo». A ideia principal destes documentos era simples: «Se a prática actualmente existente em relação a nós continuar também no futuro — dizia-se no «Manifesto» —, dentro de 30-50 anos a nossa população e as nossas comunidades serão liquidadas»[26].

Os índios demonstravam que a atitude das autoridades dos EUA para com os habitantes autóctones da América do Norte tem por base a política de

genocídio e invocavam a definição do genocídio formulada na Convenção Internacional para a prevenção do crime de genocídio: «Por genocídio entende-se qualquer dos actos abaixo assinalados, cometidos com a intenção de destruir, por completo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal: a) homicídio de membros do grupo; b) lesão grave causada à integridade física ou mental dos membros do grupo; c) submissão intencional do grupo às condições de existência que conduzem à sua destruição física total ou parcial; d) medidas que visem controlar a natalidade no seio do grupo; e) transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo».

As acusações apresentadas pelos índios assentavam em muitos factos referentes a cada uma das categorias do conceito de genocídio. «Os departamentos políticos e de informação americanos dirigiam operações militares ilegais contra o nosso povo, como por exemplo o «Cointelpro», programa da actividade secreta do FBI, dirigido para minar as diversas organizações nos EUA. Como resultado dessas acções, vários dos nossos dirigentes morreram de morte violenta. Esta prática continua... 24% das nossas mulheres foram esterilizadas pela força no período entre 1971 e 1975...

«Quanto aos nossos filhos, quase diariamente cada um em três é entregue por diversos departamentos distritais, do estado e federais para serem educados por famílias não-índias»[27].

Actualmente, nos EUA existe mais de 100 reservas onde vivem cerca de 500 mil índios, os demais vivem nas cidades. A subnutrição constante conduz ao esgotamento físico das pessoas, sobretudo crianças e adolescentes. O rendimento médio da família índia nas reservas é 4 vezes inferior ao rendimento médio nacional. Segundo consta na investigação oficial sobre a situação dos índios, 90% das habitações nas reservas não corresponde

ao padrão normal de habitação. 50 mil famílias índias vivem em casas semidestruídas e barracas. Vivem até em automóveis velhos abandonados.

Os índios americanos durante dezenas de anos encontram-se em condições muito péssimas. Nas cidades, o desemprego entre os índios é muito maior que entre os negros. Em algumas reservas o desemprego supera em 8-10 vezes o índice nacional.

O desemprego entre os índios, os negros e os brancos entre 1950-1975 (em %)

(segundo as estatísticas oficiais)[28]

Anos	Índios			Negros	Brancos
	Total	Nas cidades	Nas reservas		
1950	—	15,1	—	9,6	5,9
1960	38,2	12,1	51,3	10,7	4,8
1970	28,6	9,4	41,0	8,2	4,0
1975	—	—	39,8	13,7	7,2

No domínio da protecção à saúde e à instrução, a situação dos índios americanos também é incomparável com a situação de qualquer outra minoria nacional dos EUA. 43% das mulheres índias dão à luz sem a assistência médica e, geralmente, em condições anti-higiênicas. Nas reservas, a taxa de mortalidade infantil entre os recém-nascidos é cerca de 3 vezes mais elevada que no conjunto do país. As doenças intestinais infecciosas são, nas reservas, 8 vezes mais frequentes. Entre os índios a tuberculose é 5 vezes mais frequente, a pneumonia 3 vezes e as doenças do fígado 2 vezes mais frequentes. Apesar da população autóctone reivindicar as escolas com o ensino na língua materna, o governo, o Congresso e as autoridades de alguns estados recusam-se mesmo analisar a possibilidade de elaborar programas adequados. Os pedidos dos índios

de introduzir nas escolas o ensino da história do seu povo e da sua rica cultura são igualmente recusados. Para as crianças índias nas reservas só está previsto o ensino escolar de cinco anos.

O estado da Califórnia ocupava outrora um dos primeiros lugares nos EUA pela densidade da população índia. Hoje, a média de esperança de vida entre os índios é em 16 anos menor que a do conjunto do estado. Cerca de 70% das famílias índias na Califórnia, considerada como um estado bastante próspero, vive abaixo do «nível de pobreza». 57 mil aleútes e esquimós — um quinto da população da Alasca — estão praticamente excluídos da vida económica do estado. A sua média de vida é inclusive baixa que a dos índios — 35 anos, isto é, como na Idade Média. A exploração das jazidas petrolíferas da Alasca, nos anos 70, não só não contribuiu para melhorar as condições de vida da população autóctone, como, pelo contrário, levou à destruição de muitas povoações aleútes, à liquidação das pastagens e das pescas — meios fundamentais de sua subsistência. «Parecia que a parte da Alasca no «boom» do petróleo, as receitas provenientes do arrendamento e outras verbas serviriam para a prosperidade do estado. Muitos sonhavam com escolas, hospitais, estradas e aeroportos, com uma vida melhor... Nada disso aconteceu»[29] — escrevia a revista «The National Geographic». A construção do oleoduto na Alasca durou 8 anos e custou 8 mil milhões de dólares. O povo autóctone esperava que esta grandiosa construção lhe desse emprego e acesso a novas profissões. Mas nem as companhias, nem Washington quiseram ensinar aos esquimós e aos índios profissão alguma.

Nos últimos anos, no Congresso dos EUA apareceram muitas propostas legislativas orientadas para a «integração» dos índios na população das cidades. Na base disto estão os interesses do negócio: nos territórios das reservas concentram-se gran-

des recursos de urânio e carvão. Mas independentemente da elaboração das bases jurídicas para o despejo dos índios, a mesma política há muito que se realiza na prática.

Um dos meios desta política, aplicado em grandes proporções, talvez, só em relação aos índios, é o seu isolamento físico coercitivo. Nos EUA existem estados onde o número dos índios nas prisões é 10-350 vezes superior à proporção da população índia. No estado de Montana, por exemplo, os habitantes autóctones constituem 3,7% da população, enquanto nas prisões do estado os índios constituem mais de 33% dos presos. Em Minesota, esta relação constitui 0,4 e 12,5% respectivamente, no Dacota do Sul, 7 e 32%, no Dacota do Norte, 0,05 e 17,5%[30].

O aparelho policial repressivo dos EUA em aliança com as organizações ultradireitistas do país procuram intimidar e desacreditar os dirigentes das organizações índias. Muitos índios foram presos justamente por lutarem activamente pelos direitos do seu povo. Em 1973, os índios da tribo sioux da reserva Wounded-Knee no Dacota do Sul levados ao desespero pela constante deterioração das condições de vida fecharam o acesso à reserva aos funcionários governamentais. Só no 71° dia do sítio, os polícias e os agentes do FBI invadiram Wounded-Knee. Dezenas de índios foram lançados para a cadeia por muito tempo. Duas penas de prisão perpétua está a cumprir L. Peltier, acusado de morte de dois agentes do FBI, apesar de que foi documentalmente provado que a acusação era uma falsificação e continha falsos depoimentos preparados pelo FBI.

No «Manifesto dos índios americanos» e na «Declaração aos povos dos Estados Unidos e de todo o mundo», os índios salientavam que todo o seu povo se encontra, praticamente, na prisão política. «Visto que nos privaram da possibilidade de

determinar a nossa política e a legislação, nós, a população autóctone, somos presos políticos no verdadeiro sentido da palavra... São-nos mesmo negados os direitos mais fundamentais necessários à nossa existência»[31].

A MULHER AMERICANA — «CRIATURA FELIZ»

Nos EUA há muito que se cultiva extasiadamente o estereótipo da criatura feliz, a mulher americana. «Querida, protegida e indulgenciada, ela está afastada das crueldades do mundo exterior. Ela tem naturalmente as suas obrigações, mas todas elas são agradáveis, femininas. Ela não precisa de fazer carreira, lutar contra os concorrentes, tratar de sobreviver nas condições de tensão constante e problemas insuperáveis. Ela simplesmente tem de ser ela mesma, a mulher, dando a alegria e a felicidade ao homem... Mas não é assim, isto é uma mentira» — escreve o politólogo da Universidade de Califórnia em Sacramento, K. Amundsen, no livro «Mulheres e Democracia americana. A maioria amordaçada». Dezenas de milhões de americanas, segundo diz K. Amundsen, na sua esmagadora maioria «sofrem de um fenómeno muito semelhante ao racismo»[32].

Formalmente, nos EUA existe um sistema imponente de leis que proíbe a discriminação por razões de sexo. Assim, a lei dos direitos civis de 1964 proibiu a discriminação por razão de sexo na contratação, nos despedimentos, na compensação e noutros aspectos relacionados com o emprego. A parte IX da emenda à lei do ensino proíbe a discriminação por razão de sexo em qualquer programa de estudo financiado pelo governo federal. A discriminação por razão de sexo no salário foi também proibida pela lei dos direitos civis de 1964. Já

em 1963 entrou em vigor a lei do pagamento igual por trabalho igual.

Qual é o resultado do zelo legislativo? Hoje em dia, nos EUA, continuam a vigorar mais de 800 leis (principalmente nos estados) com carácter discriminatório em relação às mulheres. Na Comissão para a garantia da igualdade de oportunidades encontram-se dezenas de milhares de causas relacionadas com a discriminação segundo o critério do sexo no domínio da contratação. Como diz o sociólogo americano, A. Rossi, as mulheres apresentam queixas por lhes ter sido negado o emprego à Comissão para a garantia da igualdade de oportunidades aproximadamente 4 vezes mais frequentemente que os homens[33]. Desde a aprovação da lei do salário igual a diferença no salário médio dos homens e das mulheres não diminuiu.

A participação das mulheres na actividade política e no trabalho dos órgãos do poder estatal não corresponde nada ao número da população feminina do país, assim como a percentagem das mulheres na mão-de-obra. Meio século depois da concessão às mulheres do direito eleitoral (1920), só 65 mulheres foram eleitas para a Câmara dos representantes dos EUA e 10 mulheres para o Senado. Das mulheres que estavam no congresso até 1968, 24 ficavam lá uma legislatura e às vezes menos (nos EUA existe a prática de nomear para o cargo de governador de estado a viúva do governador até à expiração do mandato). No Supremo Tribunal nunca houve mulheres. No que respeita aos Supremos Tribunais dos estados, em 1968 as mulheres constituíam apenas 3% dos juízes. Em 1980 nas principais cidades, salvo Chicago, não houve mulheres presidentes municipais.

O papel desproporcionadamente pequeno das mulheres na vida político-social dos EUA costuma-se explicar pelo facto de os americanos porem em dúvida a participação das mulheres na política.

No entanto, segundo mostram as investigações sociais, a maioria dos americanos pensam de outra maneira. Admite naturalmente a eleição de uma mulher para o cargo de vice-presidente e de presidente. Entretanto, já sem falar da Casa Branca, mesmo nos órgãos, como os conselhos escolares, as mulheres constituíam no fim dos anos 60, menos de 10% dos membros. Num resumo da situação das mulheres na sociedade americana, a revista da AFL-CIO «Federationist» escrevia, em Fevereiro de 1977, que as mulheres que trabalham nos organismos da administração local «ocupam os postos sem perspectiva e mais mal pagos e são discriminadas nos seus serviços»[34]. Nas instituições estatais dos EUA, em 1978, as mulheres ocupavam três quartos dos postos mais mal remunerados.

A vida político-social é apenas um dos domínios em que o papel das mulheres é insignificante. Na vida económica são limitadas as possibilidades das mulheres no aperfeiçoamento profissional e na promoção. Infringem-se sistematicamente as medidas para a protecção do trabalho das mulheres, sobretudo durante a gravidez e no parto. O salário é o domínio, na esfera das relações de trabalho dos EUA, onde as mulheres são mais grosseiramente discriminadas. Isto manifesta-se nos salários diferentes para os homens e mulheres com a mesma qualificação, no baixo nível de salários nos ramos e profissões «femininos», no pagamento desigual de prémios, etc.

Os salários das mulheres mais baixos que os dos homens por trabalho igual é uma regra nos EUA. Segundo os dados oficiais, os salários das mulheres são em média 40% inferiores aos dos homens. Segundo os cálculos dos economistas L. Tharow e R. Lucas, entre 1941-1971, não houve nenhumas mudanças na relação entre os salários dos homens e das mulheres[35]. Mais ainda, como foi assinalado no relatório económico do Presidente

dos EUA em 1972, esta relação piorou no período de 1956 a 1969[36].

As estatísticas testemunham que os rendimentos médios das mulheres com instrução superior equivalem apenas a 65% dos rendimentos dos homens, e esta diferença não se reduz[37]. V. Perlo considera que, nos meados dos anos 70, a relação entre os salários médios dos homens e das mulheres piorou em comparação com os meados dos anos 50 e 60. Com efeito, em 1955, esta relação constituía 64%, em 1965 — 60% e em 1974 — 57%[38].

A causa principal dos baixos salários das mulheres reside no facto de não terem acesso ao trabalho bem remunerado. No começo dos anos 70, nos EUA, existiam 100 profissões onde o número de trabalhadores ultrapassava 100 mil pessoas. Só em 46 delas trabalhava um número considerável de representantes dos ambos os sexos. A grande maioria das mulheres concentra-se na categoria dos chamados «colarinhos cor-de-rosa», ou profissões «femininas» (secretárias, vendedoras, serventes, etc.)

Em 1969, durante uma investigação nas principais Universidades dos EUA, verificou-se que as mulheres constituíam menos de 7% dos membros das administrações universitárias, e as administrações de Harvard, Yale e das Universidades dos estados de Cansas, Ilinóis e Colorado não tinham nenhuma mulher. Quanto ao ensino das ciências jurídicas, até 1972 a maioria das Universidades americanas recusava-se categoricamente a admitir professoras, apesar de na altura haver actos legislativos, mais do que suficiente, obrigando a admitir no trabalho sem distinção de sexo. A primeira mulher apareceu entre os professores de Harvard só em 1972. Nas Universidades americanas, as mulheres constituem ao todo 2,5% dos professores das ciências jurídicas[39].

Como é difícil a luta contra a discriminação das mulheres nos EUA mostra o facto de, na preparação

da lei dos direitos civis de 1964, terem sido precisamente as tentativas de estender a acção da lei às mulheres que provocaram a resistência mais tenaz das forças conservadoras. Mais de meio-século nos EUA não podem sequer formalmente resolver o problema da aprovação da emenda à Constituição que garanta os direitos iguais às mulheres.

O teor da emenda reza: «a igualdade de direitos perante a lei não deve ser limitada pelos Estados Unidos ou por qualquer estado por causa do sexo». Podia-se pensar que o problema da consolidação deste princípio por via constitucional deve provocar uma única pergunta: porque se faz isto tão tarde, no terceiro século de existência dos Estados Unidos? Mas a emenda foi recebida de sobreaviso pelos meios progressistas dos EUA que receiam, em particular, que a sua aprovação conduza à liquidação das leis de protecção do trabalho das mulheres. Ora, nos anos 60, foram revogadas várias leis de protecção do trabalho das mulheres. Por exemplo, em 1964, em 40 estados e no distrito de Colúmbia vigoravam leis que estabeleciam a duração máxima do tempo de trabalho por dia e por semana para as mulheres ocupadas em determinadas profissões e em determinados ramos. Até 1973 todos os estados, menos um, revogaram esta lei ou modificaram a sua nota. A legislação protectora para as mulheres revoga-se com frequência sob pretexto da igualdade de direitos.

Em termos gerais, se o trabalhador americano num ou noutro grau se torna alvo de todas as formas tradicionais de lesão ou de privação dos direitos fundamentais do homem, a mulher trabalhadora sofre ainda da discriminação por causa do sexo. Se a mulher é negra ou portorriquenha, o jugo discriminatório torna-se triplo. E se a mulher é índia, para a sua situação é difícil encontrar uma analogia.

* * *

«Muitos escritores e cientistas contemporâneos afirmam que o racismo determina a história dos EUA, racismo esse dirigido contra os negros, os índios, os americanos de origem mexicana, os portorriquenhos, os filipinos, os chineses, os japoneses e alguns povos da Europa» — conclui N. Glazer no livro «A discriminação afirmativa: a desigualdade étnica e a política do Estado». Os fenómenos da vida interna americana, como a escravidão dos negros, a política anti-imigratória, o extermínio dos índios americanos, a discriminação brutal dos negros depois da guerra civil, o linchamento dos chineses, a perseguição dos emigrantes dos países do Oriente, as medidas para a limitação da imigração dos países da Europa do Sul e da Europa Oriental, a expulsão forçada dos japoneses e a confiscação dos seus bens, a resistência ao ensino conjunto dos negros e brancos nas escolas, etc. — tudo isto, acentua Glazer, «pode ser considerado como a tendência central da história americana»[40].

Capítulo V

O ANTI-HUMANISMO DA POLÍTICA EXTERNA

Diferentes hipóteses podem ser feitos sobre o que significaria para a soberania dos povos o famoso «século americano» ou a hegemonia mundial dos EUA no caso inverosímil da sua realização.

Por exemplo, imaginar um segundo quando nada impede o imperialismo de revelar por completo e até ao fim a sua natureza agressiva, quando nada detém as suas pretenções reaccionárias e nada o obrigue a adaptar-se às realidades hoje existentes no mundo; quando nos sonhos políticos sobre o inconcebível, até hoje não abandonados pela reacção imperialista, seja resolvido o seu principal objectivo externo: fazer e manter a União Soviética política, militar e psicologicamente fraca (assim estava formulado este objectivo, por exemplo, em 1948, numa directiva rigorosamente secreta do Conselho de Segurança Nacional dos EUA 20/1 na parte intitulada «Os objectivos dos EUA em relação à Rússia»).

Tendo-se admitido o impossível, resta ver os planos concretos dos EUA preparados para o caso do estabelecimento do seu domínio mundial. Planos deste género há muitos em Washington, incluindo para as acções no território soviético em caso de o imperialismo dos EUA conseguir vencer a URSS militarmente. Semelhantes planos, que se elaboravam nos EUA na segunda metade dos anos

40, merecem bem ter lugar na mesma prateleira dos arquivos do irrealizável onde já se encontram os intentos do fascismo alemão.

Assim, na mesma directiva CSN 20/1 dizia-se que em caso do término vitorioso da guerra contra a URSS, seria importante criar para os vencidos «uma dependência económica considerável em relação ao mundo externo», impondo condições «severas e manifestamente humilhantes a este regime comunista».

Para a ocupação, de acordo com um outro plano («Dropshot»), previa-se destinar mais ou menos um milhão de homens só nas tropas terrestres, reforçá-las com poderosas unidades aéreas e meios de transporte. Determinavam-se antecipadamente os lugares de instalação dos ocupantes: duas divisões em Moscovo, uma em cada das cidades seguintes: Leninegrado, Minsk, Kíev, Odessa, Sverdlovsk, Tachkent, Omsk, Khabárovsk, Vladivostok, e outras. Os porta-aviões dos Estados Unidos estariam estacionados no Mar Báltico e no Mar Negro.

Não é obrigatório, porém, admitir o inconcebível para imaginar o conteúdo do «século americano». Washington não cessa nem um dia a luta pelos seus objectivos hegemónicos imperialistas. Cada dia traz novos testemunhos de arbitrariedade e de discriminação que pretende implantar na vida internacional já hoje. Quando surge o perigo real que ameaça o domínio do capital monopolista e os seus sustentáculos políticos, o imperialismo está disposto a tudo, pondo de lado toda a aparência democrática. Está disposto a espezinhar a soberania dos Estados e toda a legalidade, para não falar do humanismo. Calúnias, ludibriação da opinião pública, bloqueios económicos, sabotagem, organização da fome e da ruína, subornos e ameaças, terror, organização de assassínios de personalidades políticas — tal é o arsenal da contra-revolução contemporânea.

Os esforços farisaicos da administração de J. Carter em matéria de «defesa dos direitos do homem» serviam evidentemente de cobertura para a implantação do regime de ausência de direitos à escala global. «Não pretendemos impor o nosso sistema ou as nossas instituições aos outros. Antes pretendemos apoiar com meios práticos e concretos os esforços de outros países... de modo que isto corresponda à aspiração invencível dos homens à liberdade e à justiça» — declarou J. Carter em Janeiro de 1980 na mensagem ao Congresso dos EUA «Sobre a situação no país».

A luta contra o direito à vida por meio de guerras e a corrida aos armamentos, contra a soberania e a independência dos povos através de intervenções e outras formas diversas de ingerência, incluindo «operações secretas», o apoio multilateral de Washington aos regimes antipopulares repressivos, a sua resistência à afirmação no Direito Internacional do princípio do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais do homem — eis em que se tornam na realidade esses «meios práticos e concretos» da contribuição imperialista dos EUA para a aspiração invencível dos homens à liberdade e à justiça.

CONTRA O DIREITO À VIDA: GUERRAS E A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

O maior perigo que o imperialismo cria contra o direito mais sagrado de cada homem: o direito à vida. A política imperialista bélica, como demonstrou cientificamente V. I. Lénine, conduz «ao abalamento das próprias condições de existência da sociedade humana»[1]. Depois de 1917, esta política é invariavelmente dirigida contra o campo socialista no mundo, antes de mais contra a URSS. Está documentalmente provado que logo após a

Segunda Guerra Mundial, nos EUA, começaram preparativos para uma guerra nuclear contra a União Soviética. A inevitabilidade de uma tal guerra era o ponto de partida de toda a doutrina política externa dos EUA.

Já em Outubro de 1945, o comité dos chefes dos estados-maiores demonstrava aos dirigentes políticos do país as vantagens dos golpes nucleares contra 20 cidades soviéticas. O plano «Charioteer» (meados de 1948) previa incursões aéreas a partir das bases situadas no hemisfério ocidental e na Inglaterra, utilizando-se 133 bombas atómicas contra 70 cidades soviéticas, 8 das quais contra Moscovo, 7 contra Leninegrado, etc. De acordo com o plano, em dois anos de hostilidades tinha-se em vista lançar contra a URSS 200 bombas atómicas e 250 mil bombas convencionais. A guerra devia começar antes de 1 de Abril de 1949, segundo o plano «Fleetwood» (Setembro de 1948). O prejuízo material, a morte dos homens nas regiões industriais e outras consequências directas e indirectas da primeira fase do ataque aéreo deviam diminuir em 30-40% o potencial industrial da URSS. O cálculo das perdas humanas na URSS: a morte de 2,7 milhões de pessoas durante a primeira fase do ataque atómico, ulteriormente a morte de 4 milhões de pessoas mais («isto dependendo da eficácia do sistema de defesa anti-aérea soviético»). 1 de Janeiro de 1950 — data marcada para começar a guerra segundo o plano «Trojan», de acordo com o qual, na URSS seriam lançadas cerca de 300 bombas atómicas nos três primeiros meses de guerra. Os objectivos dos bombardeamentos — 100 cidades soviéticas.

O novo plano de guerra contra a URSS sob o nome «Dropshot», elaborado em 1949, mostrava que na planificação militar dos EUA deu-se uma viragem de princípio para intentar a guerra contra a URSS com as forças da coligação imperialista. Se anteriormente tinha-se previsto derrotar a URSS,

fundamentalmente, com bombardeamentos atómicos, o plano «Dropshot» era de uma envergadura muito maior. Tratava-se da organização de uma cruzada de todos os Estados da NATO contra a URSS, incluindo outros Estados da Europa, do Próximo e Médio Oriente. Planeava-se lançar contra a URSS forças armadas com o efectivo total de 20 milhões de homens. No primeiro período de guerra, planeava-se lançar sobre o território soviético mais de 300 bombas atómicas e 250 mil bombas convencionais. Depois, continuando a guerra atómica aérea, preparar para a ofensiva 164 divisões da NATO. Finalmente, desenvolver a ofensiva das forças terrestres da NATO do Oeste e do Sul.

Os planos «Charioteer», «Fleetwood», «Trojan» e «Dropshot» não tiveram desenvolvimento operativo, mas não porque os dirigentes dos EUA tivessem compreendido imediatamente a dimensão do crime que se preparava contra a URSS. Compreenderam outra coisa que, talvez, H. Truman formulou melhor que muitas pessoas: «... a capacidade do povo amante da liberdade e corajoso está pronta para derrotar as forças nefastas da barbárie por mais poderosas que sejam». Foi precisamente esta conclusão, expressa por H. Truman publicamente por motivo da vitória da URSS sobre a Alemanha hitleriana, o principal factor da retirada temporária, em 1950, da questão sobre a agressão atómica preventiva contra a URSS para retornar a ela mais tarde, quando os EUA em conjunto com os seus aliados acumularem um potencial militar suficiente para garantir a superioridade militar decisiva sobre a URSS. «Se bem que os Estados Unidos actualmente talvez possuam força suficiente, sobretudo no domínio da arma atómica, para infligir um golpe poderoso à União Soviética e abrir caminho para a vitória numa guerra prolongada, por si só isto não basta para a consolidação das posições dos

EUA na 'guerra fria'»[2] — constatou-se na directiva do CSN 68 de 14 de Abril de 1950.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a corrida aos armamentos criou cada vez mais raízes no terreno americano. O esquema de cada nova fase era igual: os EUA começavam, continuavam e aceleravam, obrigando a URSS a tomar medidas de resposta.

Os EUA iniciaram a corrida no domínio da arma de extermínio em massa em 1945, quando foram os primeiros a criar e a lançar as bombas atómicas contra a população civil de Hiroxima e Nagasáqui. Os EUA foram os iniciadores da corrida aos armamentos de alcance intercontinental, tendo criado, já nos anos 50, uma armada de bombardeiros estratégicos. Foram os primeiros a começar, no início dos anos 60, a instalação massiva dos mísseis balísticos intercontinentais e de dezenas de submarinos atómicos no Oceano Mundial. Igualmente, os EUA foram os primeiros a equipar, no começo dos anos 70, os mísseis balísticos intercontinentais com ogivas múltiplas de trajectória individual. Já em 1972, os EUA tinham começado o fabrico dos mísseis cruzeiro, estratégicos, e hoje instalam milhares destes mísseis no ar, na terra e no mar. Só no começo dos anos 70, os EUA foram os iniciadores do fabrico de mais de 90% de grandes sistemas de armas existentes no mundo.

Como resultado do aumento incessante dos armamentos no pós-guerra, o potencial nuclear dos EUA era constituído no começo dos anos 80, segundo dados oficiais, por cerca de 9 mil cargas nucleares estratégicas. O centro de informação de Washington reconhece que fora do território americano está instalado um terço do seu arsenal nuclear. Isto é o resultado dos programas de construção estratégica nas décadas de 60 e 70. Na década anterior aumentou aproximadamente 4 vezes o número total das ogivas nucleares das forças estratégicas dos

EUA. O poder destrutivo das forças estratégicas de ofensiva, segundo estimativas dos peritos do Instituto de Estocolmo, atinge cerca de 5,5 mil megatoneladas[3]. Aproximadamente 7 mil munições tácticas encontram-se na Europa Ocidental, 1800 — nas bases da Ásia, cerca de 2800 — nos vasos das frotas do Atlântico e do Pacífico. No início de 1982, fora dos EUA encontrava-se a quarta parte das forças armadas norte-americanas. Tendo-se em conta o efectivo das «forças de intervenção rápida», quase metade das forças armadas dos EUA têm os objectivos de combate fora das fronteiras do seu país[4].

A base do poderio militar e do potencial nuclear dos EUA são os mísseis balísticos intercontinentais (MBI), a aviação estratégica e os submarinos atómicos lança-mísseis. Nas unidades de combate das forças estratégicas de ofensiva dos EUA contam-se 2112 portadores de arma nuclear, incluindo 1053 rampas de lançamento de mísseis balísticos intercontinentais, 411 bombardeiros e 648 rampas de lançamento de mísseis balísticos instaladas em 40 submarinos atómicos. Estes sistemas podem, num só lançamento, veicular cerca de 10 000 cargas nucleares de 50 quilotoneladas a 10 megatoneladas cada uma. Tendo-se em conta os bombardeiros pesados em reserva, os EUA possuem, nas forças estratégicas de ofensiva, 2338 veículos de transporte de armas nucleares. As forças estratégicas terrestres estão equipadas com 550 rampas de lançamento de mísseis «Minuteman-3», 450 «Minuteman-2», 53 «Titan-3». Os mísseis balísticos intercontinentais americanos são capazes de veicular, num só voo, 2153 ogivas nucleares de 170 quilotoneladas a 10 megatoneladas cada uma. As forças estratégicas no mar estão equipadas com 40 submarinos atómicos dotados de mísseis «Trident-1», «Poseidon C-3» e «Polaris A-3», onde se encontram mais de 50% de todas as armas nucleares estratégicas. Mais de me-

tade dos submarinos atómicos lança-mísseis patrulham constantemente regiões que permitem assegurar ataques nucleares em diferentes direcções contra os objectivos situados no interior do território da URSS. As unidades aéreas estratégicas estão equipadas com 346 bombardeiros pesados B-52 e de 65 bombardeiros médios FV-III A.

O último exemplo da liderança americana na corrida aos armamentos é a arma de neutrões. O seu surgimento data da proposta do físico S. Cohen feita ao Pentágono nos fins dos anos 50. Tratava-se da criação de uma bomba miniatura de hidrogénio de nova construção, cujo principal factor destrutivo seria a radiação neutrónica. A primeira carga neutrónica do mundo foi experimentada na Primavera de 1963 no deserto na Nevada.

Desde então a atenção para esta arma diminuiu um pouco, pois o Pentágono concentrou-se nos programas de armamentos estratégicos. Na segunda metade dos anos 70, a administração de J. Carter voltou à ideia de equipar as forças armadas dos EUA, sobretudo o agrupamento norte-americano na Europa Ocidental, com as cargas neutrónicas. O 36° aniversário do bombardeamento atómico de Hiroxima, o dia 6 de Agosto de 1981, a Casa Branca assinalou com a decisão de produzir a arma de neutrões em grande escala.

V. G. Kulikov, marechal da União Soviética, afirma: «A arma de neutrões é uma arma termonuclear e, sem dúvida, ofensiva. Tem todas as propriedades destrutivas da arma nuclear e, além disso, a radiação neutrónica mortífera... A arma de neutrões destina-se principalmente a matar pessoas, conservando-se os edifícios e outros 'valores'. Por isso, quando os partidários da arma de neutrões dizem que é 'humana', é preciso ter em vista que é 'humana' só em relação ao betão e ao metal. Em relação aos homens é a mais desumana e bárbara. Sob a acção dos neutrões, nas células do tecido vivo rompem-se os cromossomas, as células destroem-se ou perdem a capacidade de dividir-se. A radiação neutrónica afecta o sistema nervoso, particularmente o cérebro humano, de que resulta a perda rápida de orientação, a incapacidade de executar as mais simples acções conscientes e, finalmente, convulsões e a perda da consciência. O homem morre em sofrimentos terríveis. A aplicação de grandes munições neutrónicas conduzirá à liquidação massiva da população e a consequências funestas tanto para a geração actual, como para as gerações futuras». A. P. Alexándrov, presidente da Academia das Ciências da URSS salienta: «Esta arma não mata apenas. A cada morto corresponderá 10 vezes mais homens atingidos por diferentes doses de radiação. Alguns morrerão mais cedo ou mais tarde, os sobreviventes produzirão descendentes deformados, devido a anomalias genéticas e hereditárias»[5].

«Segundo as opiniões dos círculos militares da NATO — conclui V. G. Kulikov —, a arma de neutrões pode ser utilizada em qualquer etapa do conflito armado e até no seu começo. Não se pode deixar de notar que não só a sua aplicação como também o seu próprio aparecimento no arsenal da NATO reveste-se de carácter provocatório. A arma de neutrões, como se sabe, elimina a fronteira entre o emprego dos meios convencionais e o da arma nuclear, reduz o chamado 'limiar nuclear', aumenta a eventualidade de um conflito nuclear. É excepcionalmente perigosa porque pode jogar o papel de detonador duma catástrofe nuclear»[6].

A população da Terra pode ser aniquilada 4 vezes pelas armas químicas acumuladas nos arsenais dos EUA, diz-se no livro dos autores ingleses «A forma superior de assassínio. A história secreta de uma guerra química e bacteriológica», editado em Londres na Primavera de 1982. O senador norte-americano D. Priore apresenta as suas estimativas

a respeito da capacidade mortífera do potencial químico dos EUA: é capaz de destruir a humanidade 50 vezes[7]. A base deste potencial constituem gases que provocam a paralisação nervosa, que não têm cor nem cheiro e penetram no organismo através da pele e dos pulmões. Uma gota ou uma aspiração é suficiente para provocar a paralisia. Para aniquilar 1 milhão de pessoas é suficiente 1 litro de gás que custa 5 dólares. A arma química, assim como a de neutrões, deixa intactos os valores materiais, matando só os seres vivos.

Nos armamentos químicos os EUA são há muito o líder, substituindo nesta qualidade a Alemanha hitleriana. O programa químico das forças armadas americanas foi amplamente desenvolvido depois dos serviços secretos dos EUA terem apreendido, no fim da Segunda Guerra Mundial, a documentação e destacados especialistas alemães em matéria de tóxicos.

O aumento do potencial químico dos EUA efectuado pela administração de R. Reagan é, praticamente, tendo-se em conta as reservas existentes, um programa de superarmamento.

Actualmente, na preparação dos armamentos químicos, participam cerca de 90 empresas americanas, estatais e privadas. Em Maio de 1982, foram destinadas grandes verbas para a construção de uma nova fábrica em Pine Bluff (estado de Arcansas) com a capacidade produtiva anual de 840 mil cargas de gás binário paralisante. Nos EUA há cerca de 100 tipos diferentes de armas químicas, constituindo no total mais de 3 milhões de unidades. O seu peso conjunto é de 150-300 mil toneladas[8]. Mais de 40 mil toneladas, segundo o especialista americano D. Morissay, conservam-se prontos para serem empregues em dez cidades dos EUA e também nas ilhas do Pacífico (i. Johnston), no Japão e em países da Europa Ocidental[9]. Também as «forças de intervenção rápida» se preparam para operações com o emprego de substâncias tóxicas.

Os EUA já empregaram várias vezes a arma química, em particular, durante a guerra na Coreia. Actualmente as armas químicas americanas utilizam-se em várias regiões do mundo, do Afeganistão a Salvador. O principal polígono químico durante muito tempo foi para o Pentágono o Sudeste Asiático. Em 1982 tornou-se público o relatório preparado para o arquivo das Forças Aéreas dos EUA sob o título «Operação Ranch Hand: Forças Aéreas e herbicidas no Sudeste Asiático no período de 1961-1971». No relatório expunham-se factos que mascaravam a guerra química americana: examinava-se a possibilidade de vestir os pilotos à paisana, de dotar os aviões com sinais de identificação alheios e até de persuadir os pilotos a aceitarem que o governo dos EUA não os reconhecesse caso caíssem prisioneiros. O embaixador dos EUA no Vietname do Sul, F. Nolting propunha pôr nos contentores com produtos químicos as inscrições «Carga civil».

O programa de uma guerra química foi iniciado por decisão do Presidente Kennedy em 30 de Novembro de 1961. Comentando as propostas apresentadas então à Casa Branca, o secretário de Estado D. Rusk asseverou que o programa não viola nenhumas normas do direito internacional.

O que não contradizia, do ponto de vista de Washington, o direito internacional? Como reconheceu em 1981 o Ministro da Saúde e dos Serviços Sociais dos EUA, R. Schweiker, as tropas americanas no Sudeste Asiático empregaram a arma química em 41 operações[10]. Um dos documentos do Comité para o desarmamento, N SD/82, testemunha: a aviação americana lançou no Vietname mais de 100 mil toneladas dos produtos tóxicos, em consequência disto, em mais de 43% das terras cultivadas do país praticamente foi destruída toda

a vegetação[11]. Foram atingidos mais de dois milhões de vietnamitas e dezenas de milhares de norte-americanos. O relatório mencionado ressaltava rigorosamente: «As forças armadas americanas só aplicaram os produtos químicos no Vietname depois desta questão ter sido discutida a alto nível».

Com o passar do tempo revelaram-se cada vez mais as proporções colossais do prejuízo causado pelos EUA à população do Sudeste Asiático.

O cientista americano A. Westing, autor do livro «As consequências ecológicas da segunda guerra na Indochina», assinala que a agressão dos EUA contra o Vietname foi «a primeira guerra na história acompanhada da destruição intensiva e propositada do meio ambiente»[12]. O mais grave prejuízo sofreram os recursos vegetais do Vietname do Sul. O terreno com crateras abertas visto do ar parecia uma paisagem lunar. Os herbicidas foram aplicados em mais de 10% do território do país. As tropas americanas aplicavam no Vietname os produtos mais tóxicos, conhecidos na química moderna. A flora da Indochina destruía-se também mecanicamente, incluindo com um instrumento de trabalho tão pacífico como a charrua. «Isto também foi uma das novidades principais da guerra na Indochina» — nota A. Westing.

A destruição da vegetação acarretava a erosão do solo e a mudança do microclima em algumas regiões da Indochina. Além disso, durante as operações as tropas americanas tentavam pela primeira vez empregar a «arma meteorológica». Em algumas regiões com a ajuda dos produtos químicos especiais criava-se uma camada de nuvens chuvosas, o que acarretava precipitações atmosféricas abundantes, provocando inundações. Na península aumentou a temperatura média, surgiram ventos, diminuiu a humidade.

O que é que deixaram os EUA no Vietname além das destruições e vítimas? Segundo dados

oficiais da República Socialista do Vietname, os combatentes imperialistas pela «salvação da democracia» destruíram as habitações de 15 milhões de pessoas, isto é, 2/3 das casas nas aldeias e nas cidades no Sul do país, causaram dano a todas as cidades no Norte. Segundo comunicava, em Setembro de 1977, a Comissão vietnamita para a investigação dos crimes praticados pelos norte-americanos e os seus fantoches de Saigão, na cidade de Ho Chi Minh (antiga Saigão) foram deixados 200 mil órfãos, 300 mil criminosos, 150 mil toxicómanos, 300 mil doentes venéreos. Dos 3,5 milhões de habitantes da cidade mais de 1 milhão eram desempregados. Os EUA reproduziam o «modo de vida americano» fora das suas fronteiras.

A preparação material para novas guerras através da corrida aos armamentos é parte inalienável da política do imperialismo dos EUA que ameaça o mais sagrado direito do homem. A capacidade destrutiva das cargas nucleares, concentradas nos arsenais dos Estados imperialistas, é mil vezes maior do que a da bomba atómica americana lançada sobre Hiroxima.

Só as despesas directas com a corrida aos armamentos após a Segunda Guerra Mundial, segundo dados da ONU, custaram à humanidade mais de 6 triliões de dólares americanos, o que quase equivale ao produto nacional bruto conjunto de todos os países do mundo em 1975. «Ao mesmo tempo, praticamente em todos os países existem muitos problemas por resolver. Os serviços comunais, a saúde, a educação, a construção habitacional, a protecção do meio ambiente, o progresso social e económico em geral, eis os domínios que necessitam dos recursos absorvidos pela corrida aos armamentos»[13] — diz-se no relatório do Secretário-geral da ONU «As consequências económicas e sociais da corrida aos armamentos e das despesas militares», preparado em 1978.

Os meios destinados às investigações médicas em todo o mundo constituem apenas 20% dos meios destinados às investigações e programas militares. As despesas totais da Organização Mundial de Saúde com o programa de liquidação de paludismo constituem menos de 35% do custo de um submarino americano «Trident» equipado com mísseis nucleares. Entretanto, mais de 1 mil milhão de pessoas em 66 países em vias de desenvolvimento vivem em regiões onde o paludismo é uma doença constante, já sem falar da miséria, a subnutrição e numerosas doenças infecciosas. Com as despesas anuais de 1,5 mil milhões de dólares poder-se-ia em cinco anos liquidar praticamente o analfabetismo no mundo.

CONTRA A SOBERANIA DOS POVOS: O INTERVENCIONISMO NA PRÁTICA E NAS DOUTRINAS

Os povos e os Estados de todas as regiões do mundo eram ou continuam a ser o objecto do emprego da força militar ou de ameaça de a aplicar por parte dos EUA. Um instrumento importante da política intervencionista é o sistema global de deslocação das forças armadas dos EUA. Para 1 de Março de 1980 este sistema incluía aproximadamente 300 bases das forças terrestres, aéreas e da marinha e cerca de 2 mil outras instalações militares. Fora das fronteiras dos EUA encontravam-se cerca de 500 mil militares norte-americanos[14].

Depois da Segunda Guerra Mundial, praticamente nenhuma das grandes crises internacionais passou sem actos de violência contra Estados e povos, sem tentativas de minar os direitos soberanos desses povos por parte dos Estados Unidos, sozinhos ou com cúmplices: em Berlim (1948-1949, 1961), no Próximo Oriente (1956, 1958, 1967, 1973), nas Caraíbas (1962), a crise de muitos anos da Indochina,

a crise no Irão no final da década de 70 e começo de 80. As situações de crise provocadas pela política dos EUA e seus aliados mais próximos transformavam-se frequentemente em focos de perigo de guerra, como por exemplo na Indochina, no Próximo e no Médio Oriente. A história das relações internacionais no após-guerra abunda em casos do intervencionismo dos EUA.

A prestigiosa «Brookings Institution» tentou sistematizar as manifestações do intervencionismo norte-americano. Com os esforços de uns cinquenta peritos o Instituto conseguiu abranger um vasto tema: «A utilização das forças armadas dos EUA como instrumento da política externa em 1946--1975». Quando, onde, de que forma e em que condições teve lugar a utilização das forças armadas dos EUA com evidentes objectivos políticos em todos os incidentes mais ou menos importantes e situações críticas de carácter político-militar depois da Segunda Guerra Mundial: a estas questões decidiram responder os autores.

Como era de esperar, o quadro sintetizado do intervencionismo americano foi impressionante. Chegou-se à conclusão que durante os 30 anos analisados os EUA utilizaram as suas forças armadas com objectivos políticos quase todos os meses, ou seja, em 215 situações.

Mais frequentemente — em quase 80% de todos os casos — Washington utilizou a marinha. A aviação militar foi empregue em cerca de 50% das situações; as forças terrestres, em 20% dos casos. Num em cada dois casos da utilização das unidades de porta-aviões com fins políticos, estas eram acompanhadas pela infantaria de marinha. Como reunião ideal das forças e meios para pressionar politicamente sobre Estados e povos continua a considerar-se nos EUA a «ligação» clássica da marinha e da infantaria de marinha, em outras palavras, sempre a mesma «diplomacia do canhão».

Apesar de toda a actualidade imperecível da obra da «Brookings Institution», muito mais foram as coisas silenciadas que as ditas. É verdade que os autores alegavam a metodologia, dizendo que se tratava de acções evidentes, realizadas uma só vez e não da política claramente orientada para a violência contra a soberania dos povos com a força e a ameaça. Esta alegação em parte justificava a limitação da investigação, mas isto explicava muito melhor a premissa política dos autores: as forças armadas dos EUA no tempo de paz devem necessariamente reforçar a «política de coacção».

O cálculo aritmético de alguns actos de intervencionismo americano, como o tentavam fazer na «Brookings Institution», nunca dará um quadro completo da pirataria internacional do imperialismo dos EUA, se se excluir o que é o principal: a ingerência nos assuntos internos dos povos está programada conscientemente na acção de Washington perante os problemas mundiais. O intervencionismo é um dos meios de luta dos EUA pela sua hegemonia global no período de pós-guerra. O historiador A. Shlesinger explicava: «O globalismo norte-americano, arraigado no anticomunismo, total e constantemente pressionado pela nova classe, os militares, transformou-se numa doutrina messiânica, segundo a qual qualquer forma de agitação no estrangeiro, seja num país grande ou pequeno que surja em consequência das causas externas ou internas, exige a intervenção dos Estados Unidos». A disposição para a intervenção e o emprego da força, entra organicamente, como elemento inalienável e fundamental, nas doutrinas políticas externas norte-americanas.

Em seu tempo, referindo-se às relações com os países em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, J. Carter dizia em 13 de Março de 1976: «A ordem mundial estável não poderá ser realidade enquanto os países que dispõem de

Quadro sinóptico da utilização das forças armadas dos EUA para fins políticos (1946-1975)[15]

	Nível de forças (número de incidentes)					
	máximo	elevado	médio	reduzido	mínimo	Total
Regiões						
Hemisfério ocidental	2	2	6	18	32	60
Europa	5	3	12	19	4	43
Próximo Oriente	4	4	7	7	16	38
África (ao Sul do Sara). Ásia do Sul	0	0	0	6	7	13
Sudoeste Asiático	0	6	17	8	10	41
Ásia oriental	4	3	4	6	3	20
Períodos cronológicos						
1946-1956	7	2	16	20	11	56
1957-1965	6	10	24	31	41	112
1966-1975	2	6	6	13	20	47
Total	15	18	46	64	72	215

capitais e de tecnologia ameaçarem militarmente outros Estados a fim de estabelecer o controlo sobre as suas riquezas naturais e os recursos energéticos». O orador parece ter previsto os acontecimentos. São exactamente tais ameaças que pressupõe a dita «doutrina Carter» proclamada por Washington no período entre os fins dos anos 70 e começo dos 80.

Esta doutrina não surgiu de repente. A partir mais ou menos da segunda metade de 1978, nos meios governamentais dos EUA começou-se a falar da necessidade do retorno à estratégia «pré-vietnamita» de utilização das forças armadas norte-americanas na quali dade de «gendarme mundial».Tor-

naram-se mais frequentes as tentativas de Washington em declarar como zona de «interesses vitais» dos EUA uma ou outra região do mundo situada longe deles. A intensificação das tendências intervencionistas teve como pretexto os acontecimentos no Próximo e Médio Oriente, onde a revolução iraniana e a réplica decisiva dos Estados árabes aos acordos pró-americanos entre o Egipto e Israel reduziram bastante a base em que se apoiava a política dos EUA naquela região.

As torres petrolíferas dos Estados árabes atraíam Washington, fazendo-a esquecer as lições do passado recente e revelando a tendência do imperialismo dos EUA para a violência contra os direitos soberanos dos povos. A paixão pela política do «grande cacete» transpareceu até mesmo nas declarações dos políticos liberais moderados. E os veteranos da «guerra fria» insistiam em que quaisquer variantes da «defesa dos direitos do homem» e a não-ingerência nos assuntos internos dos povos não correspondem absolutamente nada aos objectivos de classe dos Estados Unidos.

A «doutrina Carter» foi exactamente a tentativa de retorno aos tempos da «política suja» do passado. A sua essência consiste na tendência dos Estados Unidos para o aumento da expansão à escala global, sobretudo na zona dos países em vias de desenvolvimento, através da criação de uma rede de bases militares no Oceano Índico, nos países do Próximo e Médio Oriente e na África, submetendo-os à sua hegemonia a fim de assegurar a exploração livre das suas riquezas naturais e utilizar os seus territórios para os desígnios estratégicos contra o mundo socialista e as forças de libertação nacional.

Na «doutrina Carter» fundem-se os temas hegemónicos fundamentais de duas doutrinas norte-americanas do período da «guerra fria»: as de H. Truman e de D. Eisenhower. Se se comparar

as declarações de Carter com os postulados da «doutrina Truman», comparar o âmago das doutrinas, os seus argumentos, vias e meios para alcançar os objectivos, a garantia militar e a política desses objectivos, a esfera de aplicação da doutrina, etc., ver-se-á o seu parentesco íntimo.

A sua essência política é análoga: pretensões ao domínio mundial, o desígnio de mudar a correlação de forças existente no mundo, o desprezo pelas realidades. «Devemos pagar qualquer preço necessário para continuarmos o mais poderoso país do mundo» — frisava o Presidente J. Carter. O mesmo tema está presente praticamente em todas as declarações importantes do Presidente H. Truman feitas no fim dos anos 40. No centro dos argumentos da «doutrina Carter" estão duas teses interligadas: em primeiro lugar, a supostamente revelada «impossibilidade de ter relações com a URSS como anteriormente» e, em segundo lugar, as afirmações sobre um certo «expansionismo soviético». Quanto à primeira tese, H. Truman formulou-a um pouco mais simples: «...estou cansado de prestar atenção aos Sovietes»[16]. E a propaganda do mito acerca do «expansionismo soviético» foi uma ocupação permanente de H. Truman. Por exemplo, ao darem a conhecer as bases da doutrina dele ainda em elaboração aos líderes do Congresso, o secretário de Estado T. Byrnes e o seu substituto D. Acheson incutiam-lhes: se os EUA não opuserem resistência «à ofensiva comunista» no Mediterrâneo Oriental, «o domínio soviético poderá estender-se à Europa, ao Médio Oriente e à Ásia»[17].

Os objectivos gerais da política dos EUA de acordo com as duas doutrinas são: «criar um contrapeso ao poderio militar soviético» (J. Carter), contrapor à URSS «o punho de ferro e expressões fortes» (H. Truman). O meio para alcançar este objectivo: a intervenção, mesmo com o emprego de força militar, em quaisquer acontecimentos e

em qualquer região do mundo por mais distante que esteja dos EUA. Na política externa americana, o culto da força revelou-se abertamente duas vezes: no áuge da «guerra fria» dos anos 50 e no período entre o fim dos anos 70 e começo dos 80. «Os EUA assumiam o papel de polícia anticomunista mundial... Não deve haver mais revoluções independentemente de que muitos milhões de pessoas ainda levavam uma vida miserável sob o despotismo de uns poucos»[18] escrevia sobre a «doutrina Truman" o historiador americano D. Fleming.

Quanto à esfera da aplicação da «doutrina Carter», no seu aspecto global, ela está muito próxima da herança dos tempos de Truman: as duas doutrinas têm o carácter global quanto ao propósito nelas contidas de «defender os interesses vitais dos EUA». Por outro lado, o aspecto regional da doutrina de Carter aproxima-a directamente da «doutrina Eisenhower».

Exposta pela primeira vez na mensagem do Presidente dos EUA ao Congresso em Janeiro de 1957, esta doutrina visava o fortalecimento considerável das posições americanas no Próximo e Médio Oriente, a oposição às forças regionais de libertação nacional e do progresso social, o desvio dessas forças do processo revolucionário mundial. As directivas da «doutrina Eisenhower» significavam a vontade dos EUA de resolver arbitrária e unilateralmente os problemas da guerra e paz no Próximo e Médio Oriente, intervir nos processos de desenvolvimento interno e ditar a orientação externa aos países da região, o que contradizia radicalmente os interesses da paz e da segurança, os princípios da soberania estatal e da independência dos povos. A doutrina violava brutalmente uma série de princípios da Carta da ONU e do Direito Internacional em geral.

A «doutrina Eisenhower» e a «doutrina Carter» têm muito em comum: a avaliação do significado

que têm para os EUA e o Ocidente o Próximo e Médio Oriente e a intenção de desencadear, sob pretexto da «salvação do comunismo internacional» (Eisenhower) ou do «expansionismo soviético» (na redacção de Carter), a luta contra a soberania e a independência dos Estados e povos destas regiões, e a ideia acerca dos «vácuos de força» supostamente formados lá, etc. E o principal que une estas duas doutrinas é o princípio do intervencionismo. Assim, D. Eisenhower falava da disposição de utilizar «as forças armadas dos Estados Unidos a fim de garantir e defender a integridade territorial e a independência política desses países que pedem ajuda contra a agressão militar aberta por parte de qualquer Estado controlado pelo comunismo intenacional». Na «doutrina Carter» a situação para a intervenção dos EUA até mais limitada fala-se da disposição de «utilizar todos os meios necessários, incluindo a força militar, em caso de tentativas de uma força externa controlar a região do Golfo Pérsico».

A simples enumeração de alguns actos dos EUA contra o Irão soberano ilustra o seu intervencionismo na prática. Em 13 de Dezembro de 1979 foi decidido expulsar dos EUA os diplomatas iranianos. Em 22 de Janeiro de 1980 os bombardeiros estratégicos B-52 realizaram voos demonstrativos sobre o Oceano Índico. Em fins de Março o número de navios de guerra americanos perto da costa do Irão ultrapassou os 30. A bordo dos navios encontravam-se 24 mil militares americanos. Em 8 de Aril, J. Carter declara a ruptura das relações diplomáticas entre os EUA e o Irão, proíbe o comércio entre os EUA e o Irão.

Por último, em fins de Abril de 1980, deu-se a intervenção militar directa dos EUA no Irão, empreendida pelo agrupamento «Delta» das tropas americanas especiais. A «operação de salvação», como indicam muitos dados, devia servir de sinal

para um golpe de Estado, onde deviam participar vários milhares de agentes enviados de antemão para o Irão, incluindo os partidários do xá, que durante a revolução tinham fugido para o estrangeiro.

A actual activização da prática do intervencionismo, a intenção de influir na política externa da URSS mediante a pressão, de intimidar os países em vias de desenvolvimento, dividir as fileiras dos partidários da paz, do fortalecimento da segurança internacional e da cooperação representam uma ameaça directa ao processo de desanuviamento, aos interesses e os direitos dos povos soberanos.

As tentativas de Washington de haurir a «força» nas ideias frustradas de há 30-20 anos, fazendo renascer o pensamento imperial, impedir as mudanças amadurecidas nestes ou naqueles países ou regiões, conservar os regimes antipopulares, impor o seu *diktat* aos povos amantes da liberdade — tudo isto está condenado ao fracasso da mesma maneira como se verificou a inconsistência das ideias hegemónicas da «doutrina Truman».

O APOIO AOS REGIMES ANTIPOPULARES

Os regimes de Franco em Espanha, Salazar em Portugal, Duvalier no Haiti, Trujillo na República Dominicana... Apesar de todas as diferenças existentes entre eles, estavam unidos por laços íntimos com Washington na luta contra os seus próprios povos. Devido às novas vitórias alcançadas pelo movimento anti-imperialista, ruíram os regimes repressivos no Irão e na Nicarágua. Em ambos os casos, a política norte-americana desmascarou-se por completo e de forma particularmente vergonhosa, tendo-se em vista as afirmações infinitas de Washington acerca da sua adesão «à defesa dos direitos do homem».

Como é que o imperialismo americano «defendia» na prática estes direitos no Irão e na Nicarágua?

O restabelecimento, em 1953, do poder do xá iraniano Mohammed Reza Pahlevi foi o resultado de uma «operação secreta» bem sucedida dos EUA que recebeu o nome «Ajax». O derrubamento do governo legal e a intervenção grosseira nos assuntos internos do Irão, que prolongou por mais um quarto de século os sofrimentos das massas, foram dirigidos pelo secretário de Estado dos EUA J. Foster Dulles e o seu irmão, director da CIA, Allen Dulles. O Presidente dos EUA, D. Eisenhower, conhecia todos os elementos importantes da operação «Ajax». Desde então Washington ajudava largamente a tirania do xá, e a partir da segunda metade da década de 60 apoiava incondicionalmente todos os seus pedidos e exigências. O Irão do xá era o favorito de Washington e era considerado o baluarte da influência dos EUA na zona do Golfo Pérsico, como importante fonte da importação americana de petróleo. Ao Irão predestinava-se o papel do principal «meio contentor» na região perante a mítica «ameaça soviética».

Até fins dos anos 70, mais de 500 companhias americanas instalaram-se na economia do Irão. Os investimentos dos EUA constituíram cerca de 12 mil milhões de dólares. Proporções extraordinárias atingiu a ajuda militar americana. Em 1972, os EUA assinaram com o Irão um acordo secreto que dava a Teerão carta branca para a compra de praticamente quaisquer sistemas americanos de armamentos não nucleares que o xá desejasse. A partir de então e até à recusa do governo revolucionário iraniano à maior parte das armas encomendadas, o regime de xá pediu aos EUA armamentos no montante de 20 mil milhões de dólares.

Para o Irão eram enviados montes de armas americanas, enquanto o país vivia na miséria apesar

das enormes receitas proporcionadas pela exportação do petróleo que, em 1978, constituíram mais de 22 mil milhões de dólares. Durante vários anos a inflação atingia a taxa anual de 50%. Exportador dos produtos agrícolas no passado, o Irão importava mais de metade dos produtos alimentares necessários. O parlamento, os partidos políticos, a imprensa, os processos judiciais e os sindicatos — tudo isto não tinha a possibilidade de se desenvolver normalmente no Irão pré-revolucionário. As câmaras de tortura da polícia secreta SAVAK trabalhavam em cadeia sangrenta, saindo de lá mutilados e mais frequentemente não saindo nunca. Durante os anos da estadia do xá no poder, o orçamento de SAVAK aumentou mais de mil vezes[19].

Em Setembro de 1978, o jornal suíço «Voie Ouvrière» publicou a carta aberta ao Presidente dos EUA J. Carter assinado por um grupo de iranianos vítimas das atrocidades do regime. Um após outro citavam-se factos dessas atrocidades, expressava-se o ódio e a indignação de milhões de cidadãos do país ao xá. «Mas o senhor Presidente continua a apoiar incondicionalmente a política do xá que transformou o nosso país num grande campo de concentração...»[20] — escreviam os iranianos indignados.

Dos meados do Outono de 1978 a Março de 1979, a administração de Carter concentrou as suas forças na luta pela manutenção do poder dos grupos pró-imperialistas no Irão. A intervenção americana assumia um carácter clamoroso. Através do embaixador do xá em Washington, Z. Brzezinski exigia constantemente que o exército iraniano reprimisse as massas revolucionárias. No começo de Janeiro de 1979 chegou a Teerão o general americano R. Hayser com a instrução de contribuir para a manutenção da integridade das forças armadas do Irão. Propunha cinicamente ao líder da revolução iraniana Khomeiny: se apelar para que cessem

as greves e manifestações, os EUA não irão provocar um golpe de Estado. Os representantes de Khomeiny pronunciaram-se categoricamente contra. Todos os planos de Washington frustraram: chegado ao Irão, Khomeiny formou o governo revolucionário provisório. No último momento, Brzezinski interpelou de novo a embaixada em Teerão: se existe uma esperança mínima num golpe militar vitorioso? Os resultados são conhecidos: em Fevereiro de 1979, a monarquia no Irão foi liquidada e ao imperialismo americano foi desfechado um golpe sério.

Nesse mesmo momento, na outra parte do mundo, na América Central, o «humanitarismo» da administração de Carter submetia à prova o povo da Nicarágua. Durante vários decénios, os EUA por todos os meios contribuíram para manter no poder a ditadura da fimília dos Somoza. Já em 1936, o Somoza-pai foi posto na presidência pela infantaria de marinha dos EUA. Desde então não se esgotava a torrente da ajuda económica americana ao regime e de armamentos para a sua guarda «nacional». Os EUA patrocinavam constantemente a política do seu satélite. Tudo isto era compensado por completo pela fidelidade de Somoza à política anticomunista e pela sua dependência de Washington. Passava o tempo, mudava o mundo, transformava-se a América Latina, mas Somoza continuava a agradar Washington com declarações de que entre a Nicarágua e o «comunismo internacional» persiste o «último bastião», a ditadura somozita.

Em 1972 um grande terramoto destruiu a capital da Nicarágua. Em cada dez pessoas uma ficou sem abrigo. A ajuda chegada de todo o mundo para as vitímas foi roubada pelo regime. No entanto, a Casa Branca observava sem indignação a presteza cínica dos seus tutelados. Em Agosto-Setembro de 1978, quando no país eclodiu a guerra civil, as tropas da ditadura concentraram o fogo sobre a

população civil. Os bombardeiros e a artilharia pesada de Somoza destruíram cinco cidades nicaraguenses. A administração dos democratas que sem cansar falava da «defesa dos direitos do homem», tratou de esquecer o seu «amor à humanidade» face a estes acontecimentos.

O apoio prestado pelos EUA durante muitos anos transformou o regime governante em parasita descarado, capaz de ameaçar o seu tutor. Em 1978--1979, Somoza afirmava publicamente que a sua influência no Congresso dos EUA é quase maior que a do governo de J. Carter. «Advertia» mesmo que tentaria «torpedear» a legislação americana sobre a entrada em vigor do tratado sobre o canal de Panamá, se a Casa Branca não tomasse o seu partido na luta contra a crescente resistência à ditadura. A Casa Branca tomou o partido habitual — o da reação.

Em 1979, a indignação pela tirania de Somoza provocou um novo ascenso na luta de libertação dos nicaraguenses encabeçada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. Em resposta, Somoza tratou de transformar o país em ruínas. Os bombardeamentos bárbaros da população civil e a paralisia da vida económica causada pelo regime privaram de habitações e de trabalho um terço dos habitantes da Nicarágua. Quase 80% da economia do país estava paralisada. E só depois de ver o regime de Somoza concluir a devastação do país, os EUA reconheceram oficialmente o evidente: «O morticínio na Nicarágua conduz ao extermínio desta nação».

Só depois de Washington compreender a incapacidade do seu lacaio de reprimir a vontade dos nicaraguenses, a diplomacia americana tentou impedir a passagem do poder para os adversários mais activos do regime. Poucos dias antes da queda da tirania, o departamento de Estado dos EUA apelou para a substituição do regime de Somoza por

um «governo provisório de conciliação» e simultaneamente enviou para a Nicarágua «as forças inter-americanas». A maioria dos Estados latino--americanos compreendeu estas duas medidas como o desejo dos EUA de encobrir com o verbalismo a intervenção colectiva. Neste entremeio o regime caiu. O próprio ditador fugiu.

O destino do regime de Somoza obrigou a administração de J. Carter a olhar com outros olhos para Salvador, país vizinho que também fervia de cólera popular, opondo resistência à tirania do ditador Romero, amigo fiel dos EUA. Alguns meses depois do desfecho definitivo dos acontecimentos na Nicarágua, dia 15 de Outubro de 1979, a reacção salvadorenha com o auxílio dos EUA substituiu o regime no poder pela junta militar-civil na esperança de afrouxar a intensidade da luta das forças progressistas. O carácter repressivo da junta revelou-se rapidamente; aumentou muitas vezes o número de presos políticos e dos chamados «desaparecidos», o assassínio de dirigentes das organizações progressistas tornou-se quotidiano, as garantias, mesmo formais, da imunidade pessoal foram anuladas. A junta tentava evidentemente resolver a crise política existente por meio do terror.

Em suma, a situação era conhecida: o regime antipopular luta desesperadamente contra as amplas massas populares. No que respeita à política da administração de Carter, esta foi caracterizada com precisão pelos representantes do Comité revolucionário de coordenação de Salvador F. Gárcia, A. Ramos e M. Aguinhada: «Os EUA sempre apoiaram os regimes mais reaccionários da América Central. O nosso país não é excepção. Também hoje os EUA prestam o mais largo apoio à reacção, intervêm nos assuntos internos do nosso país. As acções do aparelho repressivo são dirigidas pela embaixada dos EUA. O exército, a polícia e os destacamentos de assalto dos ultra-direitistas são

treinados e armados pelos americanos. Abastecem-nos com tudo: dos coletes à prova de bala até aos veículos blindados... Aumentou duas vezes o número de oficiais que estudam nos EUA. Além disso, os americanos preparam mercenários dos ex-somozistas, planeiam a participação das tropas da Guatemala e das Honduras no esmagamento do movimento revolucionário»[21].

De modo particularmente evidente a medida do «amor ao povo» de Washington revela-se na ajuda americana aos regimes repressivos e autoritários no aperfeiçoamento do seu aparelho repressivo. Os EUA prestam a ajuda permanente aos organismos policiais de outros países desde 1955, quando o Presidente D. Eisenhower aprovou a criação das «missões de segurança pública» especiais em quatro Estados. Mais tarde, «missões» idênticas foram enviadas para mais 34 países. Em 1962, J. Kennedy alargou consideravelmente este programa dentro dos planos estratégicos gerais dos EUA de causar o máximo de prejuízo ao crescente movimento de libertação nacional. Passado algum tempo, já funcionavam em 45 países mais de 400 grupos de «conselheiros para a segurança pública».

No quadro desta actividade, até 1975, os EUA forneceram a organismos policiais estrangeiros armas e equipamentos no montante de 200 milhões de dólares, treinaram no estrangeiro 7,5 mil altos funcionários da polícia e mais de 1 milhão de polícias rasos. Centenas de polícias estrangeiros aperfeiçoaram-se nos EUA na «organização e administração de prisões» (Universidade de Ilinóis), na «criação de dossiers policiais» (academia internacional da polícia» em Washington), aprenderam «o mecanismo e o fabrico à mão de bombas e de outros mecanismos explosivos» («escola de sapadores em Texas). Os agentes formados na «academia internacional da polícia» e na «escola de sapadores» do Texas

reforçaram, em Janeiro de 1980, o estado-maior dos contra-revolucionários afegãos sob o comando de Sayed A. Gailani em Peshawar.

Difundiu-se amplamente a prática americana de enviar os «conselheiros para a segurança pública», para os departamentos policiais de outros países, para «a direcção geral». Com a sua ajuda, nos países aliados dos EUA surgiram complexos inteiros de órgãos policiais repressivos. Na Colômbia, por exemplo, foi criado um sistema único de telecomunicações para a polícia e para o serviço secreto; no Brasil a academia policial e o Centro nacional de telecomunicações. Na República Dominicana surgiu um dispositivo especial para a luta contra as «revoltas» chamado «os capacetes brancos». Na Tailândia foi formada uma divisão aérea da polícia, equipada com aviões e helicópteros, e armadas dezenas de grupos policiais segundo o modelo das tropas especiais dos EUA.

O Pentágono dá grande atenção ao reforço dos organismos repressivos dos regimes convenientes a Washington. Milhares de oficiais de exércitos estrangeiros, que recebem a instrução militar nos EUA, continuam frequentemente o seu serviço nos organismos policiais repressivos dos seus países. Os programas dessas escolas incluem, por exemplo, «operações para o esmagamento das revoltas urbanas».

Em 1978, nos EUA foi editado um livro intitulado «Terrores ocultos». O jornalista A. Langguth descreveu a actividade do conselheiro policial dos EUA no Brasil e no Uruguai, D. Mitrione e, em geral, o que fazem esses conselheiros no estrangeiro. «Ao partir para o Uruguai, Mitrione compreendia que a sua missão principal seria ajudar a polícia nacional a reprimir os rebeldes». Escolheram-lhe um campo de acção prometedor: o Uruguai ocupava o primeiro lugar no mundo pela percentagem dos presos políticos. Mitrione descobria aos seus alu-

nos os segredos da profissão: «Imaginem que caiu nas vossas mãos um sindicalista e é preciso arrancar-lhe uma confissão... Tirem-lhe a roupa toda e ponham-no de cara virada para a parede, passem-no a ferro quente. Depois, ponham-no para três dias no segredo sem lhe dar comida nem água. No quarto dia dêem-lhe água misturada com urina»[22]. E assim por diante. É significativo que os instrumentos de tortura modernos Mitrione recebia através da embaixada dos EUA.

«... Oferecendo aos regimes que violam os direitos do homem meios policiais, ajuda militar gratuita e ajuda na formação dos militares e, além disso, prestando semelhantes serviços e oferecendo armas a mais de 50 outros países, criamos em grau muito maior terreno para repressões políticas no mundo do que nos opomos a estas»[23] — resume o ex-oficial da contra-espionagem norte-americana, T. Gervasi, no livro «O arsenal da democracia».

Sem qualquer retórica impõem-se cada vez mais as perguntas: até que alturas do farisaísmo é capaz de chegar «Washington oficial» para conjugar na sua actividade diária os factos citados com os juramentos de dedicação à «defesa dos direitos do homem»? E como deve ser «hábil» a política externa e a propaganda política externa dos EUA para querer conciliar o inconciliável? O absurdo disso comprova, além do mais, a prática da preparação dos relatórios do Departamento de Estado dos EUA sobre a situação dos direitos do homem nos países que recebem a ajuda económica norte-americana. Esta prática iniciada em 1977 foi ideada como uma forma de prestação de contas pela diplomacia americana dos seus exercícios «filantrópicos».

Os relatórios são os exercícios, raros pelo esforço dos professionais experientes, na tentativa de eludir a ausência de direitos políticos, económicos e sociais em muitos países e de ocultar por todos

os meios as repressões cruéis praticadas pelos regimes no poder. Mas mesmo segundo eles consta que, no que respeita à observância dos direitos do homem, a situação é mais grave exactamente nos países aos quais os Estados Unidos concedem a maior ajuda. Reconhece-se, por exemplo, «ter ampla difusão as declarações acerca da utilização sistemática da tortura psíquica, os factos das personalidades oficiais de Israel tratarem cruelmente os árabes suspeitos». Na parte referente ao Egipto, os autores do relatório de 1978 trataram de embelezar o regime de Sadat, mas todavia viram-se obrigados a constatar violações grosseiras dos direitos e das liberdades democráticos, como a liberdade de expressão de consciência, etc. O Departamento de Estado não pôde silenciar os factos de «restrições sérias das liberdades civis e políticas na Coreia do Sul»[24].

Não se pode negar a escrupulosidade dos relatórios, pelo menos no que respeita à lista dos países que estão sob a «observação» de «Washington oficial» a fim de demonstrar o seu «amor ao povo». Figuram nesta lista mais de uma centena de países, incluindo Estados tão pequenos como São Marinho e Liechtenstein.

O BANDITISMO NA «ZONA CINZENTA»

Na sala de recepções de um hotel de luxo, perto de Washington, sobre o piano foram colocados dois cestos de lixo. Estes encheram-se imediatamente de dinheiro, e a multa de 2 mil dólares, pena aplicada ao ex-director da CIA, R. Helms, por falso testemunho, foi paga por completo. Algumas centenas de agentes experientes, fechando as suas carteiras, aplaudiam o ex-chefe, felicitavam-no e apertavam-lhe a mão. Quanto à segunda parte da «pena»

(dois anos de prisão), ninguém a tomava a sério, pois era condicional. Novas felicitações, novos aplausos.

O «vespeiro» do serviço secreto americano rejubilava-se não por gostar muito de Helms e não, muito menos, porque a justiça dos EUA avalia tão barato o juramento sobre a Bíblia de dizer unicamente a verdade. De que legalidade se podia tratar, quando estava em jogo o princípio, e um princípio muito sério, da actividade dos EUA no estrangeiro durante muitos anos. O caso de Helms foi encaminhado ao tribunal depois de este ter mentido muito tempo à comissão de Senado para a investigação da actividade dos órgãos secretos, tentando repelir as provas sobre o envolvimento da CIA no derrube do governo legal chileno de S. Allende. A Helms não se apresentaram a sério as acusações da participação da CIA em outras numerosas operações criminosas. E agora os seus colegas rendiam-lhe tributo por ter sido fiel ao princípio: não admitir que o governo dos EUA seja comprometido pelo desmascaramento das «operações secretas» americanas no estrangeiro. Estas operações, que ocupam um lugar como que intermédio entre os métodos de coacção diplomática e o emprego aberto da força militar, na linguagem política americana costuma-se denominar de acções na «zona cinzenta».

«Por 'operações secretas'... deve-se entender todas as formas de actividade... promovidas ou aprovadas pelo governo dos EUA contra os Estados estrangeiros ou grupos hostis ou em apoio dos Estados estrangeiros ou grupos amigos. Mas esta actividade planeia-se e realiza-se de modo a não se evidenciar a sua fonte — o governo dos EUA, e caso for desmascarada, o governo dos EUA poderá plausivelmente negar toda a sua responsabilidade nela.

«Estas operações secretas incluem: a propaganda, a guerra económica, as acções directas preventivas, incluindo a sabotagem... a subversão contra os

Estados estrangeiros, incluindo a assistência a movimentos clandestinos...»[25]

É um extracto da directiva rigorosamente secreta do Conselho de Segurança Nacional dos EUA N 10/2 de 1948. Expirado o prazo de prescrição em 1975, foi anulado o seu carácter secreto e a directiva foi publicada na colectânea do Departamento de Estado «Contenção. Documentos sobre a política e a estratégia americana em 1945-1950».

A definição citada, além de mais, refuta convincentemente as tentativas, difundidas actualmente no Ocidente, dos críticos dos «extremos» na actividade oculta dos EUA no estrangeiro de limitar a responsabilidade por ela apenas à «zona de Langley». A CIA engendrada pela «guerra fria» esteve sempre à frente na actividade subversiva dos EUA contra Estados e povos soberanos. A «guerra fria» nunca acaba para a CIA. Mas contudo, a CIA nunca foi o único executor das «operações secretas», pelo menos, em virtude de sua envergadura. Uma luta secreta incansável contra tudo o que é progressista no mundo é conduzida pela máquina militar dos Estados Unidos. E embora ao longo dos anos se acumulasse um grande número de factos sobre as «operações secretas» do Pentágono, só em fins de 1978 apareceu o documento que esclarecia por onde concretamente se guiam os militares americanos. O documento publicado na imprensa italiana intitulava-se «Memorandum FM 30-31» das forças armadas dos Estados Unidos.

Quando devem os serviços especiais do Pentágono no estrangeiro entrar em acção? No documento diz-se: «Os sintomas de vulnerabilidade nas instituições de um país amigo, que exigem investigação e as acções por parte dos serviços secretos do exército dos EUA, incluem: ausência de estabilidade política; a atitude indiferente para com o regime; a simpatia pelos insurrectos, a colaboração

directa com estes; o anti-americanismo dos cidadãos; os atritos entre os funcionários do país amigo e os representantes das organizações americanas...»[26] Por outras palavras, é preciso actuar, praticamente, quando se revelam quaisquer tentativas da população do país «amigo» de lutar pelos seus direitos.

Também se explica com muita precisão como se deve agir, utilizando-se como motivo da intervenção o costumeiro pretexto do «perigo comunista». «Pode acontecer — previne o 'Memorandum' — que os governos dos países amigos se mostrem passivos ou indecisos face à actividade subversiva comunista ou inspirada pelos comunistas, ou reajam com insuficiente decisão à informação dos serviços secretos transmitida através das organizações dos EUA. Nestas situações, os serviços secretos do exército americano devem dispor de meios para organizar operações especiais... e inclusive devem procurar introduzir os seus agentes nas fileiras dos insurrectos, incumbindo-lhes missões especiais, por exemplo, criar grupos especiais dos elementos mais radicais dos insurrectos. Quando surgem situações, semelhantes à acima exposta, estes grupos, actuando sob o controlo dos serviços secretos dos EUA, devem praticar também actos violentos conforme as circunstâncias concretas»[27].

O «Memorandum FM-30-31» entrou em vigor em 1970 e estende-se a todos os Estados estrangeiros onde se encontram as tropas dos EUA. Por conseguinte, é uma directiva de aplicação global, visto que as tropas americanas encontram-se aquarteladas em mais de 100 países do mundo.

A actividade subversiva que os EUA desenvolvem contra Cuba socialista é uma operação de muitos anos ou, melhor, um conjunto de muitas operações isoladas. A guerra contra Cuba não terminou com o fracasso da invasão do «exército secreto da CIA» em 1961. Cuba socialista continua a ser o

alvo geográfico mais próximo para grandes e pequenas «operações secretas» dos EUA.

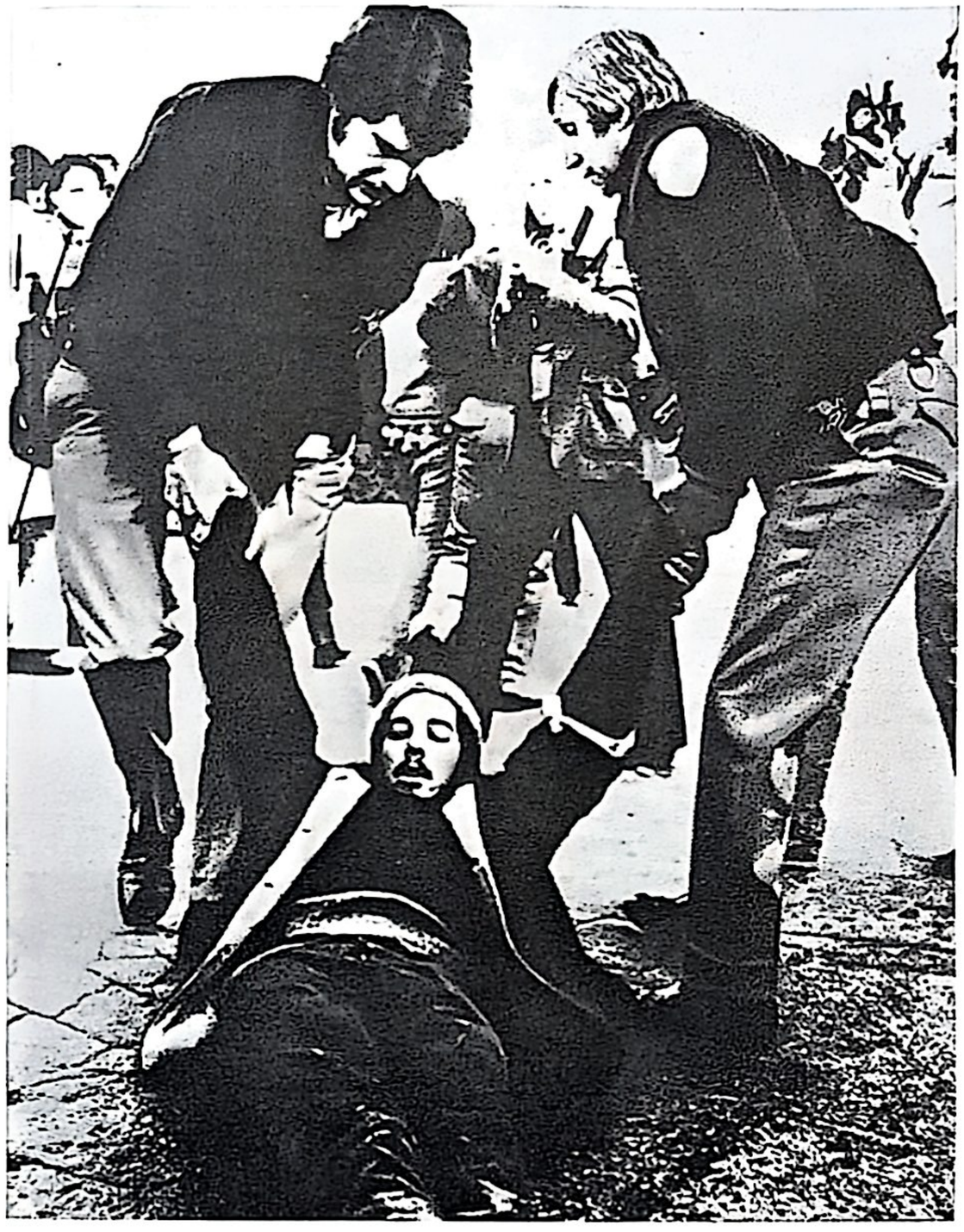
Qualquer «operação secreta» norte-americana em grande escala é fruto dos esforços colectivos de diferentes elementos da máquina estatal dos EUA. As grandes operações, em regra, planeiam-se minuciosamente, frequentemente a prazo mais longo que as medidas políticas ou económicas, são cuidadosamente coordenadas pela alta direcção do Estado. É esta direcção que dá o sinal de partida às acções que terminam com uma intervenção secreta dos EUA nos assuntos de outros Estados e povos. Em virtude do segredo máximo, cada um dos casos de intervenção que se torna público é nos EUA um acontecimento extraordinário. Desta ou de outra forma, mesmo os poucos exemplos bastam para confirmar documentalmente o que é evidente.

Em 25 de Agosto de 1960, na reunião do Grupo especial do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, em que, segundo a ordem estabelecida, se reuniram os dirigentes dos principais órgãos políticos externos do país ou os seus substitutos, foi examinada a parte secreta das acções americanas contra o governo de Patrice Lumumba no Congo. Tudo começou pela iniciativa do Presidente D. Eisenhower que, por intermédio do seu conselheiro para a segurança nacional, transmitiu aos presentes a sua «profunda confiança na necessidade das acções enérgicas a fim de se tornarem senhores da situação».[28] Com base no intercâmbio de opiniões, o director da CIA, A. Dulles, já no dia seguinte, assinou um telegrama cifrado urgente aos agentes da CIA em Leopoldville (hoje, Kinshasa): «Se Lumumba continuar no poder o resultado inevitável disso será, no melhor dos casos, o caos e, no pior dos casos, a via aberta para a tomada do poder no Congo pelos comunistas com consequências funestas para o prestígio das Nações Unidas e para os interesses do mundo livre em geral. Por isso de-

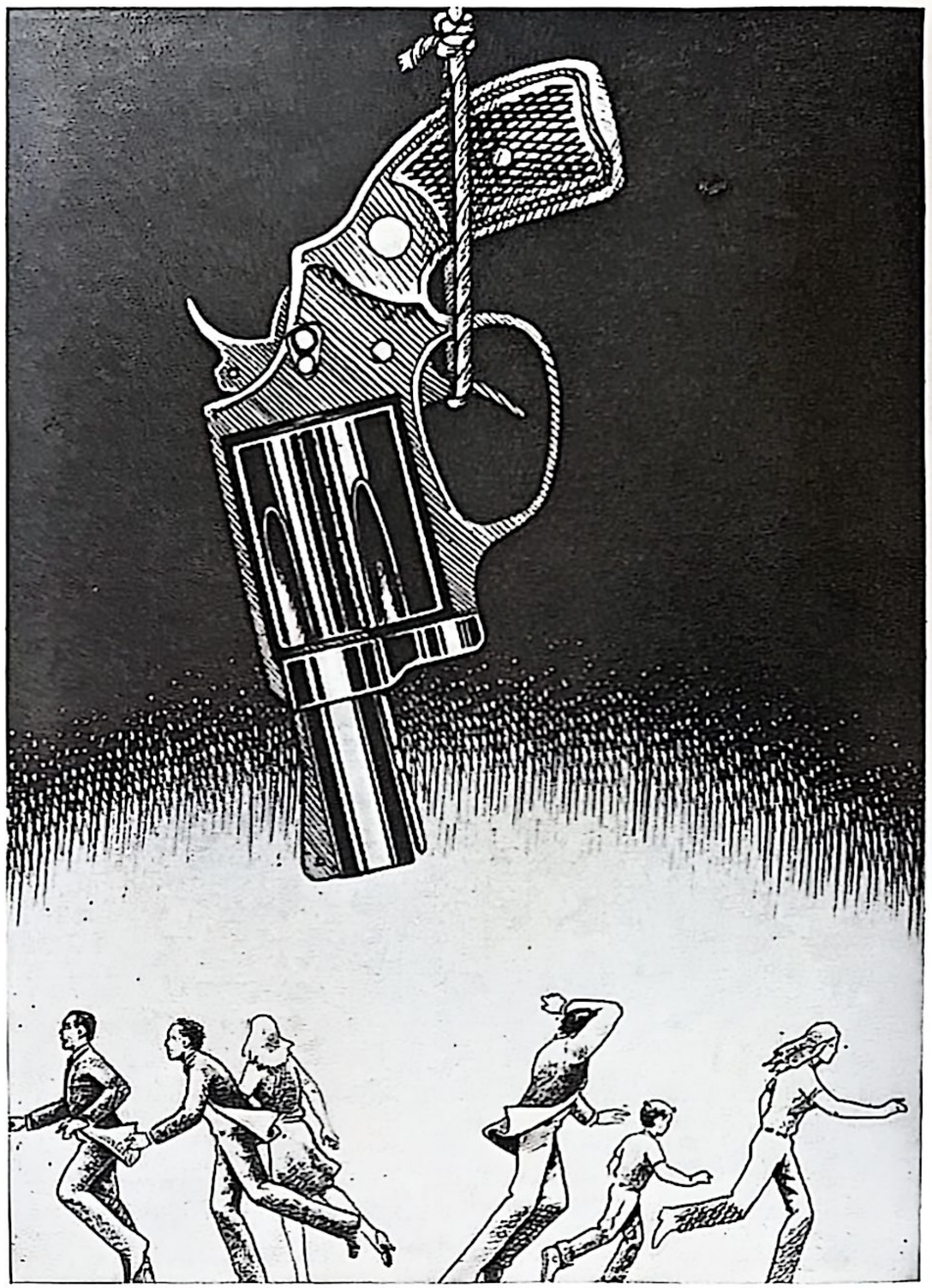
cidimos que a eliminação de Lumumba deve ser uma tarefa inadiável e fundamental. Na situação actual este objectivo deve ser determinante no nosso plano das acções secretas»[29].

Eis mais uma ilustração documental mais detalhada da participação directa da alta direcção dos EUA nas acções de brutal arbitrariedade em relação à soberania de Estados estrangeiros. Esta vez, o alvo de «Washington oficial» é a coligação da Unidade Popular com S. Allende à frente que acabou de vencer as eleições. Assim como em 1960, a planificação das «acções especiais» foi iniciada na capital norte-americana, nas esferas mais altas do poder.

Quatro dias apenas depois da vitória de Allende nas eleições, já em 8 e 15 de Setembro de 1970, o chamado Comité dos 40 (herdeiro do Comité especial do Conselho de Segurança Nacional dos tempos da administração de Eisenhower pelas funções e composição) examina os métodos de organização de um golpe militar no Chile. Em 15 de Setembro, o Presidente R. Nixon promove pessoalmente, na Casa Branca, uma reunião das altas esferas governamentais dos EUA dedicada à situação no Chile. O director da CIA, R. Helms, anotou a essência do intercâmbio de opiniões' "... o custo da operação não tem importância... não levar em consideração o risco com isto relacionado... trabalhar dia e noite — enviar os melhores agentes... Fazer o plano da operação... rebentar com a economia... 48 horas para elaborar a estratégia»[30]. No dia seguinte, 16 de Setembro, R. Helms convocou uma reunião de trabalho em Langley. «O director levou ao conhecimento do grupo a decisão tomada pelo Presidente Nixon: a perspectiva do Chile encabeçado pelo governo de Allende é inaceitável para os Estados Unidos. O Presidente encarregou a CIA de impedir a chegada de Allende ao poder ou, se isto for impossível, derrubá-lo»[31].



As autoridades e um participante no movimento antinuclear dos EUA (Livermore, Califórnia, 1982).



A venda de armas de fogo está
nos EUA praticamente fora
de controlo.
O número de armas na posse da população
é superior ao de automóveis.
Praticamente, cada americano está sob
a mira de uma pistola.
(Desenho do diário «Baltimore Sun»)

Assassinados pelo Ku-Klux-Klan
(1981).

Preparam-se massacres raciais no território de um acampamento secreto no Alabama. As máscaras cobrem os rostos (1981).

Ele protestou contra o militarismo norte-americano (Cambridge, Massachusetts, 1982).

Como se aquecer na
«sociedade da prosperidade»:
um negro sem abrigo
em cima da grade
de ventilação do metro
(Filadélfia, 982).

O «superorçamento do
Pentágono» :
1,5 biliões de dólares para
a corrida
aos armamentos durante
cinco anos à custa
da redução drástica
dos programas sociais.
(Caricatura do diário
«Washington Post",
7 de Janeiro de 1982).

Os americanos na Europa não vão apenas turistas. A foto foi tirada durante as manobras realizadas segundo o cenário da «guerra química» (Abril de 1982).

As medidas práticas da luta «secreta» contra o povo chileno foram elaboradas em Washington em duas direcções. A primeira, o esquema «Track-I», incluía tentativas de subornar os membros do parlamento chileno, medidas para garantir a crescente pressão económica sobre o Chile e um conjunto de acções de guerra psicológica. A segunda, «Track-II», visava a assistência activa aos militares chilenos a fim de empurrá-los para a luta contra S. Allende que ainda não tinha tomado posse do cargo de presidente. O então chefe do departamento da CIA para os países do Hemisfério Ocidental, W. Broc, testemunharia posteriormente: «Nunca vivi um período tão difícil como o da operação chilena... Era uma pressão absolutamente ininterrupta que não parava nem um minuto... Isto emanava da Casa Branca»[32].

A máquina da «operação secreta» funcionava e a arbitrariedade dos serviços especiais norte-americanos rivalizava com o cinismo dos ultimatos diplomáticos. «...Nenhum parafuso, nenhuma porca chegarão ao Chile, se Allende subir ao poder. Neste caso faremos tudo o que de nós depende para levar o Chile e os chilenos à miséria e a privações extremas»[33] — inculcava o embaixador norte-americano no Chile, E. Korry, em 21 de Setembro de 1970, no dirigente do partido dos democratas cristãos E. Frei, que ocupava o posto de presidente até à entrega oficial do poder a Allende. O Pentágono não ficava atrás dos serviços secretos e dos diplomatas. Em 28 de Setembro, o vice-chefe dos serviços secretos militares J. Philpott ordenou ao adido militar norte-americano em Santiago: «Em estreita colaboração com o agente da CIA, ou na sua ausência, com o seu substituto procurar estabelecer contactos com os dirigentes no exército, capazes de desempenhar papel activo em qualquer operação contra Allende no seu caminho para o poder»[34].

Um dos dirigentes da CIA daqueles tempos,

T. Karamessines, nas audiências no Congresso dos EUA em 1975, resumiu: «Estou convencido de que as sementes que tínhamos semeado no período da nossa actividade em 1970 germinaram em 1973...»[35].

Os dados da comissão da Câmara dos Representantes para os assuntos dos serviços secretos permitem ter uma ideia sobre o peso de algumas direcções das «operações secretas» norte-americanas realizadas, por exemplo, em 1965-1975. Assim, as despesas com as acções de intervenção nas eleições nos países estrangeiros constituíram mais de um terço das despesas dos EUA com as «operações secretas» nesse período. Mais ou menos outro tanto foi gasto nas tentativas de manipular a imprensa estrangeira, no suborno de jornalistas, na publicação de materiais notoriamente falsos, etc. Mais de 20% das despesas estão relacionadas com a exportação directa da violência: o fornecimento de armas, o treino dos mercenários e de formações paramilitares, etc. Os restantes meios destinavam-se a abalar ou subornar diversas organizações estrangeiras, à introdução de agentes pró-americanos.

Estes dados, citados pela comissão do Congresso, são únicos no género: se a soma exacta das despesas nas actividades da CIA constitui nos EUA segredo de Estado, o financiamento das operações absolutamente secretas esconde-se muito mais. Contudo, os dados citados de forma alguma caracterizam por completo a escala das operações, visto que só se referem às operações sancionadas pela alta direcção dos EUA.

Não existe uma região no mundo que fosse excluída da esfera das «operações secretas» norte-americanas. Efectuam-se igualmente nos países aliados dos EUA na Europa Ocidental, em primeiro lugar em relação às forças democráticas e progressistas. Disso fala-nos pormenorizadamente o livro «Trabalho sujo: a CIA na Europa Ocidental», editado em 1978 com a participação de Philip Agee. Agente da CIA até 1969, Agee tomou consciência da criminalidade e do banditismo oculto dos EUA e dedicou-se ao desmascaramento da CIA sob todos os aspectos, baseando-se em documentos e citando factos e nomes concretos.

No livro «Trabalho sujo-2; a CIA em África», escrito por um numeroso grupo de autores com a participação do mesmo Agee, apresenta-se, por exemplo, a lista de 729 agentes da CIA ligados à actividade secreta dos EUA no continente africano a partir de 1970. O livro contém numerosos testemunhos sobre os crimes do imperialismo norte-americano em África, incluindo a cumplicidade dos serviços especiais dos EUA no derrubamento do Presidente do Gana Kwame Nkrumah em 1966, na conspiração falhada em 1970 contra o governo da Guiné, nas operações massivas contra os povos de Angola e Zimbabwe, nas provocações armadas em Moçambique, nas operações na Namíbia, etc.

Na introdução ao livro, Ph. Agee informa: África tornou-se uma região de «particular atenção» da CIA a partir dos anos 60, vendo Washington o principal «perigo» para si nas transformações económico-sociais e a consolidação das relações dos Estados africanos com a União Soviética e outros países socialistas. «Tornaram-se objectos das acções dos EUA os governos, os partidos políticos, as forças armadas, os serviços de segurança, os sindicatos, as organizações juvenis e estudantis, as associações culturais e profissionais, os meios de informação social».

As «operações secretas» norte-americanas em África foram também desmascaradas pelo antigo dirigente do grupo angolano da CIA, J. Stockwell. Até 1975, as «medidas» angolanas custaram à CIA 31,7 milhões de dólares utilizados para financiar a luta contra as forças democráticas e progressistas do país. Segundo diz J. Stockwell, à sua disposição encontrava-se um grupo de sabotagem e espio-

nagem que integrava 26 agentes norte-americanos e 83 agentes locais. A CIA recrutou e preparou um grupo de choque formado por mercenários, enviado depois para Angola. Os serviços secretos americanos mantinham contactos estreitos com os serviços secretos da República Sul-Africana. Foi pago sistematicamente muito dinheiro aos jornalistas corruptos pelo fabrico de materiais caluniosos sobre as forças de libertação de Angola dirigidas pelo MPLA.

S. H. Malaviya, destacado homem público da Índia, no seu livro «A CIA: a sua verdadeira face», editado em 1975, caracteriza as numerosas «operações secretas» americanas na Índia. Figuram aqui as operações da CIA no estado de Orissa em 1958, onde mediante o suborno e a calúnia os agentes americanos tentaram derrubar o governo legal, as tentativas de subornar os dirigentes da Índia, a criação de uma rede de espiões no estado de Caxemira, a explosão do avião indiano «Princesa de Caxemira» com os delegados à conferência de Bandung em 1955, as tentativas de infiltração da CIA nos comandos do exército indiano, a escuta das conversações telefónicas governamentais, as operações dos centros de espionagem da CIA no Tibete e muitas outras coisas.

Várias «operações secretas» de Washington deixaram as suas marcas no Bangladesh, Estado vizinho da Índia. Com o passar do tempo aparecem cada vez mais dados que confirmam a participação dos EUA nos acontecimentos de Agosto de 1975, quando se deu o golpe de Estado e foi derrubado e depois morto o primeiro Presidente da República, Mujibur Rahman. Em Agosto de 1979, o jornal inglês «The Guardian» informou que o plano da conspiração foi elaborado durante mais de um ano. De Novembro de 1974 a Janeiro de 1975, este plano foi discutido e coordenado com os representantes da embaixada dos EUA em Daca.

As «operações secretas» dos EUA efectuam-se não só pelos canais do seu aparelho estatal. Por exemplo, no decurso da investigação da actividade dos serviços secretos no Congresso americano, nos meados da década de 70, revelaram-se factos da ligação com estes serviços dos meios académicos. «A CIA utiliza vários milhares de cientistas que, além de dar recomendações e consultas, põem os agentes em contacto com as pessoas necessárias, de tempos a tempos preparam livros e outros materiais que se utilizam para fins propagandísticos no estrangeiro... Esses cientistas trabalham em mais de 100 colégios, universidades e instituições a estes ligadas». Em 1977 tornou-se conhecido que mais de 400 jornalistas americanos ao longo dos últimos decénios cumpriam tarefas secretas dos serviços de informação dos EUA. Pelo menos 25 diferentes jornais, revistas, empresas editoriais, agências de informação, tele e radiocompanhias asseguravam a cobertura de agentes da CIA que se faziam passar no estrangeiro por jornalistas. «Há pelo menos mais de dez conhecidos observadores e telecomentadores que a CIA considera como 'activo' e aos quais se pode encarregar do cumprimento das mais diversas tarefas secretas» — escrevia o jornalista americano K. Bernstein.

Ao efectuar as «operações secretas» em todo o mundo, Washington atribui especial importância à organização e ao treino da polícia secreta a fim de manter no poder os governos antipopulares. Entre elas a sinistra SAVAK, polícia secreta no Irão do xá, formada em 1957 e liquidada em 1979 no decurso da revolução. A SAVAK penetrava em todas as camadas da sociedade iraniana. Para fortalecer as relações entre o governo iraniano e os serviços secretos dos EUA, em 1973 para o Irão foi enviado na qualidade de embaixador o ex-director da CIA R. Helms. Continua a funcionar a CIAC, polícia secreta da Coreia do Sul, criada e

denominada a exemplo da CIA. A polícia secreta do regime chileno de Pinochet, DINA, foi criada logo após o golpe de Estado, em resultado do qual com a ajuda dos EUA foi derrubado o governo legítimo de Salvador Allende.

O alvo principal das «operações secretas» dos EUA é, em última análise, um só: os homens, as grandes ou mesmo enormes massas humanas ou um homem isolado. O ex-agente da CIA, W. Corson, no seu livro «O exército invisível: crescimento do papel do império dos serviços secretos norte-americanos» diz que a partir dos anos 50 a CIA examinou mais de um milhão de estudantes estrangeiros «com o propósito da sua possível utilização nas esferas política, económica ou de negócios dos seus países»[66]. W. Corson cita, em particular, a declaração confidencial de um agente da CIA, responsável pelo recrutamento dos estudantes iranianos nos EUA: «Contamos ganhar até 1985 cerca de 80% dos funcionários do segundo e do terceiro escalão do governo iraniano»[37]. A revolução realizada em Fevereiro de 1979 frustrou os cálculos sinistros de transformar o aparelho estatal do Irão na «quinta coluna» dos EUA.

Felizmente, os planos americanos falham também quando a «operação secreta» visa comprometer, intimidar ou mesmo liquidar fisicamente uma pessoa isolada. No relatório da comissão senatorial sob a presidência de F. Church publicado em 1975 citam-se factos surpreendentes relativos a um aspecto especial das «operações secretas» — a cumplicidade dos serviços secretos e dos órgãos governamentais dos EUA nos atentados contra a vida e assassínios de dirigentes políticos estrangeiros, incluindo materiais sobre oito operações com o fim de atentar contra a vida de Fidel Castro[38].

São conhecidos outros exemplos trágicos que mostram a que fins conduz o banditismo americano no «zona cinzenta» se as «operações secretas» terminam segundo foram ideadas. Já se falou acima da planificação americana da estratégia das «operações secretas» no Congo em 1960. Como se realizou exactamente então a sua principal tarefa: a «eliminação» de Patrice Lumumba? O aspecto documental da tragédia é o seguinte.

No fim do Verão ou começo do Outono de 1960, o chefe do departamento operativo da CIA, R. Bissell, encarregou o seu conselheiro científico, o bioquímico D. Scheider, de preparar substâncias mortíferas para utilizá-las contra Lumumba. O nome de Lumumba não se mencionava. Bissell falava de «um líder africano». É pouco provável que o bioquímico se pôs a trabalhar sem hesitar, foi preciso explicar-lhe que para esta acção há «ordem da mais alta instância». D. Scheider compreendeu: «A referência de Bissell à mais alta instância significava para mim a alusão ao Presidente»[39]. Na lista das substâncias existentes na CIA (bacilos de brucelose, varíola, carbúnculo, doença do sono, etc.) foi escolhido o bacilo que «hipoteticamente podia provocar a doença... precisamente nessa região da África e conduzir ao desfecho fatal». Em breve Scheider partiu para o Congo, e as substâncias mortíferas e os materiais acompanhantes (a seringa para as injecções, as luvas de borracha, etc.) foram enviados pelo correio diplomático dos EUA.

A missão de D. Scheider fracassou. Os serviços secretos não conseguiram assegurar aos agentes o contacto físico com Lumumba. No entanto, tendo regressado aos EUA, Scheider começou a instruir o oficial do departamento operativo da CIA, M. Mulroney, incumbido pela direcção da mesma da tarefa de prosseguir a obra começada. Liquidar Lumumba com as mãos dos negros — era esta a variante proposta por Mulroney. Quando a tarefa de Mulroney foi comunicada ao vice-secretário de Estado, D. Dillon, este confirmou: a missão de Mulroney corresponde à atitude americana para com Lumumba.

Que circunstâncias concretas possibilitaram o desenvolvimento dos acontecimentos em torno de Lumumba de acordo com a «variante de Mulroney», até que ponto isto veio a ser o resultado da etapa final da «operação secreta» congolesa dos EUA, quem precisamente dos agentes americanos foi o cúmplice — as lacunas nos documentos da investigação senatorial das «operações secretas» da CIA não permitem responder a estas questões. O principal, porém, é que os acontecimentos no Congo se desenvolveram segundo o «variante de Mulroney». Quinze dias antes, a CIA soube da saída de Lumumba de Leopoldville que terminou com a sua morte e tomou medidas para levar a cabo a operação. Alguns dias antes da partida de Lumumba, os agentes da CIA informaram o centro que, juntamente com os adversários congoleses de Lumumba, «bloqueiam as estradas e que as unidades estão em estado de alerta para impedir a fuga (de Lumumba — *Nota do Autor*) pela estrada»[40]. Em 13 de Fevereiro de 1961 foi oficialmente anunciado que Lumumba foi morto pelos «habitantes locais» supostamente na «tentativa de fugir».

Quando da investigação da actividade criminosa dos EUA contra o governo de Allende, o membro da Câmara dos Representantes, M. Harrington, conhecido pelas suas concepções liberais, definiu correctamente o significado das «operações secretas» americanas dos anos 70: «A actividade da CIA no Chile considerava-se como um certo protótipo ou experiência laboratorial para ensaiar a técnica de realização das operações que permitiriam, se acompanhadas de verbas consideráveis, desacreditar e derrubar os governos indesejáveis»[41].

O exemplo mais recente das «operações secretas» massivas dos EUA, tomando-se em consideração a experiência chilena, é o Afeganistão.

«Washington oficial» empregou todo um conjunto provado de meios de luta contra os regimes indesejáveis: desde a actividade dos agentes até à guerra psicológica. Segundo o testemunho do redactor da revista de Washington «Counterspy», C. Igl, «as acções subversivas da CIA visam o apoio das forças que procuram através da violência impedir as transformações progressistas no Afeganistão: a reforma agrária, o estabelecimento da igualdade das mulheres, etc. «O principal na intervenção subversiva dos EUA nos assuntos do Afeganistão é a direcção directa da CIA na elaboração, planeamento e realização das operações dos bandos contra-revolucionários a partir do território do Paquistão, como também a preparação especial e o armamento destes bandos. O estado-maior da contra-revolução é de facto um grupo de agentes experientes da CIA com a participação de R. Lessard, L. Robenson, V. David, R. Brock e outros.

Em Janeiro de 1979, no Paquistão, por iniciativa dos serviços secretos dos EUA, foi realizado o primeiro encontro coordenador dos cabecilhas da contra-revolução afegã. Posteriormente tais encontros com a participação, naturalmente, dos representantes da CIA realizaram-se frequentemente. Os contra-revolucionários receberam arsenais de armas, munições e dinheiro.

Simultaneamente, o serviço secreto norte-americano estava a realizar uma operação especial que, em caso do êxito, podia ser a sua maior operação dos últimos decénios. Hafizullah Amin era a pessoa na qual Washington depositava todas as esperanças no próprio Afeganistão.

«Se Amin e a sua clique não fossem a tempo desmascarados e neutralizados, ao Afeganistão esperaria uma tragédia igual à que aconteceu no Chile quando a junta fascista usurpou o poder, ou no Campuchea, quando o poder foi usurpado pela clique de Pol Pot»[42] — disse o Secretário-geral do CC do Partido Democrático Popular do Afeganistão, Presidente do Conselho Revolucionário e Primeiro-

ministro do pais, Babrak Karmal, resumindo os documentos irrefutáveis à disposição da direcção da República sobre os planos de Amin e os seus cúmplices.

CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL

A infantaria da marinha, os «boinas verdes», os porta-aviões, as armas para os regimes antipopulares, as repressões económicas, os ultimatos políticos, as «operações secretas» — eis a riqueza do arsenal de meios utilizados pelo imperialismo norte-americano na luta contra a soberania dos povos. Existe, porém, mais uma esfera, onde o «amor ao povo» de Wàshington se revela de uma forma muito eloquente. É a atitude dos EUA para com os direitos do homem, princípio universalmente reconhecido do direito internacional, para com um conjunto de documentos jurídicos internacionais elaborados e aprovados depois da Segunda Guerra Mundial.

Os EUA não respeitam aproximadamente 30 actos jurídicos internacionais relativos aos direitos do homem, incluindo documentos básicos, como a Convenção da ONU sobre a prevenção e sanção do delito de genocídio (1948); a Convenção da ONU sobre a imprescriptibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade (1968); a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1973); o Pacto Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais do homem (1966); o Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos (1966); a Convenção internacional da ONU sobre a supressão e sanção do delito de apartheid (1973), e outros. Washington recusou-se a apoiar o Decénio (1973-1983) — acção contra o racismo e a discriminação racial, proclamado pela ONU.

Pela primeira vez no pós-guerra o princípio do respeito pelos direitos e liberdades do homem foi consagrado juridicamente na Carta da ONU em 1945. Não foi a diplomacia americana a iniciadora da introdução deste princípio na Carta. A delegação da URSS na conferência, realizada em 1945 em São Francisco, propôs a emenda ao 3º ponto do artigo 1, de acordo com a qual perante a ONU se colocava o objectivo de desenvolver a cooperação internacional com base no encorajamento e desenvolvimento do respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais independentemente da raça, sexo, língua e religião. A proposta soviética foi aprovada, tornando-se uma parte inalienável da Carta da ONU e de todo o direito internacional actual.

Desde então foi elaborado e tornou-se vigente todo um conjunto de documentos jurídicos internacionais relativos ao respeito pelos direitos e liberdades fundamentais do homem. O conteúdo desses documentos é para o socialismo real uma etapa há muito passado não só do ponto de vista jurídico como, principalmente, do ponto de vista prático. Mas isto de forma nenhuma diminui o significado desses documentos como importante meio na defesa real dos direitos do homem e, em primeiro lugar, na luta contra as violações maciças destes direitos.

Já em 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nela enumeravam-se estes direitos, incluindo o direito à vida, à igualdade de todos os homens sem qualquer discriminação, etc. Não por iniciativa americana, mas devido aos esforços da URSS e de outros países socialistas, na Declaração foram incluídos os direitos económico-sociais, mais importantes: ao trabalho, ao repouso, à educação, à segurança social, etc. Os esforços dos EUA, no entanto, eram diametralmente opostos, visando privar a Declaração de eficácia, eliminar as disposições sobre as medidas concretas a tomar para o exercício prático dos direitos e liberdades indicados. Só graças

à insistência dos países socialistas, a V sessão da Assembleia Geral da ONU (1950) confirmou que «a pessoa privada dos direitos económicos, sociais e culturais deixa de ser a personalidade considerada pela Declaração Universal como o ideal do homem livre».

Posteriormente, a URSS e os outros países socialistas, em oposição aos EUA e ao Ocidente em geral, tomaram parte mais activa na elaboração dos primeiros documentos internacionais respeitantes aos direitos do homem: o Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos, o Pacto internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais. Actualmente, nestes pactos participam cerca de 50 Estados. Os EUA não estão entre eles. Durante mais de um decénio que Washington fugiu à participação jurídica nestes dois documentos, o Congresso dos EUA recusava-se categoricamente a ratificar estes pactos, e o poder executivo, lançando as culpas para o Congresso, encolhia os ombros com um desgosto afectado e não fez nenhuma tentativa verdadeiramente activa para conseguir a sua ratificação. No que respeita aos legisladores, indicaram abertamente a razão, já por si clara, da sua atitude hostil perante estes pactos; a nítida não-correspondência dos princípios destes documentos à legislação interna dos EUA.

A posição dos legisladores era natural, visto que os pactos obrigavam os países participantes a garantir o pleno exercício dos direitos neles reconhecidos por todos os meios necessários, incluindo a tomada de medidas legislativas. Por outras palavras, colocava-se a questão sobre as garantias dos direitos do homem — o elo mais vulnerável e doloroso da situação geral pouco decorosa existente em relação aos direitos do homem na sociedade burguesa. O Congresso não podia não compreender que crítica violenta espera o Capitólio se a ratificação dos pactos recordar aos trabalhadores, cujos direitos

se violam por todos os meios e todos os dias, que estes direitos não são garantidos. É que a prática interna dos EUA contradiz brutalmente o essencial, contido nos pactos: o direito ao trabalho, a liberdade sindical, a segurança social, a protecção e assistência à família, às mães e às crianças, a educação, a cultura, etc.

A incompatibilidade orgânica das realidades internas com as obrigações previstas nos documentos internacionais sobre os direitos do homem é a causa da não participação dos EUA na Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Para Washington é particularmente perigoso o artigo da Convenção que obriga os Estados a garantir a igualdade dos cidadãos em direitos nos domínios económico, social e cultural, incluindo o exercício do direito ao trabalho, à defesa contra o desemprego, ao salário igual pelo trabalho igual. Não é menos perigoso o artigo 4 que proíbe a propaganda do racismo. A Convenção sobre a supressão e sanção do delito de genocídio provoca nos legisladores norte-americanos uma atitude fortemente negativa. O Congresso recusou-se mesmo a examinar este documento, pois os seus princípios contradizem radicalmente a política das autoridades americanas em relação às populações negra e índia.

O cenário do espectáculo político que durante muitos anos Washington faz em torno dos documentos internacionais sobre os direitos do homem modificou-se em 1977. Com acompanhamento propagandístico retumbante o Presidente Carter assinou os pactos. Do ponto de vista jurídico era inútil assiná-los. Depois da entrada dos pactos em vigor, do Estado que deseja participar neles não se exige nenhuma assinatura, basta apenas ratificá-los. A assinatura de Carter não melhorou absolutamente nada a situação de milhões de americanos cujos direitos são descaradamente pisados.

Devido aos esforços dos Estados socialistas, no direito internacional venceu o ponto de vista de que todos os direitos e liberdades do homem estão mutuamente condicionados e interligados. Estabeleceu-se ainda um princípio não menos evidente: as medidas orientadas para a garantia dos direitos do homem são da competência interna dos Estados, à excepção dos casos em que têm lugar crimes e delitos internacionais que conduzem a violações massivas e brutais dos direitos e liberdades fundamentais do homem. Entre tais crimes figuram o desencadeamento de guerras agressivas, a política de genocídio e de apartheid. São declarados fora da lei o colonialismo, o fascismo e a discriminação racial.

Qualquer que seja o período analisado salta sempre à vista o contraste entre a retórica de Washington e a sua verdadeira atitude perante as violações massivas dos direitos do homem no estrangeiro. No começo de 1978, por exemplo, realizou-se a 34ª sessão da Comissão da ONU para os direitos do homem, onde se examinaram detalhadamente violações deste género. A sessão foi precedida da intervenção programática do secretário de Estado norte-americano no Congresso em 8 de Fevereiro de 1978. S. Vance assegurava: «O respeito pelo homem, a repugnância às torturas aplicadas com a sanção das autoridades, à recusa arbitrária da liberdade, a aversão pelo racismo, o direito à satisfação das necessidades vitais e a possibilidade de participar no processo político — eis as convicções partilhadas por muitos americanos. Procuramos encontrar os meios mais construtivos para conseguir estes objectivos». Quanto aos americanos simples, o secretário de Estado não se enganava. Mas os «meios mais construtivos» por ele prometidos, literalmente dentro de alguns dias entraram em contradição irreconciliável com a posição da diplomacia de Washington na sessão da Comissão da ONU para os direitos do homem realizada em Genebra.

A Assembleia Geral da ONU e a Comissão para os direitos do homem repetidas vezes, também no passado, condenaram as violações massivas grosseiras dos direitos do homem pôr Israel nos territórios árabes ocupados. Sublinhava-se especialmente que são absolutamente incompatíveis com os princípios da Declaração Universal e de outros tratados internacionais sobre os direitos do homem as acções de Israel, como a anexação dos territórios ocupados, a expulsão e deportação da população árabe e a sua privação do direito ao retorno, a confiscação e a expropriação dos bens árabes, a destruição das suas casas, as prisões em massa e a detenção administrativa dos habitantes árabes, as torturas, etc.

Todas estas resoluções da ONU, que qualificam os actos desumanos de Israel como crimes de guerra, nunca foram apoiadas por Washington. Desta vez também a delegação americana em Genebra não condenou os crimes israelitas.

Na mesma sessão da Comissão da ONU foi examinada de novo a política de apartheid na República da África do Sul e a Namíbia. É de todos conhecido que os racistas da África do Sul procuram por todos os meios travar o desenvolvimento social e cultural dos habitantes de cor da República da África do Sul e da Namíbia e não hesitam em aplicar todas as repressões sobre os lutadores contra o racismo e o apartheid. É impossível ocultar a situação real dos direitos do homem na República da África do Sul e na Namíbia. A população negra é privada das liberdades políticas, não tem o direito de participar nas eleições. A cada 44 mil africanos na África do Sul corresponde só um médico. O regime de Pretória é denominado, e sem exagero, de «regime dos verdugos»: corresponde-lhe 90% das execuções capitais dos países capitalistas.

Na 34ª sessão da Comissão foi proposta a resolução sobre o direito dos povos da África Austral

à autodeterminação. A delegação dos EUA pronunciou-se contra. A diplomacia de Washington opôs a maior resistência às teses da resolução que condenam a política dos Estados que mantêm relações políticas, militares e outras com os regimes racistas da África Austral e noutras regiões. A causa é evidente: a delegação dos EUA não queria fazer auto-acusações. Só os investimentos directos dos EUA na economia da África do Sul constituíram em 1975 cerca de um sexto dos investimentos estrangeiros. Na África do Sul funcionam mais de 300 multinacionais com base nos Estados Unidos. Além da assistência real à África do Sul no domínio económico, os EUA são para o regime racista uma fonte importante da importação de armas. O conselheiro do comissário da ONU para a Namíbia, T. Gervasi, publicou, em 1978, os dados onde constava: devido à venda secreta ou à venda através dos terceiros países, o custo total das armas americanas vendidas à África do Sul depois de 1970 foi de 350 milhões de dólares. Além disso, os EUA fornecem à África do Sul quantidades consideráveis de equipamentos técnicos que podem ser utilizados em fins militares.

Nas sessões da Comissão da ONU para os direitos do homem são apresentados todos os anos um sem número de factos sobre as repressões massivas praticadas pelo regime de Pinochet. No Chile foram liquidadas as conquistas económicas e sociais das massas; praticamente, não existe o direito à vida, à liberdade e à imunidade pessoal. No entanto, os EUA não condenam decisivamente a junta chilena e muito menos reconhecem a sua própria participação na usurpação do poder pelo regime de Pinochet.

Mas uma vez, em Março de 1977, os americanos falharam. Quando ninguém esperava, o representante dos EUA na Comissão da ONU para os direitos do homem, B. Tyson, disse: «A nossa delegação não seria completamente sincera e fiel a si mesma e ao nosso povo, se não expressasse o seu profundo repúdio contra o papel que desempenharam certos funcionários, departamentos e grupos no destabilizar da situação do governo chileno eleito democraticamente e deposto pelo golpe de Estado em 11 de Setembro de 1973. Procuramos assumir a nossa parte da responsabilidade nacional»[43]. O representante dos EUA não descobriu nenhum segredo, simplesmente confirmou o que todos sabiam.

O caso sem precedentes em Genebra explicava-se facilmente. Verificou-se que o representante americano disse a verdade por engano. A declaração de B. Tyson foi instantaneamente desaprovada e ele afastado. «A declaração foi minha — confessava B. Tyson — não mostrei o texto da minha intervenção ao departamento de Estado porque estava com muita pressa». Alguns dias depois, um grupo de congressistas enviou à Casa Branca um telegrama, lembrando ao Presidente dos EUA: «Senhor Presidente, você mesmo falou desta intervenção em Outubro do ano passado durante a discussão da política externa com o senhor Ford; o senhor disse então que o governo dos republicanos «derrubou o governo legalmente eleito e ajudou a estabelecer a ditadura no Chile»[44].

* * *

A característica de alguns meios mais visíveis e palpáveis da luta do imperialismo norte-americano pela sua hegemonia mundial não exige uma conclusão minuciosa. É impossível descrever com todos os detalhes todas as conspirações, golpes de Estado, assassínios, invasões de mercenários, manipulações propagandísticas, subornos, infiltração nos sindicatos, o fornecimento secreto de armas. Tudo isto são formas permanentes da actividade do imperialismo onde directa ou indirectamente, aberta e,

com mais frequência, secretamente participaram os EUA.

A natureza agressiva do imperialismo actual manifesta-se de diversas formas: o aumento do poderio militar da NATO, as tentativas de criar novas alianças anti-soviéticas e anti-socialistas, as tentativas de asfixiar os movimentos progressistas no mundo não socialista, novas espirais ascendentes na corrida aos armamentos, o minar do desanuviamento internacional, etc. Todas estas tendências, que encontram a mais plena concretização no imperialismo dos EUA, são unidas por um factor: a sua incompatibilidade com a soberania e os direitos dos povos.

Capítulo VI

AMÉRICA DOS ANOS 80: ÉPOCA DE NOVAS COMOÇÕES

Acontecimentos dramáticos desencadearam-se na vida da América no começo da década de 80. À primeira vista, estes acontecimentos pareciam um espectáculo grandioso: cartazes vistosos, começo estrondoso, representação segura, como parecia, dos actores. Depois, tudo cedeu lugar à perplexidade, à crescente desconfiança, à desilusão e, finalmente, à indignação de milhões de americanos.

Fazia-se o espectáculo sob o nome «reaganomia». Os grupos militaristas conservadores dos EUA prepararam o seu cenário. Na base do argumento estava a revisão da prática de muitos anos da distribuição do orçamento federal, ou de mais de 20% do rendimento nacional do país. Tratava-se de saber como utilizar, no novo decénio, a soma orçamental colossal que só no ano 1981 constituía cerca de 700 mil milhões de dólares.

Os americanos foram postos ante um facto consumado: a nova administração com Reagan à cabeça desenvolve uma ofensiva sem precedentes contra os direitos dos trabalhadores, destrói as suas conquistas sociais obtidas no último meio século através da luta de massas.

No documento «A situação do país: o ponto de vista dos comunistas» apresentado no começo de 1982 por Gus Hall, Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA foi revelada a inquietação e a

força das paixões nos EUA. «A reaganomia é uma cilada económica para milhões de pessoas. Continuam a fechar-se as fábricas e empresas e a pessoas pôr-se na rua. Os operários continuam a engrossar as fileiras dos desempregados, as subvenções continuam a reduzir-se e as poupanças a esgotar-se. A segurança social, as senhas de racionamento, o programa «Medicaid», os subsídios de renda de casa, o prémio mínimo do seguro social, os empréstimos de estudo — tudo isto é atirado pela borda fora».

Os comunistas não exageravam. No outro extremo político, no Congresso, também se expressavam categoricamente. «Documento vergonhoso, capaz de levar o país à tragédia nacional" — assim avaliou, em Janeiro do mesmo ano, a mensagem do Presidente «Sobre a situação do país» o *speaker* dos democratas O'Neil. E no relatório da direcção da AFL-CIO ao congresso nacional dos sindicatos (Novembro de 1981) assinalava-se: «As promessas ocas do programa económico de Reagan é uma cortina de fumo, detrás da qual se esconde a transfusão massiva do dinheiro dos bolsos dos operários e dos americanos com baixos e médios rendimentos para os bolsos dos ricos e cofres das corporações. A política cruel da administração de Reagan significa a perda dos postos de trabalho e a diminuição do nível de vida dos americanos. Tal política equivale à guerra de classe contra os desfavorecidos e os pobres, contra a América trabalhadora».

Com a chegada ao poder da administração de Reagan, a principal direcção da sua política interna tornou-se a redistribuição directa do rendimento nacional em benefício da cúpula monopolista, do complexo militar-industrial e das camadas mais abastadas da população. O carácter antipopular e anti-humano desta política é o problema central da vida social do país. Em torno disto fervem agora as paixões e intensifica-se a luta política.

«DEIXEM DE PENSAR EM SUPERAR A DESIGUALDADE»

A administração prometeu ao país o «renascimento económico». A promessa foi feita quando a direcção dos EUA já não podia ultrapassar a insegurança interna prolongada através dos métodos tradicionais de regulação monopolista do Estado. O resultado dos anos 70 — «década de crises» — foi o aumento da taxa de inflação em 3 vezes, do desemprego em quase 1,5, os enormes défices do orçamento e da balança de pagamentos, a diminuição em 3 vezes do ritmo da produtividade do trabalho na indústria (4 vezes inferior ao japonês e 3 vezes inferior ao oeste-alemão). Nos anos 70, nos EUA houve três crises económicas. Em 1980, os rendimentos reais da população diminuíram mais de 5% — a maior diminuição anual após a Segunda Guerra Mundial. A presidência de J. Carter fez cair a autoridade do poder estatal e diminuir a sua capacidade de dirigir os processos económicos e sociais.

Nesta situação perdiam a sua iniciativa política os grupos liberais moderados dos EUA, partidários mais activos das receitas tradicionais da regulação monopolista de Estado. As forças direitistas recebiam a possibilidade favorável para a tomada do poder, coisa que há muito sonhavam. A Casa Branca ficou ao alcance delas.

A administração de R. Reagan anunciou ter um meio para assegurar «a prosperidade económica geral». A concepção do «fomento da produção» («supply-side economics») foi declarada a panaceia contra os problemas económicos existentes nos EUA. Os adeptos desta concepção afirmavam que se reduzir os impostos sobre o grande capital, promover uma política adequada de crédito e estimular a iniciativa privada, as tendências negativas verificadas no desenvolvimento do país nos anos 70 passarão ao esquecimento. Os republicanos prometiam diminuir aproximadamente num terço a

inflação no período de 1982-1986, liquidar os défices orçamentais para 1984, garantir o aumento dos rendimentos da população e, o principal, conseguir o aumento da produção industrial em cerca de um quarto. «O futuro do partido republicano está ligado ao estímulo máximo do crescimento económico» — afirmava o congressista David Stockman, um dos mais activos adeptos da ideia do «fomento da produção». «Nenhum dos dois partidos verá o poder, se prometer simplesmente dirigir o nosso sistema actual melhor ou mais eficazmente... — sublinhava D. Stockman. — Nos últimos oito anos, nos EUA, esqueceram-se do crescimento económico». Stockman foi nomeado como principal executor no cenário da «reaganómia», tendo sido designado director do departamento orçamental-administrativo junto da Casa Branca.

A administração calculava que a dádiva de vantagens ao grande negócio e o fomento da produção militar seriam compensadas com uma actividade elevada das forças capitalistas privadas que, por seu turno, levarão a economia dos EUA, a partir do fim de 1981, pelo caminho do crescimento rápido e ininterrupto. Assim, a Casa Branca esperava ter tempo para neutralizar o enorme preço social da «reaganomia» e, principalmente, assegurar os recursos financeiros necessários para a corrida aos armamentos em nome da recuperação da superioridade militar dos EUA. «As ondas grandes levantam todos os barcos», «o florescimento económico compensará todos os gastos» — são estas as divisas da «reaganomia». Os historiadores norte-americanos acentuaram que ideia análoga estava contida no programa económico do Presidente Hoover no fim dos anos 20 e começo dos anos 30.

O programa da administração foi aceite sem oposição séria no quadro do orçamento do Estado aprovado pelo Congresso nos meados do Verão de 1981. Muitas pessoas gostaram da promessa de Reagan de

"restabelecer a fé" nos ideais americanos da iniciativa privada e do seu plano de diminuir a dependência dos norte-americanos em relação ao governo em muitos domínios da vida. Era claro que a «grande sociedade» e a «guerra à pobreza» não resolveram os grandes problemas sociais. E porque não tentar uma nova abordagem? Depois do Congresso ter dado os últimos retoques nos documentos sobre as enormes reduções do orçamento e dos impostos, Reagan e os seus partidários saíram de Washington para passar férias, deleitando-se com as suas vitórias políticas.

A essência da «reaganomia» consiste de três elementos fundamentais: militar-industrial, fiscal e social. A prioridade estatal foi dada ao desenvolvimento da corrida aos armamentos a ritmos mais de 10 vezes superiores ao crescimento dos gastos federais para fins pacíficos até os meados dos anos 80. O orçamento do Estado ficava privado, no mesmo período, de cerca de 750 biliões de dólares que se previa entregar através do mecanismo fiscal, principalmente ao grande capital e às pessoas com elevados rendimentos. Se o americano com o rendimento de 10 mil dólares por ano devia pagar, em 1984, cerca de 80 dólares menos que em 1981 de impostos, para as pessoas com o rendimento de 100 mil dólares a descida seria 75 vezes maior. Por outra parte, a Casa Branca negava-se a aumentar as despesas para as necessidades internas.

O terceiro elemento da «reaganomia» é a supressão ou a redução drástica de quase 250 programas económico-sociais, pelos quais lutaram os trabalhadores do país durante decénios. A administração de Reagan virou-se para a redistribuição do rendimento nacional a favor de 10% dos americanos mais ricos, deteriorando-se a situação de 40% da população menos abastada.

Em geral, a administração de Reagan elevou ao nível de política estatal a longo prazo a alternativa

militarista conservadora do desenvolvimento dos EUA. A alternativa previa desequilíbrio das proporções existentes entre o consumo estatal e privado, a acumulação civil e militar, o consumo civil e militar. Esta alternativa está directamente ligada com o agravamento contínuo da luta de classes no país, sobretudo em torno da relação entre as prioridades militares e não militares, e a polarização social contínua da sociedade americana. O poder estatal de forma excepcionalmente aberta concentrou os seus esforços na consolidação e aprofundamento da desigualdade social.

E o «renascimento económico» com que a Casa Branca tinha motivado a necessidade de passos de tão grande alcance? Na economia americana não ocorria absolutamente aquilo que prometeu a administração Reagan. Em vez do ascenso esperado no fim de 1981, começou uma nova crise. Em Outubro também R. Reagan o reconheceu. Desde a crise anterior, que coincidiu com o termo da presidência de J. Carter, não passou sequer um ano. Depois dos anos 20, a distância entre as duas crises foi a mais curta.

A economia dos EUA aproximou-se dos níveis da crise de 1973-1975. No último trimestre do ano, a produção industrial diminuiu 5%; a taxa de desemprego atingiu 8,5%: foram batidos todos os recordes do período após a Segunda Guerra Mundial. No país havia 10 milhões de desempregados. Foi particularmente grave a falha da administração na questão orçamental. Em 1981, o défice não diminuiu, como fora previsto, mas aumentou quase 2 vezes. Isto significava que a dívida pública dos EUA atingiu 400-500 biliões de dólares. Por outro lado, apesar das tentativas da Casa Branca de travar a inflação mediante a política de «crédito caro» e as altas taxas de juro sobre os créditos, a taxa de inflação atingiu cerca de 9%. Além disso, a política de «crédito caro» travava o desenvolvimento

da economia, repercutindo-se negativamente no pequeno e médio comércio e indústria. O número de falências e de absorções das pequenas firmas pelas grandes corporações aumentaram 30-40%, constituindo 262 mil só no primeiro semestre de 1981[2].

No plano internacional, a política de «crédito caro» obrigava os aliados dos EUA a elevarem as taxas de juro nacionais a um nível sem precedentes (2-3 vezes superior à média), a adaptarem-se à economia americana em prejuízo dos interesses próprios e a afrouxarem os ritmos do seu crescimento económico, aumentando o desemprego. Já na Primavera de 1981, apareceram cálculos de organizações internacionais onde se concluía que as medidas económicas dos EUA provocam o aparecimento, nos países da Europa Ocidental, de mais 1 milhão de desempregados. A influência maior da «reaganomia» é sentida pelos países pequenos da Europa, mas também os grandes aliados dos EUA, em particular a RFA, sentem cada vez mais o seu prejuízo. O chanceler da RFA, H. Schmidt, disse que as taxas de juro americanas causam à segurança da RFA um prejuízo maior que os factores estratégicos militares. No que respeita aos países em vias de desenvolvimento, o défice da balança de pagamentos dos Estados menos desenvolvidos aumentava em quase 4 mil milhões de dólares com cada por cento suplementar da taxa de juro estabelecida pelos EUA[3].

As altas taxas de juro que aumentaram a cotação do dólar 30-40% em relação às moedas dos grandes países do Ocidente, provocaram um afluxo massivo das divisas estrangeiras para os EUA. Além disso, o aumento do valor do dólar aumentava respectivamente os preços das exportações americanas. Segundo algumas estimativas americanas, isto fez diminuir em mais de 50% a capacidade competitiva das mercadorias americanas no estrangeiro em relação às da RFA e do Japão nos últimos três anos, no fundamental já estando Reagan no poder[4].

A inconsistência dos cálculos da Casa Branca revelou-se muito mais rapidamente do que o esperavam os seus adversários. Confirmava-se claramente o aviso de que a administração de Reagan envolveria o país num jogo arriscado com a sua política à beira do aventureirismo. Os meios de negócios e financeiros, em primeiro lugar Wall Street, indicavam cada vez mais frequentemente a possibilidade de fracasso dos experimentos económicos da Casa Branca. Entre os economistas e na imprensa difundia-se, por exemplo, a analogia entre a actividade da administração actual e a política da direcção estatal americana anterior à «grande crise económica» dos anos 30. Com particular preocupação os círculos governamentais dos EUA começaram a sublinhar as consequências negativas da política de Reagan no aumento da tensão social e no agravamento da luta de classes no país.

As teses da imprensa dos meios de negócios falavam por si mesmas: «A 'reaganização' da economia: rumo à bancarrota?», «Wall Street ainda não aceita o programa económico de Reagan", "Sobre a semelhança entre a política económica do começo dos anos 30 e o programa económico de Reagan», «O crescimento da desconfiança», «Wall Street não compartilha a concepção económica de Reagan», «A 'reaganização' da economia à beira do abismo da desconfiança».

O índice mais importante da actividade económica dos EUA — a circulação do mercado dos valores — diminuiu 8 vezes no Outono de 1981. A maioria dos republicanos destacados no Senado dos EUA já não escondia a sua preocupação com o facto de a administração não ter elaborado um plano realista para rectificar a situação na economia do país. «The Wall Street Journal» constatou: «A confiança no programa económico de Reagan aproxima-se do zero»[5].

Finalmente, em torno da «reaganomia» desencadeou-se também um escândalo político que confirmava os piores receios em relação aos experimentos da Casa Branca. «The Atlantic Monthly» publicou o artigo «As lições de David Stockman»[6]. D. Stockman teve o papel central na formação da política económica da Casa Branca e na sua passagem através do Congresso. Stockman era considerado como defensor não só convicto como o mais qualificado do programa económico de Reagan. As entrevistas de Stockman à revista «The Atlantic» revelaram muitos «segredos» da política da administração de Reagan.

Primeiro, D. Stockman reconheceu que a concepção «Supply-side economics» só foi utilizada para «dar novo nome à velha política republicana de protecção aos americanos ricos». Segundo, confirmou que a principal tarefa da reforma fiscal consistia em reduzir de 70 para 50% as taxas de imposto máximas para as camadas mais abastadas da população, tendo significado secundário todos os seus demais objectivos. Segundo Stockman, todo o plano da diminuição das taxas de imposto «não foi mais que o cavalo de Tróia na solução deste objectivo: a diminuição das taxas de imposto máximas». Stockman reconhecia ainda que todos os prognósticos económicos da administração são conjecturas infundadas. «Ninguém na Casa Branca, disse, se dava completamente conta do significado das cifras iniciais e finais». Não dispondo de tempo suficiente, nem sequer podiam somar todas as cifras necessárias, já para não falar de analisá-las devidamente.

As revelações não terminavam aí. Stockman continuava: a redução das verbas para os programas económicos e sociais federais fazia-se com tanta pressa que «poucos podiam imaginar ao que isto pode conduzir». Ao mesmo tempo, as verbas militares estavam completamente fora do controlo. Todo o programa militar era «um conjunto arbitrário de cifras escritas numa folha de papel». Noutras

palavras, o complexo militar-industrial tinha conta aberta. Finalmente, Stockman disse: a promessa de Reagan de equilibrar o orçamento para 1984 era notoriamente irreal; já no começo de 1981, os cálculos mostraram que o défice pode atingir, em 1984, 116 biliões de dólares; a saída foi encontrada na selecção de um certo programa de cálculos (isto é, na falsificação). A revista «The Atlantic» resumia: «O Presidente sabia que as suas promessas são irrealizáveis. Mas isto não o fez parar, ele continuou a criar a impressão contrária na população norte-americana».

A entrevista do director do departamento orçamental-administrativo fez furor nos EUA. Ele apressou-se a pedir a demissão que, porém, não foi aceite: Stockman sabia demais, era arriscado demiti-lo. Mas a administração tratou de limitar ao máximo a fuga de informação sobre a sua política económica. No Ministério do Comércio foi emitida uma ordem que obrigava os funcionários a informarem sobre todas as conversas próximas com os representantes da imprensa. No Ministério do Trabalho aos funcionários proibiu-se atender às chamadas dos correspondentes. No Bureau do departamento agrário deliberaram: proibir aos funcionários expressar a sua opinião, se esta fosse contrária à posição da administração. Do mesmo advertiram categoricamente os funcionários da Agência para a protecção do meio ambiente.

As pessoas acreditavam cada vez menos nas promessas da Casa Branca. A administração anunciou que em 1982 reduziria, com a sua política orçamental, o défice para menos de 100 mil milhões de dólares. Entretanto, os economistas do partido democrático publicaram cálculos, segundo os quais, o défice do orçamento pode exceder 150 biliões de dólares em 1983 e atingir 200 biliões em 1984.

«Parece que fomos todos hipnotizados pelo espectáculo macroeconómico que está a exibir-se no país.

Entretanto, este espectáculo ultrapassa muito os marcos dos problemas do orçamento, dos impostos e das taxas de juro. Trata-se do ideal americano da igualdade, para a consecução do qual só nos últimos 50 anos foram dados importantes passos... Hoje estas conquistas estão ameaçadas» — resumiu a essência da «reaganomia» o presidente do Comité económico unificado do congresso H. Rews. «Deixem de pensar em superar a desigualdade»[7] — respondia-lhe o ideólogo da «reaganomia», J. Hilder.

COMPONENTES DO «REAGANISMO»

«Algumas pessoas dizem que os programas de Reagan não dão resultados. Na realidade, dão os resultados que deles se esperavam. Foram ideados visando fazer os ricos ainda mais ricos e os pobres ainda mais pobres, efectuar o maior roubo, a maior, durante toda a história americana, transferência dos valores dos necessitados para os ávidos e insaciáveis» — assinalou o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA Gus Hall.

A situação que se criou nos EUA pode parecer paradoxal. Por um lado, a «reaganomia» fracassava como estratégia económica: as realidades do primeiro ano do poder dos republicanos confirmavam que muitas tendências negativas dos anos 70 se conservam, somando-se-lhes novos problemas. Por outro lado, para o grande capital, os políticos e os economistas, o principal não era o clima económico que predomina no país num ou noutro momento (considerava-se que as forças cíclicas da economia americana conduziriam mais cedo ou mais tarde à sua animação). O principal, para a élite governante dos EUA são as vantagens económico-sociais a longo prazo que ela já recebe do «reaganismo», independentemente das viragens na conjuntura económica.

A administração de Reagan elevou ao nível de

política estatal os antigos planos do complexo militar-industrial dos EUA. Já no primeiro orçamento dos republicanos (ano económico de 1982), os poderes financeiros do governo no domínio militar aumentavam bruscamente em relação ao ano anterior. Acima do programa militar de Carter pediu-se mais de 32 biliões de dólares só para os dois anos seguintes. Destinava-se muito mais meios para as armas nucleares estratégicas, a construção de navios de guerra, as forças de intervenção rápida e as armas tácticas. O primeiro orçamento militar atingia 226 biliões de dólares. Era mais de um terço superior ao total das despesas dos EUA no auge da guerra na Coreia, cerca de 17% superior às despesas dos EUA no auge da guerra no Vietname[8].

Assim era o começo. Simultaneamente, a Casa Branca anunciou o seu programa militar para 1981--1986: na corrida aos armamentos estabeleciam-se ritmos ainda desconhecidos na história americana. No primeiro ano do seu poder, os republicanos aumentaram de uma vez as despesas militares (preços fixos) em 14%, no ano seguinte, em 12%, e nos anos posteriores, em 7% anualmente. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, a direcção dos EUA apenas três vezes aumentou as despesas militares em mais de 7% por ano: sob a influência de factores, como as guerras na Coreia e no Vietname e a crise nas Caraíbas em 1962. Agora estes ritmos tornaram-se uma regra e aumentam cada vez mais. Durante os trinta anos anteriores, as despesas militares conjuntas constituíram cerca de 1,8 mil biliões de dólares, enquanto, a administração Reagan coloca o objectivo de gastar 1,5 mil biliões de dólares cinco vezes mais rapidamente.

A envergadura do programa militar de Reagan foi considerada nos EUA como uma nova abordagem dos problemas da defesa: nos tempos de paz o Estado assume compromissos militares tão grandes e simultaneamente reduz os programas sócio-económicos

em tal medida como se os EUA se encontrassem já em estado de guerra. O Ministro da Defesa, C. Weinberger, disse, numa das suas intervenções, que a indústria militar americana deve ter capacidades suficientes para em casos de emergência garantir o volume da produção militar a 50% do produto nacional bruto, ou seja, atingir 1,4 mil biliões de dólares por ano. No Verão de 1981, nos EUA, começou a elaboração dos planos do aumento da produção militar para os «casos de emergência».

Quanto à «filosofia» do programa militar da administração Reagan, ela praticamente não existia. Tudo se reduzia à fórmula: «Despesas menores não permitirão aos EUA assegurar a superioridade militar sobre a URSS». A Casa Branca tão-pouco tinha um sistema minimamente fundamentado de prioridades na construção militar. A ideia determinante é sempre a mesma: «Precisamos de quase tudo». Mesmo as personalidades que faziam parte da vanguarda política do complexo militar-industrial exigem que a Casa Branca explicasse o sentido militar da criação de novas armas. O senador B. Goldwater na sua carta a Weinberger em Fevereiro de 1982 lembrava a conclusão à qual já nos anos 60 chegou o Ministro da Defesa R. McNamara: aproximadamente 25% do orçamento militar dos EUA atira-se ao vento devido à prática viciosa de distribuição das encomendas militares (encarecimento injustificado dos sistemas de armas, duplicação, etc.). Mesmo os partidários da administração faziam notas cada vez mais que o seu programa militar de modo algum visa o fortalecimento da segurança do país, mas tem por objectivo dar a maior quantidade possível de dinheiro ao complexo militar-industrial para a caça ao fantasma da «superioridade militar».

À medida que se desenhavam os contornos da estratégia militar da Casa Branca, tornava-se cada vez mais claro que as coisas eram assim mesmo. O

Instituto de Washington de análise da política externa assinalava que a estratégia formulada pelo Ministro da Defesa C. Weinberger e o Ministro da Marinha J. Lehman parte da possibilidade de uma guerra global prolongada não nuclear contra a URSS, porque a URSS se envolveria premeditadamente na guerra na Europa, no Golfo Pérsico, no Noroeste asiático e nos mares. Para uma tal guerra é preciso preparar-se, aumentando os armamentos em todas as direcções.

O carácter absurdo e provocatório destes «argumentos» não diminui nada o perigo do programa militar da administração para a causa da paz. Pelo contrário, pela sua lógica interna o programa orienta os EUA para o aumento da constante tensão internacional. O perigo consiste em que os planos militares da administração visavam o maior, nos últimos 20 anos, aumento da produção de ogivas nucleares. Segundo as estimativas dos especialistas americanos, para equipar as armas, cuja produção foi planeada por Carter e por Reagan, nos próximos 5-8 anos será necessário produzir 17 mil ogivas nucleares.

Um dos aspectos mais prejudiciais do «reaganismo» consiste em que a economia americana se arrasta cada vez mais para a produção militar. Aumentou o interesse do crescente sector industrial pela corrida aos armamentos. Está a aumentar o número de trabalhadores ocupados na produção militar e, portanto, dependentes do fabrico de armas. Nos estados de Connecticut e de Massachusetts, por exemplo, esperava-se receber em 1981-1985 contratos militares no montante de 65 biliões de dólares. Nas regiões do Sudeste da Virgínia, onde cerca de 40% dos trabalhadores estão ligados à produção militar, os homens de negócios aplaudiam o aumento dos salários para os militares. Segundo os cálculos do «Bank of America», na Califórnia esperavam receber em 1982 em 20% mais de contratos militares que no ano anterior. Também noutras regiões dos EUA as empresas produtoras de equipamentos militares modernos esperavam lucros. Os economistas do «United Bank of Colorado» esperavam que a indústria electrónica dos EUA aumentaria os ritmos de crescimento em 3-4% em 1982, enquanto nos outros ramos da economia haverá recessão. Em 1981, os lucros (depois de pagos os impostos) de todas as corporações dos EUA diminuíram em média em relação a 1980, e os lucros das corporações produtoras dos mísseis MX, Pershing-2, bombardeiros B-1, mísseis cruzeiro e outras armas de extermínio em massa aumentaram de novo.

Facilitar a prática monopolista do *business* e deixar-lhe as mãos livres para a ofensiva contra os direitos do consumidor americano — são partes integrantes da «reaganomia». Foram anuladas muitas das antigas restrições da actividade das corporações. As autoridades federais cessaram os processos judiciais contra os monopólios da indústria petrolífera e alimentar por violarem a legislação anti-trust. As companhias automobilísticas foram isentas de responder pela qualidade dos automóveis usados e da necessidade de tornar públicos os defeitos encontrados nos veículos novos. A administração procurava eliminar por completo o controlo estatal sobre a segurança dos artigos de amplo consumo. O Ministério da Agricultura foi isento do exame de todas as questões relacionadas com os interesses do consumidor.

Ainda não é tudo. Foram anuladas as proibições de utilizar diversos aditamentos nos produtos alimentares que provocam o cancro nos animais. O departamento para os problemas da alimentação e medicamentos começou a rever as regras que limitam a venda de novos remédios pouco provados. Baixou-se as exigências para com o lançamento de novos medicamentos patenteados. Diminuíam quase duas vezes as despesas estatais para a garantia da

segurança do transporte automobilístico. Foi cessada a prática de publicação dos dados estatais sobre o controlo da segurança dos veículos .

Privilégios particularmente grandes dava ao *business* a ofensiva da Casa Branca contra a antiga política estatal no domínio da ecologia. Assim, 80% dos juristas de Washington da Agência para a protecção do meio ambiente foram despedidos. Em 1981, o número de causas, relacionadas com a violação da legislação sobre a protecção do meio ambiente, que esta Agência entregava ao tribunal, diminuiu mais de 6 vezes em comparação com a norma média anual da década de 70. Foram adiadas por tempo indeterminado ou anuladas as regras que asseguravam a defesa mais eficaz contra os resíduos mais tóxicos da indústria norte-americana. Entravaram-se também os esforços na luta contra a poluição atmosférica e das águas.

Todas estas medidas para o afrouxamento do controlo do Estado sobre a actividade do *business* traziam aos empresários milhões de dólares de lucros. Os cortes feitos pela administração nos programas da saúde, da técnica de segurança e da protecção ao meio ambiente e a anulação das restrições na actividade do *business* significam na prática que um maior número de pessoas morrerá com o cancro ou com a silicose, será estropiado e morrerá de acidentes de viação e no trabalho, sofrerá da poluição dos rios, da atmosfera e de todo o meio ambiente.

Entretanto, a direcção dos EUA anulou em larga escala as conquistas sócio-económicas dos trabalhadores. No domínio da segurança social (Social Security Benefits), a Casa Branca colocava o objectivo de, no período de 1981-1986, reduzir em 46 biliões de dólares as pensões para os trabalhadores, ou seja, preparava um golpe contra 36 milhões de americanos. Prevê-se a redução de pensões de velhice para os que se aposentaram antes do prazo, proibir, para 1986, pagar pensões completas aos pensionistas que têm fontes suplementares de rendimentos, tornar mais rigorosos os critérios para as pensões de invalidez, etc. É suprimido o programa dos pagamentos mínimos garantidos aos pensionistas. Prevê-se a redução em mais de 14 milhões o número dos alunos das escolas americanas que recebiam dotações federais («Child Nutrition») para almoços na escola. Isto significava a liquidação completa da alimentação escolar em várias regiões dos EUA e o agravamento da subnutrição crónica dos estudantes das famílias pobres.

Em 1981 foram congeladas as despesas estatais para a assistência médica às famílias com baixos rendimentos («Medicaid»). Até 1986, os trabalhadores, de acordo com os planos da Casa Branca, serão privados, neste domínio, de mais de 20 biliões de dólares. Será reduzido em mais de 40% o já magro programa de subsídios estatais para habitação das famílias com baixos rendimentos («Subsidized Housing»). Mais de 400 mil famílias perderam a perspectiva de beneficiar do programa estatal de assistência às famílias necessitadas com filhos («Aid to families with Dependent Children»). Planeava-se fechar muitas policlínicas da saúde pública e o aumento contínuo da quota inicial de hospitalização.

Anulou-se por completo o programa da ajuda federal aos órgãos locais e às autoridades dos estados na colocação e reciclagem da força de trabalho («Public Service Employment») e muitos programas de ensino profissional, sobretudo para a juventude. Suprimiu-se também o financiamento estatal dos trabalhos públicos, introduzido ainda nos anos 30. Liquidou-se o programa de manutenção da ocupação entre os adolescentes, o programa de reciclagem para os operários dos ramos prejudicados pelo aumento da importação dos artigos estrangeiros. Foram reduzidas as bolsas de estudo dos estudantes das escolas superiores, introduzem-se restrições su-

plementares na obtenção dos créditos para pagar o ensino na escola superior, aumentou o custo destes créditos. A redução das despesas federais para os transportes significou a suspensão da construção do metro em várias cidades dos EUA, dos trabalhos de construção de milhares de quilómetros de auto-estradas e dos trabalhos para o alargamento dos aeroportos, etc.

Os golpes mais pesados foram assestados naqueles 30 milhões de norte-americanos que vivem abaixo do nível oficial de pobreza, sobretudo nos representantes das minorias nacionais, a juventude, os idosos e os inválidos. Tudo isto afectou directamente os interesses de um terço da população de origem latino-americana e 27% dos negros americanos. No fim de 1981, a taxa de desemprego entre os negros superou 17% e entre a juventude das minorias nacionais — 40%. A «reaganomia» serviu de catalisador para a transformação de regiões inteiras dos EUA em «zonas de pobreza». Em 1980-1982 o número de pessoas que viviam abaixo do limiar de pobreza aumentou em 3 milhões, constituindo 13% da população do país. Deste modo, a sociedade americana retornou à situação dos meados da década de 60, quando o poder estatal tinha declarado «guerra à pobreza».

O começo do segundo ano do governo da administração Reagan coincidiu quase exactamente com a crise aguda nas relações entre a Casa Branca e as organizações dos negros. Em 8 de Janeiro de 1982, a administração anulou os privilégios fiscais das escolas segregadas. Esta decisão foi considerada por muita gente como o começo da revisão dos resultados da luta dos negros pelos direitos civis nos anos 60 e 70.

Nos EUA intensificavam-se também as tendências políticas reaccionárias e a propensão para o renascimento do macartismo. T. Cannon afirmou na revista «Political Affairs»: «Reagan e os seus discípulos não brincam. Deram claramente a entender a todos que tencionam desmontar tudo o que os americanos conseguiram nos últimos 50 anos no domínio de reformas liberais e ampliação dos direitos democráticos. Para alcançar os seus objectivos, devem reduzir a nada o progresso no domínio dos direitos e liberdades civis conseguido no último meio século... É-lhes necessário fortalecer o mecanismo da repressão»[9].

Quanto a isso, os dirigentes da administração tinham experiência. Já nos tempos em que Reagan era o governador da Califórnia, o seu ajudante de então e hoje o seu conselheiro mais próximo, E. Meese, elaborou o plano, segundo o qual, em caso de «desordens civis», o controlo em todas as cidades do estado passa para as mãos da guarda nacional. O novo dirigente da Agência federal de direcção do país nas situações críticas, L. Jufred, já em 1970 elaborou o plano de internamento massivo dos negros. E o senador J. Ist, uma das personalidades destacadas da fracção republicana no Congresso, ficou famoso por em Julho de 1981 declarar todas as grandes organizações dos Protestantes dos EUA «focos de terrorismo».

J. Ist fazia parte da comissão senatorial para a segurança e o terrorismo, criada depois da chegada ao poder da administração Reagan. Este organismo era o sucessor da famigerada comissão para as questões da segurança interna, suprimida em 1977. As tentativas de fazer renascer as investigações da «actividade anti-americana» quase não se mascaravam. O mandato do novo organismo era determinado pela tarefa de «investigar o aumento assustador do número de actos de terrorismo... dar especial atenção às tentativas de alguns Estados estrangeiros incitar a actos de terror contra cidadãos e bens dos EUA». Mais declaradamente ainda as funções da comissão foram caracterizadas no relatório de um dos «trust cerebral» da administração, a «Fundação

da herança», organização conservadora. O objecto da investigação, dizia-se no relatório, devem ser «vários partidos comunistas... e também um amplo círculo de organizações radicais e da nova esquerda», membros e dirigentes das quais exprimiam a simpatia para com o Vietname do Norte e Cuba..., os *lobby* dos adversários da arma nuclear e dos adversários dos aumentos das verbas militares».

Simultaneamente foram anuladas as restrições para a actividade dos órgãos de espionagem e repressivos, estabelecidas depois das denúncias do FBI e da CIA nos meados dos anos 70. Na «ordem administrativa do Presidente dos EUA para a espionagem» (Dezembro de 1982) e em outras instruções admitiam-se muitas formas de «operações secretas» e métodos de ingerência na vida particular dos americanos: a instalação dos microfones secretos, a escuta e a gravação das conversas telefónicas, a entrada violenta em casas particulares. As novas instruções permitiam ao FBI e à CIA prosseguir a prática anticonstitucional, ladeando de facto o Ministério da Justiça.

No começo de 1982, foi dado um novo grande passo na «reaganomia». A Casa Branca na sua mensagem de Janeiro «Sobre a situação do país» anunciou o programa do «novo federalismo». Tratava-se de entregar «de um golpe decisivo» mais de 40 programas económico-sociais federais à competência dos estados. Em muitos dos primeiros comentários, este plano foi caracterizado como uma «mentira notória». A administração ia entregar os programas, recusando-se de facto a garantir-lhes os fundos de financiamento. Em 1987-1991 prevê-se reduzir os programas federais de ajuda em 25% anualmente (até ao seu termo completo).

Entretanto, no começo dos anos 80, muitos estados e cidades viviam tempos difíceis. De acordo com a investigação realizada pelo «The New York Times», mais de metade dos 50 estados viram-se

obrigados a aumentar os impostos locais. Segundo os dados da Comissão económica unificada do Congresso, 20 das 48 grandes cidades aumentaram os impostos, 18 cidades adiaram por tempo indeterminado a realização dos projectos económicos e sociais. Tanto os estados como as cidades reduziram em primeiro lugar a ajuda aos pobres e aos velhos. A esse respeito a imprensa sublinhava que o novo plano de Reagan significa, no fundo, a recusa do «novo curso» de Roosevelt e da «grande sociedade» de Johnson que visavam concentrar a maior parte dos programas nas mãos do governo federal, porque os estados não eram capazes de os realizar.

A administração continuou a política de redistribuição do rendimento nacional em detrimento dos trabalhadores. No início de 1982, no projecto do novo orçamento federal, esta exigiu o consentimento do Congresso para diminuir em mais de 25 biliões de dólares as verbas para as necessidades económico-sociais. A assistência médica aos pobres e aos velhos diminuía em mais 4,5 biliões de dólares, a ajuda alimentar em 2,4 biliões de dólares, o programa do ensino profissional e do emprego em 2 biliões de dólares, a ajuda às famílias numerosas em 1,2 biliões, as dotações às escolas em um bilião de dólares, etc. Todos estes meios seriam absorvidos pelo orçamento militar que se previa aumentar até 257,5 biliões de dólares[10].

O novo orçamento do Pentágono tinha três objectivos fundamentais: um forte aumento do poderio militar naval, o aumento contínuo das forças nucleares estratégicas, o desenvolvimento acelerado das «forças de intervenção rápida», em primeiro lugar para a «defesa» das fontes petrolíferas na zona do Golfo Pérsico. Só para a construção dos novos porta-aviões nucleares, dos mísseis MX, dos bombardeiros B-I, dos submarinos «Trident» e dos mísseis cruzeiro planeia-se gastar no ano económico de 1983 mais de 23 biliões de dólares.

Os sindicatos americanos foram uns dos primeiros a fazer o balanço preliminar do «reaganismo». «Reagan prometia-nos o crescimento, mas trouxe a bancarrota»[11] — constatou o Congresso da AFL-CIO. Por iniciativa dos sindicatos, em 19 de Setembro de 1981, em Washington foi realizado um comício político de massas com a participação de 270 mil representantes dos trabalhadores, das organizações de luta pelos direitos civis, de protecção do meio ambiente, pela igualdade dos direitos das mulheres, etc. Foi uma das maiores manifestações políticas na história dos EUA. Em nome do movimento sindical e social foi dito à Casa Branca que a «reaganomia» não corresponde aos interesses das amplas camadas da população do país e que o Presidente não tem o mandato para promover esta política.

A manifestação em Washington foi o começo da luta dos trabalhadores norte-americanos contra a política reaccionária de «reaganismo».

Capítulo VII

A ALTERNATIVA AMERICANA À PAZ

Outrora perguntaram A. Einstein que arma seria utilizada na III Guerra Mundial, se esta, apesar de tudo, começar. Respondeu: «Não sei. Mas estou convencido que a única arma na guerra seguinte será o machado de pedra».

O programa americano da preparação material sem precedentes de uma guerra, desenvolvido desde o fim dos anos 70, está calculado para todos os tipos de conflitos militares, simultâneos ou separados. Parece ter-se em vista todos os tipos possíveis de armamentos. Mas este esqueceu o machado de pedra. E se Einstein tinha razão, parece que só esta arma poderá servir.

Realmente a linha político-militar dos EUA nascida nos meados da década de 70, rapidamente desenvolvida e que adquire os contornos actuais no começo da década corrente provoca um frio sepulcral à humanidade. Fazer a humanidade voltar à «guerra fria», à política da borda do abismo de uma guerra real. Rejeitar as normas jurídicas e éticas da convivência internacional, formadas ao longo dos séculos, suprimir a independência e a soberania dos Estados. Alterar o mapa político do mundo, declarar zonas de «interesses vitais» dos EUA regiões e continentes inteiros. Arrogar a si o «direito» de mandar nuns, julgar e «castigar» outros, procurar a «desestabilização» económica e política dos governos

e Estados indesejáveis. Regozijar-se com as dificuldades que vivem estes ou aqueles povos. Tentar substituir as relações normais e o comércio internacional pelas «sanções» e bloqueios, os contactos e as negociações pela ameaça do emprego da força até a arma nuclear. Tal é a essência da alternativa que os EUA e a NATO procuram introduzir na prática mundial.

Involuntariamente surge a pergunta: o que prevalece nesta política — a leviandade, a falta de experiência nos assuntos internacionais ou a atitude irresponsável e aventureira para com os problemas sérios que afectam os destinos da humanidade?

As componentes da política actual dos EUA são conhecidas. Repetem-se, embora em condições novas, os elementos da política americana dos tempos da «guerra fria». Esta proximidade entre a base essencial da política dos EUA daquele período e a sua política actual conduz ao problema fundamental. A realidade é tal que os Estados Unidos de novo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, estão a frustrar a possibilidade histórica de uma profunda transformação das relações internacionais numa base construtiva.

A possibilidade de uma tal transformação existiu na segunda metade dos anos 40. Surgiu como resultado da derrota das forças imperialistas mais reaccionárias: o fascismo alemão e o militarismo japonês com os seus satélites; da vitória da coligação anti-hitleriana, da contribuição decisiva da URSS para esta vitória e imensos sacrifícios do povo soviético. No quadro da coligação anti-hitleriana foi acumulada grande experiência de cooperação política e militar das principais potências e dezenas de países do mundo. Entre sistemas sociais diferentes estabeleceu-se um equilíbrio militar aproximado que contribuiu objectivamente para a estabilização e o melhoramento das suas relações. Abria-se uma perspectiva única: reestruturar as

relações internacionais numa base justa e democrática durante a regularização de após-guerra. Muita coisa positiva podia-se fazer também nas relações entre a URSS e os EUA.

Os esforços dos dirigentes dos EUA com H. Truman à frente, que desenvolveram a luta pela hegemonia mundial, recorrendo à força e à corrida aos armamentos, anularam tudo.

30 anos depois, nos meados da década de 70, as relações internacionais chegavam de novo à etapa de uma profunda transformação construtiva. Existia e consolidava-se novamente o equilíbrio militar aproximado entre a URSS e os EUA, o Tratado de Varsóvia e a NATO. Existia grande experiência de cooperação dos Estados com regimes sociais diferentes durante o processo de desanuviamento. Os enormes esforços da URSS na luta pelo Programa de Paz para os anos 70, os êxitos do movimento de libertação nacional, a actividade dos jovens Estados na política e economia mundial, as tendências realistas na direcção dos países do Ocidente, tudo isto criava condições objectivas para a realização prática das novas tarefas fundamentais. No centro da vida internacional do último terço dos anos 70 colocava-se a necessidade do desanuviamento militar, o aprofundamento do desanuviamento político, a viragem para a limitação e redução dos armamentos, antes de mais dos armamentos estratégicos da URSS e dos EUA, a realização do programa de cooperação e fortalecimento da segurança na Europa, aprovado em Helsínquia, a reestruturação das relações económicas internacionais em princípios da igualdade de direitos, etc. Existiam também grandes possibilidades potenciais para o progresso nas relações soviético-americanas.

E de novo, assim como trinta anos atrás, a direcção dos EUA — esta vez encabeçada por J. Carter — procedeu à anulação da perspectiva do melhoramento qualitativo das relações entre os dois

sistemas sociais, em particular na esfera do desanuviamento militar e o saneamento geral da vida internacional. A Casa Branca pela segunda vez empreendeu o caminho aberto pela administração de H. Truman. Como então, em Washington decidiram-se à viragem não imediatamente, mas prepararam-na paulatinamente, encobrindo-a com o espírito pacífico afectado e asseverações de melhores intenções... Depois viraram bruscamente para o confronto.

É conhecido o enorme prejuízo causado à paz pelos decénios da «guerra fria». É difícil medir o perigo das actuais tentativas dos EUA de mudar a correlação de forças existente no mundo. Estas tentativas são empreendidas quando da acumulação massiva de meios de destruição, capazes de, postos em acção, pôr em causa a existência da civilização na Terra.

Por isso é necessária a revisão documental das decisões e acções da direcção dos EUA nos anos 70 e 80 que levaram os problemas internacionais a um limite perigoso. É necessário fazê-lo também por outra causa: nos EUA e nas capitais de vários países da NATO não são poupados esforços para falsificar a história, procurando fazer recair a responsabilidade pelo aumento do perigo de guerra sobre a União Soviética.

OUTRA VEZ PELO CAMINHO DE HARRY TRUMAN

De novo Washington, Janeiro de 1977: os assuntos externos da América são assumidos pela administração Carter. As tendências políticas predominantes no mundo, eram-lhe lembradas, por exemplo, pelos resultados da recente sessão da Assembleia Geral da ONU. A maioria esmagadora dos Estados

pronunciou-se pela continuação do desanuviamento e pelo seu alargamento a todas as regiões do mundo. Condenou-se decisivamente a corrida aos armamentos. O programa de medidas mais actuais no domínio do desanuviamento militar e do desarmamento apresentado pela URSS recebeu amplo apoio. Quase todos os Estados se pronunciaram pela solução global do problema do Próximo Oriente e apoiaram a luta de libertação dos povos da África Austral. Um ano depois quase todos os Estados membros da ONU se expressaram pelo aprofundamento e consolidação do processo de desanuviamento.

«Todo o mundo vive hoje um processo de profundíssimas e rápidas transformações»[1] — constatou J. Carter na sua primeira grande intervenção sobre a política externa na Universidade de Notre Dame em Maio de 1977. O conselheiro do Presidente para a segurança nacional, Z. Brzezinski, falava de «uma era mais dinâmica na história da humanidade». Nestas apreciações sentia-se a perplexidade de Washington face às profundas mudanças internacionais. As mudanças deviam ser tomadas em consideração. O programa, com que J. Carter entrou na Casa Branca, incluía declarações a favor do desanuviamento, da «redução dos potenciais nucleares da URSS e dos EUA» e promessas de contribuir para a solução construtiva de alguns problemas internacionais.

Devia ter-se em conta também a situação existente nos próprios Estados Unidos. A maioria esmagadora dos americanos sentia antipatia pelo retorno ao intervencionismo. Segundo os dados dos inquéritos, mais de 70% da população considerava que a guerra americana no Vietname «mais que um erro, é uma causa imoral e injusta»[2]. Não se conseguiu despersuadir os americanos das vantagens do desanuviamento: três quartos da população apoiavam-no. Mais de 70% dos americanos pronuncia-

vam-se a favor de que a URSS e os EUA procurassem em conjunto esferas de cooperação e chegassem ao entendimento no SALT-2.

As condições internas e, sobretudo as internacionais, permitiam aos democratas contribuir para a reestruturação construtiva das relações internacionais no interesse do povo norte-americano e da paz universal. Se a administração Carter tivesse vontade política, objectivamente poderia avançar pelo caminho do realismo.

No entanto, era outra a tendência que ganhava força na cúpula governamental do país. O seu descontentamento com os fracassos sofridos na primeira metade dos anos 70 combinava-se cada vez mais com as ideias de que os «piores tempos» ficaram para trás. Parecia chegar ao fim o extenso período de comoções: a guerra de muitos anos no Vietname, o movimento antibélico massivo no começo dos anos 70, as tendências antimilitaristas em geral, crise sem precedentes do poder presidencial, o «Watergate», as denúncias dos órgãos repressivos e de espionagem, a crise económica de 1973-1975, a maior depois da Segunda Guerra Mundial. Nestas condições, os meios governamentais dos EUA recobraram a confiança em si próprios, queriam fortalecer mais energicamente as posições hegemonistas dos EUA no estrangeiro. Predominavam as tendências de empolar o papel internacional dos EUA. Aumentava a ambição para a política de revisão das realidades mundiais a favor dos EUA e do Ocidente.

A primeira vaga destas tendências verificou-se na política externa e, em particular, militar, da administração de G. Ford. Sob a pressão das forças de direita, na plataforma eleitoral dos republicanos, em 1976, foram inseridas as teses: «força militar é o caminho da paz», «a política deve apoiar-se na superioridade da força», etc. No Congresso do partido, G. Ford permitiu-se condenar a Acta Final da Conferência de Helsínquia e até o desanuviamento em geral. A administração de G. Ford aderia cada vez mais activamente às tentativas dos partidários do apoio na força de criar uma «crise artificial da segurança americana». Nos documentos do Pentágono, em fim de Janeiro de 1976, sublinhava-se que a força militar e a sua percepção no mundo são os principais árbitros nos litígios internacionais[3]. Despedindo-se do poder estatal, a administração Ford propôs um programa de passagem para uma nova etapa na corrida aos armamentos. Tratava-se do aumento em 6% das verbas militares para o ano económico de 1978 e do seu aumento anual em 3% para o período até 1982. No domínio dos armamentos estratégicos, planeava-se aumentar o número de ogivas nucleares em mais de 150% e as suas megatoneladas nucleares em mais de 200%[4].

Os sucessores de G. Ford assimilaram também a tendência para a política ofensiva. Para eles isto já era o ponto de partida. Usando a retórica a favor do desanuviamento, os democratas não escondiam que não lhes convinha a política, que contribuísse para a estabilização das relações internacionais, assente no «equilíbrio das forças», pondo em relevo as relações soviético-americanas. Os republicanos eram acusados «dos EUA começarem a temer rivalidades com a URSS» e que por isso perdiam com o desanuviamento[5]. J. Carter queria encontrar alternativa à política dos seus antecessores na passagem para uma política de manutenção da ordem mundial tendo em conta os interesses de todos os aliados norte-americanos. A ideia desta passagem é a base da actividade internacional da administração Carter.

Já no período inicial da sua presidência ficou claro que a nova administração não só herdara as tendências negativas da política dos seus antecessores, como estava disposta a ir mais longe. Antes de tudo os democratas decidiram a questão de princí-

pio: definiram a sua posição em relação ao programa do aumento acelerado de armamentos deixado pelos republicanos. O programa foi aceite praticamente sem alterações. Planeava-se aumentar as despesas militares em 150% até o ano económico de 1982 e as compras de armamentos em 2,4 vezes.

A administração dos EUA tentou fazer tábua rasa das relações com a URSS, romper a sua continuidade. Durante a visita do secretário de Estado, S. Vance, a Moscovo em Março de 1977 foi feita uma tentativa de longo alcance para desmantelar os acordos existentes entre a URSS e os EUA na questão-chave: a diminuição do perigo da guerra nuclear. As novas propostas dos EUA respeitantes ao SALT-2 violavam brutalmente o princípio fundamental da paridade e igual segurança e continham a revisão da base para o entendimento anteriormente alcançada. As propostas foram rejeitadas. L. I. Bréjnev acentuou logo no primeiro encontro com S. Vance que a URSS só poderia manter negociações com os EUA numa base da igualdade e nunca estaria de acordo com outra posição. A posição americana fez retardar mais de dois anos a elaboração do SALT-2.

Em Maio de 1977, a sessão do conselho da NATO por iniciativa dos EUA tomou a decisão sobre a necessidade de aumentar a quota de cada membro do bloco para os programas de construção militar até 3% do crescimento anual (em preços fixos). Intervindo na sessão, Carter pela primeira vez colocou a questão sobre a «modernização» do potencial dos meios nucleares americanos de médio alcance na Europa Ocidental[6]. Assim foi dado andamento aos acontecimentos que concluíram no fim de 1979 com a tomada pela NATO da decisão sobre os Pershing-2 e mísseis cruzeiro.

Quanto às relações com os países em vias de desenvolvimento enquadradas no diálogo «Norte-Sul», tornou-se claro que Washington não tinha vontade de tomar a prometida posição construtiva. Na Conferência para a cooperação económica internacional realizada em Maio-Junho de 1977 em Paris a administração norte-americana procurou principalmente facilitar aos EUA o acesso aos recursos energéticos estrangeiros. Na política de Washington não houve mudanças realistas em nenhum dos elementos fundamentais do problema das matérias-primas que representa o maior interesse para os países em vias de desenvolvimento. Os EUA travaram o crescimento da actividade dos países em desenvolvimento na luta pela reestruturação justa da ordem económica mundial.

No Verão de 1977 apareceram novas decisões militares da administração norte-americana. O Presidente sancionou a instalação nos mísseis «Minutman-3» (a principal força de ataque do potencial estratégico terrestre dos EUA) de cabeças independentes tipo «Marc-12 A» com ogivas de alta precisão e potência. Foi iniciado o fabrico dos mísseis cruzeiro de grande alcance dotados de ogivas nucleares. A Casa Branca considerou inútil modernizar a aviação estratégica e recusou-se à produção em série dos bombardeiros B-I. (Os mísseis cruzeiro eram muito mais baratos). O presidente pronunciou-se a favor da produção da arma de neutrões.

Enquanto isso, a direcção militar dos EUA voltou a argumentar a possibilidade de «limitar» o conflito nuclear. Os objectivos dos armamentos estratégicos dos EUA, disse o Ministro da Defesa, G. Brown, devem prever a capacidade de realizar uma série de variantes à escolha a fim de controlar a escalada, limitar na medida do possível o prejuízo e concluir a troca de golpes em condições vantajosas ao máximo. Estas ideias foram fixadas, definitivamente, no último ano da presidência de J. Carter, na directiva presidencial N 59.

Em Julho-Agosto de 1977, os dirigentes dos EUA concretizaram o seu desígnio político no domínio

das relações com a URSS, do desanuviamento e da política de «segurança nacional». Apareceu o documento básico da actividade internacional da administração dos EUA: o memorandum analítico presidencial N 10 (PRM 10). Os objectivos e decisões da acção prolongada decorrentes do memorandum foram expostos na directiva presidencial N 18 assinada por Carter em 24 de Agosto. Tudo levava à conclusão de que a diminuição da tensão nas relações soviético-americanos — o chamado desanuviamento — acabou aproximadamente em 1973. Por ponto de partida a administração norte-americana tomava a avaliação muito exagerada das possibilidades dos EUA e do Ocidente. Ressaltavam as «vantagens enormes» dos EUA em todos os domínios, excluindo o militar, onde se constatou existir uma paridade aproximada. Colocava-se como objectivo aproveitar estas «vantagens», aplicando às relações soviético-americanas a fórmula de «rivalidade e cooperação». Ambas as partes da fórmula significavam que a política dos EUA tornava-se mais rigorosa.

A «rivalidade» pressupunha activizar as tentativas para agravar a situação internacional da URSS, dos seus aliados e amigos, aumentando a pressão política, reforçando o poderio militar, realizando actividades subversivas políticas e ideológicas no quadro da campanha de «defesa dos direitos do homem».

A «cooperação» com a URSS era construída, principalmente, em condições impostas por Washington. Não se excluíam as negociações com a URSS sobre as medidas relacionadas com a diminuição do perigo de guerra. Mas para a Casa Branca o sentido das negociações consistia em garantir por meios políticos grandes vantagens militares unilaterais para os EUA e seus aliados em prejuízo do princípio da paridade e igual segurança. Quanto à «cooperação» económica, explicava-se da seguinte maneira: «É preciso dar a entender aos russos que... a exportação de mercadorias pode cessar e reiniciar-se, dependendo da disposição da URSS em cooperar com os EUA, seja em Angola ou nas negociações sobre a limitação dos armamentos estratégicos»[7].

No domínio militar, tomava-se a decisão de princípio sobre o aumento anual do orçamento militar dos EUA em 3%, independentemente da situação do desanuviamento. Na corrida aos armamentos estratégicos colocava-se o objectivo de ultrapassar a URSS mediante o aperfeiçoamento qualitativo dos sistemas de armas, assegurando uma reserva técnico-militar necessária para um brusco arranque potencial. As decisões que tinham por objectivo mudar o equilíbrio militar na Europa a favor dos EUA e da NATO visavam a corrida aos armamentos quantitativa. Na primeira etapa pensava-se aumentar a quantidade de armas convencionais e depois, criar forças móveis especiais, capazes de intervir rapidamente no Próximo Oriente, na zona do Golfo Pérsico e na Ásia. Pela primeira vez depois da guerra no Vietname, os EUA procederam ao aumento do potencial militar para as intervenções na zona dos países em vias de desenvolvimento.

No início de 1978, Washington continuou a fazer agravar a situação internacional. As fronteiras de segurança dos EUA — afirmava G. Brown, passam por um arco gigantesco que abrange regiões de vital importância para os EUA em toda a sua extensão: da Noruega a Norte até ao Japão e as Aleútes[8].

Em Janeiro de 1978, apareceu o projecto do novo orçamento militar. Como estava previsto na directiva presidencial N 18, acentuava-se o aceleramento na corrida aos armamentos através do mecanismo da NATO. Para estes fins, as verbas aumentavam 4,5% (em preços fixos)[9]. A expressão política destas decisões foi o discurso do Presidente pronunciado em Março em Wake-Forrest. J. Carter falou aberta-

mente pela primeira vez sobre a possibilidade da passagem dos EUA para a política de confrontação.

Em Maio de 1978, quando em Nova Iorque trabalhava a sessão especial da Assembleia Geral da ONU para o desarmamento, a administração Carter, na sessão do conselho da NATO em Washington, impunha aos aliados o aumento das despesas militares de 3% por ano (preços fixos). Foi aprovado o chamado «programa de defesa da NATO a longo prazo» para o período até 1993, que previa, já no próximo quinquénio, o fornecimento às tropas dos países da NATO de cerca de 8 mil tanques e carros blindados americanos e o aumento em mais de 30% das peças de artilharia. Acelerava-se a preparação da base técnico-militar para, «em caso de emergência», deslocar 150 mil militares dos EUA para a Europa Ocidental, para o aumento triplo do número de aviões militares americanos, etc. O programa continha cerca de 300 recomendações para 117 situações. Em Maio de 1978, na sessão do conselho da NATO foi decidido em instalar na Europa Ocidental os novos mísseis nucleares americanos de médio alcance.

A Casa Branca acompanhava toda esta actividade, que agravava a situação internacional, com uma ruidosa campanha de demonstração do seu «espírito pacífico». O objectivo consistia em apresentar os EUA como a «principal força motora» das tendências positivas na política mundial, sobretudo nos domínios em que Washington procurava frear ao máximo estas tendências. O não querer contribuir para o desanuviamento militar era encoberto pela administração com um «radicalismo» afectado, sublinhando por todos os meios a «actividade» dos EUA nas negociações sobre o desarmamento. No entanto, a parte americana entravava todas estas negociações. E se alcançava progresso, isso era devido principalmente aos esforços construtivos da parte soviética.

Os EUA esquivavam-se ao exame sério de várias propostas da URSS e os Estados do Tratado de Varsóvia que tinham elaborado um programa detalhado para o desanuviamento militar. No domínio do desarmamento nuclear, por exemplo, tornou-se claro que os EUA não estavam absolutamente dispostos a chegar a um acordo, como o que propôs L. I. Bréjnev em Novembro de 1977, sobre a cessação simultânea por parte de todos Estados do fabrico da arma nuclear, indo até à liquidação completa, «cem por cento», das reservas já acumuladas. Mas apenas um mês antes, em Outubro de 1977, Carter declarou a vontade dos EUA de «numa base de reciprocidade reduzir 10, 20 e até 50% as armas nucleares»[10]. Em Outubro de 1978, J. Carter sancionou o fabrico dos componentes fundamentais da arma de neutrões, rejeitando as propostas soviéticas sobre a recusa mútua da URSS e dos EUA de fabricar a arma de neutrões.

Washington procurava impossibilitar o avanço para o desanuviamento na Europa. A atitude da administração norte-americana para com os problemas europeus revelou-se no encontro em Belgrado dos representantes de 35 Estados participantes da Conferência de Helsínquia. Os EUA levaram a Belgrado a «política de confrontação», reconheceria mais tarde o vice-chefe da delegação americana, o embaixador A. Sherer[11]. Nas negociações de Viena sobre a redução mútua das forças armadas e dos armamentos na Europa Central, nas quais participaram 19 Estados, a parte americana procurava alcançar importantes vantagens unilaterais para os países da NATO.

O encontro de L. I. Bréjnev e J. Carter em 15—-18 de Julho de 1979 em Viena foi o acontecimento mais importante nas relações soviético-americanas dos fins da década de 70. Os resultados do encontro podiam ser importantes para o saneamento das relações soviético-americanas. O encontro confirmou a in-

consistência das tentativas da parte americana para negociar com a URSS, contornando o princípio da igualdade. No encontro foi levado a cabo o trabalho muito prolongado por Washington para a preparação do Tratado SALT-2. O tratado assentava inteiramente no princípio da paridade e igual segurança e encarnava o equilíbrio escrupulosamente ponderado dos interesses de ambos os lados. Previa-se uma certa redução dos armamentos estratégicos ofensivos[12].

O diálogo de Viena sobre os problemas internacionais, que incluía a situação na Europa, no Próximo Oriente, na África Austral, no Sudeste Asiático e nalgumas outras regiões , tinha por vezes um carácter agudo. J. Carter tentava justificar as tendências expancionistas da política externa norte-americana.

Em 1979, a administração Carter acelerava o agravamento da tensão internacional. Nas suas acções ela, com uma frequência cada vez maior, apostava no intervencionismo, na força e na «rivalidade» com a URSS. O orçamento militar dos EUA para o ano económico de 1980 previa aumentar 17% as despesas no desenvolvimento das forças nucleares estratégicas. O Instituto Brookings chegou em relação a isto à conclusão de que para os meados da década de 80 as despesas no armamento estatégico prometem aumentar num volume «catastrófico»[13]. Já em Outono de 1979, o Congresso tomou conhecimento dos cálculos militares da administração para o próximo ano. Nessa mesma altura o Departamento do orçamento do congresso concluiu que a Casa Branca pretende que as verbas orçamentais reais para as forças estratégicas sejam aumentadas 80% para o ano económico de 1984. O Departamento verificou a existência de um grande programa de investimentos em novos sistemas de armas.

Na sua política europeia, os EUA aceleravam, através do mecanismo da NATO, a elaboração do

plano de instalação na Europa Ocidental dos novos mísseis nucleares de médio alcance. «Para os EUA, a decisão sobre os meios nucleares de médio alcance tornou-se a provada liderança americana no bloco... Este problema considerava-se ser a possibilidade dos Estados Unidos de demonstrar a sua capacidade de encabeçar a NATO, sobretudo no domínio-chave: a arma nuclear...»[14]. Em Abril de 1979, na reunião dos ministros da defesa dos países da NATO, a parte americana conseguiu a anuência de princípio de que no começo dos anos 80 sejam instalados 200-600 «Pershing-2» e mísseis cruzeiro.

A incapacidade de impor aos países em vias de desenvolvimento soluções imperialistas dos problemas económicos no âmbito do diálogo «Norte-Sul», os fracassos dos EUA no Irão, o enfraquecimento contínuo das posições americanas no «terceiro mundo» — tudo isto fez com que os EUA intensificassem a sua política de força em relação aos países em vias de desenvolvimento.

Já em fins de 1977, Washington empreendeu tentativas para, sob a sua égide, solucionar o conflito árabe-israelita numa base separada. Em vez de aproveitar as possibilidades para a solução justa e global do problema do Próximo Oriente, oferecidas pela Declaração soviético-americana conjunta de 1 de Outubro de 1977, a administração norte-americana procedeu à organização de um acordo entre o Cairo e Telavive. As conversações terminaram com o encontro entre J. Carter, M. Begin e A. Sadat em 6-17 de Setembro em Camp David. Os documentos assinados não contribuíram nada para a solução do problema: fora do acordo ficaram os problemas relacionados com a retirada completa de Israel dos territórios árabes ocupados, a garantia de uma segurança firme para todos os países interessados da região, a garantia dos interesses legítimos do povo árabe da Palestina. Washington

apoiava-se cada vez mais em Israel e no Egipto. O seu potencial militar, segundo reconhecia J. Carter, era considerado como o «principal elemento» da política dos EUA no Próximo Oriente. Em 1979, Cairo e Telavive receberam mais de 80% do total da ajuda militar americana em comparação com os 2,7% de há dez anos[15]. A preparação e a realização das decisões de Camp David conduziram ao agravamento da tensão nesta região particularmente complexa e explosiva.

Depois do fracasso no Irão, a administração americana buscava febrilmente métodos para, pelo menos em parte, compensar o enfraquecimento das posições imperialistas no Médio e Próximo Oriente, nas regiões adjacentes e em geral na bacia do Oceano Índico. Desde a primeira metade de 1979, os EUA com uma intensidade cada vez maior demonstravam a sua política de força na zona do Golfo Pérsico e na bacia do Oceano Índico. Foi consideravelmente reforçado o grupo da marinha de guerra norte-americana no Oceano Índico. G. Brown e J. Schlesinger assinalaram repetidas vezes a disposição de Washington de usar a força militar para assegurar os seus «interesses petrolíferos». Uma «ajuda» urgente de 400 milhões de dólares foi concedida à República Árabe do Iémene. Nos EUA falavam abertamente da criação da nova 5ª frota norte-americana no Oceano Índico. Entretanto, em Novembro de 1979, nas relações americano-iranianas teve início uma crise aguda: os funcionários da embaixada americana em Teerão foram tomados como reféns. Os iranianos exigiam que fosse posto fim à pressão americana sobre o seu país.

Quanto à decisão de J. Carter de 1977 a respeito das «forças de intervenção rápida», esta já estava realizada no fundamental. Nestas forças foram incluídos cerca de 110 mil homens, integrando a 82ª divisão das forças terrestres, a 101ª divisão aerotransportada e a 52ª de infantaria. O comando

das «forças de intervenção rápida» foi criado em 29 de Novembro de 1979.

Em Setembro-Outubro de 1979, Washington tentou provocar uma crise internacional em torno de Cuba. Tentou de novo criar as «forças regionais de segurança» das Caraíbas e «as forças armadas inter-americanas» para a América Latina. Em Outubro de 1979, os EUA decidiram aumentar a presença militar nas Caraíbas, incluindo a criação do «estado-maior da unidade operacional das Caraíbas».

As provocações da administração em torno de Cuba agravou muito a situação nos próprios Estados Unidos quanto à ratificação do Tratado SALT-2. Fazendo cada vez mais o jogo das forças de direita, a Casa Branca regateava com elas, principalmente, até que ponto aumentar as despesas militares e colocava em segundo plano o problema da ratificação do Tratado SALT-2.

A VIRAGEM PARA A CONFRONTAÇÃO

Dezembro de 1979 é o mês em que a administração Carter começou a viragem para o agravamento brusco da tensão internacional. A essência desta viragem consistia em que a Casa Branca rápida e, o principal, simultaneamente levava a cabo em todas as direcções as tendências negativas da política externa dos EUA, acumuladas entre 1977-1979. As mudanças quantitativas passaram a qualitativas.

Sob a pressão de Washington, em 12 de Dezembro de 1979, a NATO tomou a decisão de fabricar e a instalar nos países da Europa Ocidental 572 novos mísseis norte-americanos de médio alcance. A decisão dava ao Ocidente a superioridade de 1,5 quanto aos porta-mísseis de médio alcance e de duas vezes quanto ao número de cargas nucleares de combate. A linha político-militar dos EUA na

NATO, tanto no domínio das armas nucleares como das convencionais orientava-se definitivamente para a luta aberta pela superioridade militar do Ocidente.

No dia seguinte, o Presidente dos EUA expôs as bases do programa militar americano de cinco anos. Exigia quase 20 biliões de dólares suplementares. Na primeira metade dos anos 80 previa-se aumentar as despesas militares em mais de 4,5% por ano (em preços fixos). A administração Carter que, nos anos anteriores, preparava um arranque na corrida aos armamentos, não propôs nada de essencial e novo nas orientações da construção militar. O novo foi apenas a aceleração dos programas preparados. No domínio estratégico, tratava-se da modernização de todos os componentes do armamento estratégico ofensivo. «Estas propostas — constatava o Departamento de orçamento do Congresso — não anunciam abertamente nenhum programa estratégico novo». O programa de armamentos existente já contém uma série de iniciativas com vista a modernizar as forças estratégicas, assim como meios consideráveis destinados a modernizar os equipamentos do exército[16].

A lógica da viragem para a luta pela hegemonia colocava na ordem do dia a renúncia directa dos EUA às bases fundamentais das relações com a URSS nos anos 70. Na Casa Branca buscavam febrilmente pretextos para isto. Os dirigentes das forças direitistas sugeriam há muito: é preciso recorrer à propaganda da «ameaça soviética». «Se se supor que os russos promovem uma política agressiva — raciocinava, por exemplo, E. Rostow — dever-se-á reconhecer como inevitável a necessidade da modernização, da criação das forças móveis, da manutenção da presença militar numa escala global, o restabelecimento de uma verdadeira solidariedade com os aliados, o fortalecimento das relações com a China, a concessão ao Presidente da liberdade na

tomada de decisões, isentando-o das diversas restrições por parte do Congresso»[17].

A histeria anti-soviética desencadeada por Washington teve como pretexto o facto de em 27 de Dezembro de 1979 a União Soviética prestar ajuda militar ao Afeganistão, de acordo com o Tratado de amizade, boa vizinhança e cooperação, para que pudesse este fazer frente à guerra não declarada das forças contra-revolucionárias e imperialistas. Estes acontecimentos foram utilizados para «argumentar» a viragem dos EUA para a política de confrontação.

Em Washington perderam o equilíbrio político. J. Carter declarou os acontecimentos no Afeganistão «a maior ameaça à paz mundial depois da Segunda Guerra Mundial». Em 4 de Janeiro de 1980, o Presidente disse ter dirigido ao Senado o pedido de «congelar» o exame do Tratado SALT-2. Sob o véu de «sanções» tomavam-se também numerosas medidas para desorganizar o mecanismo das relações bilaterais entre a URSS e os EUA. Entre as medidas prioritárias de Washington foi colocada a de fazer fracassar os XXII Jogos Olímpicos em Moscovo. Washington de novo, como decénios atrás, tentou falar com a URSS na linguagem da «guerra fria». O argumento político da viragem à direita foi coroado pela «doutrina Carter» avançada em 23 de Janeiro de 1980.

Em Agosto de 1980, a Casa Branca, na sua directiva N 59, proclamou a chamada «nova estratégia nuclear», ou seja, a propaganda aberta da ideia de «admissibilidade» da guerra nuclear. Não a diminuição do perigo de uma tal guerra, mas a regulação e organização da sua condução, não a prevenção de uma catástrofe, mas o apostar num ataque nuclear «preventivo» contra objectivos militares dos países socialistas, não a manutenção do equilíbrio estratégico militar e, muito menos, a diminuição do seu nível, mas a linha para a obten-

ção da superioridade militar dos EUA, a instalação dos tipos e sistemas qualitativamente novos de armamentos nucleares estratégicos e outros em detrimento dos tratados e acordos já concluídos sobre o controlo e a limitação dos mísseis nucleares — eis a essência político-militar da «nova estratégia nuclear». Foi um sacrilégio a escolha do momento para a sua proclamação: o dia do 35° aniversário da destruição atómica de Hiroxima.

A política dos EUA em relação aos países em vias de desenvolvimento era determinada, em 1980, principalmente pela aspiração da sua máquina militar a irromper no próximo Oriente, em África e nos países da zona do Oceano Índico. O Próximo Oriente e as Caraíbas foram abertamente declaradas zonas de acção operacional das «forças de intervenção rápida». O seu comandante, general P. Kelly, não escondia o objectivo: não deixar que os países em vias de desenvolvimento escapassem das mãos americanas. Desde 1 de Março de 1980, na base aérea de McDill (Florida) começou a trabalhar o estado-maior permanente dessas forças. Em Fevereiro, o Pentágono apresentou os planos de alargamento das capacidades intervencionistas dos EUA. Colocava-se o objectivo de aumentar 2 vezes as capacidades da aviação estratégica de transporte militar, criar flotilhas de navios — arsenais de materiais de guerra para serem estacionados nas regiões de «crises potenciais»[18].

O Pentágono fazia todos os esforços para realizar a «doutrina Carter». Os EUA conseguiram que o Quénia, a Somália e Oman lhe dessem acesso aos objectivos militares nos seus territórios. No entanto, ninguém, à excepção do regime de Sadat e de Telavive, apoiou abertamente esta doutrina nem desejava um amplo desenvolvimento das relações militares com os EUA. A passagem para os métodos de força em relação à América Latina manifestava-se antes de mais nas demonstrações político-militares

initerruptas dos EUA. No começo de Janeiro de 1980, os EUA realizaram as manobras militares «Black Fury-3», perto do Canal do Panamá, depois, as manobras na região do Porto Rico. Em Maio, nas Caraíbas foram realizadas as manobras «Solid-Shield-80» com a participação de 20 mil soldados e oficiais e 350 aviões de combate. Os bombardeiros estratégicos B-52 minaram o mar das Caraíbas.

Na Ásia, a administração Carter activou os seus esforços nas direcções que havia seguido nos anos anteriores.

Na noite de Ano Novo de 1980, a administração Carter, que em Abril de 1979 tinha cessado toda a venda de armas ao Paquistão devido aos seus esforços para criar a arma nuclear, inesperadamente declarou estar pronta a reiniciar a sua ajuda militar e económica em grandes proporções a Islamabad. A fim de transformar o Paquistão em ponto de apoio para acções agressivas contra o Afeganistão e a URSS, a Casa Branca punha em segundo plano o objectivo de contribuir para a não disseminação da arma nuclear. Os interesses da política hegemonista prevaleceram sobre os interesses da segurança nacional. Atitude semelhante estendia-se agora a toda a estrutura das conversações e contactos dos EUA com a URSS sobre a diminuição do perigo de guerra tanto na base bilateral, como multilateral.

No início de 1980, Carter com uma directiva especial proibiu a elaboração de quaisquer iniciativas nessa esfera. A decisão da NATO sobre os «Pershing-2» e mísseis cruzeiro eliminava a possibilidade, criada pelas propostas da URSS, de começar as tentativas para resolver os problemas do desanuviamento na Europa no domínio dos mísseis nucleares de médio alcance. A 20 de Dezembro de 1979, os participantes do Ocidente nas conversações de Viena apresentaram novas propostas que pioravam fortemente as possibilidades de conseguir um en-

tendimento. Os EUA muito a contragosto foram ao encontro de Madrid dos representantes dos países participantes na Conferência para a segurança e cooperação na Europa. Washington procurou malograr a proposta dos países socialistas sobre a convocação de uma conferência para o desanuviamento e o desarmamento na Europa.

A Casa Branca fazia um trabalho destruidor também em outras direcções, relacionadas com a busca de soluções no domínio do desarmamento. As conversações em Genebra entre as delegações da URSS, dos EUA e da Grã-Bretanha para a elaboração do Tratado sobre a proibição total e geral das experiências nucleares foram, em fins de 1980, interrompidas unilateralmente pela parte ocidental. Situação análoga criou-se nas conversações sobre a proibição e a liquidação das armas químicas: em Julho de 1980 estas foram interrompidas e a delegação americana torpedeava o seu reinício. Existia uma possibilidade real para concluir o projecto do tratado sobre a proibição da elaboração, fabrico, acumulação e emprego da arma radiológica, mas a resistência dos EUA não o permitiu firmar. A delegação americana reagiu negativamente a várias iniciativas da URSS na XXXV sessão da Assembleia Geral da ONU no Outono de 1980 a respeito de certas medidas urgentes para diminuir o perigo de guerra.

A activação das tendências hegemonistas na política dos EUA não se limitava à esfera das relações «Leste-Oeste». A Casa Branca procurava reprimir a crescente independência política e económica dos seus aliados e utilizar mais activamente para fins políticos a sua hegemonia militar na NATO. Os atritos nas relações dos EUA com os seus aliados aumentavam. Em Janeiro de 1980, os dirigentes de vários Estados da Europa Ocidental rejeitaram a exigência dos EUA de não conceder créditos à URSS para financiar as suas importações da Europa Ocidental. Não tiveram êxito os esforços dos EUA

ao convocar uma conferência extraordinária dos chefes dos maiores Estados capitalistas para discutir a «situação no Afeganistão». A maioria dos países europeus não aderiu com os EUA ao boicote aos Jogos Olímpicos de Moscovo. Os países da Europa Ocidental estavam mais interessados do que Washington no encontro de Madrid. Nenhum aliado dos EUA seguiu inteiramente a política de embargo e «sanções económicas» contra a URSS. No relatório do Serviço de investigação do Congresso constatava-se que o essencial consiste em que muitos dirigentes europeus não querem regressar à era da «guerra fria» e receiam que o seu acordo completo com a política de sanções económicas ponha em perigo as conquistas obtidas nos fins dos anos 60 e nos anos 70: a atenuação da tensão na Europa e o aumento do comércio com o Leste[19].

Em fins de Abril de 1980 demitiu-se o secretário de Estado S. Vance. Já nas primeiras declarações de Vance sentiu-se a preocupação: não foi longe demais a direcção do país? Salientava a «necessidade categórica» de ratificação do SALT-2, apelava para não romper a estrutura das conversações sobre o controlo dos armamentos. S. Vance condenou de facto a linha da Casa Branca nas relações soviético-americanas. Declarou que os EUA devem tomar todas as medidas para conseguir a limitação da rivalidade entre os dois países e manter a paridade militar com a URSS. Seria ingénuo pensar, disse S. Vance, que a URSS permitiria à América tomar dianteira.

Dentro da própria administração Carter não podiam deixar de ver o enorme prejuízo causado aos interesses nacionais e aos interesses da paz mundial. Os dirigentes dos EUA tentavam febrilmente fugir à responsabilidade. As acções agressivas da Casa Branca seguiam as declarações no sentido de que Washington não pretende destruir o processo de desanuviamento. Tais declarações contradiziam

radicalmente a política real, mas tinham a sua importância, pois indicavam com bastante precisão os domínios concretos onde a política da administração causou o maior prejuízo aos próprios Estados Unidos. Já em Janeiro de 1980, Z. Brzezinski reconheceu que o SALT-2 responde aos interesses mútuos dos EUA e da URSS e que isto não é um obséquio da América à União Soviética. Alguns dias depois, também o Presidente falou da importância para os EUA de «manter as relações com a URSS a fim de evitar uma guerra». Ele mesmo na mensagem sobre «A situação do país» salientou que o Tratado SALT-2 atenua a rivalidade entre as superpotências na mais perigosa das suas manifestações. No mesmo dia Z. Brzezinski justificava-se: «Não nos devemos apressar com a conclusão de que literalmente todos os aspectos do desanuviamento seriam mortos e a 'guerra fria' seria a principal realidade no domínio das relações internacionais... Queremos conservar certos aspectos das nossas relações com a URSS, sobretudo no domínio do controlo sobre os armamentos».

No último ano do seu poder, a administração Carter, que tinha começado a sua actividade com a intenção de «se libertar» da «dependência» das relações com a URSS, regressou às declarações sobre o significado excepcional das relações soviético-americanas. O novo secretário de Estado, E. Musky, qualificou estas relações como o mais importante de todos os factores que influem na paz em todo o mundo.

Em 4 de Novembro, Carter sofreu uma derrota dura nas eleições presidenciais. Fazendo o balanço, E. Musky apontou como os principais «insucessos» da administração o aumento da tensão nas relações com a URSS e a incapacidade da Casa Branca para assegurar a ratificação do Tratado SALT-2. G. Brown indicou como «o maior insucesso» o fracasso da ratificação e confirmou que «a administração, ela mesma, ajudou a fazer descarrilhar este Tratado».

Apesar de todo o significado destas revelações, elas ainda estavam longe de ser tudo.

Num amplo plano histórico, a administração Carter fez o «trabalho preliminar» no interesse da ala extremista dos meios imperialistas. Apesar de todos os ziguezagues da sua política externa, Carter cumpriu a promessa eleitoral feita em 1976 que durante muito tempo encobria com a retórica sobre o interesse pelo desanuviamento: «realizar a passagem para a política de manutenção da ordem mundial a partir de posições de força». Num dos primeiros trabalhos sintetizados sobre a história da presidência de Carter salientava-se: «O principal interesse nacional dos EUA» consistia, para esta administração, em manter o papel económico mundial dominante da América; os democratas pretendiam restabelecer a hegemonia americana, utilizando a política de estreitas alianças, a fim de acabar com a ameaça por parte da URSS e com as revoluções e o nacionalismo no terceiro mundo[20].

O facto da passagem dos EUA para a política de confrontação durar quatro anos mostrou todas as dificuldades com que depararam os EUA no seu afastamento do desanuviamento, provando ao mesmo tempo o poderio das forças que resistem às tendências hegemonistas da política americana e, em primeiro lugar, o significado da política externa da URSS.

Os EUA devem à presidência de Carter a entrada nos anos 80 em estado de uma aguda colisão com as principais tarefas e tendências objectivas das relações internacionais. À necessidade de consolidar os resultados positivos da década decorrida e, em primeiro lugar, à tarefa de desenvolver o processo de desanuviamento, Washington contrapôs as tentativas de desencadear uma nova «guerra fria». «Pelos vistos sem qualquer exagero pode dizer-se que pelo menos nos últimos dez anos o maior perigo

para a paz mundial foi justamente a viragem dos Estados Unidos do desanuviamento para o agravamento da situação internacional e a política de força»[21] — conclui o académico soviético G. A. Arbátov.

À necessidade objectiva de continuar a reestruturação das relações entre a URSS e os EUA numa base unicamente possível e razoável de igualdade, de não ingerência nos assuntos internos e de respeito recíproco pelos interesses na cooperação entre os povos soviético e americano e o fortalecimento da paz mundial, a administração Carter contrapôs uma linha destrutiva. Segundo foi assinalado no XXVI Congresso do PCUS, em Washington «não apostavam no desenvolvimento das nossas relações e num entendimento mútuo. Tentando fazer pressão sobre nós, procedeu-se à destruição do que se tinha conseguido, com muita dificuldade, criar de positivo nas relações soviético-americanas nos anos anteriores»[22].

Foi enorme o prejuízo que a política de Carter causou à possibilidade de resolver a tarefa internacional central da segunda metade da década de 70: garantir o progresso no domínio da limitação da corrida aos armamentos, completar o desanuviamento político com o desanuviamento militar e avançar rumo ao desarmamento. Os EUA impediram que se levasse a cabo a mais importante tentativa na história de limitar os armamentos conseguida nas conversações sobre o SALT-2. Não tiveram solução objectivos importantes no domínio da diminuição do perigo de guerra, como a proibição total das experiências com armas nucleares, a proibição das armas químicas, radiológicas, etc.

A posisão dos EUA e dos seus aliados mais próximos da NATO impediu que fosse positivamente resolvido o problema da diminuição do nível de oposição militar na Europa Central mediante a redução recíproca de tropas e armamentos. Por cul-

pa dos EUA nos anos 70 não se conseguiu fazer tentativas práticas para reduzir os armamentos nucleares na Europa. A Washington faltou o realismo para uma atitude séria perante uma importante série de propostas dos Estados socialistas sobre o fortalecimento da paz na Europa. Quanto ao processo europeu geral, em vez de o aprofundar, como foi decidido em Helsínquia por 35 Estados da Europa e da América do Norte, os EUA esforçaram-se por torpedear este processo. Washington procurou malograr os esforços orientados para o fortalecimento da segurança e cooperação na Europa e colocar o mecanismo europeu no plano da confrontação.

Aos objectivos de liquidar os focos de perigo de guerra existentes e potenciais foi oposta a linha da sua conservação. A administração Carter contribuiu para o agravamento da situação no Próximo e Médio Oriente, na zona do Golfo Pérsico e aumentou o perigo de guerra para os países da África e das Caraíbas.

A actividade internacional dos EUA na segunda metade da década de 70 reduziu-se principalmente ao trabalho destrutivo. Washington não se deteve perante o desgastar da reputação dos EUA como participante das relações internacionais. Tornava-se cada vez mais claro que os EUA são um parceiro inseguro, capaz de em qualquer momento violar os compromissos, acordos e tratados internacionais assumidos. A política dos EUA tornou-se o principal factor da não realização da possibilidade histórica de reestruturar as relações internacionais numa base construtiva.

«HÁ COISAS MAIS IMPORTANTES QUE A PAZ»

Com a chegada da administração Reagan, o poder estatal passou para os círculos governamentais que não queriam nem em palavras reconhecer as

realidades existentes no mundo e empolavam muito as capacidades dos EUA para influir nas relações internacionais. As concepções da nova direcção baseavam-se na seguinte tese: «O processo de desanuviamento com os seus princípios de igualdade, a não ingerência nos assuntos internos e o respeito recíproco pelos interesses de todas as partes impedem os EUA de conduzir a luta pela hegemonia mundial». É preciso, portanto, destruir este processo. Continuando os esforços dos seus antecessores, a administração Reagan preparava-se para propor uma alternativa muito mais agressiva às tendências positivas da política mundial.

Os republicanos entraram na Casa Branca com um programa de construção militar muito mais vasto do que o da administração Carter. Rejeitou-se o Tratado SALT-2. Todo o programa estava orientado para a obtenção da superioridade militar. As conversações com a URSS não se excluíam, mas só se pensava conduzi-las a partir de posições de força e só depois de acumular forças «suficientes». Praticamente se punha em dúvida a solução política dos objectivos externos dos EUA. Dava-se prioridade à força. Quanto à viragem à direita realizada pelos democratas, dizia-se ter vindo com «atraso» e ser insuficiente pelo volume dos esforços militaristas. A plataforma de R. Reagan sintetizava a abordagem dos assuntos externos sustentada pelas forças militaristas conservadoras do país na segunda metade dos anos 70.

Referindo-se aos anos 70 — «década do desanuviamento», A. Haig, quando do exame, no Senado, da sua candidatura a secretário de Estado, salientou que os marcos artificiais da política do passado aceites voluntariamente tornam-se cada vez mais inaceitáveis[23]. E. Rostow, designado chefe da Agência de controlo sobre os armamentos e o desarmamento, declarou francamente: «... Consideramos que temos o direito de fazer parar a ilegalidade internacional (isto é, a luta contra o imperialismo. — *Nota do Autor*), e se isto significa a invasão de Cuba, Líbia ou qualquer outro país, fa-lo-emos»[24]. P. Nitze, futuro dirigente da delegação dos EUA nas conversações soviético-americanas sobre os meios nucleares de médio alcance na Europa, definia da seguinte maneira a sua atitude para com o SALT-2 que poderia ter sido o mais importante acto na história do desarmamento: «O mundo sem SALT será, talvez, melhor que o mundo com o SALT, porque isto obrigará a América a procurar seriamente estar sempre à frente dos russos». J. Kirkpatrick, a representante dos EUA na ONU, afirmava que os povos da América Latina não estão ainda desenvolvidos para a democracia, e por isso os regimes autoritários correspondem mais à etapa actual do seu desenvolvimento. E em geral não vale a pena dar atenção às necessidades dos países em vias de desenvolvimento: os males do modo de vida tradicional são-lhes bem conhecidos, a gente simples aguenta-os e sabe adaptar-se a estes males.

A filosofia da política externa da nova administração foi esclarecida na colectânea «Os Estados Unidos nos anos 80», preparada pelo Instituto Hoover de guerra e paz[25]. O Instituto era o «centro cerebral» da administração e o fornecedor de seus quadros dirigentes. 19 autores da colectânea deram consultas ao futuro presidente durante a campanha eleitoral, muitos receberam cargos na administração. F. Iklé, autor do capítulo «O controlo sobre os armamentos e a defesa nacional», que principiava a parte internacional do livro, foi nomeado vice-ministro da Defesa. O termo «desarmamento» não foi mencionado, uma vez que em cada página mostrava-se um militarista enfurecido. «A multiplicação dos esforços militares»[26] era apontada como o principal objectivo dos EUA nos anos 80. A maior indignação de F. Iklé provocava o facto de os aliados dos EUA na NATO temerem o perigo nuclear, em

primeiro lugar, em situações potencialmente críticas. «A devastação de Hiroxima e Nagasaki, que produziram uma profunda reacção emocional no mundo, ainda hoje vive na memória do Ocidente» — lamentava-se o autor. Não se deve admitir que «os parlamentos, a imprensa e outros meios façam pressão sobre os líderes de Estado (do Ocidente. — *Nota do Autor*), levando-os a evitarem o risco de uma guerra nuclear global»[27].

P. Bauer analisava a atitude para com os países em vias de desenvolvimento: «Os EUA são capazes de aliviar o problema da fome... Mas estas nações devem primeiro reduzir o aumento da população e aprender a dirigir os seus países»[28]. R. Cline, grande autoridade em questões de espionagem, perguntava: «A actividade ilegal da CIA, particularmente a ingerência política encoberta em Estados estrangeiros, pode ser moralmente justificada?» E respondia: «Pode, sim»[29]. Na Introdução à colectânea confirmava-se: sim, os autores estão convencidos de que a URSS tem um «grande desejo» expansionista e se prepara para uma guerra nuclear[30].

«Há coisas mais importantes que a paz» — resumia A. Haig, no começo de 1981, as concepções dos detentores do poder nos EUA. A franqueza custou caro: a fórmula adquiriu má fama, repetia-se por toda a parte, saltava à vista nos cartazes das manifestações antibelicistas com a participação de muitos milhares de pessoas em muitas cidades do mundo. Foi arriscado para a Casa Branca declarar abertamente, realizar imediatamente e em plena medida os seus planos que eram diametralmente opostos às tarefas objectivas da política mundial e aos interesses da esmagadora maioria dos Estados. Daí o paradoxo: a administração Reagan «elaborava» a sua atitude para com os problemas externos, sobretudo no domínio das relações com a URSS e do desarmamento, paulatinamente, prolongando este processo por quase um ano. Mas também

nas formulações oficiais da principal tarefa da política externa da administração revelava-se a tendência crescente do hegemonismo. «O nosso principal objectivo... — dizia A. Haig, — é criar no mundo uma situação, onde as mudanças históricas necessárias e desejáveis ocorram dentro dos marcos, das regras da civilização ocidental universalmente reconhecidas, do direito internacional e das normas de acção na arena internacional reconhecidas no Ocidente...»[31]

Por detrás desta fórmula estava a orientação para a liquidação das mais importantes manifestações do processo de mudança da correlação de forças no mundo nos anos 70. Colocava-se como objectivo, em primeiro lugar, romper a qualquer preço o equilíbrio militar existente no mundo e tentar diminuir o prestígio crescente e a influência internacional da URSS. Em segundo lugar, tentar por meio da pressão e força diminuir a actividade dos países em vias de desenvolvimento, recusando-se até dar atenção farisaica aos interesses destes países na reestruturação da ordem económica mundial. Em terceiro lugar, aumentar a dependência dos aliados em relação aos EUA, utilizando por todos os meios as possibilidades americanas no domínio político-militar nas relações entre os aliados, onde o papel dos EUA continuava a predominar. Em quarto lugar, tentar «reconstituir o papel dirigente» dos EUA, sobretudo no Próximo Oriente e na zona do Golfo Pérsico.

Para justificar tal política, Washington fez renascer em dimensões sem precedentes o mito da «ameaça soviética» e antes de mais «a ameaça militar». A. Haig afirmava que a «ameaça de intervenção militar soviética influi em todas as tentativas de conseguir um entendimento mútuo internacional... Esta enorme concentração das forças armadas conduziu à mais completa transformação da correlação global de forças jamais vista no mundo»[32]. Assim

falava o secretário de Estado do país que, depois de conseguidos os acordos sobre SALT-1 em 1972, acrescentava ao seu potencial estratégico 3 ogivas nucleares por dia. Este facto reconheceu P. Warnke, homem competente que encabeçava a Agência de controlo sobre os armamentos e o desarmamento em 1977-1979[33].

No entanto, os EUA não conseguiram, nos anos 70, obter a superioridade através da corrida qualitativa aos armamentos: entre a URSS e os EUA, o Pacto de Varsóvia e a NATO continuava a existir o equilíbrio militar aproximado. Em 20 de Janeiro de 1981, alguns dias antes da declaração de A. Haig, o Ministro da Defesa da administração dos democratos, G. Brown, disse: «Os Estados Unidos e a União Soviética mantêm aproximadamente equivalente o seu equilíbrio estratégico geral». Em 5 de Abril de 1979, ele mesmo constatou: «Apesar dos êxitos militares dos russos, a União Soviética não possui hoje superioridade militar na esfera nuclear... Não penso que os EUA cederão no aspecto estratégico em 1985»[34]. E em 23 de Fevereiro foi feita a seguinte avaliação: «No sentido estratégico, a URSS e os EUA encontram-se num relativo equilíbrio»[35]. Isto reconheceu já A. Haig.

Todavia Washington recorreu à falsificação: a existência da paridade aproximada das forças militares apresentava-se como a ausência de paridade, e os esforços defensivos da URSS — como uma aspiração à superioridade militar. A calúnia a respeito do equilíbrio das forças no mundo e a falsificação do conteúdo e dos motivos da política externa da URSS constituía agora a base político-ideológica da política externa dos EUA.

A anatomia da mentira revelou-se claramente numa publicação especial do Pentágono «O poderio militar soviético» que veio à luz em Setembro de 1981[36]. O Ministro da Defesa C. Weinberger, que prefaciou esta publicação organizou uma conferência de imprensa transmitida pela televisão para o quartel-general da NATO em Bruxelas; a brochura foi imediatamente traduzida para várias línguas estrangeiras. A respeito da colossal máquina militar dos EUA não se disse nem uma palavra, não se citou uma cifra nem nenhuma informação sobre 1,5 mil bases e objectivos militares e os 500 mil militares dos EUA fora do seu território. No mapa estratégico-militar do mundo transformaram-se em zonas brancas a América do Norte, a Europa Ocidental e outras regiões onde se encontram as forças armadas dos EUA, dos seus aliados e parceiros. As forças nucleares estratégicas da URSS eram calculadas em 7 mil ogivas nucleares, silenciando-se que os EUA dispõem de 9 mil ogivas nucleares. À URSS atribuíam-se os planos de primeiro golpe nuclear a fim de obter a vitória na guerra, a preparação para uma guerra química, etc.

As mentiras amontoavam-se. Washington tentava fazer crer que a URSS aspira a estabelecer o controlo sobre os países produtores de petróleo do Golfo Pérsico, a transformar o mar das Caraíbas num «lago vermelho»; que a URSS empregava a arma química no Sudeste Asiático e a arma bacteriológica no Afeganistão, e assim por diante. Tudo isto não tinha fundamento e era desmentido pelos factos mas menosprezavam-se os factos, apostando-se na inculcação e repetição.

A principal condição para intensificar as aspirações hegemonistas era, para a nova administração, a reconquista da superioridade militar dos EUA a fim de ditar a todos «as normas do comportamento habituais no Ocidente». Já em 20 de Maio de 1981, C. Weinberger declarou que só a vantagem militar, que os EUA dispunham nos anos 50 e 60 oferece a possibilidade de manutenção da paz. A aspiração à superioridade militar formulada na tese «a paz a partir de posições de força» acentua-se

constantemente. Em Agosto de 1981 foram feitas as declarações seguintes: «O Presidente, assim como no seu tempo Churchill, compreende: para conduzir conversações, devemos armar-nos». — disse E. Rowny, adversário convicto do SALT-2, prestando juramento na qualidade do representante dos EUA nas conversações sobre o SALT que não chegaram a ser iniciadas em 1981. «A paz em condições de liberdade só pode ser garantida por meio da atemorização militar comedida» — afirmava B. Rojers, nomeado comandante supremo das forças unidas da NATO. Tudo isto foi coroado pela declaração de C. Weinberger: «As ogivas de neutrões contribuem para a atenuação da situação e a salvaguarda da paz»[37].

A orientação da política dos EUA contradizia radicalmente as tarefas objectivas da política mundial. Em vez de procurar eliminar o perigo de guerra, Washington fazia tudo para destruir o equilíbrio militar existente no mundo. Empregava esforços mais enérgicos na preparação da instalação na Europa Ocidental dos mísseis cruzeiro e «Pershing-2». Em Outubro de 1981, foram tornadas públicas novas decisões da administração norte-americana no domínio dos armamentos estratégicos. O «programa estratégico global» dos EUA foi o maior nos últimos 30 anos: as despesas para a sua realização constituíam 180 biliões de dólares para os próximos seis anos. A instalação do novo míssil intercontinental MX, planeava-se começar em 1986. Planeava-se construir 100 bombardeiros estratégicos B-I e simultaneamente activizar os trabalhos para a criação do novo bombardeiro «Stealth». Na construção naval previa-se produzir anualmente um submarino do tipo «Ohio» com 24 mísseis estratégicos a bordo. Planeava-se ainda dotar os bombardeiros e os submarinos de cerca de 4 mil mísseis cruzeiro, estimando-se o custo total do programa em 15 biliões de dólares.

A administração norte-americana dirigiu também as suas atenções para o aumento e a renovação do potencial da arma química. Se em 1978 as despesas para estes fins constituíam 111 milhões de dólares, em 1981 foram aumentadas 2,5 vezes e no ano seguinte — 4,5 vezes. Em 1984 planeava-se aumentar estas despesas até 1,4 biliões de dólares. O programa de rearmamento químico previa um aumento do número de cargas de combate de 3 milhões para 5 milhões e destinar nos próximos cinco anos 2,5 mil milhões de dólares só para as pesquisas e investigações neste domínio. Em Agosto de 1981, Reagan sancionou a produção da arma de neutrões em grande escala.

Agravavam-se as tendências perigosas na doutrina americana sobre a aplicação da arma nuclear. Em vez de se recusar a desencadear o primeiro ataque nuclear, como o propôs várias vezes a URSS na base do entendimento mútuo com os EUA, e declarar criminosa a própria ideia desse ataque, os dirigentes norte-americanos activizaram o trabalho no sentido contrário. Empregavam-se esforços para habituar a opinião pública à possibilidade da aplicação da arma nuclear como «norma natural». Examinavam-se diferentes variantes de golpes preventivos. Por exemplo, em 4 de Novembro de 1981, A. Haig anunciou que os planos militares da NATO prevêem a possibilidade da chamada «explosão nuclear preventiva» na Europa. Isto confirmou mais uma vez que Washington admite a possibilidade de ser o primeiro a empregar a arma nuclear na Europa. Os protestos vivos da opinião pública obrigaram o governo dos EUA a fazer uma declaração especial, tornada pública em 5 de Novembro. No «esclarecimento» do Ministro da Defesa, C. Weinberger, afirmava-se não existir tal plano, não excluindo embora a possibilidade de os EUA serem os primeiros a empregar a arma nuclear.

A administração norte-americana não escondia o seu interesse pela guerra nuclear «limitada» a fim de resguardar o território dos EUA. Washington considerava que a instalação dos novos mísseis americanos na Europa Ocidental daria aos EUA as vantagens militares que não conseguiram obter nas conversações sobre a limitação dos armamentos estratégicos. Para o Pentágono a instalação dos mísseis de médio alcance no continente europeu seria um dos canais que permitiria criar o potencial do primeiro ataque contra a URSS, limitando-se a guerra nuclear à Europa. Tendo-se em vista um conflito potencial, na Europa desenvolver-se-ia a produção da arma de neutrões e aumentar-se-ia os armamentos químicos. Em geral, na doutrina militar dos EUA transparecia a esperança crescente de uma vitória na guerra nuclear.

Em 1980, muito mais que a administração Carter, colocava-se no centro da política externa dos republicanos a utilização massiva de meios militares para fins políticos. Assim como nos anos da «guerra fria», Washington esperava com os seus esforços militaristas sem precedentes demonstrar a sua «firmeza» e intimidar a URSS, a comunidade socialista, os países em vias de desenvolvimento que não obedecem ao *diktat* dos EUA e todos os Estados em geral. E. Rostow explicava que, possuindo potencial garantido para um golpe nuclear «de resposta», os EUA poderão «utilizar o poderio militar para a defesa dos nossos interesses (americanos. — *Nota do Autor*) se for necessário e não só na Europa, como também em muitas outras regiões do mundo de importância estratégica»[38]. Os métodos políticos eram, na política dos EUA, relegados para o segundo plano. «Procura-se transformar a diplomacia em arte de manipular com os armamentos — notava «The New York Times» —, a questão central das relações com os aliados europeus é agora a instalação dos mísseis americanos. Propõe-se a arma como a panaceia contra a divisão interna em Salvador... A atitude para com o Egipto depois da morte de Sadat foi expressa também com o envio de aviões dotados do sistema AWACS»[39].

A administração Reagan, muito mais que os seus antecessores, procurou destruir a única base possível das relações entre o Leste e Oeste: a igualdade, a não ingerência nos assuntos internos e o respeito recíproco pelos interesses de ambas as partes. A tarefa central dos EUA nos anos 80, como sublinhou várias vezes A. Haig, era «a luta contra o poderio global soviético». A linha prática de Washington dirigiu-se principalmente para limitar ainda mais e, numa série de casos, romper as relações políticas, económicas, comerciais, científicas, técnicas e outras entre o Leste e o Oeste. Em vez das conversações construtivas para resolver os problemas litigiosos e as situações conflituosas, tomava-se por base o princípio de «coordenações» a fim de bloquear de antemão o avanço numas ou outras direcções. «A coordenação é a principal concepção da administração — sublinhou sempre A. Haig. Isto significa que as conversações, o seu decurso, volume e nível dependerão do procedimento da União Soviética na arena internacional». Os EUA procuravam fugir sob vários pretextos ao diálogo soviético-americano e transformá-lo em instrumento de pressão. «Tentámos muitos anos conduzir conversações com a URSS... — afirmava demagogicamente o conselheiro do Presidente para a segurança nacional R. Allen. Evidentemente que esta política não se justificou»[40].

Os EUA estimularam as forcas anti-socialistas na Polónia, incitando-as à violação da ordem pública. Usaram-se diversas formas: desde a actividade subversiva criminosa dos serviços especiais, radioemissões de carácter provocatório generosamente financiadas pelo tesouro norte-americano, instruções transmitidas pela rádio até às declara-

ções oficiais da Casa Branca. Washington procurava transformar a Polónia em foco de tensão na Europa e de novo, como nos tempos da «guerra fria», transformar o continente europeu numa fonte de crises permanentes.

As medidas tomadas pelos dirigentes da República Popular da Polónia em Dezembro de 1981 com vista a estabilizar a situação interna e prevenir o abalar dos pilares estatais e sociais do povo polaco foram utilizadas pelos EUA para a intensificação da histeria anti-soviética e anti-socialista. A Casa Branca deu novos passos nas tentativas de destruir tudo de positivo que tinha sido alcançado nas relações entre a URSS e os EUA nos anos 70. Em fins de Dezembro de 1981, Washington anunciou novas acções que conduziam ao agravamento ulterior das relações soviético-americanas. Suspendiam-se as negociações sobre o novo acordo soviético-americano a respeito da navegação marítima, tornava-se mais rigorosa a ordem da autorização da venda à URSS de certos equipamentos e máquinas, objectos do comércio comum no mercado mundial. Iniciadores do restabelecimento de contactos respeitantes a uma série de projectos económicos, os Estados Unidos agora renunciavam unilateralmente.

Washington utilizava os acontecimentos na Polónia também para minar o processo europeu geral. A política obstruccionista dos EUA não permitiu obter resultados positivos no encontro de Madrid em 1981 dos representantes dos Estados participantes na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Washington empenhou-se em transformar o encontro em arena de confrontação, pôr em perigo todo o mecanismo do processo europeu e abalar as suas bases. Foi torpedeada a decisão a respeito da convocação de uma conferência para o desanuviamento e o desarmamento.

Diferentemente da prática que predominava na

política externa dos EUA nos anos 70, Washington afasta hoje para o segundo plano a ideia dos interesses comuns da URSS e dos EUA e de todos os Estados do mundo para prevenção da guerra nuclear. Disto nem sequer se falava. Na primeira declaração programática da administração Reagan sobre a atitude para com os problemas do desarmamento, que apareceu só meio-ano depois da sua chegada ao poder, salientava-se: «O controlo sobre os armamentos não pode ser a pedra angular política, ou o barómetro decisivo nas relações americano-soviéticas...»[41] Os princípios da política no domínio do «controlo sobre os armamentos» expostos por A. Haig representavam em grande medida um conjunto de condições com o objectivo de minar os esforços no domínio da diminuição do perigo de guerra através das negociações. Indicava-se que o «controlo sobre os armamentos» deve completar os programas militares. Ligava-se estreitamente a isto o segundo princípio que atribuía praticamente o único papel aos acordos no domínio do «controlo sobre os armamentos»: o reforço do potencial militar. O terceiro princípio era a «coordenação» das conversações «com todo o contexto das acções da URSS à escala global». Noutras palavras, previa-se de antemão que os EUA tencionam arbitrariamente mudar a sua posição e recusar-se ao diálogo sob qualquer pretexto. Mais um princípio que pressupunha antecipadamente que os EUA utilizariam os problemas do controlo para entravar possíveis entendimentos. A administração americana subordinava inteiramente a sua atitude para com as conversações no domínio da diminuição do perigo de guerra à luta pela superioridade militar dos EUA.

Tudo isto confirmava também a linha prática da administração norte-americana. O Tratado SALT-2, resultado dos enormes esforços políticos da URSS e dos EUA, rejeitava-se como «inaceitável». Em 1981, Washington frustrou o reinício do

processo de limitação dos armamentos estratégicos. Os EUA recusavam-se a reiniciar as conversações entre a URSS, a Grã-Bretanha e os EUA, interrompidas pela administração Carter, para a elaboração do Tratado sobre a proibição geral e completa dos ensaios da arma nuclear. Washington continuava a esquivar-se ao acordo sobre a proibição da arma química. Os EUA opunham-se aos esforços dos países socialistas para começar as conversações sobre o cessação da corrida aos armamentos nucleares, recusava-se a discutir o problema do fortalecimento das garantias aos Estados não nucleares, o projecto soviético sobre a proibição da elaboração e da produção de novos tipos e sistemas de armas de extermínio em massa, o projecto de convenção soviético sobre a proibição da arma de neutrões, etc.

Devido aos esforços persistentes da URSS, em Novembro de 1981 foi possível começar as conversações soviético-americanas em Genebra sobre a limitação dos armamentos nucleares na Europa. No entanto, mostrou-se que Washington não está interessado em buscar decisões que correspondam ao princípio da paridade e igual segurança. A posição dos EUA assentava na chamada «opção zero» exposta no discurso do Presidente norte-americano R. Reagan em 18 de Novembro de 1981. A essência da «opção zero» consiste em que a União Soviética deveria unilateralmente eliminar todos os seus mísseis de médio alcance não só na parte europeia do seu território, como também nas regiões orientais do país que nada tinham a ver com o problema dos armamentos nucleares na Europa. Perante a URSS colocava-se a questão: ou recusa-se unilateralmente aos seus mísseis de médio alcance instalados em contrapeso aos correspondentes meios nucleares norte-americanos de deslocação avançada na Europa e aos armamentos nucleares dos aliados dos EUA (e ao mesmo tempo, aos mísseis instalados na parte

asiática da URSS para a defesa das regiões do Oriente e do Sul do país), ou os EUA colocam mais cerca de 600 novos mísseis nucleares de médio alcance, além dos meios de que dispõe a NATO. Neste caso, a NATO teria a superioridade de uma vez e meia no número de porta-mísseis de médio alcance e quase de duas vezes no número de cargas de combate que aqueles meios podem transportar.

A realização do plano americano significaria que a quantidade dos meios nucleares de médio alcance da NATO não diminuiriam nada, enquanto o número dos mesmos meios na parte europeia da URSS diminuiria em mais de metade. Desta maneira a NATO teria uma superioridade mais que dupla no número de porta-mísseis nucleares de médio alcance e tripla no número de cargas nucleares.

A posição americana assentava no plano de avançar propostas notoriamente inaceitáveis para a outra parte a fim de colocar as negociações num beco sem saída e tentar justificar assim a instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa Ocidental.

Em Março de 1982, apareceu o primeiro, no período da presidência de R. Reagan, relatório da Agência de controlo sobre os armamentos e o desarmamento, onde se avaliava a correspondência dos acordos no domínio do «controlo sobre os armamentos» à política militar dos EUA. A tese central deste relatório era a seguinte: a administração é contra quaisquer acordos sobre a limitação dos armamentos se limitarem por mínimo que seja a liberdade de Washington na corrida aos armamentos. Recomendava-se, por exemplo, à Casa Branca que fugisse às propostas sobre a transformação do Oceano Índico em zona de paz ou zona livre da arma nuclear. A razão indicada: o alargamento da zona patrulhada pelos submarinos nucleares dos EUA dotados do sistema «Trident» que devem «acomodar-se» no Oceano Índico. Punha-se em dúvida também o

tratado sobre a limitação de experiências subterrâneas com armas nucleares que estabelecia o limiar de explosões em 150 quilotoneladas. Sublinhava-se que o tratado poderia criar obstáculos à realização do programa «Trident». A Agência, que devia ocupar-se dos problemas do desarmamento, apelava à instalação dos mísseis cruzeiro de base aérea, à implantação acelerada dos novos mísseis nucleares dos EUA de médio alcance na Europa Ocidental, à modernização dos armamentos nucleares táctico-operativos, incluindo a arma de neutrões, o rearmamento químico, etc. A ideia de desarmamento riscava-se por completo.

A política dos EUA no Próximo Oriente, na zona do Golfo Pérsico, em África e na América Latina é actualmente determinada pela orientação geral para a repressão político-militar das tendências indesejáveis e o apoio das forças reaccionárias. Se nos anos 70 estas orientações regionais se diferenciavam substancialmente, variando as tarefas e a escolha dos meios para fazer avançar os interesses dos EUA, hoje, a política americana simplifica-se e o esquema de acções reduz-se a um denominador comum. Washington procura apresentar os países em vias de desenvolvimento como uma «arena da confrontação soviético-americana», por todas as partes agrava a situação a fim de, nas situações conflituosas, tirar proveito da sua política a partir de posições de força. Por todo o lado se verifica em diversas formas o aumento da componente militar na política norte-americana. Muito mais activamente que antes os EUA procuram fazer colidir Estados e aumentar a sua desunião. Estimulam Israel para acções agressivas no Próximo Oriente contra os Estados árabes, a África do Sul — contra as forças de libertação nacional da Namíbia, contra Angola e outros Estados; o Paquistão — para a ajuda à contra-revolução afegã, etc. Implanta-se por toda a parte a tese da «ameaça soviética».

A campanha de pressões e ameaças contra Cuba, Nicarágua e o movimento de libertação em Salvador foi a primeira operação política externa da nova administração nessas regiões. A sua crescente intervenção nos assuntos internos destes países Washington tenta justificar com a calúnia dos piores tempos da «guerra fria». A. Haig afirmava que a URSS e Cuba preparam a «conquista da América Central» que já «começou» em Nicarágua, continua em Salvador e Cuba terminará nas Honduras e Guatemala. Na Primavera de 1981, em Washington foi publicado o «Livro branco» com o objectivo de demonstrar «a actividade subversiva comunista» nessa região. Tais tentativas continuavam sem parar, apesar de não haver «provas». Em Março de 1982, no Departamento de Estado foi, por exemplo, organizada uma conferência de imprensa com a intervenção de um «militar nicaraguense» que, como se afirmava, participava na direcção da luta armada contra a junta em Salvador. O «militar» disse ter-lhe sido arrancada a «confissão» sob a ameaça de morte e torturas.

A pressão político-militar dos EUA na região intensifica-se. Durante 1981 discutia-se abertamente o projecto de bloqueio naval à Nicarágua. Estudavam-se as «possibilidades» de bombardeamentos dos objectivos militares e industriais de Cuba. A ajuda militar ao regime salvadorenho foi aumentada no mesmo ano 2,5 vezes em relação ao último ano da presidência de J. Carter. Em Salvador apareceram conselheiros militares norte-americanos que participam nas hostilidades. Nas bases de Fort Bragg e Fort Benning dos EUA foram treinados cerca de 1400 militares da junta. Aumentou consideravelmente a presença militar dos EUA na região; a 1 de Dezembro de 1981, o comando da região militar do Sul dos EUA (a zona do canal do Panamá) criou um organismo especial para dirigir as operações na América Central. Em Março de 1982, pela

primeira vez na história das Caraíbas, realizaram-se manobras da NATO de grande envergadura.

Washington procurou activamente envolver outros países latino-americanos no esmagamento do movimento revolucionário da região. Em Janeiro de 1982, por iniciativa dos EUA, foi criada a chamada «Associação democrática centro-americana». integrando a Costa Rica, Salvador, Honduras e, mais tarde, a Venezuela, Colômbia e os próprios EUA. A Associação tinha um carácter anticubano e antinicaraguense. Previam-se medidas colectivas de segurança «caso um dos membros da Associação fosse vítima de agressão ou de qualquer forma de pressão internacional». Em Fevereiro de 1982, Washington avançou o «miniplano Marshall»: o programa de ajuda ao desenvolvimento económico dos países da América Central e das Caraíbas, com a participação dos EUA e Canadá, México e Venezuela. Washington oferecia aos países da América Central e das Caraíbas o estatuto de nações mais favorecidas nas relações comerciais e anulava as tarifas que limitavam as suas exportações. Por seu turno, estes países deveriam criar condições vantajosas para os investimentos privados norte-americanos. Os EUA destinaram 350 milhões de dólares «ao desenvolvimento económico». Tudo isto fazia parte dos esforços dos EUA para fortalecer as posições do capital monopolista norte-americano na América Central e nas Caraíbas. O objectivo político do programa era conseguir o derrubamento do governo sandinista na Nicarágua, a desestabilização em Granada, o esmagamento do movimento de libertação em Salvador e noutros países da região.

Os EUA afastavam-se cada vez mais da necessidade de uma resolução justa da situação no Próximo Oriente. Inicialmente colocavam o objectivo de «congelar» a situação e deixar não solucionadas

as consequências da agressão de Israel de 1967, desviando a atenção dos participantes no conflito árabe-israelita para a «ameaça por parte da URSS». Para estes fins, na Primavera de 1981, durante a sua visita a vários países desta região, A. Haig procurou conseguir a sua aproximação no âmbito do «consenso estratégico» anti-soviético e convencê-los de que a raiz do mal está na política da URSS. O argumento era tão absurdo que mesmo aos Estados próximos dos EUA a posição de Washington pareceu uma «simplificação». As tentativas de A. Haig fracassaram. Mas os EUA continuavam-nas activamente, sobretudo nas relações com Israel, Egipto, Sudão, Oman e Somália.

Fortaleciam-se qualitativamente as relações de Washington com Telavive. A 30 de Novembro de 1981, as partes assinaram o «Memorando sobre o entendimento mútuo no domínio da cooperação estratégica», assim começou a formalização da aliança militar americano-israelita. Israel aspirava assumir «a responsabilidade pela garantia da segurança desde o Paquistão até Marrocos». Telavive integrava-se agora directamente na realização dos objectivos americanos na região e quase que se atirava para a confrontação com a URSS. A conivência e a aprovação de Washington levou Israel a realizar, em 1981, uma série de acções agressivas sem precedentes e a proclamar Jerusalém «a capital eterna» de Israel. Sucederam ataques de Israel contra o Líbano, a incursão bandidesca contra o Iraque com o bombardeamento do reactor atómico em Bagadá, a anexação de uma parte da Síria: os Montes Golan.

Os EUA agravaram intencionalmente as relações com a Líbia, procurando criar em torno dela um foco de tensão, incitar contra ela o Sudão e o Egipto. Em Setembro de 1981, nas costas da Líbia foram realizadas grandes manobras das Forças Navais dos EUA, durante as quais os americanos pro-

vocaram um incidente aéreo militar. Pela primeira vez durante mais de vinte anos, os pilotos americanos receberam a ordem de disparar contra as forças armadas de um país árabe.

As demonstrações político-militares dos EUA no Próximo Oriente adquiriam um carácter cada vez mais amplo. Em Novembro de 1981, quando da morte de Sadat, Washington desde as primeiras horas desencadeou uma intervenção grosseira nos assuntos internos do Egipto. Para as costas deste país dirigiu-se apressadamente a marinha americana, pôs-se em estado de emergência a infantaria de marinha, assim como as «forças de intervenção rápida» instaladas no território dos EUA. Em fins de Novembro, nos territórios do Egipto, Sudão, Oman e Líbia realizaram-se as manobras de grande envergadura «Bright Star» com a participação de bombardeiros estratégicos americanos. Nesses mesmos países ampliava-se o sistema de bases militares dos EUA, incluindo algumas camufladas por «depósitos». Em Março de 1982, para o Sinai foram enviados 670 militares norte-americanos. Começou a instalação das chamadas «forças multinacionais para a manutenção da paz em Sinai» previstas no acordo de Camp David. Estabeleceu-se a presença directa em Sinai das forças armadas dos EUA e da NATO.

Enretanto, os EUA rejeitavam as propostas da URSS e praticamente todas as outras propostas para a resolução da situação no Próximo Oriente, entre elas as propostas dos Estados da Europa Ocidental.

Em 1981, Washington desenvolveu o rearmamento de grande envergadura do Paquistão, país com ambições nucleares. À Islamabad foi prestada, nos últimos seis anos, uma ajuda económico-militar no montante de mais de 3 mil milhões de dólares. Este programa foi aprovado, eludindo-se a legislação existente nos EUA que proíbe semelhante ajuda

aos países que se recusem a colocar as suas investigações nucleares sob o controlo da Agência Internacional para a Energia Atómica. Aumentava assim a ameaça por parte do Paquistão aos países vizinhos, em primeiro lugar à Índia, intensificava-se a sua ajuda na guerra não declarada contra o povo afegão. Prestava-se uma enorme ajuda militar a um Estado que ocupava um dos últimos lugares no mundo quanto ao nível de vida da população e gastava para fins económicos e sociais apenas 15% do orçamento.

No Sul da África, os EUA encetavam pela cooperação com a República da África do Sul chamando a isto a passagem para «o diálogo construtivo» com Pretória. A região declarava-se «zona de interesses vitais dos EUA», e a República da África do Sul de «Golfo Pérsico dos minerais». Contra as resoluções da ONU sobre a interdição dos fornecimentos de armas à República da África do Sul diminuíam-se consideravelmente as restrições no fornecimento pelas companhias americanas dos equipamentos para as forças armadas e a polícia do regime racista. Os dirigentes da espionagem militar da República da África do Sul visitaram Washington; com os oficiais superiores do exército dos racistas encontrou-se a representante permanente dos EUA na ONU, J. Kirkpatrick, apesar do Conselho de Segurança da ONU proibir quaisquer contactos com a República da África do Sul na esfera militar. Washington utilizava ostensivamente a República da África do Sul nesta região com mesmos objectivos que Israel no Próximo Oriente: esmagar por métodos militares o movimento de libertação nacional e em geral as tendências progressistas no desenvolvimento dos jovens Estados. Os EUA e a República da África do Sul encorajaram as forças terroristas separatistas em Angola. Tornaram-se mais frequentes as intervenções militares da República da África do Sul contra Angola, aumen-

tando a sua envergadura. Washington, entretanto apoiava os racistas na ONU.

Na sua actividade em África, os EUA contornavam cada vez mais os princípios da não ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos. Na mensagem especial da Organização de Unidade Africana ao governo dos EUA em Março de 1981 condenava-se o apoio de Washington ao grupo fantoche da UNITA, indicava-se que tal política contradiz grosseiramente a Carta da ONU e a Carta da OUA. Nessa mesma altura, mais de 50 países africanos membros da ONU qualificaram a política dos EUA em relação à República da África do Sul como o fomento da política de «terrorismo estatal» que é praticamente o incentivo da opressão racial da população autóctone da África do Sul.

Com a chegada ao poder da administração republicana, Washington apoia invariavelmente os regimes reaccionários, racistas e antipopulares.

A linha político-militar da administração Reagan foi acompanhada por uma histeria político-propagandística e por uma «guerra psicológica» aberta. Em Agosto de 1981, a Casa Branca tomou a decisão sobre uma grande reorganização do aparelho da política externa dos EUA. Foi aprovado o chamado «projecto Verdade» preparado pela Direcção de relações internacionais. Aos serviços norte-americanos de propaganda impunha-se, em particular, o dever de incutir por todos os meios a ideia sobre a «profunda fieldade dos EUA à causa da paz».

Diga-se de passagem, a decisão sobre o «projecto Verdade» apareceu 11 dias depois da ordem do Presidente de começar a produção da arma de neutrões em grande escala.

Assim, como nos anos da «guerra fria», a propaganda dos EUA transformava-se em instrumento de luta política contra o socialismo e as tendências progressistas no mundo em geral. Continuava a

fusão orgânica do aparelho propagandístico com os serviços secretos.

Na imprensa americana foi publicado o memorando de Nikolaides, nomeado vice-director da emissora «A Voz da América», em que se dizia: «Devemos procurar desestabilizar a União Soviética e os seus satélites, contribuindo para a discórdia entre os povos e os governos... Devemos esforçar-nos por provocar o descontentamento e a desconfiança entre os dirigentes de diferentes países do bloco comunista. Devemos atiçar o nacionalismo... fomentar o ressurgimento dos sentimentos religiosos para além da cortina de ferro...» A direcção de «A Voz da América» afirmou que tomou o memorando em consideração, nada mais que isso. Mas em 23 de Outubro de 1981, o director da propaganda política externa dos EUA, dando instruções ao Conselho nacional das organizações locais que se ocupam das questões de relações internacionais, disse: «Estamos em estado de guerra (com a União Soviética. — *Nota do Autor*), seja uma guerra de facto ou uma guerra declarada».

* * *

Aumentando em dimensões inauditas a ameaça à paz, a linha político-militar da administração Reagan não deu, porém, os resultados esperados. Esbarrava com os esforços pacíficos da URSS e da comunidade socialista, com a estratégia de luta pela manutenção do desanuviamento e de toda a experiência internacional positiva dos anos 70 que se concretizou no Programa de Paz para os anos 80 aprovado pelo XXVI Congresso do PCUS e em outras iniciativas construtivas da URSS. Estas iniciativas, o princípio criador na política mundial, entraram no quotidiano internacional, estiveram no centro de encontros bilaterais e de conversações multilaterais em

diferentes fóruns internacionais. A URSS apresentou novas e novas propostas para avançar as negociações sobre os mísseis nucleares de médio alcance na Europa. A União Soviética empenhou esforços com vista a facilitar as condições para a criação da zona desnuclearizada no Norte da Europa e transformar o Mediterrâneo em zona de paz estável e de cooperação, acentuou a necessidade imperiosa da elaboração dos princípios e normas das relações com os Estados em vias de desenvolvimento, propôs convocar uma conferência internacional para a solução da crise no Próximo Oriente. A Assembleia Geral da ONU, por iniciativa da URSS, aprovou a Declaração sobre a prevenção da catástrofe nuclear e a proposta «Sobre a conclusão do Tratado de interdição da instalação no espaço de armas de qualquer tipo». Foi aprovada a resolução sobre a proibição da arma de neutrões apresentada pela URSS e outros países socialistas.

O Programa de Paz soviético era uma alternativa à política de confrontação. A crescente agressividade dos EUA aumentou ainda mais o significado e a responsabilidade da actividade internacional da União Soviética, a força pacífica decisiva da época actual.

Apesar dos esforços dos EUA e dos seus aliados mais próximos da NATO, o poderio da comunidade socialista não diminuía mas aumentava. O fundamental consistia em que o imperialismo não conseguiu mudar a correlação global de forças a seu favor. Tão-pouco conseguiu minar a solidariedade da comunidade socialista com os povos vítimas da pressão imperialista na América Central, nas Caraíbas, no Próximo e Médio Oriente, no Sul de África, na Ásia do Sul e Sudeste. Apesar da pressão e chantagem no Próximo e Médio Oriente a administração Reagan não conseguia vencer o Irão e a Líbia. O Egipto torna-se mais independente. A política da força fracassava também no Hemisfério

Ocidental: não cediam à chantagem a Nicarágua e o povo em luta de Salvador.

Nas relações internacionais continuou o diálogo político. Manteve-se a cooperação económica e comercial. «Os Estados Unidos não estão em condições de fazer parar a construção do gasoduto Sibéria — Europa Ocidental» — reconhecia A. Haig o fracasso das tentativas de Washington para impedir a realização de um dos mais importantes projectos nas relações económicas entre a URSS e os países da Europa Ocidental. Aumentava a inquietude dos aliados americanos devido aos perigos que a política dos EUA criava aos seus interesses e ao crescimento do perigo de guerra.

O poderoso movimento antibélico que se desenvolveu em muitos países do mundo é uma resposta directa à política militarista dos EUA. Segundo as sondagens à opinião pública, mais de metade dos ingleses pronunciava-se pela retirada das bases militares norte-americanas do território de seu país, 40% dos alemães ocidentais e cerca de 70% dos holandeses — contra a instalação dos «Pershing-2» e mísseis cruzeiro norte-americanos na Europa Ocidental.

A mais numerosa manifestação na história da RFA dos partidários da paz realizou-se em Bona a 10 de Outubro de 1981. Eram mais de 300 mil. Na manifestação participaram várias centenas de organizações antibelicistas que apoiavam cerca de outros 5 mil movimentos e grupos sociais.

Mais de 400 mil espanhóis participaram em 15 de Novembro de 1981, em Madrid, na manifestação contra a guerra.

Em Novembro, em Amsterdão, realizou-se a mais poderosa manifestação antibélica da Europa Ocidental.

No início de 1982, 200 mil pessoas saíram às ruas e praças de Lisboa. Os participantes na marcha da paz manifestaram-se contra o perigo de uma

nova guerra, contra a instalação de armas nucleares no território de Portugal.

Na Noruega foi realizada a Semana de acções em apoio da ideia de criação da zona desnuclearizada no Norte da Europa. Mais de 200 mil noruegueses assinaram o Apelo para converter o Norte do Continente em zona livre da arma nuclear. Os representantes de 60 Estados participantes na sessão do bureau do Presidium do Conselho Mundial da Paz, realizada em Copenhaga, pronunciaram-se resolutamente em apoio das iniciativas pacíficas soviéticas e apelaram para não admitir a realização dos planos perigosos do Pentágono e da NATO.

Mais de dois milhões de cidadãos da RFA assinaram o «Apelo de Krefeld» que exige prevenir a transformação do país num polígono de mísseis nucleares norte-americanos.

Intensifica-se a luta contra os novos mísseis americanos na Itália, Bélgica e noutros países europeus.

O movimento antibélico ganhou força nos próprios EUA. A sondagem à opinião pública realizada pela organização Gallup depois do primeiro ano da presidência de R. Reagan, revelou que quase metade de americanos chegou à conclusão de que a probabilidade da catástrofe nuclear aumentou. A maioria da população não acredita na possibilidade da guerra nuclear «limitada». Praticamente todos consideravam que se mesmo admitir a possibilidade de uma guerra nuclear «limitada» são poucas as oportunidades de sobreviver.

Exprimindo as tendências dos participantes no crescente movimento pela eliminação do perigo da catástrofe nuclear, 19 senadores e mais de 120 membros da Câmara dos Representantes do Congresso apoiaram a resolução que apela os EUA e a URSS a chegarem a acordo sobre o congelamento dos arsenais de armas nucleares e a sua posterior redução por ambas as partes. Os co-autores desta

resolução eram senadores e congressistas dos partidos Democrático e Republicano no Congresso, entre eles os senadores M. Hatfield e E. Kennedy. M. Hatfield disse existir uma oportunidade única para tal acordo soviético-americano, porque existe a paridade aproximada na domínio dos armamentos nucleares entre as duas potências. E. Kennedy salientou que a espiral da corrida aos armamentos se desenvolve na direcção da catástrofe nuclear, o que pode significar o aniquilamento da Humanidade.

Só em dois meses, em apoio da resolução Kennedy-Hatfield pronunciaram-se mais de 140 congressistas e mais de 80 organizações sociais, conselhos urbanos e assembleias legislativas dos estados, muitos políticos, homens públicos e representantes de negócios dos EUA. Entre eles A. Harriman e J. Kennan, ex-embaixadores dos EUA na URSS, P. Warnke, ex-director da Agência de controlo sobre os armamentos e o desarmamento, J. Armstrong, presidente do conselho nacional das igrejas, e outros. A campanha pelo congelamento dos armamentos nucleares abrangeu 43 estados do país. Em muitos deles, o apelo sobre a moratória referente à arma nuclear foi aprovado pelas assembleias legislativas.

O balanço do primeiro ano da presidência de Reagan confirmou que a política de luta pela hegemonia dos EUA não tem perspectiva. A. Rowse escrevia que os governos habitualmente amigos no estrangeiro mostravam-se preocupados com a escalada massiva dos armamentos do Pentágono e a tendência dos funcionários oficiais da administração Reagan a desafiar os russos em todo o mundo; tudo indica que o Presidente não só não restabeleceu o prestígio americano nos assuntos internacionais, como contribuiu para a sua queda ulterior[42].

Exprimindo a opinião de muitos americanos, o dirigente do partido Democrático no senado,

R. Byrd disse que a política da Casa Branca fez aumentar a tensão mundial e, portanto, prejudica os interesses nacionais dos EUA.

Na Europa Ocidental tinham a mesma opinião. «Desde os tempos de L. Johnson, os EUA desgastam periodicamente a confiança em si, e isto converteu-se numa modalidade nacional de desporto. O governo de Reagan está quase a repetir os fracassos dos seus antecessores na política externa»[43] — constatou o jornal oeste-alemão «Frankfurter Rundschau».

O balanço da política internacional do primeiro ano da administração Reagan foi feito por D. Healey, destacado político inglês, vice-presidente do Partido Trabalhista: «Este aniversário de maneira alguma é feliz. A Casa Branca celebra-o numa situação, em que a popularidade do Presidente cai, e tanto na sua política, como na própria administração reina a desordem. É incontestável que as relações dos EUA com quase todos os países pioraram nos últimos 12 meses. No Extremo Oriente, Taiwan e China, no Próximo Oriente, Israel e a Arábia Saudita, como parece, sentem-se igualmente prejudicados pela política promovida pela administração Reagan. Aumentaram as tendências anti-americanas na Europa Ocidental. Mesmo no Hemisfério Ocidental, vários países, incluindo o México, viram-se obrigados a passar para a oposição aos EUA devido à sua 'política desajeitada' na zona das Caraíbas. Todo o terceiro mundo está assombrado e perturbado com a manifesta indiferença dos EUA para com os seus problemas»[44].

A felicidade chegaria à América capitalista, se se realizassem os vaticínios dos seus líderes. Se se realizassem, por exemplo, as palavras do Presidente J. Adams ditas no começo do século XIX sobre a transformação futura dos Estados Unidos em «país onde viverão em paz a ciência, a virtude, a liberdade, a felicidade e a glória»[1]. Ou a promessa, cem anos depois, do Presidente W. Wilson de que «a América ergue bem alto o facho da liberdade e da justiça sobre o mundo sofredor e extraviado»[2]. Ou a utopia criada pelos planos políticos do Presidente L. Johnson: «A grande sociedade traz a cada um a abundância e a liberdade. Porá fim à miséria e à injustiça racial. A grande sociedade é um lugar onde cada criança pode encontrar conhecimentos para enriquecer a sua inteligência e alargar os seus talentos. É uma sociedade onde o lazer é a oportunidade desejada para a criação e a reflexão e não um lugar que causa tristeza e inquietação»[3].

Não há nada disso nos Estados Unidos. Não há a abundância para todos. A pobreza de milhões de pessoas não tem fim. Não há a verdadeira liberdade e igualdade. Não há justiça. E a doença de racismo é incurável. A América imperialista não ergue o facho do bem, mas o cacete da força militar. E não é com a virtude e a felicidade que coexiste a obra do grande povo americano: a ciência e técnica excelentes.

Quanto à glória, esta existe, se se referir inicialmente aos actos externos. Mas não é boa fama, não é o prestígio de uma grande potência que de ano para ano fortaleça com uma política responsável a segurança internacional e a cooperação entre os povos. É a «fama» do iniciador da «guerra fria», do principal estimulador do crescimento da actividade das forças do imperialismo e da reacção, da força motriz da corrida aos armamentos. É a reputação de um Estado, em cuja actividade, no fim dos anos 70 e começo dos anos 80, prevaleceu a orientação para o agravamento das relações com os países socialistas, a ingerência, incluindo militar, nos assuntos de outros países. Finalmente, é a reputação de um parceiro inseguro nas relações internacionais, capaz de, em nome de vantagens momentâneas, violar os seus próprios compromissos internacionais e anular acordos e tratados por ele mesmo assinados.

A política militarista dos EUA e da NATO contradiz fortemente o processo objectivo do desenvolvimento mundial. Não pode trazer nem traz os resultados esperados aos seus iniciadores. No XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética afirmou-se com toda a determinação que as tentativas de conseguir superioridade militar e de falar com a URSS a partir de posições de força não têm qualquer perspectiva. Os dirigentes soviéticos repetidas vezes sublinharam que não seria permitido a ninguém prejudicar os interesses legítimos da segurança da URSS, dos seus aliados e amigos. Não é dado a ninguém o direito de abalar a comunidade socialista. Na actualidade, o principal é afastar o perigo da guerra. A política externa da URSS está orientada na realização deste objectivo. O programa de paz para os anos 80 e as iniciativas posteriores da URSS são endereçados a todos os domínios das relações internacionais, dão a chave para o fortalecimento da paz mundial, da paz na Europa, para chegar ao entendimento mútuo e desenvolver um diálogo político frutífero. As propostas da URSS englobam praticamente todos os aspectos e direcções do problema de limitação dos armamentos e do desarmamento. A URSS parte da confiança no triunfo da razão e onde, afinal de contas, a catástrofe nuclear será prevenida. Os esforços unilaterais não bastam para consegui-lo, são necessárias acções enérgicas de todos os países e povos do mundo.

As realidades da vida interna dos EUA nos anos 70-80 estão longe dos vaticínios dos fundadores da América do Norte e muito mais longe das esperanças da geração actual dos norte-americanos. Cada dia decorrido consolida a reputação dos Estados Unidos como o centro de pior que ao homem traz o imperialismo. Apesar das dimensões grandiosas da civilização técnico-material, criada pelo trabalho e a inteligência do povo americano, a discriminação do indivíduo continua a ser um indicador fiel do «modo de vida americano».

As vítimas da crescente instabilidade crítica que afecta hoje os EUA são antes de mais os trabalhadores, de raça branca, negra e outras, de diferentes nacionalidades, homens no começo da vida e homens no fim da vida, homens que não se resignam diante da falta de direitos e lutam por eles, homens desesperados e cegos diante a injustiça que os rodeia. Homem num mundo sem direitos — esta continua a ser a essência do «modo de vida americano».

Com a sua retórica sobre «o amor ao povo», «Washington oficial» atraiu a atenção de todo o mundo para o seu próprio farisaísmo, tornando-o nome comum. No centro das denúncias encontraram-se as realidades indecorosas do capitalismo nos EUA. «Aqueles que não respeitam os princípios morais, ensinam a moral a todo o mundo. Aqueles, que sempre calcaram os direitos do homem, apregoam a todo o mundo sermões acerca dos direitos do homem. Aqueles, que representam o mais cruel

e o mais desumano sistema económico-social, hipócrita e presunçosamente falam do humanismo. Aqueles, que personificam a opressão racista de 300 anos, a mais cruel em toda a história da sociedade humana, atrevem-se a falar com devoção da igualdade. Aqueles, que representam o sistema económico assente na subjugação e exploração dos homens a fim de enriquecer usurários ávidos e corporações rapinantes, discorrem arrogantemente sobre a justiça económica»[4] — dizia Gus Hall, Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA.

Notas

Capítulo I
«UMA DÉCADA DE CRISES»

1 *Political Affairs*, December 1978, p. 7.
2 *Atlantic Community Quarterly*, Winter 1975/76, p. 509.
3 *International Herald Tribune*, 1978, May 31..
4 Bell D. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. N. Y., 1976, p. 244.
5 *The New York Times*, 1979, July 17.
6 *US News &World Report*, 1979, December 10, p. 56.
7 Glazer N. *Affirmative Discrimination: Ethnic Inequality and Public Policy*, N. Y., 1975, p. 23.
8 Fleming M. *Of Crime and Rights. The Penal Code Viewed as Bill of Rights*, N. Y., 1978, p. 15.
9 Moquin W., Van Doren Ch. (ed.) *The American Way of Crime. A Documentary History*, N. Y., 1976, p. 114.
10 Morgenthau H. *The American Crisis*. — In: *Season of Rebellion. Protest and Radicalism in Recent America*. Comp. by T. Boskin, R. Rosenstone, N. Y. 1972, p. 134.
11 Auerbach J. *Unequal Justice. Lawers and Social Struture in Modern America*, N. Y. 1976, p. 264.
12 *Intelligence Activities and the Rights of Americans*. Book 2, US Senate, Washington, D. C., 1976, p. 5.
13 Cowan P., Egleson N., Hentoff N. *States Secrets. Police Surveillance in America*, N. Y. 1974, p. IX.
14 *The Harris Survey*, March 1976.
15 *The Dispatcher*, 1976, September 23.
16 Dawd D. *The Twisted Dream. Capitalist Development in the United States since 1776*, Cambridge (Mass.), 1974, p. 120.
17 *Rinascitá*, 1976, 23 Augusto, p. 15.
18 *The Washington Star*, 1977, January 20.

[19] *The Dispatcher*, 1976, November 15.
[20] *Foreign Affairs*, Fall 1978, p. 514.
[21] *The National Democratic Platform*, 1976, Washington, D. C., 1976, p. 6.
[22] *Newsday*, 1978, August 17.
[23] Ver: Yákovlev N. *De Truman a Carter. — Novoie Vremia*, 1980, N 6, p. 6.
[24] *What we stand for. The Republican National Platform*, Washington, D. C., 1968, p. 11.

Capítulo II.
O INDIVÍDUO NO SISTEMA SÓCIO-ECONÔMICO DOS EUA

[1] *The National Democratic Platform*, 1976, Washington D. C. 1976, pp. 1, 3.
[2] Ver: Perlo V. *Economia instável. Booms e recessões na economia dos EUA depois de 1945*, M., 1975, pp. 188-189.
[3] *Sceptic*, May-June 1976, N 13, p. 26.
[4] *United Farm Workers of America.* Cesar E. Chaves, president. Press Bulletin, March 1977.
[5] *The Los Angeles Times*, 1976, January 23.
[6] *AFL-CIO News*, 1976, June 26.
[7] *The Daily World*, 1979, June 28.
[8] *Last Hired, First Fired: Layoffs and Civil Rights. A Report of the United States Commission on Civil Rights*, Washington, D. C., February 1977, p. 11.
[9] K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 7, p. 40.
[10] *US News & World Report*, 1979, March 5, pp. 33, 41.
[11] Ibid., pp. 33-35.
[12] Ibid., p. 38.
[13] *US News & World Report*, 1977, April 4.
[14] *US News & World Report*, 1979, April 30.
[15] Auerbach J. Op. cit., pp. 22, 29.
[16] *Daily World*, 1978, July 17.
[17] Matthias L. *A Outra Face dos EUA*, M., 1968, p. 242.
[18] Cit. de Matthias L. Op. cit., p. 244.
[19] Ibid., p. 246.
[20] Hunter C., Harman D., *Adult Illiteracy in the United States. A Report to the Ford Foundation*, N. Y., 1979.
[21] *Statement on Metropolitan School Desegregation. A Report of the United States Commission on Civil Rights*, Washington, D. C., February 1977, p. 112.
[22] Ibid., p. 15.
[23] Cit. de: Tsivilev R., Rogogin V. *O Seguro Social no Capitalismo: Mitos e Realidades*, M., 1977, p. 28.
[24] G. Green. *Que Ocorre nos Sindicatos Americanos*, M., 1978, p. 110.
[25] Matthias L. Op. cit., p. 80.
[26] G. Green. Op. cit., p. 109.
[27] *Handbook of Basic Economic Statistics*, Washington, D. C., October, 1977, p. 232.
[28] Cit. de: S. Lens. *A Pobreza, Vício Indesarraigável da América*, M., 1976, p. 166.
[29] Ibid., p. 26.
[30] Matthias L. Op. cit., pp. 74-75.
[31] Parker R. *The Myth of the Middle Class*, N. Y., 1972, p. 99.
[32] *The New York Times*, 1977, April 1.

Capítulo III.
O INDÍVIDUO NO SISTEMA POLÍTICO DOS EUA

[1] *The New York Times*, 1978, July 13.
[2] Dahl R. *Democracy in the United States: Promise and Performance*, Chicago, 1972, p. 9.
[3] Hofstadler R. *The American Political Tradition*, N. Y., 1948, p. 4.
[4] Cit. de: Matthias L. Op. cit., p. 43.
[5] *History of US Political Parties.* Gen. ed. A. Shlesinger, Jr. N.Y., 1971, vol. 1.
[6] *Political Affairs*, December 1978, p. 14.
[7] A. Rowse. *One Sweet Guy and What he's Doing to You. The Promises and Perits of Reaganism*, Wash., D. C., 1981, p. 18.
[8] Pomper T. *Elections in America. Control and Influence in Democratic Political Process*, N.Y., 1973, p. 70.
[9] Repass J. *Issue Salience and Party Choice. — The American Political Science Review*, 1971, vol. 65, N 2, p. 389.
[10] Domhoff G. *Fat Cats and Democrats: the Role of the Big Rich in the Party of the Common Man.* Englewood Chiffs, 1972, pp. 12-14.
[11] Brown J., Seib Ph. *Electoral Strategies and Campaign Management.*, N.Y., 1975, pp. 3-4.
[12] Salamon L. *Fear, Apathy and Discrimination: a Test of Three Explanations of Political Participation. — The American Political Science Review*, 1973, vol. 67, N 4, p. 1290.
[13] *United States Commission on Civil Rights. Hearings held in Jackson*, Missisipi, 1965, February 16-20, Washington, D. C., p. 127.
[14] Watters P., Cleghorn P. *Climbing Jacob's Ladder: the*

Arrival of Negroes in Southern Politics, N.Y., 1967, p. 129.
15 Salamon L. Op. cit., p. 1304.
16 *The State of Black America*, National Urban League, 1979, p. B-I.
17 *History of US Political Parties*, vol. IV , p. 473.
18 Cit. de: Tchibiriáiev S. *A Lei McCarran e a Luta pela sua Anulação*, M., 1975, p. 47.
19 Ibid., pp. 146-147.
20 Ibid., p. 83.
21 G. Green. Op. cit., p. 78.
22 Ibid., p. 77.
23 Cit. de: Tchibiriáiev S. Op. cit., p. 61.
24 Cowan P., Egleson N., Hentoff N. *States Secrets. Police Surveillance in America.*, p. 266.
25 *Intelligence Activities and the Rights of Americans. Final Report of the Select Committee to Study Governamental Operations with Respect to Inletigence Activities.* U. S. Senate, 1976, pp. 6, 7.
26 Ibid., p. 7.
27 Cowan P., Egleson N., Hentoff N. Op. cit., p. 7.
28 Ibid., p. 218.
29 Ver: *A Situação no Domínio dos Direitos do Homem nos EUA. Publicação do Partido Comunista dos EUA*, M., 1978, p. 66.
30 *Intelligence Activities..*, pp. 108-111.
31 Wise D. *The American Police State*, N. Y., 1976, p. 358.
32 *Intelligence activities...*, p. 8.
33 Lemond A., Fry R. *No place to Hide. A Guide to Bugs, Wire Taps, Surveillance and other Invasions of Privacy in America*, N. Y., 1976, p. 82.
34 Severn B. *The right to Privacy*, N. Y., 1973, p. 6.
35 Ver: Gueevski N., Smelov V. *Os EUA: Guerra secreta contra os Dissidentes*, M., 1978, p. 45.

Capítulo IV.
A DUPLA DISCRIMINAÇÃO DAS MINORIAS NACIONAIS.

1 *AFL-CIO Free Trade Union News*, 1976, vol. 32, N 12, p. 22.
2 *The New York Times*, 1978, May 15.
3 *Daily World*, 1978, March 23.
4 Williams C. *Black and White together. The Race Struggle in the USA*, Sydney, 1973, pp. 11-13.
5 Foner Ph. *Organized Labor and the Black Worker. 1619--1973*, New York — Washington, D. C., 1974, p. 9.

Lightfoot C. *Human Rights: American Way*, N. Y., 1978, p. 17.
7 Levitan S., Johnton W., Taggart R. *Still a Dream. The Changing Status of Blacks since 1960*, Cambridge (Mass.), 1975, pp. 178-179.
8 Ver: Perlo V. Op. cit., pp. 195-196.
9 Perlo V. *Economic conditions of Black Workers. — Political Affairs.*, 1974, vol 52, N 10-11, p. 68-69.
10 Foner Ph. Op. cit., p. 425.
11 *Report of the National Advisory Commission on Civil disorders*, N. Y., 1968, p. 2.
12 *The State of Black America. National Urban League*, 1978, p. A-3.
13 Ibid., p. C-4.
14 Levitan S., Johnson W., Taggart R. Op. cit., pp. 33, 208.
15 *The State of Black America. National Urban League*, 1978, pp. D-8, 9.
16 *The State of Black America. National Urban League*, 1979, p. C-3.
17 Ver Foner Ph. Op. cit., p. 272.
18 *Statement on Metropolitan School Desegragation*, p. 26.
19 Ibid., p. 17.
20 Tauber K., Tauber A. *Negroes in Cities: Residential Segregation and Neighbourhood Change*, N.Y., 1965, p. 82.
21 Ver *Pravda*, 1980, 24 de Maio.
22 *Voice*, 1979, May 7, p. 23.
23 Ibid., p. 25.
24 Ibidem.
25 *Association Press Almanac*, N. Y., 1975, p. 241.
26 *The New York Times*, 1978, July 23.
27 Ibidem.
28 *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences.* March 1978, p. 3.
29 *The National Geographic.* February, 1977, p. 112.
30 *On Human Rights Violations in the United States, Statement by National Conference of Black Lawyers*, N. Y., November 1978, p. 12.
31 *The New York Times*, 1978, July 23.
32 Amundsen K. *Mulheres a e Demccracia Americana*, M., 1976, p. 62.
33 Rossi A. *Job Discrimination and What Women Can Do about It. — Atlantic Monthly*, March, 1970, p. 101.
34 *The American Federationist*, 1977, N 2, p. 15.
35 Thurow L., Lucas R. *The American Distribution of Income: a Structural Problem*, Washington, D C., 1972, p. 11.
36 *The Economic Report of the President*, Washington, D. C., 1973, p. 103.

37 *The Earning Gap Between Women and Men*, U. S. Department of Labor. Womens's Bureau, 1976, p. 1.
38 *Daily World*, 1977, March 5.
39 McHugh M. *Law and the New Women*, N. Y., pp. 86-87.
40 Glazer N. *Affirmative discrimination: Ethnic Inequality and Public Policy*, p. 23.

Capítulo V.
O ANTI-HUMANISMO DA POLÍTICA EXTERNA

1 V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 36, p. 396.
2 *Foreign Relations of the United States*, 1950, Washington, D. C., National Security, vol. 1, p. 272.
3 *World Armaments and Disarmament*, SIPRI Yearbook, 1979, p. 8.
4 Ver: *A Corrida aos Armamentos: Perigo, Fardo, Alternativa*, Moscovo, 1981, pp. 8, 10.
5 Idem, p. 5.
6 Entrevista de V. G. Kulikov, marechal da União Soviética e Comandante-chefe das Forças Armadas unificadas dos Estados membros do Tratado de Varsóvia, ao jornal francês «Liberation». *Krasnaia zvesda*, 24 de Novembro de 1981.
7 Ver: *Tempos Novos, N 11*, 1982, p. 5.
8 A conferência de imprensa no Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS. 11 de Março de 1982, *Pravda*, 12 de Março de 1982.
9 *Pravda*, 14 de Fevereiro de 1982, 22 de Fevereiro de 1982.
10 *Pravda*, 22 de Fevereiro de 1982.
11 *Pravda*, 16 de Fevereiro de 1982.
12 Westing A. *Ecological Consequences of the Second Indochina Wear*, Stockholm, 1976, pp. 1, 18, 49.
13 *As Consequências Económicas e Sociais da Corrida aos Armamentos e das Despesas Militares*. ONU, doc. A(32)88 Rev. 1.
14 *L'Humanité*, 1980, 11 mars.
15 Origem: Blechman B., Caplan S. *Force without war. US Armed Forces as a Political Instrument*, Washington, 1978.
16 Byrnes T. F. *All in one lifetime*, N. Y., 1958, pp. 401-402.
17 Acheson *D. Present at the creation. My Years in the State Department*, N. Y., 1969, p. 219.
18 Fleming D. F. *The Cold War and its Origins*, 1917-1960, L., 1961, vol. 1, pp. 446-447.
19 *L'Humanité*, 1978, 22 juin.
20 *Voie Ouvrière*, 1978, 5 septembre.

21 *A Tragédia de Salvador. Os EUA Preparam a Intervenção Armada no País*. Entrevista actual. — *Literaturnaia gazeta*, 1980, 26 de Março.
22 Langguth A. T. *Hidden Terrors*, N. Y., 1978, p. 83.
23 Gervasi T. *Arsenal of Democracy: american weapons available for export*, N. Y., 1977, p. 26.
24 *Report on Human Rights Practice in Countries Recieving US. Aid. The Department of State*, 1979, Washington, D. C., pp. 565, 575, 576.
25 Ver: Iákovlev N. N. *A CIA contra a URSS*, p. 85.
26 *Europeo*, 1978, Octobre 27.
27 Ibidem.
28 *Alleged Assasination Plots involving Foreign Leaders. An Interim Report of the Select Committee to study Governamental Operations with respect to Intelligence Activities*. US Senate, Washington, D. C., 1975, p. 60.
29 Ibid., p. 15.
30 *As Conspirações da CIA*, M., 1979, pp. 40-41.
31 Ibid., p. 43.
32 Ibid., p. 51.
33 Ibid., p. 54.
34 Ibid., p. 59.
35 Ibid., p. 98-99.
36 Corson W. R. *The Armies of Ignorance. The Rise of American Intelligence Empire*, N. Y., 1978, p. 453.
37 Ibid., p. 456.
38 *Alleged Assisanation Plots..*, pp. 71-180.
39 Ibid., p. 21.
40 Ibid., p. 48.
41 *As Conspirações da CIA*, p. 102.
42 *A Verdade sobre o Afeganistão. Documentos, Factos. Testemunhos*, M., 1980, p. 104.
43 *The Washington Post*, 1978, March 11.
44 *The New York Times*, 1978, March 14.

Capítulo VI.
AMÉRICA DOS ANOS 80: ÉPOCA DE NOVAS COMOÇÕES

1 Ver: D. Broder. *Changeng the Guard. Power and Leadership in American*, N. Y., 1980.
2 *The Washington Post*, August 25, 1981.
3 *Foreign Policy*, Fall, 1981, p. 73.
4 *Foreign Policy*, Fall, 1981, p. 73.
5 *The Wall Street Journal*, October 26, 1981.
6 *The Atlantic Monthly*, December, 1981, pp. 46-47.
7 *The Washington Post*, July 5, 1981.
8 *US News & World Report*, November 2, 1981, p. 21.

[9] *Political Affairs*, October 1981.
[10] *Text of the President's Budget Message to the Congress. The New York Times*, February 7, 1982.
[11] *The Washington Post*, November 17, 1981.

Capítulo VII.
A ALTERNATIVA AMERICANA À PAZ

[1] *Departament of States Bulletin vol.* LXXVI, June 13, 1977.
[2] *Foreign Policy*, Spring 1979, p. 79.
[3] *Annual Defense Department Report*: *Report of Secretary of Defense*, Donald N. Rumsfeld to the Congress on the FY 1977 Budget and its Implications for the FY 1978 Authorization Request and the FY 1977-1981. Defense Programs. January 1976, Wash., D. C., p. 2.
[4] *Setting National Priorities. The 1978 Budget*, Wash., D. C., 1977, p. 98.
[5] *American Foreign Relations 1976*, pp. 491-493; *Debate on Foreign Policy*: *Verbatim record of the Televised Debate between President Ford and Governor Carter*, October 6, 1976, pp. 506-508.
[6] *The Modernization of NATO's Long Range Theatre Nuclear Forces. Report by the Foreign Policy and National Defense Division. Congressional Research Service.* US Congress, Wash., D. C., 1981, p. 19.
[7] *The International Herald Tribune*, June 27, 1978.
[8] Ver: *Department of Defense Annual Report. Fiscal Year 1979. Department of Defense*, 1978, p. 18.
[9] *Congressional Quoterly Report*, January 27, 1979, pp. 107--127.
[10] *American Foreign Relations 1977. A Documentary Record.* Ed. by E. Adam, N. Y., 1979, p. 31.
[11] Ver: A. Sherer *Goldberg's Variation. Foreign Policy*, N. 39, 1980; ver também a carta de A. Sherer à redacção de «Foreign Policy», N 40, 1980, p. 190.
[12] Ver: *Em Prol da Paz no Mundo.* Encontro soviético-americano ao alto nível em Viena. 15-18 de Julho de 1979. Moscovo, 1979, pp. 40-58.
[13] Ver: H. Aaron, Th. Dine, R. Hartman. *Setting National Priorities. The 1980 Budget. The Brookings Institutions.* Wash., D. C., 1979, p. 167.
[14] *The Modernization of NATO's Long Range Theatre Nuclear Forces. Report by the Foreign Policy and National Defense Division. Congressional Research Service.* US Congress, Wash., D. C., 1981, p. 27.
[15] Ch. Maynes, R. Ulman. *Ten Years of Foreign Policy.* Foreign Policy, Fall 1980, p. 6.

[16] Ver: *Key Issues in Considering the Fiscal Years 1981 Defense Budget*, Wash., D. C., pp. 13-14.
[17] Ver: *Washington Quoterly*, Winter 1979, pp. 116-117.
[18] W. Perry. *The FY 1989 Department of Defense Programm for Research, Development and Acquisition. February 1980*, Wash., D. C. 1980, pp. VII-63; ver também H. Brown. *Department of Defense Annual Report. Fiscal Years 1981*, Wash., D. C., pp. 181-182.
[19] *An Assessment of the Afganistan Sanctions*: *Implications for Trade and Diplomacy in the 1980. US House of Representatives. Office of Senior Specialists. Congressional Research Service.* April 1981, Washington, D. C., 1981, p. 100.
[20] Ver: L. Shoup. *The Carter Presidency and Beyond. Power and Politics in the 1980's.* Palo Alto, California, 1980.
[21] G. Arbátov. *A política externa dos EUA no Limiar dos Anos 80. A Paz e o Desarmamento.* Moscovo, 1980, p. 72.
[22] *Materiais do XXVI Congresso do PCUS*, Moscovo, 1981, p. 22.
[23] *Nomination of Alexander M. Haig. Hearings before the Committee on Foreign Relation.* US Senate, Washington. D. C., 1981.
[24] *Washington Quoterly*, Winter 1979, p. 118.
[25] *The United States in the 1980-s.* Ed. by P. Duignan, A. Rabushka. *Hoover Institution, Stanford University*, California, 1980.
[26] Ibid., p. 439.
[27] Ibid., p. 431.
[28] Ibid., p. XXXIII.
[29] Ibid., p. 489.
[30] Ibid., p. XXIX.
[31] *The New York Times*, May 21, 1981.
[32] *Nomination of Alexander M. Haig. Hearings before the Committee on Foreign Relations. US Senate*, Washington, 1981.
[33] *Los Angeles Times*, October 3, 1981.
[34] Ver: *A Ameaça à Europa*, Moscovo, Progresso, 1981, p. 13.
[35] Ibidem.
[36] *Soviet Military Power*, Wash., D. C., 1981.
[37] *The New York Times*, August 12, 1981.
[38] *The New York Times*, July 25, 1981.
[39] *The New York Times*, October 30, 1981.
[40] *Zeit*, November 11, 1981.
[41] A. Haig. *Arms Control for the Einghties*: *An American Policy*. Department of State Bulletin. August 1981.
[42] Ver: A. Rowse. *One Sweet Guy and What he's Doing to Us*, Wash., D. C., 1981.

[43] *Frankfurter Rundschau*, 22 de Janeiro de 1982.
[44] *Sanday Times*, January 16, 1982.

CONCLUSÃO

[1] Ver: *Os EUA: Pensamento Político e História*, M., 1976 p. 59.
[2] Ibid., p. 113.
[3] Johnson L. *My Hope for America*, 1964, p. 51.
[4] *The Daily World*, 1977, March 21.

ÍNDICE

NOTA DO AUTOR 5

Capítulo I. OS ANOS 70: "DÉCADA DE CRISES" 8
Uma avalancha de insegurança económica e social . . . 12
A crise político-ideológica: dimensões e consequências . . 21
No final da década 32

Capítulo II. O INDIVÍDUO NO SISTEMA SÓCIO-ECONÓMICO DOS EUA 42
"Um desejo piedoso, mesquinho" 42
A crueldade da saúde pública americana 49
A instrução como mercadoria 53
A segurança social: "tarde demais e pouco demais" . . . 59
A pobreza "clássica" e moderna 63

Capítulo III. O INDIVÍDUO NO SISTEMA POLÍTICO DOS EUA 69
Carácter fictício do poder do povo no processo político . 71
Perseguições em massa: vias legais 78
Vigilância total e a ditadura dos dossiers 90

Capítulo IV. A DUPLA DISCRIMINAÇÃO DAS MINORIAS NACIONAIS 99
Os negros — "a segunda sociedade" 100
Os "chicanos" e os habitantes autóctones da América do Norte 111
A mulher americana — "criatura feliz" 119

Capítulo V. O ANTI-HUMANISMO DA POLÍTICA EXTERNA 125
Contra o direito à vida: guerras e a corrida aos armamentos 127
Contra a soberania dos povos: o intervencionismo na prática e nas doutrinas 138
O apoio aos regimes antipopulares 146
O banditismo na "zona cinzenta" 155
Contra o direito internacional 170

Capítulo VI.
AMÉRICA DOS ANOS 80: ÉPOCA DE NOVAS COMOÇÕES 179
"Deixem de pensar em superar a desigualdade" 181
Componentes do "reaganismo" 189

Capítulo VII.
A ALTERNATIVA AMERICANA À PAZ 201
Outra vez pelo caminho de Harry Truman 204
A viragem para a confrontação 217
"Há coisas mais importantes que a paz" 227

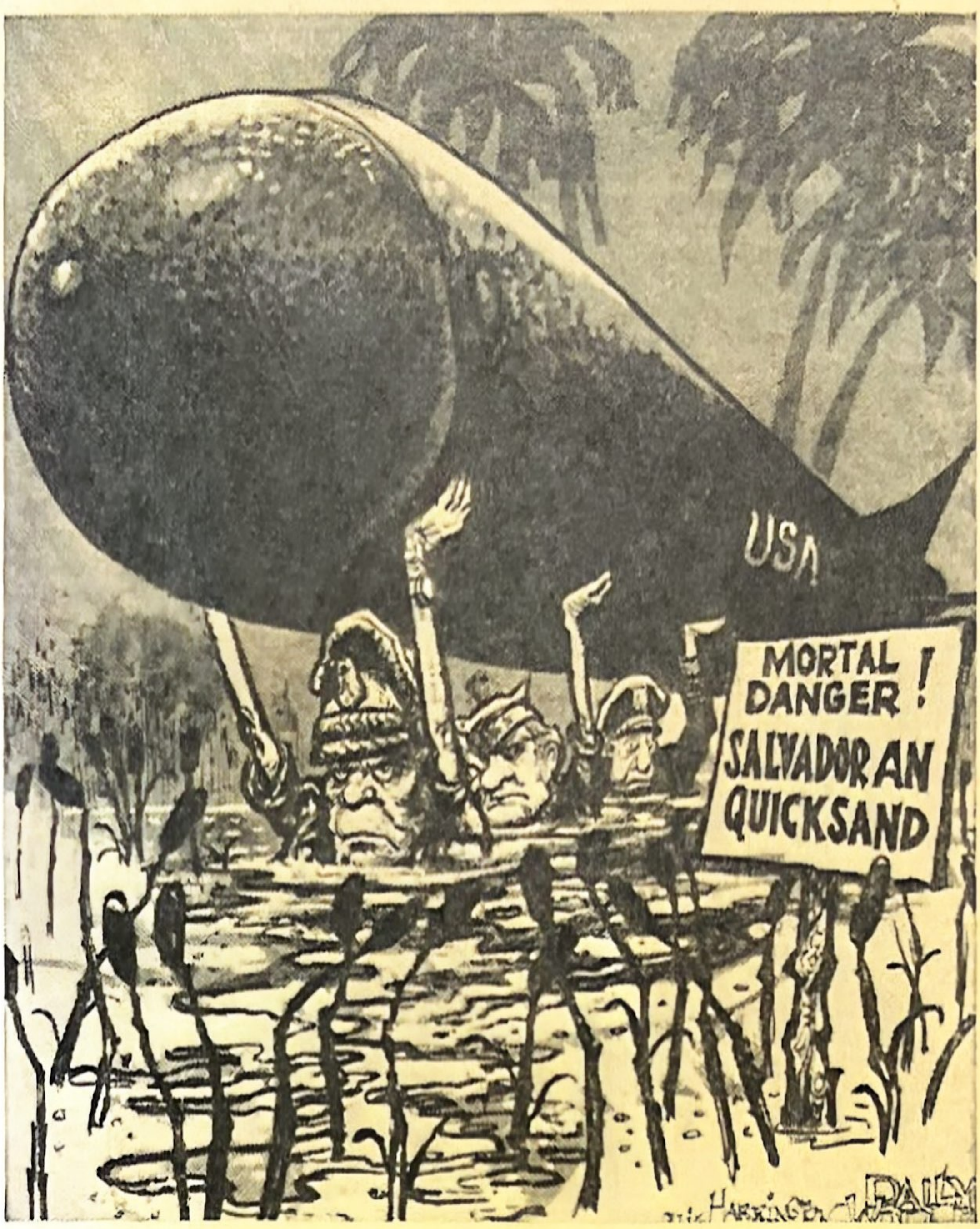
CONCLUSÃO 255

NOTAS 259

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sujestão. O nosso endereço é:

Edições Progresso, Zúbovski bulvar, 17, Moscovo, URSS.



Os norte-americanos em Salvador.
(Desenho no «Daily World», 1982).

Imperialismo: acontecimentos, factos, documentos

EDIÇÕES PROGRESSO MOSCOVO